

Larissa Araújo Coutinho de Paula



**Estratégias  
Socioespaciais  
e r(existência) de  
mulheres assentadas  
no interior de São  
Paulo - Brasil**

# Ficha técnica

---

**Título**

Estratégias Socioespaciais e r(existência) de mulheres assentadas no interior de São Paulo – Brasil

**Autor**

Larissa Araújo Coutinho de Paula

**Projeto gráfico**

Susana Gama

**Ilustração da capa**

Stephanie Dower

**Editora**

Centro de Estudos Geográficos

**Suporte**

Eletrónico

**ISBN**

978-972-636-308-8

**DOI**

10.33787/CEG20240003

**Ano de edição**

2024

**CEG**

Centro de Estudos Geográficos



Instituto de Geografia  
e Ordenamento do Território  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**Apoio****fct**

Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

## Prefácio

**T**omei conhecimento da investigação da Larissa Araújo Coutinho de Paula através da sua tese de doutoramento, em 2020, e assim que li o título e a folheeí, não parei de a ler. Explico como tudo se passou. Recebi um convite do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, do qual faço parte enquanto investigadora, para integrar o Júri para avaliar as teses submetidas à primeira edição do *Prémio Isabel André*. Este prémio foi criado em 2020 para ser atribuído a autoras e autores de teses de doutoramento que desenvolvam uma reflexão crítica e original sobre o género no conhecimento geográfico. A pesquisa desenvolvida pela Larissa, que agora se publica pelo CEG, é de excelência em Geografia e, para mim, foi com inegável mérito a justa merecedora desta distinção.

O *Prémio Isabel André* tem por objetivo promover e estimular trabalhos de investigação em Geografia que incluem a perspectiva de género. Surgiu da necessidade de estimular e dar visibilidade às pessoas na investigação em início de carreira que conduzem, com sucesso, trabalhos em que o género é analisado na sua dimensão espacial. Mais ainda, este galardão é um tributo à geógrafa, Isabel Margarida André, pioneira em Portugal na análise das relações baseadas no género, colocando em diálogo a geografia e o feminismo. Abrindo caminho neste domínio de investigação em Portugal, foi a primeira mulher a obter o grau de doutora no país com uma tese sobre o género na Geografia – através da sua dissertação de doutoramento *O falso neutro em Geografia Humana. Género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*, defendida em 1994.

Quase trinta anos depois, e no Brasil, surge a tese da Larissa de Paula, claramente pensada a partir da “geografia” e do “género”, do início ao final. A autora evidencia um compromisso com “os sujeitos” da sua investigação, neste caso as mulheres em assentamentos rurais, tornando-as visíveis e mostrando as suas experiências e resistências, e significando-as enquanto produtoras do espaço rural. E esta sua pesquisa não emerge do acaso, pois deixa claro, logo na apresentação, que o tema das mulheres no mundo rural surge da sua formação de base em políticas públicas, seguida do seu projeto de iniciação científica apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), desenvolvido em Presidente Prudente (São Paulo), Brasil.

Se tenho como certo que as circunstâncias são essenciais para o desenvolvimento de qualquer investigação, então o contexto universitário do campus de Presidente Prudente (FCT/UNESP), onde a Larissa pode desenvolver a sua investigação (qualitativa, com avançagem empírica), foi também aquele que lhe permitiu uma supervisão e desenho da investigação de excelência. Afirimo isto porque tive o privilégio de, por inúmeras vezes, estar e colaborar em estreita proximidade com colegas deste campus universitário. O trabalho de investigação aplicada que ali se desenvolve e a dedicação aos contextos socioespaciais é totalmente comprometido, evidenciando o valor social da Geografia Académica.

O mestrado haveria de consolidar a orientação da pesquisa da Larissa, pelo facto de se dar

conta que ao Programa de Aquisição de Alimentos em estudo, se associavam sobretudo mulheres agricultoras em assentamentos rurais. E este programa, juntamente com outros complementares (em domínios de apoio à família, alimentação e agricultura familiar), impulsionaram o aprofundamento das suas pesquisas, ao verificar que eram fundamentais para a capacitação destas mulheres, em termos de rendimento, saúde mental e sociabilidade, contribuindo de forma inequívoca para a sua autonomia financeira (e pessoal, sobretudo em processos de abuso e violência doméstica).

As vidas quotidianas destas mulheres tocaram a Larissa de tal forma que assume, desde logo, a sua posicionalidade, derivada não apenas da trajetória de investigação, relacionando assentamentos rurais e desigualdades de género, mas também, do seu contexto de vida pessoal. Com efeito, a sua história muito relacionada com a influência de sua avó – uma mulher negra, analfabeta, sem-terra, casada ainda adolescente, e viúva jovem, com treze filhos e filhas para criar –, explica bem a consciência desperta da Larissa para o tema de pesquisa. O trajeto de vida da avó, as cantigas e histórias contadas, que denunciavam as desigualdades de género “naturalizadas” e vividas no seio familiar e no trabalho duro da lavoura, fizeram daquela mulher uma feminista (“mesmo sem o saber”), quando se torna viúva e matriarca desta numerosa prole, assumindo, com sucesso, a condução dos seus destinos (de tal forma que a Larissa deixa claro que a relação dos seus pais era paritária).

As características da sua família, e os retratos que extrai da investigação, levam a tese mais longe ao adotar, a partir da perspectiva de género, uma análise interseccional, evidenciando que estudar as mulheres rurais do interior do estado de São Paulo, implica conhecer os papéis de género (mulheres), a raça (negras) e a classe (agricultoras assentadas), que ainda se cruzam com outros eixos, como a maternidade e a escolaridade, constituindo-se enquanto marcadores produzidos em desigualdade e em constituição mútua com o ambiente (rural) em que vivem. Tal como Gilian Rose (em *Feminism & Geography. The Limits of Geographical Knowledge*, 1993), a Larissa demonstra que o sujeito do feminismo não é apenas marcado pelo género, mas possui experiências raciais/étnicas, classistas e sexuais, sujeito múltiplo e repleto de contradições.

A sua proximidade a G. Rose manifesta-se também devido à sua posicionalidade, ao assumir a familiaridade com as mulheres dos assentamentos rurais (sujeitos da investigação), o que lhe permitiu direcionar politicamente as questões, obtendo informações privilegiadas. Esse privilégio no acesso à informação, coloca-a numa situação de poder, exigindo exercícios de flexibilidade ou criticidade em relação às suas posições, bem como as de quem investigou.

A referida posicionalidade, o seu compromisso não apenas com o “empoderamento” e a melhoria da qualidade de vida daquelas mulheres, mas também com o território, respaldam os resultados da sua pesquisa. Mais ainda, a Larissa de Paula, revela como a investigação que conduziu a transformou enquanto pessoa e pesquisadora, e essa reflexividade é-nos revelada muito expressivamente através do detalhe da aprendizagem revelada sobre a “leitura dos silêncios” (Paula, 2020: xxxvi). Mas não se fica esta posicionalidade pela parte introdutória, pois a autora assume a autocrítica e a permeabilidade às contribuições das mulheres agricultoras – uma constante ao longo do processo de investigação – que estão patentes na (re)construção de toda a argumentação.

A lição de experiência da avó é tão central ao seu percurso que a Larissa nos presenteia com uma das primeiras imagens que coloca na tese, de sua autoria, acompanhada de um fragmento de um poema alusivo à capacitação das mulheres mediante estruturas de exclu-



são, da autoria de Ijeoma Umebinyuo (*Questions for Ada*, 2015): “Ninguém te avisou que as mulheres cujos pés foram impedidos de correr dariam à luz filhas com asas”. A vida da sua avó cabe nesta frase.

Dois aspetos sublimes são, a propósito, de realçar. Em primeiro, as admiráveis ilustrações com que pontua a tese, reveladoras de assuntos-intenções-mensagens-emoções presentes em cada capítulo que se anuncia. Estas representações são metáforas produzidas por ela própria e por outras mulheres (como Andréa Tolaini e Stephanie Dower), colocando questionamentos acerca das experiências de pessoas e grupos marginalizados, dos papéis/relações de género, e sobre a liberdade ou a falta dela para os escolher. Estas imagens são acompanhadas por extratos de distintas escritoras e poetizas em conjunto com as ilustrações (Cora Coralina, Conceição Evaristo, Carolina de Jesus, Audre Lorde e Hilda Hilst) e reforçam inequivocamente as mensagens da autora. Estes entrecruzamentos da Geografia com a Ilustração e a Literatura completam-se e fabricam a interdisciplinaridade, colocando em diálogo áreas do conhecimento, sem que a arte e a literatura sejam aqui usadas como mero instrumento estético, mas enquanto fontes para reflexão para as nossas vidas pessoais e profissionais.

Em segundo, esta tese também se debruça sobre a desconstrução de certezas e “verdades totalizantes” em Geografia. É com determinação que Larissa de Paula assume o seu compromisso com o questionamento do *status quo* na nossa ciência, pautado por uma certa cegueira da ortodoxia (da geografia) que desconsidera do seu epicentro as mulheres negras, indígenas, com deficiências, idosas e meninas, etc. que vivem em contextos geográficos marginais e culturais conservadores.

Mais ainda, esta investigação apresenta-se claramente como inovadora no domínio das análises com perspectiva de género, ao romper com a hegemonia do feminismo branco, situando-se totalmente sob o prisma das Geografias do Sul. Esta visão que foge ao *mainstream* sem, no entanto, o desconsiderar, é um dos aspetos mais cativantes e emergentes do poder das vozes de geógrafas do Brasil. Elas estão aqui para ficar.

O título da tese *A bela flor do/no campo: por uma geografia de género e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo*, merece uma reflexão. No contexto atual, em que o tempo escasseia, esta “porta de entrada” cumpre integralmente a função: questiona e estimula a nossa curiosidade, o que nos induz à leitura subsequente. Depois, não se consegue parar de ler, porque, não apenas se encontra muito bem redigida e organizada, mas porquanto o conteúdo faz justiça ao título.

Mesmo geograficamente distantes, sendo eu europeia (do “Norte hegemónico”), branca, e numa idade bem mais avançada, sinto-me próxima da Larissa, através de muitas das singularidades e comunalidades que explorou na sua pesquisa. Mas também pela figura da avó, sendo a minha (avó materna) brasileira, do Rio de Janeiro, que tendo o infortúnio de ter perdido a mãe, foi enviada para Portugal, e aqui se fez mulher. Também se viu obrigada a criar a prole sozinha. Minha mãe, tia e tios tiveram uma vida boa, só possível porque proporcionada por uma personalidade alegre e forte, mesmo no seu infortúnio de jovem viúva emigrada numa época (e numa sociedade) em que as mulheres brancas, de classe média e hétero não “deviam” trabalhar – e viveu duas guerras mundiais e passou fome. O seu amor pelas pessoas em situação de frugalidade e fragilidade, como a sua, fez com que dedicasse a sua vida ao trabalho de cuidado a terceiros e aos/às filhos/as. Mas a música (o piano e a composição musical) e a poesia que produzia para acompanhar as partituras, e a sua fé sempre a acompanharam e foi este seu lado dedicado às artes ao/à “outro/a”, que a ajudou a fazer frente às contrariedades da vida. Apesar do “abismo” que nos separa, esta partilha

de histórias pessoais forjou uma ponte suspensa entre mim e a Larissa, tecida por entre afetos, cumplicidade, respeito mútuo e ligação às artes.

A sua conduta de vida comprometida com a ciência que produziu sobre os assentamentos e a situação de mulheres excluídas de poder e a compreensão dos processos (com maior ou menor sucesso) que levaram ao seu empoderamento, fazem desta obra um trabalho notável. E esta tese que agora se divulga, transformada numa publicação em formato de livro, é uma consequência de um trabalho maravilhoso, inteiramente merecida, não apenas por tudo o que já referi, mas ainda por a sua pesquisa (i) evidenciar os fatores externos que facilitaram e determinantes para melhorar a qualidade de vida destas mulheres, mas também por (ii) destacar os processos internos de “sororidade” presente nestes espaços e comunidades que permitiram transformar os territórios do quotidiano, e ainda por (iii) resgatar estas mulheres da invisibilidade e dar a conhecer as suas contradições, condicionantes e forças. Desigualdades espaciais e empoderamento de mulheres rurais não são temas fáceis de compreender com a profundidade, a clareza e a beleza que a Larissa de Paula traz para a Geografia. Com esta publicação espero que se amplie o sentido de *womanwood* a um público alargado e que este saiba como pelas terras do Sul, em particular o Brasil, se faz e se transmite ciência com tamanha qualidade.

Tal como a Larissa escreveu, na conclusão da sua obra, estou segura de que a sua missão na Geografia não findou, até porque hoje, esta investigadora, se encontra mais capacitada para dar continuidade ao percurso que encetou através do projeto de iniciação científica e de contribuir com ações transformadoras para a formulação de políticas públicas de inclusão e de igualdade de género – o pessoal é político.

Termino com um pensamento formulado em 1949, por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*: “O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo o sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. (...) Que circunstâncias restringem a liberdade da mulher, e quais pode ela superar?” Embora muito tenhamos avançado desde 1949, Paula sabe, tal como Beauvoir, que o que define a situação da mulher, é que esta se encontra neste mundo numa condição imposta pelos homens, a condição de se constituir como o *outro*.

Enquanto mulher e investigadora que se interessa pelas oportunidades que os contextos do Sul oferecem, a luta pela liberdade de ter opções para estas mulheres e outras nas mesmas circunstâncias, não acaba aqui, pois a Larissa é uma combatente que se esforçará por dar a conhecer processos socioterritoriais que conduzem à concretização das aspirações das nossas irmãs. Aqueles podem ser a energia que muitas mais mulheres, e outras pessoas dissidentes à norma, precisam para sair de sistemas de opressão em que se encontram.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2022

Margarida Queirós

Professora Associada do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT) e Investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG), da Universidade de Lisboa.

**À minha mãe, Marli Inês Araújo de Paula,  
minha maior inspiração de luta e de honradez,  
que pode se alegrar ao ver a filha conquistar  
o prêmio Isabel André, mas infelizmente partiu  
antes que este livro fosse publicado.**



Ilustração: Larissa Araújo Coutinho de Paula

## Agradecimentos

---

**N**enhum trabalho científico se faz sozinho, por mais que a sua realização exija muitas vezes, momentos de solidão para a leituras, reflexões e escrita. Toda a minha trajetória enquanto professora e pesquisadora está marcada por pessoas com as quais a minha vida se cruzou, em diferentes tempos e espaços. Deste modo, expresso meus agradecimentos:

- A todas as mulheres da Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA) e da Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS), bem como as jovens desses assentamentos, pois foi a partir da partilha de suas histórias de vida, suas angústias, suas lutas, seus sonhos e esperanças, que este livro se concretizou.
- A minha família: a minha mãe, Marli (em memória), a minha avó, Maria (em memória), mulheres que apesar de partirem para outro plano, seguem iluminando o meu caminho e me encorajando dia após dia; ao meu estimado pai, Dorvalino e meu irmão e amigo, Lucas. Ao meu companheiro, Otávio. A minha sogra e querida amida, Rosaura. Agradeço ainda, aos meus amigos e amigas, que estiveram presentes em diferentes fases da elaboração do meu trabalho, me auxiliando de incontáveis maneiras.
- A Professora Rosangela Hespanhol, que tão paciente e sensivelmente me orientou e encorajou ao longo de mais de uma década de trajetória acadêmica.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que forneceram estrutura e financiamento para a realização de minha pesquisa de doutorado.

Agradeço ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT), ao Centro de Estudos Geográficos (CEG) e a Universidade de Lisboa como um todo, pela organização de uma premiação que simbolicamente honre a memória da professora Isabel André e valorize as pesquisas geográficas sobre gênero em países lusófonos. Um agradecimento especial a Margarida Queiroz, grande incentivadora em todo o processo desde o início; e a Jennifer McGarrigle e Herculano Cachinho, pelo apoio na condução da publicação deste livro. Agradeço também a responsável pela diagramação do livro, Susana Gama.

Expresso ainda, a minha gratidão aos profissionais que com seus respectivos trabalhos me ajudaram em diferentes âmbitos, ao Rafael Silva, responsável pelos mapas e às artistas que cederam e/ou produziram as ilustrações que permeiam a obra, Andréa Tolaini e Stephanie Dower.

**Nossos sentimentos  
são nossos caminhos  
mais genuínos para  
o conhecimento.**

**Audre Lorde**

# Índice

<b>Apresentação</b>	<b>13</b>
<b>Introdução</b>	<b>18</b>
<b>I Sinuosidades da Estrada: os caminhos da pesquisa qualitativa</b>	<b>28</b>
1.1 A importância da acuidade metodológica nas pesquisas sobre Gênero	30
1.2 Os caminhos percorridos nos trabalhos de campo	33
1.3 Os relatos orais como fontes de pesquisa: passado e presente	41
1.4 Os grupos focais como possibilidades de interação juvenis	47
1.5 A espacialidade imaginada pelas assentadas: cartografia alternativas	53
1.6 O retorno como comprometimento da pesquisa qualitativa	59
<b>II Gênero e Geografia: da negação às possibilidades e enfrentamentos</b>	<b>61</b>
2.1 A Geografia Feminista e os estudos sobre gênero	63
2.2 A Geografia Feminista no contexto anglo-saxão	64
2.3 Geógrafas feministas e a elaboração teórica-conceitual	70
2.4 A Geografia Feminista na América Latina	72
2.5 A Geografia Feminista no Brasil	76
<b>III Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e luta pela emancipação feminina no campo</b>	<b>81</b>
3.1 Da mulher ao gênero: uma palavra, diferentes interpretações	83
3.2 De volta à mulher: opressões, feminismos e empoderamento	86
3.3 Considerações sobre a mulher rural e seu processo de luta por direitos	93
3.4 Breve contexto de formação dos Assentamentos Rurais no Brasil	105
3.5 Mulheres Assentadas: vida, trabalho e união	112
<b>IV De bóias-frias à herdeiras da terra: a história do Assentamento Monte Alegre e a formação da AMA</b>	<b>118</b>
4.1 O contexto de formação do Assentamento Monte Alegre	120
4.2 A Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA)	135
<b>V O Assentamento Gleba XV de Novembro e a formação da OMUS: entre usinas e hidrelétricas um pedaço de chão</b>	<b>152</b>
5.1 O contexto de formação do Assentamento Gleba XV de Novembro	154
5.2 A Organização de Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro	169

<b>VI</b>	<b>Entre pães e hortas: as estratégias socioespaciais e a resistência feminina em assentamentos rurais do interior de São Paulo</b>	<b>181</b>
6.1	A situação geográfica e suas influências sobre as estratégias de reprodução socioespaciais	183
6.2	As estratégias de reprodução socioespaciais como resistência das famílias do campo	193
6.3	Estratégias socioespaciais e empoderamento feminino: a dimensão espacial	199
6.4	Estratégias socioespaciais e empoderamento feminino: a dimensão social	206
6.5	Estratégias socioespaciais e empoderamento feminino: a dimensão econômica	214
6.6	Estratégias socioespaciais e empoderamento feminino: a dimensão cultural	226
6.7	Estratégias de reprodução, relações de gênero e a produção de novas espacialidades a partir do trabalho feminino	234
6.8	Juventudes emergentes: o desafiante elo entre gerações para as mulheres da AMA e OMUS	237
	<b>Considerações finais</b>	<b>252</b>
	<b>Bibliografia</b>	<b>259</b>



# Apresentação



Ilustração: Larissa Araújo Coutinho de Paula

**Ninguém te avisou que as mulheres  
cujos pés foram impedidos de correr  
dariam à luz filhas com asas.**

Ijeoma Umebinquo  
(Questions for Ada, 2015)

A construção deste livro, resultado de minha tese de doutorado, antecede ao período do meu doutoramento. Iniciei os estudos sobre políticas públicas em 2011, com a aprovação do projeto de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulado “O PAA e a Compra para Doação Simultânea em Presidente Prudente”. Através desta pesquisa, em nível de iniciação científica, eu e minha orientadora verificamos que muitas agricultoras de bairros rurais em Presidente Prudente participavam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entretanto, essa participação não se dava de modo oficial, pois apesar de serem responsáveis pela produção dos alimentos comercializados no programa, eram os homens que estavam cadastrados na política. Esse fato despertou a nossa atenção, e em 2013, propus uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/Unesp, visando dar continuidade ao estudo do tema, foi então que tivemos aprovado o projeto “Contribuições e Limitações das Políticas Públicas para Fortalecimento das Agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP)”, que também contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Na pesquisa de mestrado, estudei os efeitos de um conjunto de políticas públicas: (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na linha de crédito específica para a mulher, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDRT) e o Programa Bolsa Família (PBF). Constatei que, embora algumas políticas não possuíssem relevância para o grupo de mulheres do assentamento estudado, outras, por sua vez, eram extremamente importantes não apenas como fonte de renda monetária para as assentadas, mas também por propiciar às mesmas um aprimoramento da capacidade de desenvolver projetos coletivos, aumentar a sociabilidade, a autonomia, estimular o autoconsumo de alimentos mais saudáveis e diversificados, servir como uma opção terapêutica para alguns casos de mulheres que enfrentavam a depressão e demais problemas psicológicos, incentivar o retorno aos estudos, além de elevar a autoestima das mesmas.

Verifiquei também, que políticas como o Bolsa Família cumpriam um papel significativo para muitas famílias que não tinham outras formas de renda monetária, seja para alimentação, ou para a compra de itens básicos como gás de cozinha, panelas e remédios. No caso de uma das mulheres envolvidas na pesquisa, a obtenção de renda própria, a partir da inserção nas políticas públicas, as dotou de autonomia para se divorciarem de seus maridos que, em alguns casos as agrediam fisicamente e psicologicamente.

Tive ainda a oportunidade de realizar um estudo comparativo, por meio da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE/FAPESP), com o projeto “Avances y Obstáculos en las Políticas Públicas para Mujeres Agricultoras: aproximaciones entre Brasil y México”, que possibilitou uma visão ampliada dos processos de elaboração e execução de políticas públicas para mulheres rurais, e percebi que, apesar de propostas similares, que previam o apoio financeiro e técnico a grupos formados por agricultoras, em ambos os países, os programas esbarravam em questões de infraestrutura, ausência de documentação, alto nível de analfabetismo, o que impossibilitavam às mulheres de tomarem conhecimento dos projetos e se inscreverem nos mesmos.

As temáticas sobre gênero e mulheres rurais não surgiram para mim aleatoriamente como conteúdo a ser estudado. Além de um percurso de pesquisas que me colocavam a fazer contínuos questionamentos, há uma relação com a minha vida pessoal. Acredito que é neces-

sário explicar como me posiciono diante do contexto de uma pesquisa que envolve gênero, assentamentos rurais e desigualdades.

Apesar de ter nascido e vivido a maior parte de minha trajetória no espaço urbano de uma cidade como Campinas, a história de toda a minha família esteve ligada às atividades agrárias e ao espaço rural. Meus pais migraram para Campinas, oriundos de outros estados, moravam na zona rural, e dedicavam-se ao trabalho agrícola desde tenra idade, em fazendas de café na Nova Alta Paulista (família materna), e na produção de fumo no sul de Minas Gerais (família paterna).

Minha avó materna, uma mulher negra, nordestina, agricultora, sem-terra, analfabeta, se casou ainda adolescente e viveu parte considerável de sua vida sob um matrimônio machista, característica expressiva de muitos casamentos daquela época. Ela distraía os netos, com cantigas que embalavam nosso sono, além de nos contar as fábulas ilustradas em seus livros, embora não soubesse ler, a fim de nos estimular a estudar.

Apesar de ter ficado viúva relativamente jovem, se recusou a casar novamente e seguiu trabalhando, juntamente com os(as) filhos(as), como assalariada em algumas propriedades rurais, enquanto conseguia manter dignamente a alimentação, saúde e estudos dos(as) filhos(as)

O percurso cafeeiro pelo interior paulista é muito lembrado por remeter à vinculação de imigrantes italianos(as) e japoneses(as), no entanto, isso foi mais expressivo entre as décadas de 1930 a 1950. A partir de décadas posteriores, 1960 e 1970, milhares de nordestinos(as) chegaram à região para trabalhar como meeiros(as), arrendatários(as) e trabalhadores(as) assalariados(as) nas fazendas de café de ex-colonos (GIL<sup>1</sup>, 2007). A minha família materna faz parte desta história. Naquela época, as famílias eram numerosas para corresponder ao excesso de trabalho no campo, quanto mais filhos(as), significava mais braços disponíveis para o trabalho no campo, e formação da minha família seguiu esse preceito (PAULILO, 1987).

Minha avó nos contava histórias que denunciavam as jornadas de trabalho extenuantes da mulher rural. O trabalho nas lavouras, plantios e colheitas, o cuidado de animais de pequeno e médio porte, a busca por água potável em poços longínquos, a lavagem de roupas “nas pedras” de córregos enlameados, a preparação de refeições, a fabricação de pães para adquirir renda extra, a confecção das próprias roupas, a realização dos partos caseiros, o tratamento com ervas medicinais e benzedeiros, as bonecas feitas com sabugos de milho. Ela lembrava com felicidade quando pôde comprar sapatos para cada um(uma) dos(as) filho(as).

Tenho, portanto, uma memória coletiva significativa relacionada às desigualdades de gênero, embora em meu núcleo familiar, meus pais vivessem de modo a dividirem tarefas domésticas, compartilhando também as decisões.

A minha avó, matriarca da família, pôde viver com mais remanso após a viuvez, apesar da responsabilidade por uma numerosa família de 13 (treze) filhos(as). Pode então, tomar suas próprias decisões, tornando-se a responsável pela condução de sua casa, pela educação dos(as) mesmos(as), banindo quaisquer resquícios de intolerância e subserviência. Ela foi o primeiro grande exemplo de feminista que eu conheci, embora tenha falecido sem saber disto, ou melhor, empresto as palavras de Adichie<sup>2</sup> (2018, p. 49) ao falar de sua bisavó: “Ela

1 Izabel Castanha Gil, é geógrafa, historiadora e pedagoga. Doutora em Geografia, é professora do Centro Universitário de Adamantina-SP UniFAL.

2 Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana.

não conhecia a palavra ‘feminista’. Mas nem por isso ela não era uma. Mais mulheres deveriam reivindicar essa palavra.”

Essas especificidades marcaram a vida de inúmeras famílias brasileiras, e apesar de muitas transformações, podemos assegurar que ainda se repetem, com uma menor expressividade, nos cantos mais remotos do país. Acredito que estas experiências e a minha trajetória de vida, que foi atravessada pelos eixos de gênero, raça e classe, me possibilitaram uma relação mútua de empatia pelas mulheres do campo e de interesse por estes temas.

Me recordo de um dos trabalhos de campo realizados no mestrado, quando me deparei com uma realidade que me causou espanto, e pode servir como exemplo de que há situações isoladas que ainda são marcadas por profundo controle de normas de gênero e machismo. Após uma manhã intensa de trabalhos no assentamento, segui, rumo ao lote de uma mulher indicada para realizar a última entrevista do dia. Ao chegar à entrada da casa, bati palmas educadamente, ao passo que uma mulher muito bonita e grávida, aparentando um estágio elevado de gestação, jovem, não deveria ter mais de que 25 (vinte e cinco) anos de idade, apareceu na porteira. Seus gestos indicavam nervosismo, expresso pelo seu olhar apreensivo para fora, como que a tentar assegurar que ninguém nos observasse.

Expliquei o motivo do contato, afirmando que uma conhecida, do mesmo assentamento, lhe indicara para a entrevista. O sinal de negação a balançar a cabeça, antecedeu a resposta verbal: um sonoro não! Decepcionada, tentei explicar mais uma vez a importância de sua colaboração, alegando que poderíamos conversar rapidamente e não lhe tomaria muito tempo. Outra tentativa frustrada, porém, seguida de uma justificativa. A mulher me olhou com pesar e disse que não poderia conversar com quem quer que fosse na ausência de seu esposo, pois ele não permitia e era muito bravo. Antes que eu pudesse agradecer e despedir-me, ela se desculpou, demonstrando tristeza por não poder ajudar. Dias depois, numa conversa informal, outras assentadas afirmaram que aquela mulher jamais concederia uma entrevista, que ela vivia sob o controle do próprio esposo, e que inclusive já havia sido fisicamente agredida por ele. Para mim aquele foi um aprendizado efetivo de que como pesquisadora deveria ler os silêncios, observar as linguagens não verbais. Às vezes o silêncio (consentido ou imposto) pode ser um grande revelador.

Outro fato que contribuiu para que eu me enveredasse aos estudos agrários, é que quando me mudei de Campinas para Presidente Prudente, para cursar Geografia, vivi os dois primeiros anos da graduação no sítio de um casal de tios maternos, num município próximo de Presidente Prudente, viajando todos os dias para estudar. Naquele ambiente, minhas observações sobre o modo de vida rural, e a vizinhança, de certo modo, me faziam lembrar, numa intensidade menor, de alguns relatos de minha avó. Divisão de trabalho muito delimitada, predomínio do poder masculino sobre decisões que deveriam ser coletivas, e nos casos mais graves, violência física (neste último exemplo, eu e meus familiares chegamos a contatar a polícia, porém a vizinha vítima de agressões nunca concretizava a denúncia).

A localização é importante para o conhecimento. E pude sentir isso, a partir do momento em que ingressei nos estudos de gênero, vivenciando a existência de privilégios e exclusões epistemológicas. Gênero, sexualidades e também racialidades, são temas discriminados nas ciências, não é diferente na Geografia. Vivenciei o incômodo quando colegas tentavam desqualificar a relevância da minha pesquisa, quando ao participar de eventos reconhecidos nacionalmente, verificava a inexistência de eixos de trabalho sobre o tema, ou quando havia uma mesa de debate sobre gênero que ocorria nos locais mais distantes, de difícil acesso, ou nos mesmos horários de palestras centrais nos congressos, afinal: “Gênero? Para que isto?”

É um assunto de pouco interesse! Não é preocupação da Geografia!”

Como característica inerente do fazer científico, ao término de uma pesquisa, sempre surgem novas indagações. E foi a partir destes novos questionamentos, que afloraram as ideias iniciais para a proposta do projeto de doutorado. Destaco ainda que, estudar tais temas em um momento político tão triste do Brasil foi um desafio por vezes desalentador. Ao acompanhar o esgotamento de muitos avanços e direitos conquistados pelas mulheres, pelos povos do campo, por povos indígenas e quilombolas, pelos(as) trabalhadore(as), pela sociedade brasileira. Órgãos e Ministérios sendo desfeitos, recursos reduzidos ao limite mínimo, movimentos sociais associados à criminalidade, a perseguição ao ensino e à pesquisa. Mas, recordar a minha trajetória e testemunhar o reconhecimento, a confiança e o afeto que essas mulheres nutriam pela minha pessoa e pelo meu trabalho, foi uma fonte inesgotável de força e estímulo para a conclusão desta tese. Estes são tempos melancólicos, mas precisamos resistir e permanecer lutando, afinal, como disse Massey (2008): Impérios não duram para sempre.



# Introdução

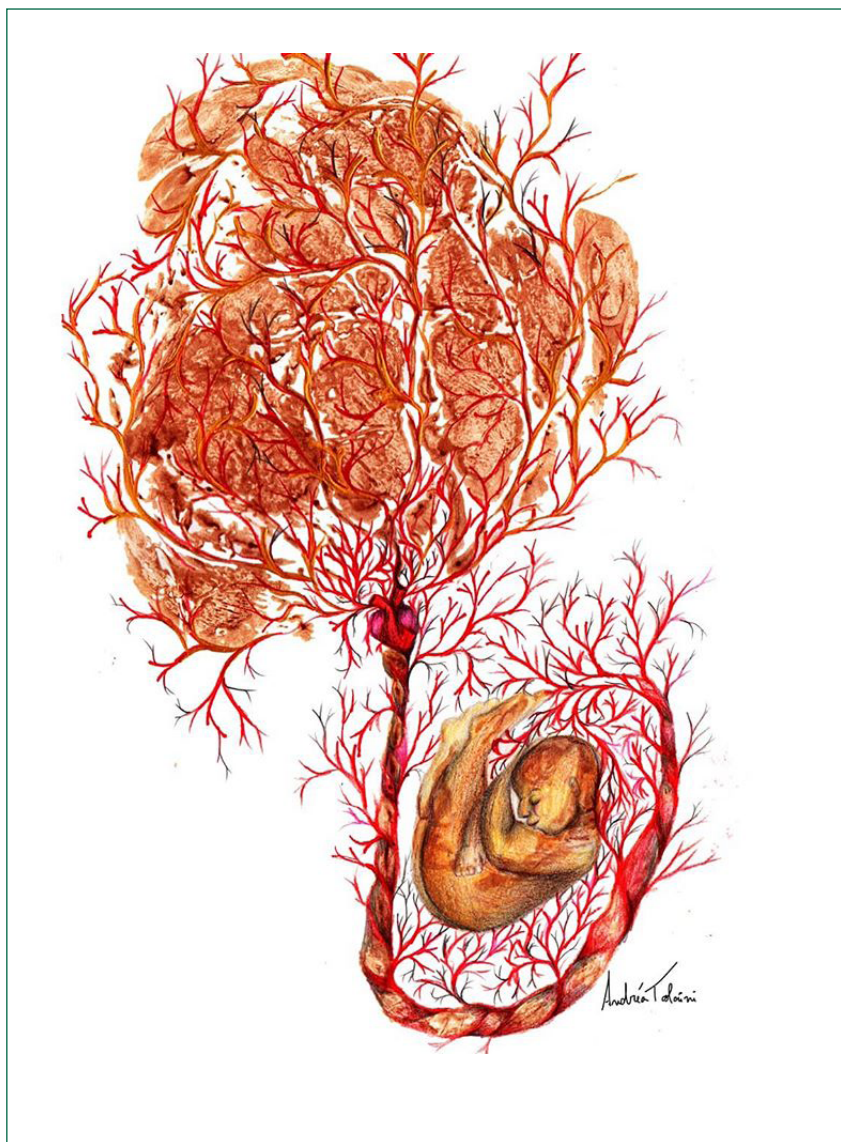


Ilustração: Andréa Tolaini

**Se em um instante se nasce e um instante se morre, um instante é o bastante pra vida inteira.**

**Cecília Meireles**

O espaço rural por muito tempo foi interpretado sob uma perspectiva limitada, que colocava como centro de análise a figura masculina: o agricultor, o pai, o esposo, o filho, o chefe da família, desconsiderando assim, outras personagens que o integram: as mulheres, por exemplo. Aquelas cujos braços sustentam a base da produção com seu trabalho reprodutivo. Cozinham, limpam, educam, criam, costumam, alimentam, plantam, colhem, mas muitas vezes são secundarizadas e relegadas ao esquecimento.

Tal situação não foi diferente em análises sobre o espaço urbano. A luta pelo reconhecimento e a valorização do trabalho feminino na sociedade como um todo é um processo iniciado há tempos, que ainda se encontra em devir, e sabemos que as mudanças não alcançam os lugares com a mesma intensidade e ao mesmo tempo. O rural, que é heterogêneo e multifacetado, possui tempos de lentidão.

É comum que a mulher rural não tenha consciência do trabalho por ela exercido, já que nas pequenas propriedades e assentamento rurais, há a indissociabilidade entre espaço de produção e de reprodução, tornando complexa a definição precisa do trabalho executado. Por isso a luta destas mulheres começou com uma pauta específica: ter o reconhecimento profissional enquanto agricultoras, pois, a partir disso, conquistariam os direitos que lhes foram historicamente negados. Desde o despertar desta realidade de exclusão, violências, silenciamentos, confrontos, a busca por melhorias das condições de vida e de trabalho têm sido incessantes.

A princípio, em meados dos anos 1980, as reivindicações das agricultoras pautavam-se na igualdade de direitos à terra, na política de reforma agrária, acesso à previdência social, no reconhecimento profissional, no direito de se sindicalizar e serem incluídas no bloco de notas fiscais do(a) agricultor(a). Porém, com o decorrer do tempo, o movimento aderiu à novas demandas, passando a lutar por causas mais amplas como acesso ao crédito, às políticas de comercialização e assistência técnica especializada, à alimentação saudável e à agroecologia (BUTTO<sup>3</sup>; LEITE, 2011).

Não bastassem lutar por si mesmas, essas mulheres estão à frente de intermediações em prol de suas famílias, das comunidades em que vivem, perseguindo demandas por educação, saúde, habitação, infraestrutura, preservação do meio ambiente, direitos de povos originários, como indígenas e quilombolas, ou famílias atingidas por barragens, enfim, são inúmeras pautas.

Cabe lembrar que a mulher rural é um ser diverso. Isso nos ajuda a não cairmos em essencialismos. Elas apresentam características diversas, atuam em variados âmbitos, têm cores, sexualidades, são assentadas, ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, e ainda assim, conseguem organizar-se, reunirem-se em escalas microlocais, regionais, nacionais e internacionais, para denunciarem seus problemas e requererem soluções. Essa articulação pressupõe a mútua compreensão, empatia e reconhecimento de que por mais que possuam trajetórias diferenciadas, sofrem pela combinação de um sistema econômico perverso e uma sociedade patriarcal, machista e racista.

Ao se darem conta de que tais opressões atingem à todas, são impulsionadas a unirem suas forças e se organizarem. Este é o princípio comum de ambas as associações de agricultoras sobre as quais me dediquei nesta pesquisa. A organização de agricultoras em grupos formais como associações possibilita mais força de negociação por seus direitos e demandas,

---

3 Andrea Lorena Butto Zarzar, doutora em Sociologia, docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

além de contribuir para ampliar sua participação política, a sociabilidade, a capacitação e a autoestima.

As associações também permitem a inserção destas mulheres em políticas públicas, desde as de nível local e municipal, estadual até programas de âmbito federal, como as políticas criadas em meados dos anos 2000, quando as agricultoras passaram a ser progressivamente incorporadas em programas que, direta ou indiretamente, previam a participação feminina. Políticas estas resultantes das reivindicações encadeadas pelas agricultoras.

As mulheres rurais formaram muitos grupos pelos quais organizavam atos, passeatas, listas de assinaturas, alguns destes movimentos tornaram-se nacionalmente conhecidos, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs). Elas também participam de ações em movimentos mistos, com a inclusão masculina, como o Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e também, a nível internacional, da Via Campesina.

A inclusão da igualdade de gênero na agenda política é algo internacionalmente reconhecido, sobretudo nas políticas que têm como escopo o desenvolvimento social. Isso é resultado de um longo trabalho de diferentes esferas comprometidas com a causa, como organizações de mulheres, movimentos feministas, comunidades acadêmicas, Organizações das Nações Unidas (ONU) e Organizações Não Governamentais (ONGs) (VALLE<sup>4</sup>, 2010).

Essa mudança de concepção que envolve alterações nas agendas públicas e também nas abordagens teórico metodológicas é muito importante, pois as melhorias das condições de vida e o acesso à cidadania efetiva no espaço rural deve integrar todas as pessoas que nele vivem e produzem: além dos homens, também as mulheres, jovens, crianças, idosos(as). Elevar a participação das mulheres nas instâncias de discussão e decisões políticas locais é condição substancial na construção de espaços rurais mais democráticos e com qualidade de vida.

A mulher rural tem sido tema de estudos de muitas pesquisas de cunho econômico, político e social, por diversas ciências, tais como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a Geografia, entre outras. Mesmo autores clássicos de estudos agrários já haviam evidenciado a peculiaridade e a desvalorização que marcam o trabalho feminino no campo. A ratificação da existência da divisão sexual e etária do trabalho agropecuário está presente em obras como as de Kautsky ([1889]1998) e Chayanov ([1925]1985).

Apesar de divergências teóricas, ambos registraram observações sobre o assunto. Kaustky (1998), ao elaborar a sua teoria sobre a questão agrária, a partir de reflexões e debates, explica que nos primórdios da agricultura, o cultivo era uma tarefa exclusiva das mulheres, entretanto, com o advento do sedentarismo, cresceu a participação feminina nos afazeres domésticos, de modo a ocupar todo o tempo delas. Para Chayanov (1985), que estudou o funcionamento e as características de organização e produção do campesinato, a família camponesa consistia em um conjunto de produtores(as) e de consumidores(as) hierarquizados(as) a partir de um casal, que seguiam uma lógica de produção específica, baseada em valores culturais. O autor reconhece que a mulher trabalha mais do que o homem, porém, afirma que o trabalho dela não é árduo, como o do homem, que se dedica às atividades artesanais, comércio e agricultura.

---

4 Ana María Tepichin Valle, mexicana, docente e pesquisadora do Centro de Estudos Sociológicos do Colegio do México (COLMEX).



Foi no sentido de crítica a esta ideia, de não somente diferenciar o trabalho de acordo com o sexo, mas de valorá-los ou depreciá-los que Paulilo<sup>5</sup> (1987) escreveu o texto “O Peso do Trabalho Leve”, no qual argumenta que a verdade omitida nesta distinção, trabalho leve e trabalho pesado, é que se qualifica o trabalho em função de quem o realiza: se o trabalho pode ser executado por mulheres, então é considerado “leve”.

Trabalho “leve” não é sinônimo de trabalho agradável, não significa que seja um trabalho desnecessário ou com pouco empenho de esforço, este tipo de trabalho pode ser estafante, dificultoso ou até mesmo nocivo à saúde. Essa classificação também é acompanhada por distinção de remuneração, na qual ganha mais o homem pelo trabalho “pesado”, mesmo que ambos os trabalhos demandem o mesmo tempo ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro (PAULILO, 1987).

Podemos afirmar que essa atribuição de valores diferenciados contribui ainda para a visão do trabalho das agricultoras como apenas ajuda, e não trabalho de fato como o é. Essa questão vincula-se diretamente com a perspectiva de gênero baseada na divisão sexual do trabalho, que foi importante para evidenciar a desvalorização feminina no campo, porém, ao reafirmar o binarismo sexual, não propicia a visão de novas possibilidades às mulheres rurais.

Acredito que este é um desafio corrente para pesquisadore(a)s sobre mulheres e relações de gênero no espaço rural. Denunciar a desvalorização do trabalho feminino, mas simultaneamente, evidenciar a suas ações, sem propender às dicotomias e ênfatização da invisibilidade, de modo a seguir perpetuando esta perspectiva. Na pesquisa em questão tentou-se evitar esse problema lançando mão de diferentes metodologias e ampliando a dimensão teórica, mas não foi um exercício fácil.

O projeto de pesquisa para a tese passou por muitas mudanças desde a aprovação no doutorado e o seu desenvolvimento propriamente dito. Inicialmente, a proposta consistia em investigar os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre os seguintes grupos: Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA), do Assentamento Monte Alegre e Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS) do Assentamento Gleba XV de Novembro, ambas no Estado de São Paulo (Quadro 1, mapa 1).

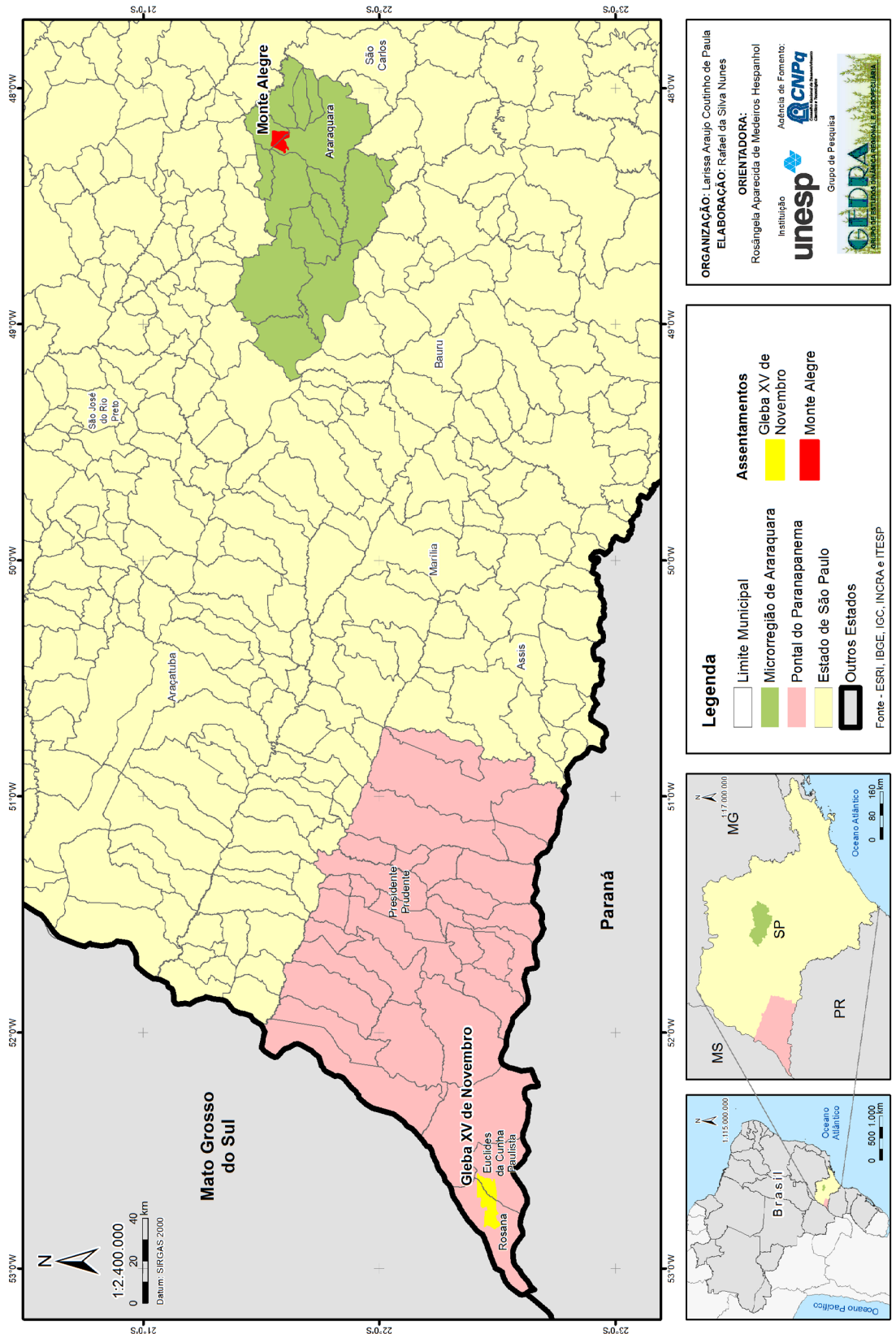
**Quadro 1:** Características dos Assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro

Assentamento	Início	Domínio da terra	Nº de lotes	Área Total (ha)
Monte Alegre	05/1985	Estadual	358	5.097,00
Gleba XV de Novembro	03/1984	Estadual	571	13.310,76

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
Fonte: Itesp, 2019.

5 Maria Ignez Silveira Paulilo, professora titular de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mapa 1: Localização dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Monte Alegre no Estado de São Paulo



Na elaboração da dissertação, percebi que dentre as políticas estudadas, o PAA se destacava como aquela na qual havia mais participação das assentadas e, conseqüentemente, reverberava em maiores efeitos sobre suas vidas, por isso considerei que seria pertinente selecionar este programa para seguir os estudos no doutorado.

O PAA foi criado em 2003. Trata-se essencialmente de um canal de comercialização para as famílias de pequenos(as) agricultores(as), no qual podem vender seus produtos com isenção de licitação para o setor público, que direciona os alimentos para doações em projetos locais, hospitais, albergues, creches, escolas etc. Ao longo de sua execução no território nacional, as avaliações do programa permitiram a verificação de que muitas mulheres participavam efetivamente da política, no entanto, eram os homens (pais, esposos, filhos) quem estavam cadastrados como fornecedores, obliterando a notoriedade das mesmas no programa.

A partir dessa constatação, em agosto de 2011 foi estipulado por meio da resolução nº44/11 do Ministério do Desenvolvimento do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um maior incentivo à participação feminina no programa, priorizando a inclusão de mulheres na seleção e execução de propostas, ao exigir que, no mínimo, 30% das pessoas integrantes dos projetos propostos fossem mulheres.

Essa alteração, de acordo com o texto da legislação do PAA, ocorreu devido à importância de se reconhecer o trabalho das mulheres, sua contribuição na economia rural e na política nacional de segurança alimentar e nutricional, considerando as diferentes formas de organização de mulheres rurais para a produção de alimentos, valorizando e manejando, de forma sustentável, os recursos naturais locais, atentando-se para o fato de que a geração de renda para as mulheres, em grande medida, significa melhoria de sua condição socioeconômica, relativa autonomia, ampliação e potencialização de sua organização produtiva (BRASIL, 2011).

Este foi o ponto mais relevante na delimitação inicial do projeto de pesquisa. Buscava compreender em que medida essa alteração estava sendo cumprida, verificando se as mulheres de fato estavam sendo incluídas nos projetos, ou se tinham seus nomes inseridos por homens apenas visando a aprovação das propostas, não gerando assim a contribuição e efetiva participação das mesmas, como pressuposto legalmente.

No entanto, o desenvolvimento da pesquisa acarretou alterações necessárias ao descobrirmos que a AMA não era uma associação participante do PAA. Havia nos registros de grupos participantes no *site* da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) uma associação com a mesma sigla e que também tinha sede no Assentamento Monte Alegre, mas se tratava de outro grupo, uma associação mista e não apenas de mulheres.

A decisão então, foi manter as duas associações, realizando um estudo comparativo que se pautasse nas estratégias de reprodução sociais que ambos os grupos de agricultoras adotavam, considerando suas singularidades, a dimensão histórica e a situação geográfica condizente com a realidade de cada grupo. A situação geográfica foi um conceito de análise importante, já que a comparação que nos comprometemos a realizar, não implica em um nível de progresso a ser atingido, mas na consideração de que os espaços apresentam processos históricos e sociais diferentes, o que resulta em distintos níveis de inserção na economia regional e nas lógicas de poder (MASSEY, 2008).

Elegi estas duas associações porque gostaria de entender em que se assemelhavam e em que se diferenciavam as dinâmicas sociais, econômicas e culturais das agricultoras destas

duas áreas do Estado de São Paulo. Ambas as regiões são caracterizadas pela intensa presença de assentamentos rurais e de setores consolidados do agronegócio, sobretudo o ramo sucroenergético (e também a produção de cítricos, no caso de Araraquara), configurando-as como áreas de tensão e conflitos agrários.

Há outros aspectos em comum, como o apoio de sindicatos para a formação dos assentamentos; o número significativo de migrantes, sobretudo de Minas Gerais e de estados nordestinos, como Bahia, Ceará, Pernambuco e Sergipe. Talvez o ponto mais instigante é que, de modo geral, aqueles(as) que lutaram pela criação destes assentamentos não eram os tipos de pessoas desejadas para a inclusão nestas políticas públicas, ou seja, em uma visão bastante limitadora e preconceituosa, essas famílias não deveriam ser beneficiárias da política porque a maior parte não era agricultor(a), por serem antigos(as) bóias-frias, trabalhadores(as) da construção civil e atingidos(as) por barragens. A mesma mão-de-obra de gerações que deixaram o campo migrando para as cidades em decorrência da mecanização e espoliação.

Em Araraquara, as terras que atualmente integram o assentamento Monte Alegre pertenciam à Companhia de Desenvolvimento Agrícola (CODASP), um órgão estadual. Era um horto florestal utilizado para a produção de dormentes e eucalipto, e tornou-se foco de interesse dos movimentos sociais de trabalhadores(as) que cortavam cana na região e perderam o trabalho por causa da tecnificação. Já em Rosana, as terras eram griladas, de propriedade particular e foram reivindicadas por trabalhadores(as) desempregados(as) após o término da construção de usinas hidrelétricas e de álcool, desabrigados(a)s de uma enchente no rio Paranapanema e também por trabalhadores(as) volantes.

Apesar das condições adversas, confrontos, violências e preconceitos, essas famílias conquistaram seu território, iniciando outra luta que perdura até as gerações mais recentes, a permanência na terra. Contrariando as estimativas de que não teriam o perfil para tornarem-se assentados(a)s rurais, têm resistido, e ambos estão entre os maiores assentamentos do estado de São Paulo, tanto em termos de extensão territorial, quanto em número de famílias.

As mulheres possuem uma significativa contribuição para a permanência destas famílias nos assentamentos, e elas o fazem, através do uso combinado de diferentes estratégias de reprodução, que qualifico como estratégias socioespaciais. Estas estratégias desdobram-se em múltiplas dimensões que dialogam entre si. E, além de propiciarem melhorias das condições de vida das famílias em virtude da renda, proporcionam uma relativa autonomia financeira, a sororidade, a autoestima e o empoderamento feminino, promovendo alterações nas assimetrias de gênero, que por mais simples e sutis que possam parecer, são significativas para as mulheres do contexto rural.

As mulheres, de acordo com a situação geográfica destes espaços, os interesses e as singularidades de cada grupo, o apoio ou mesmo o desamparo de agentes de instituições voltadas para a assistência rural e do poder público local, direcionam um trabalho coletivo. Elas formalizaram as associações; acessaram o crédito rural, os financiamentos habitacionais, os recursos de Orçamento Participativo e o Bolsa Família; administram a aposentadoria; cultivam hortas e pomares para comercialização com programas de compras públicas e feiras de alimentos; fabricam pães, doces, salgados, biscoitos, compotas, queijos; fazem artesanatos, costura, bordado, crochê, pinturas; realizam cursos profissionalizantes; participam de premiações; assumem cargos em Conselhos Municipais, enfim, efetivam uma série de atividades em benefício não apenas de si mesmas e de suas famílias, mas de toda a comunidade assentada.

Tendo como cerne este panorama, suscito algumas questões norteadoras para a pesquisa, tais como:

- Em que grau a organização formalizada de agricultoras facilita a sua inserção econômica, com a consequente obtenção de renda e ampliação de suas potencialidades?

- Como a situação geográfica, na qual os assentamentos estão inseridos, interfere na condição socioeconômica das associadas e na disponibilidade de estratégias de reprodução acessíveis a esses grupos de mulheres?

- De que forma o conjunto de estratégias desempenhadas por estas mulheres têm contribuído para evidenciar o trabalho feminino e promover relações de gênero mais igualitárias?

A partir destas indagações, levantamos a hipótese de que por trás de um discurso que afirma a invisibilidade das agricultoras, as mulheres da AMA e da OMUS trabalham reprodutiva e produtivamente e geram mudanças nos espaços dos assentamentos, por meio das estratégias socioespaciais elas encontram fissuras e subvertem as normas do padrão de gênero tão cristalizadas no contexto rural.

Diante do exposto, o principal objetivo da tese consiste em compreender como o espaço dos assentamentos Monte Alegre (Araraquara-SP) e Gleba XV de Novembro (Rosana-SP) são constituídos a partir das estratégias de reprodução socioespaciais femininas, individuais e coletivas.

Tal propósito desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

1) Estudar o processo formação dos assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro, evidenciando a memória das mulheres que participaram da luta pela conquista da terra e permanência na mesma;

2) Entender o papel da Associação de Mulheres do Assentamento Monte Alegre (AMA) e da Organização de Mulheres Unidas do Assentamento Gleba XV de Novembro (OMUS) na organização socioespacial dos respectivos assentamentos;

3) Identificar e compreender as estratégias socioespaciais, individuais e coletivas, desempenhadas pelas agricultoras para o enfrentamento das estruturas de opressão de gênero.

Campos (2011), ao analisar os dados do Censo Agropecuário de 2006, concluiu que, dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários do país, apenas 656.228 (ou seja, 13%) tinham mulheres à frente da exploração agrícola. Ela ainda destaca que 46% das mulheres responsáveis pelo estabelecimento rural tinham mais de 55 anos, o que torna possível deduzir que as mesmas assumiram essa posição após tornarem-se viúvas, já que a mulher apresenta maior expectativa de vida do que o homem. Deere (2004), ao abordar a participação feminina na luta pela terra no Brasil, afirma que as mulheres raramente eram consideradas trabalhadoras rurais, seu trabalho era invisível, quer fosse como trabalhadoras de família não remunerada, quer como trabalhadoras assalariadas, permanentes ou temporárias.

As atividades da mulher rural estão circunscritas na ideia de “ajuda”, já que o seu trabalho reprodutivo, não gera recursos monetários, sendo então, consideradas apenas como “ajudantes”. Se os assentamentos possuem uma lógica própria, que muitas vezes contraria as imposições estatais, as mulheres exercem esse comportamento duplamente, pois além das agências

governamentais, também lutam contra o patriarcado, enfrentando diversos tipos de violência de gênero. Isso porque, o “assentamento não significa necessariamente um espaço de iguais” (BARONE; FERRANTE<sup>6</sup>, 2007, p. 9).

Logo, esta tese de doutorado tem como fio condutor compreender como o espaço dos assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro são constituídos pelas estratégias socioespaciais desenvolvidas pelas mulheres, de forma individual e coletiva, por meio das associações. Esta ideia se pauta primeiramente pela invisibilidade das mulheres como sujeitos que produzem o espaço rural, devido a um processo histórico de exclusão propiciado pela estrutura patriarcal e econômica. As mulheres não figuram como proprietárias dos lotes. O percentual de mulheres proprietárias é muito baixo e essa condição, geralmente ocorre pela modificação de sua condição marital, ao tornarem-se viúvas. Além disso, elas não possuem o reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, bem como têm rara documentação civil. Destarte, essas mulheres não existem do ponto de vista das estruturas econômicas e cidadãs brasileiras. Infelizmente, a ciência geográfica reforçou a cegueira da existência feminina na organização do espaço rural, já que a tradição de suas pesquisas mostra uma abordagem reduzida de trabalhos científicos que tragam as mulheres como atores sociais importantes nos estudos agrários.

Apesar de as estruturas sociais, econômicas e científicas negarem essas mulheres, não significa que elas não existam, mas que simplesmente essas estruturas são parte das engrenagens de poder que colocam as mulheres do campo como invisíveis. Assim, a tese se configura como um enfrentamento dessa estrutura de poder masculina e machista, e busca colocar estas mulheres em evidência, demonstrando que, por meio das estratégias de reprodução socioespaciais, as agricultoras têm afirmado a relevância de seu trabalho e reconfigurado continuamente o espaço agrário dos assentamentos rurais. É por meio das estratégias por elas desempenhadas que as suas famílias resistem, permanecendo na terra e vivendo da terra.

Para alcançar os objetivos propostos, foram empreendidos diferentes procedimentos metodológicos, observação participante, entrevistas temáticas e de história oral, cartografias alternativas e grupos focais (com as jovens) dos assentamentos. Além da apresentação, desta introdução, das considerações finais, das referências e apêndices, o livro encontra-se subdividido em seis (6) capítulos.

No primeiro capítulo “Sinuosidades da Estrada: os caminhos da pesquisa qualitativa”, explico quais foram os procedimentos metodológicos empregados durante a pesquisa, como e quando foram realizados, bem como as dificuldades enfrentadas nestas etapas. A pesquisa de campo foi dividida em três etapas, visando à concatenação e melhor aplicação dos procedimentos utilizados. No início, realizei as entrevistas guiadas por roteiros semiestruturados, nos quais busquei apreender informações temáticas e relatos sobre as trajetórias de vida. Tais entrevistas foram realizadas com as associadas e alguns/algumas profissionais de órgãos técnicos locais. Posteriormente, foram feitas as atividades de mapeamento alternativo, somente com as assentadas; e, finalmente, realizei os grupos focais com as jovens dos assentamentos estudados. Em todos os trabalhos de campo, estive presente no cotidiano das participantes, frequentando a sede das associações, as casas de algumas assentadas e até mesmo espaços externos aos assentamentos, como reuniões com o setor público, órgãos de assistência, locais de comércio, e outros e espaços de seu dia a dia.

---

6 Vera Lucia Silveira Botta Ferrante, socióloga, professora titular da UNESP de Araraquara, atualmente é professora da UNIARA.

O segundo capítulo: “Gênero e Geografia: da negação às possibilidades e enfrentamentos” consiste num esforço de apresentar uma periodização e espacialização dos estudos de gênero na ciência geográfica. Parte-se de uma abordagem inicial sobre a inserção desta temática por pesquisadoras do hemisfério Norte, em seguida no contexto da América Latina e, por fim, no Brasil. O intuito com este capítulo é apresentar uma sistematização sobre a apropriação do conceito de gênero pela Geografia.

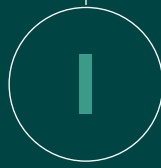
No terceiro capítulo: “Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e luta pela emancipação feminina no campo”, explano sobre alguns conceitos nos quais o trabalho se fundamenta, através da definição teórica de alguns/algumas autores(as), apresentando convergências e divergências destas abordagens. Relaciona-se a discussão teórica com as opressões vividas pelas mulheres, suas interseccionalidades e seu movimento de empoderamento. Apresenta-se ainda uma descrição do processo de luta por reconhecimento e direitos das agricultoras, e algumas considerações sobre a política de assentamento rural e características da vida de mulheres assentadas.

Nos capítulos quatro e cinco, respectivamente intitulados como: “De bóias-frias à herdeiras da terra: a história do Assentamento Monte Alegre e a formação da AMA” e “O Assentamento Gleba XV de Novembro e a formação da OMUS: entre usinas e hidrelétricas um pedaço de chão”, há a explicação detalhada sobre o processo histórico de construção dos espaços estudados, as fases de luta pela terra e as lembranças da participação feminina neste percurso, também há a descrição da constituição dos grupos das associadas, os interesses que levaram estas mulheres a se reunirem e persistirem trabalhando coletivamente, além das dificuldades enfrentadas.

Por fim, no sexto e último capítulo, contextualizo as estratégias de reprodução socioespaciais identificadas de acordo com a situação geográfica dos assentamentos e as particularidades de cada grupo de mulheres. Apresento agrupamentos das estratégias de acordo com quatro eixos principais: espacial, social, econômico e cultural. Essa divisão não é intransponível, uma vez que as estratégias apresentam muitas correlações, elas dialogam entre si constantemente, são indissociáveis, embora a dinâmica espacial se sobreponha às demais, pois por meio das estratégias estas mulheres criam e recriam práticas espaciais, reconfigurando as relações de gênero e a própria situação geográfica. Além desta discussão, o capítulo problematiza os resultados obtidos com os grupos focais, evidenciando os projetos de vida das jovens, seus problemas e o desafio da criação e fortalecimento de um elo entre elas e as associadas.

Ressalto que esta tese é resultado de um trabalho coletivo, e que embora haja assimetrias nas relações entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa, tentei registrar de modo mais fidedigno as visões e contribuições das pessoas que colaboraram com este trabalho. Os resultados dessa pesquisa advêm da relação de reciprocidade, respeito e confiança estabelecida com estas mulheres, bem como de minha própria trajetória de vida, portanto, é um conhecimento parcial e situado da realidade, longe de tomar para si a verdade incontestável. Espero que esta pesquisa auxilie outras(os) pesquisadoras(es) engajadas(os) na luta pelo reconhecimento do trabalho feminino, que se debruçam sobre o estudo das relações de gênero no campo, ou dos espaços aqui abordadas, ainda que seja uma modesta contribuição.





# **Sinuosidades da Estrada: os caminhos da pesquisa qualitativa**





Ilustração: Andréa Tolaini

**O que vale na vida não é o ponto  
de partida e sim a caminhada.  
Caminhando e semeando, no fim  
terás o que colher.**

**Cora Coralina**

## 1.1

# A importância da acuidade metodológica nas pesquisas sobre Gênero

**G**arcía Ramón<sup>7</sup> (2008) alerta que uma pesquisa feminista deve reconhecer que os resultados de sua investigação não são neutros, são influenciados pela reflexividade e pelo posicionamento de quem exerce a pesquisa.

A reflexibilidade do(a) pesquisador(a), trabalhada por Rose (1993, p. 1), refere-se à produção do conhecimento. Este conhecimento é situado e parcial, pois implica em uma posicionalidade de quem desenvolve a pesquisa. Ou seja, o processo de pesquisa, mesmo quando intenta expor determinados sujeitos, historicamente invisíveis, não está isento das relações de poder e hierarquias. Por isso, considero importante a utilização de um conjunto de metodologias qualitativas, que explorem ao máximo os ângulos das questões estudadas.

*A reflexividade também foi vista como parte necessária da ética da geografia humanista. A posição do pesquisador desencarnado e sem identificação foi recusada. [...] Os acadêmicos não eram invulneráveis aos processos que estudaram, e essas afirmações parecem paralelas aos esforços feministas para desconstruir a facilidade das afirmações autoritárias e não-marcadas de saber, que não apenas produzem conhecimento, mas reforçam poder (ROSE, 1993, p. 1).*

Tradicionalmente, a ética científica presume o afastamento necessário do objeto de pesquisa, a fim de não “contaminar” o(a) cientista pelas emoções e sentimentos, que o(a) dispersam da objetividade da ciência. Contudo, às vezes, a produção da ciência implica na transgressão desta regra, sobretudo em pesquisas de ciências humanas.

É neste sentido que Haraway<sup>8</sup> (1995) defende que as pesquisas sobre gênero não devem considerar os sujeitos pesquisados como objeto, mas sim como agentes no processo de pesquisa. Deve-se reconhecer a identidade plural das pessoas envolvidas na pesquisa, evitando assim uma visão essencialista dos sujeitos. São pesquisas que resultam em diferentes conclusões, já que toda construção científica é parcial, situada e corporificada no tempo-espaço.

Por esta questão da autorreflexão do(a) pesquisador(a), considero importante dedicar um capítulo para o aprofundamento da metodologia utilizada na pesquisa, através do qual busco explicar o caminho de produção da tese, evidenciando quais foram as escolhas tomadas diante das especificidades das participantes da pesquisa. A produção de conhecimento implica numa postura de autorreflexão sobre as teorias articuladas ao tema de pesquisa, os procedimentos metodológicos, a construção da relação entre as pessoas envolvidas no processo.

Tal enfoque permite ao/a leitor(a) acompanhar como se deu a construção do objeto/sujeito de pesquisa e em que medida esse procedimento foi sendo repensado no decorrer das primeiras observações do trabalho de campo, as mudanças que foram demandadas visando abranger a pluralidade dos sujeitos e a espacialidade da pesquisa.

7 Maria Dolores García Ramón, geógrafa e professora emérita na Universidade Autônoma de Barcelona.

8 Donna Haraway é bióloga, filósofa, escritora e professora emérita estadunidense, no Departamento de História da consciência, na Universidade da Califórnia em Santa Cruz.

Pesquisar implica na busca por respostas para dúvidas que permeiam a nossa relação com o mundo e com nós mesmos(as) (SUERTEGARAY<sup>9</sup>, 2002). Neste ínterim, pesquisas mais articuladas com a Geografia Humana dependem significativamente das relações construídas com o objeto de pesquisa que, frequentemente nestes casos, é também sujeito.

É necessário superar a visão dualista entre estes elementos para que a produção do conhecimento aconteça na interação relacional entre pesquisador(a) e o(a) participante da pesquisa. Neste sentido, a liberdade preconcebida em procedimentos metodológicos permite a revelação de aspectos impensados na realidade (SILVA; SILVA, 2016).

O processo de realização de uma pesquisa científica se apresenta metaforicamente como caminho a ser trilhado pelo(a) estudante. Neste caminho, ele(a) leva em sua bagagem, sonhos, experiências, expectativas, histórias, valores e princípios que desenham a sua trajetória. A alegoria em relação à estrada exemplifica o quanto este trabalho é minucioso, gradual e progressivo. Concordo com Demo (2002) no sentido de que a construção do conhecimento com qualidade metodológica é relevante não apenas para comprovação de cientificidade do trabalho, mas para exercer a capacidade de questionar a pesquisa produzida e de se autoquestionar.

Para Demo (2008), a qualidade metodológica se revela no cuidado com a reflexão prática do conhecimento, seja em termos pessoais, indicando como o(a) pesquisador(a) se coloca diante do desafio da produção da ciência, seja no sentido intersubjetivo, expondo à comunidade científica em que está inserido(a), discute e questiona o conhecimento científico. A realidade estudada pelas pesquisas qualitativas não é linear, por isso, exige habilidade metodológica “à flor da pele”.

A metodologia é o estudo integrado dos métodos científicos. Integra os conhecimentos adquiridos sobre os métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas e filosóficas, a fim de avaliar as potencialidades e limitações de cada método. A metodologia contempla todos os elementos que constituem os passos a serem tomados na pesquisa. Para Minayo<sup>10</sup> (2011), a metodologia é o caminho e a prática exercida na abordagem da realidade.

Concordo com Rio (2011) quando a autora assegura que assim como a escolha do tema a ser pesquisado relaciona-se intimamente com as aspirações e experiências do(a) estudante/pesquisador(a), nossas opções metodológicas não são puramente de cunho metodológico, elas refletem horizontes éticos e políticos do(a) pesquisador(a).

De certo modo também reconheço, conforme explana Turra Neto (2011), que há uma carência de metodologias próprias da Geografia, isso faz com que os(as) que se debruçam aos estudos geográficos tenham que recorrer a outros campos disciplinares para discutirem a metodologia de seus trabalhos, tais como a Antropologia, a História, a Sociologia e a Educação, por exemplo.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão e explicação da dinâmica de relações sociais, crenças, valores, atitudes, hábitos, experiências, cotidianidade (MINAYO, 2011). O espaço deve ser pensado como algo dinâmico e mutável, resultante e condicionado pela ação dos seres humanos, como espaço vivido, representável e passível de apropriação (SERPA, 2006).

---

9 Dirce Maria Suertegaray, geógrafa brasileira, atua principalmente nos temas de Geografia Física, atualmente leciona na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

10 Maria Cecília de Souza Minayo, socióloga brasileira, pesquisadora emérita da Fundação Oswaldo Cruz.

*O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem (a mulher), nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens (das mulheres) e comandam a prática social (SANTOS, 2001, p.34).*

Uma pesquisa que envolve associações de mulheres rurais e assentamentos, desenvolve-se, majoritariamente, sobre o nível local e microlocal. A escala do microlocal equivale a recortes espaciais que apresentam tamanhos diversos, mas que são passíveis de serem cotidianamente experienciados de forma intensa (SOUZA, 2018). Particularmente, nesta pesquisa, as dinâmicas espaciais de análise se circunscrevem principalmente em lotes rurais, associações, escolas rurais, assentamentos rurais, municípios; porém, é necessário reconhecer que não se restringem a estes espaços, e tampouco, as práticas espaciais das mulheres que participaram da pesquisa se dão de forma linear nos mesmos, há um trânsito entre as escalas.

Para Minayo (2011), a produção do conhecimento depende da articulação, além da teoria e método, de um terceiro elemento, a criatividade. Este último item relaciona-se ao fato de que, por mais que os(as) pesquisadores(as) se debruçam ao estudo de uma mesma situação ou fenômeno, utilizando o mesmo método e procedimentos metodológicos, os resultados jamais serão iguais. Primeiramente, pela bagagem de vida que traz consigo, e em segundo lugar, pelo aspecto peculiar da pesquisa, cada um/uma fará a seu modo, resultando em diferentes conclusões.

É neste sentido que concordo com Oliveira (1998), para o qual a pesquisa é uma prática artesanalmente construída, na medida em que a comparação entre o artesão e o cientista se estabelece em virtude de ambos produzirem algo único, diferente, ao passo que o resultado da pesquisa também é algo comum, modesto.

Para Turra Neto (2011), a pesquisa qualitativa pressupõe ainda uma visão na qual a teoria não assume autoridade intangível, isso não significa um relativismo banal, tampouco desprezo pela teoria, mas sim, uma mudança de postura em relação a ela. A teoria pode ser então reconstruída no processo de interpretação da realidade, porém não deve engessar a capacidade imaginativa do(a) pesquisador(a).

Até mesmo porque, no decorrer da pesquisa de campo e na aplicação das metodologias, a teoria pode e deve ser revista, apresentando suas potencialidades e limitações, de modo a auxiliar na construção da relação do pesquisador com o sujeito. Na trajetória de pesquisa, ela pode se apresentar como um pressuposto inicial, mas ao final do processo de produção do conhecimento, certamente sairá transformada (TURRA NETO, 2011).

Como frisa Bourdieu (2006), por mais que possamos constituir um objeto de pesquisa a partir da escolha de um enfoque, não devemos subestimar a pluralidade de aspectos que este objeto nos apresenta. Os sujeitos estudados jamais estão acabados ou fechados em si, tampouco se apresentam como um grupo homogêneo. É dever do(a) pesquisador(a) esmiuçar, desvendar suas trajetórias e características. Portanto, julgo pertinente detalhar as metodologias utilizadas, pois cada um dos procedimentos empregados me permitiu conhecer uma faceta diferente das pessoas que participaram da pesquisa.

A seguir, trago reflexões acerca de cada procedimento metodológico trabalhado, detalhando quando e como foram realizados. Esse esforço se dá visando uma maior compreensão das mulheres envolvidas na pesquisa, além de concatenar cada procedimento metodológico

com os objetivos propostos, reconhecendo quais as contribuições dos mesmos, expondo ainda as dificuldades vivenciadas. Considero que este detalhamento também será importante para apresentar os resultados obtidos à luz das teorias utilizadas no decorrer da investigação científica.

## 1.2

### Os caminhos percorridos nos trabalhos de campo

**N**o senso comum, o trabalho de campo pode remeter a uma experiência fantasiosa e exótica, relembrando estudiosos(as) que se dirigiam às regiões longínquas para pesquisar diferentes culturas e modos de vida, tais como os trabalhos dos(as) antropólogos(as) mais clássicos(as) (CRUZ NETO, 2011)

Entendo, assim como Oliveira (1996), que o trabalho de campo, seja para o(a) antropólogo(a), bem como para o(a) geógrafo(a) e demais cientistas sociais, trata-se de uma atividade que presume três atividades básicas: olhar, ouvir e escrever. O conhecimento para as ciências humanas é construído por meio da apreensão de fenômenos sociais que devem ser problematizados na pesquisa.

Olhar e ouvir parecem etapas corriqueiras da investigação científica, porém Oliveira (1996, p. 18) nos alerta para o fato de que elas não podem ser entendidas como atividades independentes no processo da pesquisa. Ambas se complementam e servem, segundo ele, como “muletas” para o investigador. Esta metáfora se dá em razão de que “a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas”.

Olhar e ouvir são atos que vão sendo aperfeiçoados pelo(a) pesquisador(a) ao longo dos anos, transformando-se em habilidades indispensáveis para o exercício da investigação. Podemos realizar entrevistas, aplicar questionários, entre outros procedimentos metodológicos, mas todas perpassam pela atenta observação e escuta. Muitas vezes teremos informações não ditas verbalmente, mas expressas por gestos, olhares, omissões, nas conversas que presenciamos entre os participantes da pesquisa. Um exemplo disso foi a experiência relatada na apresentação. Mas, isso só será capturado pelos(as) pesquisadores(as) que tiverem esses sentidos aguçados. Em campo nada é trivial ou um mero detalhe, toda informação obtida e produzida é passível de problematização. E essa capacidade do(a) pesquisador(a) de transformar detalhes do cotidiano em elementos que embasam teorias é o que atribui credibilidade ao fazer científico, especialmente para as ciências humanas.

O trabalho de campo na pesquisa qualitativa das ciências humanas permite que tenhamos uma aproximação maior com o que desejamos conhecer e estudar. A produção do conhecimento proveniente deste procedimento leva em conta a realidade encontrada *in loco* (CRUZ NETO, 2011). É por meio do trabalho de campo que o(a) pesquisador(a) logra a articulação de conceitos, a sistematização da produção de uma determinada área do conhecimento, que o(a) permite criar novas questões provenientes de um processo de superação sobre aquilo que já se encontra produzido (CRUZ NETO, 2011).

Não se deve ir à campo considerando apenas confirmar hipóteses previamente elaboradas, pois, deste modo, perde-se a riqueza de novas revelações que o campo oferece. Essa postura dificulta o diálogo com os(as) participantes e gera constrangimentos, podendo inclusive implicar em falsos depoimentos por parte dos grupos estudados. Além do mais, “qual é o sentido de pesquisar algo para o qual já sabemos a resposta?” Esse questionamento feito em uma palestra proferida pelo professor Paulo César Gomes da Costa durante o XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), em 2015; marcou-me bastante, uma vez que inicialmente pensava que algumas das questões que vieram a compor o projeto de pesquisa da tese, seriam facilmente respondidas, ou presumia que no fundo já sabia quais seriam as respostas. Evidentemente, tudo não passou de uma presunção passageira diante da complexidade das situações estudadas. Neste sentido, pesquisar:

*Trata-se, pois, de viver a prática e deixar que ela se mostre a nós. Trata-se de ser capaz de, na prática, estar preparado para encontrar o “imponderável”, o não conhecido, aquilo com o que não contávamos, o que nunca foi visto nem dito, o novo, ao invés de ir para campo com um esquema pré-definido do que se espera encontrar (MARCOS, 2006, p. 132).*

Neste sentido, concordo com Cruz Neto (2011, p. 64) quando o mesmo diz que: “O trabalho de campo em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido”.

É preciso olhar com profundidade e observar, sobretudo aquilo que não havíamos considerado antes de sair para campo (MARCOS, 2006). Cruz Neto (2011) recomenda que a entrada no campo ocorra de forma gradual, por intermédio de alguma pessoa que estude, trabalhe, more próximo dos sujeitos que vivem na área de estudo.

Aqui abro parênteses que detalham um pouco da descoberta dos grupos estudados, o encontro e conhecimento inicial acerca das associações envolvidas na pesquisa. A Organização de Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS) já era conhecida por mim devido a mulher que se configura como principal liderança do grupo, Margarida<sup>11</sup>. Ela é uma assentada bastante conhecida por todos que estudam e trabalham com os assentamentos na região do Pontal do Paranapanema. É uma mulher que participou ativamente da luta pela terra no Assentamento Gleba XV de Novembro, e apesar de atualmente não presidir a associação, ainda exerce centralidade e capacidade de articulação e liderança sobre as demais integrantes da OMUS.

Antes de iniciar a pesquisa de campo já ouvia comentários a respeito dela, por meio de estudantes e funcionários(as) de órgãos públicos. Após um contato inicial estabelecido por intermédio de um aluno do curso de Turismo da Unesp de Rosana, decidi realizar a entrevista no final da primeira etapa dos trabalhos de campo, pois assim, já teríamos um tempo maior de convívio, podendo construir uma relação de maior confiança, o que repercutiria na qualidade e profundidade das informações obtidas. E, de fato, a entrevista realizada com ela foi a mais longa e com riqueza de detalhes. Todas as noites, apesar do cansaço dos dias intensos percorrendo o assentamento e levantando material, eu conversava com Margarida, ouvindo com atenção os seus desabafos. Avalio que este diálogo diário e ouvir atento foram cruciais para o resultado desta entrevista, que me conduziu à totalidade da organização da OMUS e da Gleba XV de Novembro.

<sup>11</sup> Este nome é fictício, bem como os demais.

Este fato me faz refletir sobre a questão temporal envolvendo pesquisas com populações rurais. De acordo com Marcos (2006), a nossa dimensão temporal é diferente da dimensão de comunidades camponesas e indígenas, por isso nem sempre as coisas acontecerão rapidamente. Não podemos embasar o comportamento destas pessoas pela nossa compreensão sequencial do tempo, não podemos exigir pressa. Embora as pesquisas estejam dentro de um âmbito maior de prazos e exigências a serem cumpridas, devemos, na medida do possível, ter esta compreensão.

No caso da Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre (AMA), o primeiro contato foi estabelecido antes desta associação tornar-se um objeto de estudo para a tese. Em 2014, participei do VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, organizado e sediado na Universidade de Araraquara (UNIARA). Neste evento houve um trabalho de campo no Assentamento Monte Alegre, no qual aconteceu uma apresentação sobre a associação e as atividades da padaria, e uma das mulheres me entregou um cartão, contendo os números de celulares de algumas associadas. Guardei este cartão sem maiores pretensões, quando dois anos após este encontro, propus uma pesquisa envolvendo esta associação.

A tecnologia gera mudanças na dinâmica de tempo do espaço rural, aos poucos a sua difusão propicia situações antes inimagináveis. Curiosamente, quando fazia a pesquisa de campo na graduação e no mestrado, o contato e agendamento de entrevistas era feito através de telefonemas e e-mails (raramente); recentemente, no doutorado, todos os contatos foram realizados por conversas através do aplicativo de celular para troca de mensagens: *WhatsApp*.

Devemos apresentar a proposta de estudo às pessoas envolvidas, pactuando a sua participação, explicando os detalhes de como será feito, com qual propósito é realizado e as repercussões advindas do processo da pesquisa. Isso é muito importante, pois a construção e a qualidade das informações dependem de um acordo cooperativo que preza por diálogos, trocas, fugindo de qualquer obrigatoriedade, coerção, pressão. As pessoas devem participar da pesquisa espontaneamente, por interesse próprio, numa interação saudável. Quanto mais cultivarmos o envolvimento compreensivo, a participação nos problemas diários, mais consolidada será a nossa relação com os(as) participantes da pesquisa, de modo a construirmos informações mais fidedignas e completas (CRUZ NETO, 2011).

O(a) pesquisador(a) deve ser aceito(a) como é, na condição de um(a) estranho(a), que está na comunidade para realizar um estudo com eles/elas, e não sobre eles/elas, e que depois irá embora, sua presença não deve causar constrangimentos, a fim de que os(as) participantes não se sintam incomodados(as) diante dele(a), e ajam com maior naturalidade possível (MARCOS, 2006).

Marcos (2006) critica a forma como alguns/algumas pesquisadores(as) agem em campo. Ao chegarem com questionários extensos, elaborados em laboratórios de pesquisa, e direcionando inúmeras perguntas (por vezes incompreensíveis) às pessoas envolvidas e irem embora, sem dar um retorno para as mesmas. Este fato, ao ocorrer repetidas vezes, faz com que a comunidade deixe de confiar em outros(as) pesquisadores(as), que porventura estudem o mesmo grupo, impedindo que futuras pesquisas sejam realizadas, metaforicamente falando: “portas são fechadas”.

Vivenciei, pontualmente, uma situação em decorrência deste processo. Ao explicar a pesquisa para uma funcionária da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) visando obter sua entrevista, a mesma, a princípio negou-se a participar. Ela



declarou que, em anos anteriores, havia sido entrevistada por uma pesquisadora que distorceu sua fala, resultando em problemas profissionais para ela, e que isso a colocava numa posição de desconfiança. Propus que ela cedesse a entrevista e que, antes de reproduzir e publicar qualquer trecho, enviaria para que ela conferisse a autenticidade de suas palavras. E então, sob esta condição, ela aceitou conceder a entrevista.

O trabalho de campo é um procedimento metodológico imprescindível, já que dele derivam todas as demais técnicas, sejam de cunho quantitativo ou qualitativo. Para realizar um levantamento de vegetação ou topográfico, para analisar as feições geomorfológicas, para efetuar a observação participante ou fazer entrevistas, bem como demais práticas de investigação científica, devemos, de antemão, nos situar no espaço da pesquisa. Concordamos quando Rio<sup>12</sup> (2011, p. 47), assertivamente afirma: “O trabalho de campo é igualmente prática social, que envolve distanciamento, e lugar de pesquisa, onde o conhecimento é gerado e registrado através de atividades específicas.”

Podemos então, afirmar que o trabalho de campo estabelece o primeiro contato direto entre o(a) pesquisador(a) e o objeto de pesquisa. O trabalho de campo é uma atividade intrínseca à ciência geográfica, e necessária para pensarmos na visão articuladora entre a natureza e a ação humana, evidenciada na corrente tradicional da Geografia Francesa.

Em 1970, com a Geografia Teorético-Quantitativa, os trabalhos de campo foram relegados ao esquecimento, passando a privilegiar-se o uso de ferramentas tecnológicas e modelos matemáticos (ALENTEJO; ROCHA-LEÃO, 2006). Posteriormente, no início da Geografia Crítica, em meados dos anos 1980, a aversão ao Positivismo levou radicalmente a negação da importância do trabalho de campo como ferramenta precisa e necessária à Geografia, atribuindo maior importância à teoria (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2016).

Com o passar do tempo e o aperfeiçoamento das técnicas de pesquisa, o trabalho de campo foi relegado à condição de banalidade, e a descrição detalhada, vista com o olhar crítico, ao ser estritamente associado às práticas positivistas de pesquisa. Me pergunto: qual é o problema em utilizar uma técnica de pesquisa originária do Positivismo? A corrente teorética-quantitativa também produziu técnicas interessantes e precisas para as análises espaciais da Geografia. Todas as correntes primavam especificadamente por um conceito em detrimento de outros, espaço, território, paisagem, região, lugar. Da mesma maneira, dispunham de metodologias específicas. Conforme afirma Serpa (2006, p. 21):

*Ressaltar a importância do trabalho de campo na Geografia não significa pregar a volta ao empirismo descolado da perspectiva de teorização, ao contrário, conceitos, teorias e procedimentos metodológicos devem constituir uma unidade orgânica e coerente no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa dos geógrafos.*

Não vejo a primazia de uma técnica sobre a outra, mas a magnitude da articulação de diferentes procedimentos metodológicos na busca das respostas para o problema perseguido pelo(a) pesquisador(a). Logo, o trabalho de campo é indispensável não apenas para a pesquisa, mas também para o ensino e para a execução da Geografia pelo(a) bacharel(a).

O trabalho de campo é tão especial para a pesquisa, que ao longo do processo, pode alterar a nossa relação com os sujeitos da pesquisa. Sendo uma prática que, ao longo do pesquisar, tal relação pode ser construída, desconstruída e reconstruída. Esse procedimento é capaz

<sup>12</sup> Gisela Aquino Pires do Rio, geógrafa, atualmente é professora titular colaboradora voluntária na Universidade Federal do Rio de Janeiro.



de revelar diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço de acordo com questões definidas pelas pessoas envolvidas na pesquisa (RIO, 2011; SUERTEGARAY, 2002; SERPA, 2006).

Kaiser (2006) defende a pesquisa de campo como situação social e não como situação espacial. O espaço não pode ser estudado independente, porque ele consiste em um dos elementos do sistema social. Além disso, na análise do fenômeno podemos perceber que diversos agentes e elementos participam do projeto: grupos sociais, Estado, instituições, mídias, ideologias.

Rio (2011) critica o fato de alguns projetos apresentarem um grau tão elevado de verticalização que não é possível encontrar a sua geograficidade. A autora acredita que o menosprezo pelo trabalho de campo também se associa a uma questão bastante debatida na atualidade, que diz respeito à produção em série. Por vezes, o(a) mestrando(a) ou doutorando(a) não encontra um sentido mais mobilizador em fazer a pesquisa, senão como uma sequência de produção, na qual a maior preocupação consiste na obtenção de seus títulos.

Para a autora supracitada muitos(as) não se preocupam em contextualizar como o tema e objeto de seus estudos é abordado pela Geografia, tampouco se esforçam na utilização das categorias espaciais. Infelizmente isso é algo que evidencia a desvalorização e o empobrecimento da ciência geográfica pelos(as) próprios(as) geógrafos(as), uma vez que, apesar desta ciência apresentar conexões das mais variadas com outras áreas do saber, possui sua própria idiossincrasia (RIO, 2011).

Há lacunas e silêncios sobre a relevância do trabalho de campo na construção e reconstrução da pesquisa. Quando o trabalho de campo é realizado em dissertações e teses, pouco se discute sobre como o mesmo é feito, com quais objetivos, não é problematizado, sejam em relatórios de qualificação, ou na versão final das dissertações e teses, propriamente ditas. Rio (2011, p.49) afirma que o trabalho de campo é frequentemente ignorado, quando muito, mencionado de modo rápido e superficial, não distinguindo o modo de aproximação ao objeto de estudo. “Como, porquê e quando de sua realização não integram os elementos mobilizados para a construção do objeto, ou ainda, o campo em nada contribui para a objetividade da análise. [...], o campo não se explica, nem se transmite, o campo se faz.” Portanto:

*O caráter pouco reflexivo na construção ou reconstrução do objeto de pesquisa e que reflete na ausência de considerações sobre o trabalho de campo, antes e durante a realização da pesquisa, na desconstrução/reconstrução de objetos de investigações geográficas que incluam a necessária discussão sobre as tensões internas à própria disciplina (RIO, 2011, p 56).*

Segundo Rio (2011), os(as) estudantes consideram o trabalho de campo como se fosse algo preexistente à construção do objeto. Nessa perspectiva, toma-se o campo como realidade física evidente que se esquia da elaboração intelectual, de modo a induzir o(a) leitor(a) ao fato de que o campo é inerente à Geografia, a ponto de confundir-se com a mesma, dispensando assim seu detalhamento. Trabalho de campo é sim uma tradição do saber geográfico, entretanto, não deve ser reduzido por naturalização, erroneamente, em muitos inconscientes o campo é Geografia, logo é desnecessária a sua explicação.

*Mais atenção vem sendo dispensada aos equipamentos a serem levados ao campo do que as reflexões e indagações sobre como esse instrumento clássico da Geografia nos obriga a conduzir de um ou de outro modo nossas pesquisas, a produção de informação etc. (RIO, 2011, p.55).*

Para Baitz (2006), o trabalho de campo é relevante para a Geografia, já que envolve habilidades implícitas de produção de conhecimento geográfico: transcrição (descrição), representação (cartografia), modificação (planejamento). A “ida ao campo”, expressão comum entre os(as) estudantes não pressupõe a “ida” no sentido literal, pois o ato de ir é antecipadamente planejado e precedido por procedimentos técnicos, além do fato de carregarmos conosco equipamentos necessários ao trabalho de pesquisa em campo. Portanto, não pode ser tão-só definido como uma “ida”.

Um aspecto interessante trazido por Serpa (2006) vincula a relação do trabalho de campo com o geral e o particular. Na Geografia, o trabalho de campo requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se quer estudar. Deste modo, o trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem desconsiderar os arranjos específicos que tornam cada lugar uma articulação de fatores físicos e humanos.

Alentejano e Rocha-Leão (2011) acreditam que o trabalho de campo deve então, constituir num momento de articulação teoria-prática. A prática de campo não deve prescindir da teoria, alterando a capacidade de compreensão da essência dos fenômenos geográficos. Isso dialoga com a proposta trazida por Santos (1999) quando o autor diz que a aplicação da teoria ao conhecimento, conceitos e modelos devem ser permanentemente revistos e refeitos, pois teoria e realidade estão em permanente evolução.

A escolha do recorte espacial deve ser condicionada de acordo com as questões e os problemas da pesquisa, bem como as características específicas do fenômeno que se deseja estudar. Esta escolha por mais trivial que possa aparecer, é dificultosa, se levarmos em conta diversas dimensões do tema estudado, sua ação e interações, o concreto e funcional, o simbólico e afetivo, o universal e o particular (SERPA, 2006).

Nabozny (2009; 2007) amparou-se no conceito de intertextualidade para estudar a exploração sexual infanto-juvenil feminina na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Por meio da intertextualidade, compreendemos que as espacialidades nas cidades, nos espaços rurais, ou outro espaço, são produzidas por diferentes textos, conseguimos tornar visíveis grupos e sujeitos que são apagados, omitidos nas análises metodológicas tradicionais da geografia, isso nos remete a uma posição mais reflexiva entre os discursos, deixando de presumir falas binárias entre exploradores(as) e explorado(as). Entre eles há uma infinita possibilidade de elementos discursivos que permitem ler as realidades postas.

Há perspectivas geográficas que desconsideram a pesquisa de campo, pois julgam suficiente a leitura do mundo através de mapas, cartas e imagens de satélite. Porém, estes são meios de trabalho e não um fim. Sobre isso Suertegaray (2002) discute que as tecnologias avançadas auxiliam muito a leitura do campo pelos(as) geógrafos(as), porém, não bastam. É como uma máquina de fotografia sofisticada, que exigirá um método de utilização e a visão de mundo do(a) fotógrafo(as).

O tipo de trabalho de campo apresenta uma variedade, que se relaciona ao seu objetivo. Pode ser utilizado para levantamento de questões espaciais; produção de dados, produção de informações; confirmação/refutação de hipóteses; questionamento de posições consagradas. Desde antes do reconhecimento geográfico como ciência, o trabalho de campo tem uma função importante, no sentido de influenciar na construção da imaginação geográfica, e na construção do objeto de investigação. A Geografia brasileira, por ter forte base francesa, tinha inicialmente na observação e nas demais práticas de campo não apenas uma metodologia, mas uma forma de aprendizagem (RIO, 2011).

*A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SUERTEGARAY, 2002, p.3).*

Inicialmente, pretendia aplicar um questionário junto a todas as associadas, para posteriormente, após análise dos resultados obtidos, selecionar algumas mulheres para a fase de entrevistas, porém, ao iniciar o campo tive conhecimento de que as mulheres que efetivamente participavam das atividades das associações se constituíam num número reduzido, então foi optado por pular a etapa dos questionários e realizar as entrevistas. Apesar da metodologia utilizada ser essencialmente qualitativa, utilizei técnicas consideradas quantitativas, como a pesquisa de informações em *sites* (quadro 2) como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para levantamento de informações populacionais (entre os anos de 1960 a 2010); da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE), para levantamento de informações socioeconômicas (entre os anos de 1990 a 2018); e do portal de transparência da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (consultas entre o período de 2010 a 2020), para levantar dados sobre os projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos quais as associadas da OMUS participaram.

**Quadro 2:** Sistematização do levantamento de dados em sites

Fonte	Período	Dados consultados
IBGE	1960–2010	Censos Demográficos de Araraquara e Rosana
SEADE	2018	Atual perfil Socioeconômico dos municípios
Portal de Transparência (CONAB)	2010 a 2020	Informações sobre a participação da OMUS no PAA (Doação Simultânea)

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula, 2019.

Essas informações de fontes secundárias, foram importantes para caracterizar o perfil socioeconômico dos municípios nos quais os assentamentos estão inseridos, e a participação das mulheres da OMUS no PAA. As demais técnicas dependiam muito do envolvimento com as participantes da pesquisa, tinham um caráter mais voltado à fenomenologia, embora não me autoidentifique como seguidora deste método. Não me limito a enquadrar-me em um método determinante para a pesquisa. Isso implica em certa subversão própria dos(as) pesquisadores(as) que estudam sujeitos invisibilizados pelo discurso hegemônico da ciência.

Isto não significa que não devemos fazer uso de conceitos e da metodologia proveniente dos métodos tradicionais da Geografia, pelo contrário, todavia, esse uso deve ser tensiona-

do e refletido de modo crítico, demonstrando assim que há conflitos e disputa pelo poder no discurso epistemológico de nossa ciência.

*A subversão é compreendida como ações de pesquisadores(as) que, em virtude de privilegiarem temas e sujeitos invisibilizados pelo discurso científico, não compartilham as normas hegemônicas estabelecidas. Todavia, o fazer científico implica estes pesquisadores na operação de conceitos e métodos já consensuados na academia. E esse impasse leva à adoção crítica dos conceitos, evidenciando as relações de poder inerentes às construções teóricas e metodológicas. Além de ampliar novos recortes de grupos sociais, introduzem questionamentos, renovam métodos e acrescentam fontes alternativas de pesquisa, anteriormente desprezadas como pertencentes ao domínio do científico um método de investigação, permitindo a inserção do(a) pesquisador(a) no movimento da sociedade como um todo (SILVA, 2009, p.15).*

No campo, a informação é produzida a partir da relação, da interação, de caminhos e (des) caminhos, encontros e (de)sencontros, a depender do esforço do(a) pesquisador(a) em desenvolver uma relação de respeito com os(as) participantes, à medida em que estes(as) se colocam mais ou menos suscetíveis a contribuir com a pesquisa. Os trabalhos de campo da tese foram realizados em três etapas, considerando os meses de março a setembro de 2018. Acredito que a divisão dos procedimentos metodológicos foi mais interessante e proveitosa, além de permitir a organização das atividades de modo que não prejudicassem a rotina de trabalho das mulheres participantes.

**Quadro 3:** Relação das atividades metodológicas realizadas

Metodologia	Período	Pesquisa de Campo – Local
Trabalho de Campo	Entre 26 de Março a 11 de Setembro de 2018	- Assentamento Monte Alegre e - Assentamento Gleba XV de Novembro
Observação Participante	Entre 26 de Março a 11 de Setembro de 2018	- Assentamento Monte Alegre e - Assentamento Gleba XV de Novembro
	26 de Março de 2018 e 16 de Maio de 2018	- Reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Social de Araraquara (AMA) - Reunião de Orçamento Participativo (AMA)
	12 de Julho de 2018	- Reunião com Itesp (OMUS)
Entrevistas Temáticas e História Oral	26 a 28 de Março de 2018 e 24 a 26 de Abril de 2018	- Assentamento Monte Alegre - Itesp de Araraquara - Assentamento Gleba XV de Novembro - Itesp de Rosana - Secretaria de Assistência Social de Rosana
Cartografias e Mapas mentais	16 a 18 de Maio de 2018 e 11 a 13 de Julho de 2018	- Assentamento Monte Alegre e - Assentamento Gleba XV de Novembro
Grupos Focais	07 de Agosto de 2018 a 11 de Setembro de 2018	- Assentamento Monte Alegre e - Assentamento Gleba XV de Novembro

Optei por não iniciar as atividades metodológicas apenas com a observação e diálogos informais, devido ao estudo incluir dois assentamentos localizados em regiões afastadas no Estado de São Paulo (localizados a uma distância de 620 quilômetros entre si). Além disso implicar em despesas e o tempo dispendido nas viagens, acredito que por mais que haja um contato informal que anteceda os procedimentos metodológicos com as participantes da pesquisa, não posso concordar que o(a) pesquisador(a) esteja de fato “desarmado(a)”, pois traz consigo uma bagagem de leituras e ideias sobre as pessoas e o lugar estudado (embora por vezes, no decorrer da pesquisa essas ideias poderão ser desconstruídas), além uma intencionalidade que é inerente à condição de quem pesquisa algo.]

### 1.3

## Os relatos orais como fontes de pesquisa: passado e presente

**A**s entrevistas, realizadas a partir dos trabalhos de campo, consistiram em uma das técnicas de pesquisa mais importantes para a produção das informações produzidas junto às participantes da pesquisa. Elas propiciaram um detalhamento sobre o trabalho das assentadas, a participação delas nas associações, a relação com as políticas públicas e o desenvolvimento das estratégias de reprodução socioespaciais as quais passaram a se dedicar.

As entrevistas consistem em uma interação social, “conversa interessada”, na qual o(a) entrevistador(a) visa obter informações do(a) entrevistado(a) e apreender questões sobre o comportamento e a consciência do(a) participante da pesquisa. As informações que se buscam alcançar com as entrevistas referem-se, geralmente, a um objetivo específico (COLOGNESE; MÉLO, 1998). Thompson (1998) adverte que o principal objetivo das entrevistas não é a obtenção de informação ou evidências, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como indivíduo olha para traz e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes.

Para Thompson (1998), é dever do(a) entrevistador(a), além de respeitar as pessoas entrevistadas, ter flexibilidade, capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião de seus(suas) entrevistados(as), e disposição para manter-se em silêncio e ouvir. O (a) pesquisador(a) deve dar liberdade para que os(as) entrevistados(as) falem, e também para que não falem (se assim preferirem), é preciso respeitar o silêncio. Os silêncios, gestos e desvios de assunto possuem um significado, uma subjetividade, que pode ser interpretada.

Apesar das entrevistas serem condicionadas de modo a estabelecer um diálogo, na horizontalidade, admiro, conforme Colognese e Mélo (1998) que as mesmas constituem uma interação verbal que não ocorre de forma em que as posições sociais sejam simétricas, já que o(a) entrevistador(a)/pesquisador(a) costuma estar numa posição de controle da situação. Este fator já diferencia a entrevista de uma simples conversa. E isso pode fragilizar os resultados, de modo que o(a) entrevistado(a) se sinta coagido(a) a responder aquilo que o(a) entrevistador(a) espera, para agradá-lo(a), ou permanecer passivo(a).

Daí a importância, dentro das possibilidades, de assegurar que a pessoa entrevistada tenha o máximo de liberdade e expressividade, para expor com o mínimo de desconforto possível, suas opiniões e informações sobre os fatos questionados.

Thiollent (1987) explica que a discussão metodológica sobre a técnica da entrevista deve considerar os problemas advindos da relação entre a Sociologia e a Psicologia. A relação entre o(a) entrevistador(a) e o(a) entrevistado(a) implica em características como idade, sexo, raça, educação, religião, que podem interferir nas respostas dadas pelo(a) mesmo(a).

Observei esta constatação em campo, quando percebi que, obtive um aprofundamento de informações com algumas entrevistadas, diferentemente de outro pesquisador, que havia realizado uma pesquisa anterior no mesmo assentamento. Possivelmente, para além das formas de abordagem, duas características básicas interferiram nisto: as diferenças de gênero e de sexualidade dos pesquisadores. Notei a mesma situação durante a pesquisa de mestrado, ao entrevistar alguns homens.

Há diferentes tipos de entrevistas. A técnica de entrevista empregada na pesquisa foi a semi-diretiva, ou semi-estruturada, e foram registradas através de gravação de áudio e feitas individualmente. O roteiro utilizado contém temáticas de maior relevância para a pesquisa, trata-se de um roteiro contextual, com perguntas diretas e opinativas. É importante que o roteiro seja elaborado previamente, já que o(a) pesquisador(a) não pode realizar entrevistas na base da intuição (THIOLLENT, 1987).

Todavia, saliento que diante das situações inesperadas da pesquisa de campo, me deparei com situações nas quais tive de realizar entrevistas que não estavam previstas, o que exigiu espontaneidade. Essas entrevistas foram, no Assentamento Monte Alegre, a conversa realizada com a professora da escola local; e no Assentamento Gleba XV de Novembro, o diálogo realizado com uma antiga associada.

A História Oral possibilitou o acesso às informações sobre a memória das entrevistadas, em referência ao processo vivido na luta pela terra, enquanto eram acampadas, em relação às suas origens e aspectos culturais. Esta técnica de pesquisa alcançou destaque na década de 1970 como um fenômeno metodológico e político, configurando-se como um procedimento que permitia a investigação de questões e camadas sociais, até então pouco visíveis na documentação escrita.

A história oral tem como base a memória dos sujeitos estudados, expressa através da oralidade, nos diálogos e entrevistas. É preciso que o (a) pesquisador(a) tenha cautela ao utilizar esse procedimento, pois a memória pode ser falível. Alguns problemas dizem respeito às possíveis transferências que o(a) entrevistado(a) pode fazer com suas lembranças, misturando opiniões do presente com o passado. A pessoa entrevistada pode ter dificuldades de se lembrar de acontecimentos específicos, de sua sequência, sentir-se receosa dependendo dos assuntos abordados, ou das características do(a) entrevistador(a). Por isso, é importante utilizar outras fontes, além da oralidade, como fontes escritas, documentos. Apesar das possíveis dificuldades, a história oral possibilita ao(a) pesquisador(a) produzir o seu próprio material de análise (HALL, 1992).

Utilizei esta técnica em caráter de complementariedade, pois os depoimentos obtidos mantiveram um diálogo com outras fontes, leituras, dados de base secundária. A história oral exige uma grande sensibilidade de análise para interpretar os sentimentos

carregados nos depoimentos, e também as possíveis distorções, omissões, esquecimentos e deformações na fala do(a) entrevistado(a), uma vez que a imaginação é um elemento presente nas recordações que ele(a) faz (MEIHY, 2002).

Segundo Meihy (2002, p. 51): “A história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento”. Os projetos de história oral costumam apresentar quatro tipos de categoria de memória: classe, etnia, gênero e circunstância histórica. As etapas da história oral compreendem: a elaboração do projeto, a gravação, a confecção do documento escrito e, por fim, a análise do material (MEIHY, 2002).

Um aspecto interessante das entrevistas no sentido da história oral foi que a técnica permitiu compreender melhor o processo de migração das assentadas. No caso da AMA, as participantes entrevistadas são migrantes oriundas de três estados brasileiros: Minas Gerais, Paraná e Bahia. Em relação a OMUS, as migrantes são do Paraná e de Pernambuco. Vale ressaltar que embora algumas entrevistadas tenham nascido no Estado de São Paulo, são filhas de migrantes. Os relatos das participantes nos permitem observar o quanto suas vidas apresentaram dificuldades sociais e econômicas, que por sua vez, motivaram a migração de suas famílias.

Ao total, foram entrevistadas 24 (vinte e quatro) pessoas, incluindo as participantes que são associadas e 6 (seis) funcionários(as) de órgãos/instituições que prestam serviços às associações e aos assentamentos, conforme os quadros 4, 5 e 6.



**Quadro 4:** Entrevistas realizadas junto às participantes da Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre (AMA) em Araraquara – SP

Nº	Identificação	Idade	Nível de escolaridade	Profissão	Cor/Etnia	Naturalidade	Renda Estimada em Salários Mínimos	Data da Entrevista
1	Amarílis*	53	8ª Série	Agricultora	Branca	Utinga – BA	2 Salários	28/03/2018
2	Begônia	58	5ª Série	Agricultora	Parda	Sandovalina – SP	2 Salários	28/03/2018
3	Azaléia	62	4ª Série	Agricultora	Negra	São João de Evangelista – MG	2 Salários	26/03/2018
4	Ciclame	42	8ª Série	Agricultora e Diarista	Parda	Campo Mourão – PR	3 Salários	27/03/2018
5	Calêndula	59	4ª Série	Agricultora	Branca	Manoel Ribas – PR	2 Salários	28/03/2018
6	Camélia	65	3ª Série	Agricultora Aposentada	Parda	Salinas – MG	3 Salários	27/03/2018
7	Cravina	58	Ensino Médio Completo e Técnico em Enfermagem	Agricultora	Branca	Jardinópolis – SP	2 Salários	26/03/2018
8	Gérbera	50	Ensino Médio Incompleto	Agricultora e Agente de Saúde	Negra	Riolândia – SP	3 Salários	29/03/2018
9	Hortênsia	38	Superior Completo (Administração)	Agricultora	Branca	Matão – SP	6 Salários	28/03/2018

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula, 2018.

\* Todos os nomes das participantes da pesquisa são fictícios. Usamos nomes de flores como identificação das associadas e das jovens. E em relação aos(as) demais participantes (técnicos, assistentes sociais etc.) nos referimos à eles(as) pela seu cargo/profissão.

**Quadro 5:** Entrevistas realizadas junto às participantes da Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS), em Rosana - SP

Nº	Identificação	Idade	Nível de escolaridade	Profissão	Cor/Etnia	Naturalidade	Renda Estimada em Salários Mínimos	Data da Entrevista
1	Margarida	58	Ensino Médio Completo	Agricultora	Negra	Cuiabá Paulista - SP	3 Salários	25/04/2018
2	Gardênia	49	Ensino Médio Completo	Agricultora	Negra	Cuiabá Paulista - SP	1 Salário	25/04/2018
3	Kalonchoê	54	Ensino Médio Completo	Agricultora	Branca	Mirante do Paranapanema - SP	1 Salário	26/04/2018
4	Magnólia	57	7ª Série	Agricultora	Parda	Leópolis - PR	2 Salários	24/04/2018
5	Lavanda	60	3ª Série	Agricultora	Negra	Novo Exu - PE	2 Salários	25/04/2018
6	Prímula	55	Ensino Médio Completo	Agricultora	Parda	Limeira - SP	1 Salário	25/04/2018
7	Torênia	45	Ensino Médio Completo	Agricultora	Parda	Teodoro Sampaio - SP	2 Salários	25/04/2018
8	Violeta	67	Ensino Médio Completo e magistério	Agricultora	Parda	Birigui - SP	2 Salários	26/04/2018
9	Tulipa	44	Ensino Médio Completo	Agricultora	Branca	Eneas Marques - PR	2 Salários	24/04/2018

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula, 2018.

**Quadro 6:** Funcionários(as) de órgãos/instituições públicas que prestam serviços aos assentamentos

Nº	Identificação	Formação	Nível de instituição	Cor/Etnia	Data da Entrevista
1	Professora – Escola do Assentamento Monte Alegre	Graduada em Pedagogia	Municipal	Branca	29/03/2018
2	Analista de Desenvolvimento Social – Itesp – Araraquara	Graduada em Economia Doméstica	Estadual	Branca	28/03/2018
3	Analista de Desenvolvimento Agrário– Itesp – Araraquara	Zootecnia	Estadual	Branca	26/03/2018
4	Técnico – Agrícola – Itesp – Araraquara	Tecnólogo em Agropecuária	Estadual	Branca	26/03/2018
5	Técnico Agrícola – Itesp – Rosana	Tecnólogo em Agropecuária e Licenciado em Geografia	Estadual	Branca	24/04/2018
6	Assistente Social – Rosana	Graduada em Serviço Social	Municipal	Branca	24/04/2018

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula, 2018.

As entrevistas temáticas e entrevistas de história oral, bem como o grupo focal, resultaram em um grande volume de transcrições, que preferi não acrescentar como apêndice devido a elevada quantidade de páginas, além de conterem algumas informações que, por questões de respeito e confiança para com as participantes, decidi não as tornar públicas.

As entrevistas foram realizadas de modo individual nos lotes das assentadas ou locais de trabalho, de acordo com a data e horário previamente agendados; no caso de algumas associadas da AMA, as entrevistadas preferiram ceder as entrevistas na padaria. Cada entrevista tinha um rol de questões norteadoras, mas abri para que falassem sobre outras questões, de modo que o tempo das entrevistas variava bastante. Houve uma entrevista de mais de três horas, outra que foi realizada em quarenta minutos, mas de modo geral o tempo de duração foi de aproximadamente uma hora e trinta minutos.

O acesso às mulheres entrevistadas se deu por meio de indicações. Primeiro, contactava as lideranças das associações, explicava a pesquisa, e a partir daí, elas me indicavam as demais associadas para entrevistar, inclusive, gentilmente entravam em contato com estas. Isso facilitou a minha abordagem, já que, a princípio, sabiam de minhas atividades de pesquisa por meio de uma pessoa de confiança. Todas as pessoas entrevistadas assinaram um termo de concessão para a reprodução de suas falas e de imagens.

Depois da realização das entrevistas e das transcrições há o momento de análise do material, segundo as experiências em campo e as abordagens teóricas. Para a análise das entrevistas, pautei-me no sistema de categorização proposto por Gibbs (2009), no qual, após a leitura das entrevistas transcritas, os temas mais citados pelas pessoas entrevistadas são categorizados, para a melhor inclusão de seus relatos no texto, de modo a dialogar de modo

mais concatenado com a discussão teórica que delinea a pesquisa. Tal técnica baseia-se na codificação por agrupamentos, que apesar de ser uma tarefa minuciosa, facilita a organização do material produzido.

Assim, identifiquei os seguintes agrupamentos: Trajetórias (vivências pessoais, migrações), Assentamentos (criação, processo participativo), Associações (formação, potencialidades, vulnerabilidades), Políticas públicas (sobretudo o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos), Formas de Violência (física e simbólica), Dimensões Culturais (estudos, cursos, conhecimentos), Relações de Gênero (contextos pessoal, familiar e público) e Interseccções (sobretudo no que tange ao gênero, classe e raça/etnia). Em relação às entrevistas não tive problemas para realizá-las, pois é uma técnica que já havia utilizado em outras pesquisas, e as pessoas entrevistadas se mostraram bastante solícitas e interessadas em ceder seus relatos.

## 1.4

### Os grupos focais como possibilidades de interação juvenis

**A** técnica de grupo focal foi utilizada na segunda etapa do trabalho de campo. A princípio seria usada apenas se, porventura, encontrasse um número considerável de jovens nos assentamentos estudados, algo que pretendia realizar desde o mestrado, porém, infelizmente não consegui.

O grupo focal caracteriza-se por ser uma metodologia qualitativa, pois busca respostas acerca do que as pessoas pensam e quais são os seus sentimentos (ASCHIDAMINI<sup>13</sup>; SAUPE<sup>14</sup>, 2016). Apesar de o grupo focal ser um procedimento pouco difundido, poderá consistir numa importante estratégia de pesquisa para as Ciências Sociais no futuro (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002). De acordo com Aschidamini e Saube (2016), os grupos focais deveriam ser mais utilizados por pessoas que estudam temas sociais e pautam-se na metodologia qualitativa, pois permitem a investigação de questões complexas em pouco tempo e baixo custo.

A escolha por esta metodologia apresentou desafios, primeiramente, por ser um procedimento relativamente novo âmbito da Geografia. Alguns trabalhos na área da Psicologia, Sociologia, Enfermagem e Publicidade, já usam esta técnica, sendo, inclusive, fontes para aprendizado sobre como ela. Minha experiência maior é com entrevistas em profundidade, conversas longas nas quais ouvia e também observava uma única pessoa. Os grupos focais são marcados pela constante dinâmica, por privilegiarem o debate entre um grupo de pessoas, o(a) pesquisador(a) não consegue manter-se atento de forma intensa a todos os detalhes.

A produção de informações de pesquisa a partir da técnica de grupo focal deve prever a reunião de um grupo de pessoas com características internas comuns, conduzido por um(a)

13 Ione Maria Aschidamini, enfermeira e docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

14 Rosita Saube, enfermeira, docente da Universidade do Vale do Itajaí.

moderador(a), que deve manter a centralidade da discussão sobre determinado tema. Se este grupo apresentar, além de semelhanças, uma relação de proximidade entre si, a troca pode ser mais intensa. Esta técnica possibilita o intercâmbio de ideias, experiências, sentimentos, crenças, comportamentos, pontos de vista, de modo inclusive, a fomentar a mudança de opinião inicialmente exposta por algum(a) participante (PRATES<sup>15</sup> *et al*, 2015).

A principal definição de grupo focal, segundo Gaskell (2002, p. 79) citado por Weller<sup>16</sup> (2006, p. 243), é a de: “um debate aberto e acessível a todos(as), cujos assuntos em questão são de interesse comum; as diferenças de *status* entre os(as) participantes não são levadas em consideração; e o debate se fundamenta em uma discussão racional”.

Além das pessoas que aceitam participar do procedimento, há outros dois elementos importantes para a elaboração de grupos focais: o(a) moderador(a) e o(a) observador(a). O(a) moderador(a) é um(a) facilitador(a) do debate. É recomendado que seja uma pessoa experiente na condução de atividades grupais, deve cultivar a empatia e ter habilidade de escutar o(a) outro(a), além de ter entusiasmo para conduzir as discussões. Quanto ao(a) observador(a), a este(a) cabe manter a atenção e prestar auxílio ao(a) moderador(a), anotar as impressões verbais e não verbais do grupo, estando atento aos aparelhos audiovisuais utilizados para o registro (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2016).

A definição dos integrantes do grupo focal é importante e pode resultar na qualidade das informações obtidas. A amostra destes grupos é intencional, seguindo critérios de coesão interna (por sexo, idade, escolaridade, diferenças culturais, estado civil etc.), tais critérios podem variar, desde que permaneça ao menos um traço comum (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2016).

Os grupos focais da pesquisa presumiam uma intencionalidade manifesta, ou seja, promover o debate entre as jovens dos assentamentos. Neste ponto de vista, a interação com as mesmas para que expusesse a pesquisa e para que aceitassem a participação consistiu-se em um segundo desafio. Minha experiência sempre foi marcada pela proximidade com mulheres mais maduras, de meia-idade e idosas, apenas eventualmente, durante o mestrado, entrevistei uma adolescente; meu contato com este público era limitado. Assim, foi extremamente válido realizar a técnica na última etapa da pesquisa de campo, de modo que já havia



**Painel Fotográfico 1:**  
Realização do grupo focal com as jovens do Assentamento Gleba XV de Novembro

Fonte: Trabalho de campo, 2018.

15 Lisie Alende Prates, enfermeira e docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

16 Vivian Jany Weller, doutora em Sociologia, professora da Universidade de Brasília.

frequentado os assentamentos outras vezes, tinha estabelecido uma relação de confiança, inclusive com algumas assentadas que possuíam laços de parentesco com as jovens. Elas já haviam me visto conheciam a sua pesquisa.

A vivência das jovens apresenta uma dinâmica diferenciada das mulheres associadas, pois elas precisam sair diariamente do assentamento com destino à escola, faculdade, estágio e trabalho. Por isso, conseguir reuni-las foi muito mais difícil do que agrupar as associadas para a atividade cartográfica. Nos dois assentamentos, foi necessário que remarcar os grupos focais. Inicialmente, pretendia realizá-los na segunda etapa, porém foi inviável. No assentamento Monte Alegre houve uma chuva intensa na data prevista, e as jovens não puderam se destinar à padaria da AMA, onde fizemos o encontro. No assentamento Gleba XV de Novembro, as jovens não puderam comparecer devido às demandas pessoais, remarcamos o encontro, o que foi positivo, pois consegui abarcar um número maior de participantes na segunda tentativa.

A experiência exposta explica-se pelo fato de o grupo focal depender da reunião de pessoas para a sua concretude, isso coloca os(as) pesquisadores(as) interessados(as) a se adaptarem às possibilidades colocadas pelos(as) participantes, exigindo flexibilidade (PRATES *et al*, 2015). Mais uma vez, resalto a pertinência da tecnologia, pois foi através do *WhatsApp* que criei um grupo com as jovens de cada assentamento, no qual explicava sobre a pesquisa, combinava os encontros, tomava conhecimento sobre algumas jovens que migraram para as cidades no decorrer da pesquisa.

O terceiro desafio, ou melhor, dificuldade, consistiu no fato de ter que aplicar o procedimento sozinho. A interação propiciada pela técnica é grande, tornando difícil a atenção e anotação de detalhes que não se circunscrevem apenas pelas falas das jovens, ou mesmo à questão do controle do tempo. Deste modo, agi concomitantemente como moderadora e observadora. A presença do(a) observador(a) como sugerem as leituras sobre a técnica não é obrigatória, porém pode auxiliar na melhor condução do grupo focal. Apesar da dificuldade, os debates foram construtivos. Na condição de moderadora, não precisei fazer muitas interferências, pois as participantes não ampliavam tanto o leque de temas para além das questões previstas inicialmente.

Esse tipo de procedimento é muito satisfatório em estudos com juventudes. De acordo com Weller (2006), quando os(as) jovens estão entre colegas de mesma faixa etária e meio social, sentem-se mais à vontade para falar sobre seu cotidiano, e a seu modo. Dessa forma, o(a) pesquisador(a) obtém detalhes do convívio de jovens, informações não alcançadas por meio de outros tipos de procedimentos que envolvem apenas as entrevistas, por exemplo.

Nos grupos focais, antes de iniciar ao debate, fazia uma sensibilização ao tema de gênero e juventudes rurais, apresentava um curta-metragem em forma de animação chamado “Vida Maria” e também mostrava alguns dados sobre o êxodo de jovens e o envelhecimento da população do campo, por meio de gráficos, tabelas e mapas.

Tem sido intenso o processo de saída de jovens dos espaços rurais, principalmente do sexo feminino, de modo a indicar o fenômeno de masculinização de áreas rurais. Há em curso uma saída de jovens das áreas rurais, principalmente, de moças. Muitas vezes, a desigualdade de gênero e relações intrafamiliares contribuem para este fenômeno (CARNEIRO<sup>17</sup>, 1998; 2007).

---

17 Maria José Carneiro, antropóloga, professora titular do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Pautei as análises de modo a me afastar da visão dualista entre campo e cidade. É comum estudos sobre juventude rural que apontem para o sentimento de ambivalência, no sentido de quererem ficar em virtude do ideário de paz, relações horizontais, qualidade de vida, bucolismo. Acredito que essa visão reforça as dicotomias, além de não atentar para a ocorrência de fatos que estão presentes também no rural, como vi em campo, a questão vício em drogas entre a juventude, bem como a violência, o uso exacerbado da internet e redes sociais.

A interação em grupo possibilita a compreensão da visão de mundo dos(as) participantes e de suas experiências de vida. A técnica permite aos(as) pesquisadores(as) entender como são construídas as práticas cotidianas, representações e simbologias do grupo estudado (PRATES *et al*, 2015). Esta técnica permite a obtenção de informações que permitem a análise do meio social das pessoas envolvidas na pesquisa, suas visões de mundo, seus projetos (WELLER, 2006). Nos quadros 7 e 8 há a sistematização do perfil das jovens participantes do grupo focal:

**Quadro 7:** Jovens que participaram do grupo focal no Assentamento Monte Alegre

Nº	Identificação	Idade	Nível de instituição	Cor/Etnia	Naturalidade
1	Alfazema	29	Ensino Médio Incompleto	Branca	Campo Mourão – PR
2	Berdana	21	Ensino Médio Completo	Negra	Araraquara – SP
3	Dália	15	Cursando Ensino Fundamental	Parda	Matão – SP
4	Iberis	12	Cursando Ensino Fundamental	Branca	São Carlos – SP
5	Jasmim	14	Cursando Ensino Fundamental	Parda	Araraquara – SP

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.



**Quadro 8:** Jovens que participaram do grupo focal no Assentamento Gleba XV de Novembro

Nº	Identificação	Idade	Nível de Escolaridade	Cor/Etnia	Naturalidade
1	Alisso	23	Graduada – Pedagogia	Negra	Presidente Prudente – SP
2	Bromélia	14	Cursando Ensino Fundamental	Parda	Rosana – SP
3	Cravina	20	Tecnóloga em Agronegócio	Parda	Presidente Prudente – SP
4	Helicônia	19	Ensino Médio Completo	Parda	Teodoro Sampaio – SP
5	Mióstotis	28	Graduada – Enfermagem	Branca	Suzano – SP
6	Prímula	15	Cursando Ensino Fundamental	Parda	Rosana – SP
7	Lótus	18	Ensino Médio Completo	Branca	Campinas – SP
8	Caliandra	21	Tecnóloga – Agronegócio	Negra	Euclides da Cunha Paulista – SP

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
 Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Nos grupos nota-se uma variação considerável sobre a idade das participantes. Entendo que há uma complexa discussão sobre a definição de juventude. Acredito que existem muitas formas de ser jovem, o que me induz a pensar em termos plurais, juventudes. Compreendo que uma das participantes do grupo focal do Assentamento Monte Alegre não configura o perfil de jovem, não por causa de sua idade, mas em virtude do contexto que a mesma vivencia, pois casou-se precocemente e possui quatro filhos. A dinâmica de sua vida não a circunscreve em um contexto de juventude, porém, no dia da atividade, ela compareceu ao local, soube da pesquisa e demonstrou interesse em participar, e eu jamais poderia negar isso, ela poderia se sentir excluída e rejeitada.

Neste sentido, recorro à discussão trazida por Prates *et al* (2015), de que o grupo focal deve ter uma estruturação prévia, porém, deve-se aceitar a participação de indivíduos que não atendem aos critérios de inclusão da pesquisa, mas que já estruturam o grupo estudado. Curiosamente, durante o debate, percebemos que ela apresentava simultaneamente alguns comportamentos de uma pessoa jovem e adulta, alguém que pretendia viver coisas que lhes foram dificultadas, pela sua trajetória, como estudar, concluir o Ensino Médio, cursar graduação; mas também a preocupação com os filhos e a família.

A princípio, quando organizava o trabalho de campo, considerei que seria interessante estender o convite para que os rapazes também participassem dos grupos focais. Mas, em nenhum dos assentamentos eles manifestaram interesse. As participantes do grupo focal disseram que alguns responderam que eles não tinham interesse, e que a “moça que estuda as mulheres” certamente não iria fazer perguntas sobre homens. No assentamento Gleba XV de Novembro, alguns rapazes, namorados ou irmãos, acompanharam as jovens até o

local onde fizemos a atividade, no pólo de informática, eu os convidei para participar já que ficariam esperando as moças que acompanhavam do lado externo, porém, negaram o convite.

É recomendado que o local para o grupo focal seja silencioso e neutro, fora do ambiente de trabalho e convívio dos participantes. E o espaço físico em que será realizado deve propiciar a interação do grupo de modo que todos(as) estejam dentro do campo de visão do(a) moderador(a) (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2016). Foi possível incorporar a segunda recomendação, visto que nos organizamos com cadeiras dispostas em círculo, de modo que eu tivesse a visão de todas as participantes, porém, quanto ao local, infelizmente não foi possível retirar as jovens do assentamento para que tivessem mais privacidade, porém os locais selecionados (padaria – Assentamento Monte Alegre e pólo de informática -Assentamento Gleba XV de Novembro) foram suficientes para a realização dos grupos focais, não ocorrendo o comprometimento da qualidade da atividade.

Prates *et al* (2015) utilizaram a técnica em pesquisa sobre a saúde de mulheres quilombolas no interior do Rio Grande do Sul, e identificaram elementos importantes como práticas de autocuidado, que eram realizadas por mais de uma integrante, e as participantes só descobriram que era uma prática coletiva através do grupo focal. Entretanto, os autores alertam que, enquanto pesquisadores(as), não devemos julgar ou expressar nenhuma avaliação sobre o que os(as) participantes compartilham conosco. E atentarmos que, por ser uma atividade grupal, as pessoas expressam-se livremente sobre aquilo que costuma ser de comum acordo com o grupo, porém, manifestações de opiniões e comportamentos desviantes raramente são expressas, por sentirem-se inibidos(a)s. Neste sentido, a depender dos níveis de polêmica, controvérsia, ou de intimidade do tema abordado, o mais recomendável para a qualidade das informações obtidas é a realização de entrevistas.

Os grupos focais são formados por muitas vozes, estas vozes por vezes formam um coro de semelhanças, e outras, de diferenças, permitindo construções e desconstruções da própria intersubjetividade que o caracteriza (KIND<sup>18</sup>, 2004). Avalio que a experiência com esta metodologia foi extremamente válida para ampliar o conhecimento sobre diferentes práticas de pesquisa e ter uma ferramenta a mais para identificar e expor um campo multifacetado, no qual também há jovens com seus sonhos e desafios.

---

18 Luciana Kind, psicóloga, doutora em saúde coletiva, docente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

## 1.5

### A espacialidade imaginada pelas assentadas: cartografias alternativas

**E**nquanto geógrafos(a)s, somos bem familiarizados(as) com os mapas e as projeções cartográficas que nos acompanham desde quando éramos estudantes de ensino básico, curiosos(as) a imaginarmos o que havia além daquelas porções de terra que pairavam sobre a imensidão azul. Massey (2008) nos traz a terna lembrança de quando era criança e passava as horas deitada sobre a cama brincando com o seu globo, certamente muitos(a)s geógrafos(a)s e geógrafas têm alguma recordação nostálgica parecida com esta.

*Amo mapas – eles são uma das razões por que me tornei “geógrafa”. Eles nos transportam para longe, fazem com que sonhemos. No entanto, pode bem ter sido que, apesar disso, nossa noção de mapa tenha ajudado a apaziguar, a retirar a vida do mundo, como muitos de nós, mais comumente, pensamos sobre o espaço. Talvez nossos atuais mapas ocidentais, “normais”, tenham sido mais um elemento naquele longo esforço de subjugar o espacial (MASSEY, 2008, p.159).*

Por mais que, ainda enquanto crianças, estejamos longe de compreendermos cientificamente em que consiste a cartografia, sabemos desde cedo que ela é uma representação da realidade. Segundo Seemann (2012, p. 74), o mapa não é o lugar. Mapas representam lugares, mas são apenas abstrações e reduções deles.

Tuan (2013) salienta que temos uma habilidade espacial que é desenvolvida por meio de nossas atividades corriqueiras. A habilidade “é o que podemos realizar com o nosso corpo”. Segundo o autor, “o conhecimento espacial, embora acentue tal habilidade, não é necessário a ela” (p. 80). Nesse sentido, a habilidade espacial é essencial para a subsistência, enquanto o conhecimento espacial, no nível da articulação simbólica em palavras e imagens, não o é (p. 97).

Mais tarde, aprendemos que esta representação pode ser expressa a partir de diferentes projeções, de modo a valorizar ou desvalorizar determinadas regiões do globo. Isso altera nossa visão de mundo, e assim, vemos que a cartografia pode configurar-se enquanto uma estratégia política para dar visibilidade a povos e espacialidades diferentes até então desvalorizados pela perspectiva hegemônica. Como ressaltou Tuan (2013), o mapa é a evidência incontestável do poder (p.100), a cartografia pode ser usada com fins políticos (p. 217).

Os mapas nos transmitem uma mensagem de ordem nas coisas. Por meio dos mapas encontramos o caminho, sabemos onde estamos e onde estão os outros. E por mais que o mapa nos instigue a imaginar, viajar mentalmente, eles também estabelecem ordem, “são como uma representação de uma estrutura essencial” (MASSEY, 2015, p. 159).

Há uma série de complexidade inserida nos mapas, que não são possíveis de serem expressas por eles. Como aponta Seemann (2012, p. 69):

*Atrás dos pontos, linhas e polígonos impressos no papel escondem-se homens (e mulheres) e suas razões, ações e contradições cartográficas que influenciam ou até determinam como devem ser a aparência e os conteúdos de um mapa. Mapas são textos culturais, e não espelhos do mundo, embora eles ajudem a fabricar essas realidades.*

É nesse aspecto que Massey (2008, p. 163) alerta que “o objetivo de cartografias situacionistas é justamente quebrar paradigmas e dicotomias, *desorientar, desfamiliarizar*, provocar uma visão a partir de um ângulo inusitado. [...] o espacial é uma arena de possibilidades.” Segundo a autora, em pesquisas pautadas pela perspectiva anticolonial, os mapas podem ser desconstruídos e reconstruídos como forma de reivindicação de singularidade, estabilidade, fechamento da concepção usual de representação cartográfica. De modo que: “A figura do mapa tem sido usada em certa literatura pós-colonial e feminista como uma forma que pode, por um lado, representar atitudes rígidas do passado, mas também, por outro lado, ser trabalhada a partir de dentro (MASSEY, 2008, p. 163).”

Somos seres espaciais, estamos constantemente em movimento e vivenciando espacialidades. Criamos então, conexões com os lugares, aqui não me refiro ao vínculo de enraizamento, já que temos o conhecimento de que nenhum lugar, por mais que nos seja caro, permanece igual. Está sempre aberto, sujeito ao encontro de trajetórias e mudanças. Como nos alerta Massey (2008, p. 203):

*Trata-se, também, de que as montanhas estão surgindo, de que a paisagem está sofrendo erosão e recebendo depósitos e sedimentos, de que o clima está mudando, que as próprias rochas continuam a se mover. Os elementos deste “lugar” serão novamente dispersos, em diferentes tempos e velocidades.*

Se os elementos naturais são suscetíveis às mudanças e ao movimento, nós também somos, de modo que estamos continuamente construindo e desconstruindo nossas certezas. A forma como nos relacionamos com o espaço, e como transitamos pelos lugares, tem como primeira instância o nosso corpo. Qualquer corporeidade é simultaneamente dispositivo de ação e testemunho de vivências (MEJÍA, 2015). “O espaço é a categoria de mediação na relação de experiência do corpo com o mundo por intermédio daquilo que é possível, portanto, vivenciável e experienciável: o lugar” (CHAVEIRO, 2012, p. 250).

Um mapa pode ser definido, de forma bastante simplificada, como um desenho representativo de uma cidade, de um país etc. Mas, se o mapa pode integrar os elementos de localização de uma cidade, de um fenômeno, por que não podemos utilizá-lo para que também represente a nossa forma de pensar? Ou o modo como atribuímos valores aos diferentes itens que estão ao nosso redor, em nosso cotidiano? Ou ainda, as relações que estabelecemos com determinados lugares? Entendemos a partir de Mejía (2015) que a cartografia deve acompanhar processos e isto é diferente de representar objetos.

*O lugar é um feixe ininterrupto de relações, e portanto, de práticas espaciais de diferentes sujeitos que, em sua luta diária pela existência, com valores e símbolos, com sensações e sentimentos, com intencionalidades e motivações, com sua produção de sentido, transformam o corpo num ator de suas plataformas. Convém sintetizar: os lugares são arenas vitais para – e pela – ação das corporeidades, por onde o mundo torna factível, encarnado, real e possível (CHAVEIRO, 2012, p.251).*

Ao compreendermos que há uma relação entre nossas práticas espaciais, os lugares e os corpos, podemos pensar em formas alternativas de cartografia. A cartografia social, que provém das pessoas de uma comunidade, no sentido de reivindicar suas lutas e delimitar suas conquistas; a cartografia afetiva, tão utilizada por psicólogos na tentativa de oferecer uma técnica para a exposição de traumas; a cartografia embasada nos mapas mentais, utilizados desde uma sistematização de estudos por temas até como uma forma de representação espacial dos lugares sobre os quais se projetam as práticas espaciais e valores das

pessoas. São exemplos de como os mapas podem subverter uma ordem hegemônica, pré-estabelecida, hierárquica e institucionalizada, o que se circunscreve muitas vezes nessas tentativas não é uma cartografia propriamente dita, mas uma linguagem cartográfica, de narrativas cartográficas, de metáforas espaciais.

Na cartografia social, os mapeamentos podem constituir-se enquanto objetos da ação política, de modo que os sujeitos que reivindicam o reconhecimento de diversas tramas, territoriais, fundiárias, étnicas e políticas podem participar ativamente da construção da representação espacial, de modo contestador às representações hegemônicas do espaço, do Estado, ou de grandes empresas. Além de uma ferramenta de luta, a cartografia social pode subsidiar diagnósticos e estratégias espaciais (ACSELRAD, 2009).

Segundo Acselrad (2009), o processo de inclusão de populações locais na produção de mapas disseminou-se mundialmente desde os anos 1990, através de ações de agências governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, dentre outras. Entre as vantagens da cartografia social está a possibilidade de mobilização da população no debate sobre demandas por terra, no planejamento do uso de recursos naturais e na valorização do conhecimento tradicional.

Resumidamente, nas propostas de mapeamento participativo, o contexto de mapeamento permanece, embora nem sempre eles resultem em mapas propriamente ditos (ou em mapas tradicionais): “Trabalhos na antropologia, psicologia e sociologia empregam cada vez mais termos cartográficos como mapa e cartografia em seus títulos, porém, não apresentam mapas de fato em seus textos, mas sim, metáforas espaciais (SEEMANN, 2012, p. 74)”.

Os mapas não podem ser definidos apenas em termos da precisão de longitude e latitude, isso reduz a atividade de mapear a uma operação matemática (SEEMANN, 2012). Mapas não se restringem apenas às representações cartográficas projetadas. Se o mapa deve representar existências, fenômenos, relações, há ampliadas formas pelas quais essas representações podem ser desenhadas. Podem estar imbuídas de linguagem cartográfica, nos remeter a relações espaciais e mesmo assim, não resultar num mapa tradicional.

De acordo com Seemann (2012, p. 70), para cartografar lugares e significados no papel, precisamos ir além das medidas, coordenadas e objetos. Há uma visão tradicional na cartografia que “separa a representação do espaço dos agentes, ações e mecanismos, que são responsáveis pela transferência e transformação (carto)gráfica de dados geográficos para o papel”.

Massey (2008, p. 164) explica que o espaço não é um mapa, e um mapa não é o espaço, mas mesmo os mapas não devem impor sincronias coerentes, concretas e estáveis. Para a autora, as re-imaginações feministas e pós-coloniais ampliam as possibilidades da cartografia, fundamentam críticas aos mapas como “tecnologias do poder” nos forçando a criar nossas próprias formas de mapas. Cartografar espacialidades em aberto, não finalizadas e estórias em curso são um grande desafio para a cartografia e para aqueles que ousam mapear trajetórias.

É um desafio porque implica numa vinculação temporal, o movimento indica flutuações em termos de uso, de modo que o mapa é, ao mesmo tempo, espacial e temporal (WINKIN, 1989). Os mapas são, portanto, um dos aspectos da tecnologia do poder. Os mapas ocidentais tradicionais facilmente nos levam ao entendimento de que o espaço é uma superfície de completa horizontalidade (MASSEY, 2008).

Concordo com Seemann (2012) de que a cartografia tradicional foi por muito tempo considerada um modo objetivo e exato de representar a realidade. Porém, hoje existem outras possibilidades de empreender essas representações, inclusive incluindo as pessoas pesquisadas mais diretamente, com as representações que elas próprias fazem dos lugares. Estes lugares são mais bem conhecidos por elas, do que por nós, pesquisadores(as). Essa experiência pessoal e as associações aos lugares dão um significado diferente ao mapa, de modo a reduzir sua aparência austera, imbricada em escalas de precisão e convenções geográficas (SEEMANN, 2012).

Existe, segundo Mejía (2015), uma etnografia<sup>19</sup> aplicada em algumas pesquisas sociais que convida os(as) participantes a fazerem comentários, a formarem parte do texto, participando ativamente da escrita, como coautores(as). Infelizmente não foi possível executar tal incorporação das participantes da pesquisa, em um nível de escrita da tese, porém, foram valorizadas as espacialidades vividas por estas mulheres e as representações que as mesmas têm de tais espaços.

Por muito tempo, a Antropologia<sup>20</sup> esteve relacionada ao estudo de determinadas populações em lugares específicos, de modo que sua prática envolvia alteridades culturais tidas como exóticas e distantes, sociedades denominadas como “primitivas”. Até a primeira metade do século XX, os(as) antropólogos(as) se dedicavam ao estudo de alteridades imersas dos Estados nacionais. Isso configura até hoje, no senso comum, a imagem do(a) antropólogo(a) como um profissional peculiar, em busca da alteridade cultural (MEJÍA, 2015).

É a partir desta perspectiva, na mudança da Antropologia, de valorizar as espacialidades dos sujeitos estudados, de um olhar menos dominado pelo discurso hegemônico, e de uma imaginação geográfica menos limitadora, conforme proposto por Massey (2008), que Mejía (2015) nos apresenta possíveis interações entre a etnografia e a cartografia. De acordo com ele, uma se aproxima da outra quando retoma a forma problemática como o(a) pesquisador(a) se inclui na investigação. Há um desafio para ambos(as), etnógrafo(a) e cartógrafo(a), que está em aumentar o coeficiente de transversalidade de produção de diferença, sua vulnerabilidade à alteridade<sup>21</sup>.

Neste sentido, Seemann (2012) afirma que os mapas são transcrições de nós mesmos, eles permitem uma ligação com as biografias daqueles(a)s que os fazem e demais pessoas envolvidas no processo.

*Assim, os mapas são evidências de vidas e práticas espaciais das pessoas, e a cartografia: é um ato de comunicação intersubjetivo, é também uma maneira de se colocar no mundo, a arte ou ciência de representa-lo, de se orientar, tornar o espaço familiar, torná-lo um lugar (SEEMANN, 2012, p. 85).*

A cartografia implica na imersão do(a) cartógrafo(a) no território e seus signos. Este encontro é traduzido em muitas narrativas etnográficas, por meio dos encontros, da proximidade, da imersão, da observação, da distância necessária para a análise (MEJÍA, 2015).

19 A etnografia pode ser resumidamente definida como o estudo descritivo de diversos grupos humanos (etnias), de seus caracteres antropológicos, sociais etc. (WINKIN, 1989).

20 Para Mejía (2015, p.107), a Antropologia pode ser definida como a pesquisa acerca das condições e possibilidades de vida humana no mundo.

21 Na perspectiva de Mejía (2015), a alteridade deve ser trabalhada como possibilidade e não de acordo com o centro da identidade. A sua abordagem parte da teoria do filósofo Spinoza, e considera os afetos nos estudos sobre as espacialidades de moradore(a)s de condomínios fechados. O autor vê na alteridade a presença viva e real, a multiplicidade de forças, é através da problematização das alteridades que construímos nossos territórios existenciais.

As cartografias existenciais, ao envolverem componentes como raça-etnia, identidades culturais, gênero etc., ampliam a compreensão política das trajetórias dos sujeitos – e demonstram como o controle hegemônico dos lugares age sobre essas diversidades promovendo preconceitos, sequestros de voz, valores (CHAVEIRO, 2012).

Na cartografia afetiva, o corpo compreendido como campo de forças, de afetos e intensidades, implica um movimento de repouso, velocidade e lentidão. O corpo passa a ser apreendido pela sua capacidade de afetar e ser afetado, numa dupla dimensão de atração e repulsão, assim o corpo imprime ações ativas e reativas. “Qualquer relação de forças é o que define um corpo: químico, biológico, social, político.” (MEJÍA, 2015, p. 15).

Isso reflete em diferentes níveis de relações de dominação, que se articulam com as técnicas de subjetivação, diferentes estratégias de movimento de atualização e desatualização de subjetividades, micropolíticas, cartografias (MEJÍA, 2015). Além da contestação da visão hegemônica de poder, os mapas mentais podem efetivamente expor as experiências cotidianamente vividas no espaço.

Segundo Winkin (1989), a etnografia esteve por muito tempo vinculada ao contexto colonialista, do estudo dos “selvagens”, do exótico, ligada a uma visão hegemônica. E foi no decorrer do tempo, abrindo um leque de possibilidades de estudo, desde o cotidiano do(a) próprio(a) pesquisador(a). Nesse sentido, um lugar simples e comum (bar, igreja, estação de ônibus etc.) à medida que são problematizados e analisados resultam em espaços de extrema complexidade.

Os mundos mentais são aprimorados por intermédio de experiências sensoriais e cinestésicas. O conhecimento espacial aumenta da habilidade espacial. Essa habilidade é de diferentes tipos, variando desde a destreza atlética até realizações culturais como a navegação oceânica e cósmica (TUAN, 2013, p. 97).

Seemann (2012) propõe a união de duas culturas da cartografia para alcançarmos o desafio de projetar lugares num mapa: a tradição científica e a tradição humanista. Segundo o autor, os mapas na tradição humanista não se configuram em impressões sobre uma folha de papel, não são entendidos como produtos, mas sim como processos.

Fisicamente os mapas são marcas numa folha de papel, mas visualmente nos remetem a um mundo multidimensional, que pode abranger desde objetos até emoções, que são diretamente perceptíveis no papel. Aí está o paradoxo dos mapas (SEEMANN, 2012). Para o autor, isso é acrescido pelo fato de que a leitura pessoal do mapa não obedece às regras vinculadas à geometria, precisão ou produção técnica. Ela é feita de um modo pessoal e subjetivo, que implica em memórias e relações.

Acredito que essa discussão teórica é relevante para expor como pensei a relação da tese com a cartografia alternativa, de modo a não desconsiderar e nem deslegitimar a cartografia tradicional. Esses tipos de mapas foram produzidos e comparecerão no decorrer dos capítulos. Ainda assim, considero que seria interessante possibilitar à essas mulheres que elaborassem representações de suas espacialidades, por meio de desenhos, para que houvesse mais elementos que indicassem as suas práticas espaciais, itens aos quais elas atribuem maior ou menor valor, como as mesmas compreendem o espaço cotidiano e como interpretam as transformações que o tempo promove nos espaços. A concatenação entre espaço e tempo foi bem frisada por Winkin (1989, p. 134) ao alertar seus/suas alunos(as) do curso de Antropologia, mas serve também para nós, geógrafos(as), sobretudo aqueles(as) que propõem novas formas de pensar e representar as espacialidades dos sujeitos estudados:



*É trabalhando na dimensão temporal dos seus lugares que vocês conseguirão dar-se conta de que um lugar espacialmente definido é sempre um lugar temporalmente definido e que as duas dimensões estão inextricavelmente misturadas. Os mapas são, portanto, um instrumento essencial para aquele que quer fazer um trabalho etnográfico (WINKIN, 1989, p.134).*

Em cada associação, as atividades cartográficas foram realizadas em dois momentos distintos, individualmente e em grupos (painéis fotográficos 2 e 3). Os materiais utilizados foram: cartolinas, folhas de papel sulfite, lápis de cor e giz de cera e registrei a interação das associadas em áudio por meio de gravador. Essa atividade consistiu em mais um desafio para mim, pois tinha uma visão restrita de cartografia, como explicado na exposição teórica inicial. Conhecia a existência de outras formas de produção de mapas, porém não sabia se tais técnicas eram viáveis para a pesquisa. Como realizei as entrevistas anteriormente, pude ter mais elementos que ajudaram a conduzir a atividade, a análise do material produzido pelas agricultoras será apresentada posteriormente.



**Painel Fotográfico 2:**  
Atividade cartográfica com associadas da AMA

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.



**Painel Fotográfico 3:**  
Atividade cartográfica com associadas da OMUS

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Minha experiência sempre se pautou em entrevistas, da graduação ao mestrado, esta foi a técnica que utilizei com predominância. Com o doutorado permiti arriscar outros procedimentos metodológicos, por mais que não estivesse familiarizada com eles, e isso foi importante, pois me dotou de mecanismos que revelaram outros aspectos das associadas, suas formas de pensar e de representar os seus próprios espaços, além de um acúmulo de leituras e de experiência científica.

Em relação a essa técnica houve dificuldades no sentido de abertura de algumas mulheres, que não puderam ou não quiseram participar, e isso foi respeitado. Parece algo simples, desenhar sobre o papel, colocar as próprias vivências e espacialidades, porém isso apresenta certo grau de dificuldade, sobretudo se considerarmos que muitas delas não seguravam um lápis há muito tempo. Uma delas pediu para que o neto fizesse seus desenhos, pois ela não se sentia segura em fazê-lo, outra ficou deslumbrada com as cores dos lápis de cor, e emocionou-se ao lembrar os tempos em que era criança e queria seguir estudando, mas teve de interromper os estudos na terceira série do ensino fundamental, porque o seu pai acreditava que somente os filhos homens deveriam frequentar a escola.

## 1.6

### O retorno como comprometimento da pesquisa qualitativa

**T**oda pesquisa apresenta um ciclo espiral iniciado com um problema ou uma pergunta e finalizado com um produto provisório, capaz de originar novas interrogações (MINAYO, 2011). A primeira fase da pesquisa, de acordo com Minayo (2011), é de caráter exploratório, na qual nos questionamos sobre o objeto, verificamos as teorias mais atinentes, a metodologia apropriada, construindo um projeto de pesquisa.

A segunda fase consiste no trabalho de campo, evidenciando o recorte empírico selecionado para investigação, a partir dos resultados de metodologias definidas para a compreensão da realidade estudada temos a confirmação ou refutação de hipóteses e a construção de teorias (MINAYO, 2011).

E, finalmente, como terceira e última etapa, a autora supracitada pontua o tratamento do material produzido em campo, que envolvem a ordenação, classificação e análise. Segundo ela, o ciclo da pesquisa nunca se fecha, já que apesar de resultar em afirmações, gera mais questões para aprofundamento posterior (MINAYO, 2011).

Acredito que, em pesquisas como esta, de cunho qualitativo e que envolvam contato direto e intenso com as pessoas pesquisadas, o processo não se encerra com a análise do material produzido e a escrita da tese. É necessário estimular que os(as) pesquisadore(a)s se esmerem em oferecer um retorno a estas pessoas, e isto não se confere apenas pela apresentação e entrega de um exemplar do trabalho, seja uma monografia, dissertação ou tese, mas sim fazendo uma reunião para expor os resultados, ouvindo como elas se sentem, e pensando em algo que se aplique a sua realidade.

Essa devolutiva pode ainda ser feita sobre a produção de outros gêneros escritos, além dos trabalhos acadêmicos, úteis às comunidades estudadas, documentos políticos, narrativas testemunhais, livros de texto para escolas primárias, cartilhas, entre outros (MEJÍA, 2015).

No caso da pesquisa, foi realizada a encomenda de ilustrações artísticas feita para cada associação, como uma forma de presentear as suas integrantes. Estas ilustrações foram feitas a partir da leitura de trechos da tese, da audição de entrevistas e da visualização de fotos e vídeos sobre as participantes da pesquisa pela artista que elaborou as aquarelas. Tais ilustrações estão inseridas nas capas do quarto e quinto capítulo e demonstram com fidelidade as características de cada associação.

Pretendo, assim que a o contexto pandêmico permitir, retornar ao assentamento e entregar pessoalmente às mulheres um quadro para decorarem as padarias, bem como as canecas impressas com as pinturas para cada participante. Ademais, realizar uma reunião presencial, apresentar a tese, ouvir as sugestões e críticas das mesmas, visando a incorporação de tais ideias em projetos e artigos futuros. Como a defesa da tese ocorreu de modo virtual, muitas delas puderam assistir a apresentação e avaliações da banca.

Convém ressaltar ainda que o conhecimento gerado com este estudo não deve ser tomado como única verdade, como autoridade científica, tenho humildade e modéstia para aceitar as limitações da pesquisa e compreender que ela é apenas uma interpretação, a partir das minhas experiências e da minha posicionalidade sobre a realidade estudada (TURRA NETO, 2011).

Desse modo, têm-se a consciência de que as discussões e resultados apresentados nesse trabalho não devem ser tomados como verdade única ou absoluta, pois são apenas uma interpretação da realidade investigada, interpretação essa que já contém interferências devido à minha trajetória e convicções, por isso outras possíveis visões podem ser tecidas sobre estes mesmos espaços e fenômenos.

No próximo capítulo há uma contextualização sobre as relações entre Gênero e Geografia, elencando uma periodização da constituição da Geografia Feminista e apresentando suas características no contexto da América anglo-saxônica, América Latina e do Brasil.



**Gênero e  
Geografia: da  
negação às  
possibilidades e  
enfrentamentos**



Ilustração: Andréa Tolaini

**O meu texto é um lugar onde as  
mulheres se sentem em casa.**

Conceição Evaristo.

## 2.1

# A Geografia Feminista e os estudos geográficos sobre gênero

**A** Geografia é uma ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, porém, embora não existam diferentes geografias, como costumamos fazer menção ao referir a uma subárea (Geografia Humana, Geografia Física, Geografia Urbana, Geografia Agrária), necessitamos criar recortes para obtermos o conhecimento da totalidade do espaço geográfico (SILVA<sup>22</sup>, 1998).

Há autora(e)s que afirmam haver uma distinção entre a Geografia Feminista e a Geografia de Gênero, alegando que a primeira busca uma transformação não só da Geografia, mas também da forma como vivemos e trabalhamos, ou seja, uma mudança social. Enquanto a Geografia de Gênero trata o conceito de gênero como uma dimensão da vida social e espacial que deve ser incorporado em estruturas existentes (VELEDA DA SILVA<sup>23</sup>, 1998).

Não farei distinção entre os dois termos. Acredito que a Geografia de Gênero e/ ou a Geografia Feminista deve incorporar o arcabouço teórico metodológico produzido pelos estudos de gênero, que vêm sendo trabalhado há tempos por distintas áreas do conhecimento, além de ter, inerentemente, a preocupação com o âmbito espacial e compromisso político e social com a mudança a partir de princípios de igualdade, não somente no que concerne ao gênero, mas também social, racial e sexual.

Para as geógrafas mexicanas Ibarra-García<sup>24</sup> e Escamilla-Herrera<sup>25</sup> (2016), comparada com outras ciências sociais, a Geografia reconheceu tardiamente que a categoria de gênero consistia numa dimensão importante para a análise espacial, uma vez que sempre foram evidentes as desigualdades de interpretação e utilização do espaço entre homens e mulheres.

*O conhecimento geográfico, em seu amplo espectro de possibilidades de estudar os processos sociais que se manifestam espacialmente, deixou de enfatizar, por muito tempo, que esses processos eram diferentes para homens e mulheres; no entanto, isso foi reconhecido no final do século XX graças aos movimentos organizados de mulheres que exigiam mudanças para deixar claro que os processos sociais, econômicos, políticos, territoriais, ambientais e culturais não apenas evidenciavam e reproduziam as diferenças de visão entre homens e mulheres, mas que muitas vezes essas diferenças se tornaram desigualdades que foram reproduzidas e se transformavam espacial e temporalmente (IBARRA GARCÍA; ESCAMILLA-HERRERA, 2016, p. 6).*

Se partirmos do questionamento sobre quem a produção do conhecimento geográfico tem tradicionalmente beneficiado, constataremos que a Geografia, por muito tempo, consolidou-se enquanto uma ciência hegemonicamente masculina, europeia, de interesses imperialistas e burgueses (ROSE, 1993; SILVA, 2003). Ou, como nas palavras da geógrafa argentina Diana Lan<sup>26</sup>: “Uma geografia ocidental, patriarcal e androcêntrica” (2016, p.55).

22 Joseli Maria Silva, geógrafa, docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

23 Suzana Maria Veledda da Silva, geógrafa, docente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

24 Verónica Ibarra García, geógrafa, docente da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

25 Ima Escamilla Herrera, geógrafa, docente da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

26 Diana Lan, geógrafa e docente do Centro de Investigações da Província de Buenos Aires, Universidad Nacional del Centro de la Província de Buenos Aires, Argentina.



## 2.2

### A Geografia Feminista no contexto anglo-saxão

**A**ndré<sup>27</sup> (1990) remonta a história do diálogo entre Geografia e gênero desde a Geografia Tradicional, quando este ramo do saber ainda se consolidava institucionalmente como ciência. Segundo a autora, somente, a partir dos anos 1980, no Reino Unido, o conceito de gênero passou a ser inserido nas investigações geográficas:

*[...] alguns geógrafos (geógrafas, na quase totalidade dos casos) alertaram para a necessidade de incorporar na Geografia Humana o componente gênero, procurando evidenciar que a organização social e territorial engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendidos apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afetividade (ANDRE, 1990, p. 334).*

Hanson<sup>28</sup> e Monk<sup>29</sup> (2016) acusaram a ciência geográfica de ser sexista, lançando o questionamento: “Por que a geografia, em sua maior parte, evita assiduamente pesquisar questões que envolvem metade da humanidade?” em artigo escrito no início dos anos 1980. Segundo as autoras, o conhecimento é um construto social, e o tipo de conhecimento inserido numa disciplina depende de quem o produz, de quais métodos foram utilizados para alcançá-lo e quais são os propósitos deste saber (MONK; HANSON, [1982] 2016, p. 32).

Para Monk e Hanson (2016) apesar de ter se distanciado do positivismo lógico ao longo de sua trajetória, os novos paradigmas surgidos na Geografia pouco contribuíram para a incorporação da perspectiva feminista. Os marxistas defendiam a transformação social, mas alguns exploravam os efeitos do capitalismo sobre as mulheres. Os geógrafos da corrente fenomenológica, por sua vez, prometeram uma geografia mais humanística, que valorizasse o autoconhecimento e a plenitude humana, mas mesmo esta corrente, pouco produziu visando a compreensão da vida das mulheres. Sauer (1956) apenas mencionou as mulheres atribuindo às mesmas as ideias de “natureza feminina e laço materno” para a explicação de assentamentos sedentários.

A geógrafa Silva salienta que a Geografia é caracterizada pela invisibilidade do papel feminino na organização do espaço. Após os geógrafos e geógrafas passarem a considerar a construção social da feminilidade e da masculinidade, os estudos sobre os lugares passaram a ser múltiplos, mutáveis e multidimensionais (SILVA, 2003).

Além da questão de gênero, outros aspectos passaram a ser incorporados nas reflexões sobre o espaço, como a idade, e a raça – e mais recentemente, a sexualidade, evidenciando assim, disputas por poder que se materializam nos lugares e territórios, e que vão além do debate sobre a classe social.

García Ramón, geógrafa espanhola, ao trazer apontamentos sobre a Geografia Feminista afirma que esta subdivisão da Geografia não deveria estudar apenas as atividades das

27 Isabel Margarida André, geógrafa e docente do Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa (Portugal).

28 Susan Hanson, geógrafa e docente do Departamento de Geografia da Clark University, Massachusetts (Estados Unidos).

29 Janice Monk, geógrafa e docente do Departamento de Geografia da University of Arizona (Estados Unidos).



mulheres e suas implicações espaciais, mas considerar a estrutura de gênero da sociedade, assumindo o compromisso de erradicá-las a longo prazo. Argumenta ainda, que a geografia feminista não deve ser produzida apenas por mulheres, nem centrar-se exclusivamente nelas, mas precisa englobar os homens também, uma vez que as relações de gênero envolvem ambos.

*Todas as correntes feministas concordam que as diferenças de gênero dão as mulheres e homens uma situação de poder e prestígio social muito desigual que explicam a posição inferior das mulheres. Em suma, as feministas <<radicais>> examinam o comportamento feminino e masculino com base principalmente na relação entre os gêneros e o conceito de patriarcado é fundamental em sua análise; por outro lado, as feministas <<socialistas>> tentam englobar as relações de gênero dentro de uma estrutura conceitual mais ampla: a das relações sociais, que evidentemente não são apenas estruturadas de acordo com o gênero (GARCÍA RAMÓN, 1985, p. 136-137).*

A Geografia é, dentre as ciências sociais, a que mais se preocupa com o espaço, apesar de por muito tempo ter estudado a sociedade e o meio como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. A Geografia de Gênero surge, então, como uma subárea que examina as formas em que os processos econômicos, políticos e ambientais criam, reproduzem e transformam, não apenas os lugares, mas também as relações sociais entre homens e mulheres que neles vivem, além de estudar como as relações de gênero afetam esses processos e suas manifestações no espaço. O principal interesse da Geografia de Gênero consiste em estudar as desigualdades socioespaciais conduzidas pela sociedade a homens e mulheres. Tais relações, bem como as diferenças raciais e sexuais, penetram em todos os âmbitos da vida social e ignorá-las, empobrece as análises geográficas (GARCÍA RÁMON, 1989; 2008).

Segundo Bowlby<sup>30</sup> (1989), até meados dos anos 1970, os estudos de gênero na Geografia pautavam-se basicamente em duas áreas de investigação: o enfoque humanista, que buscava explicar sobre as experiências vividas pelas mulheres; e o enfoque marxista, que problematizava a situação econômica da mulher na sociedade capitalista.

Os temas da Geografia Feminista passaram por muitas mudanças ao longo do tempo. Nos primeiros anos, a principal preocupação consistia em estabelecer a importância teórica e empírica da vida das mulheres, usando para isto, teorias geográficas já existentes. A partir dos anos 1980, ocorreu a maior adesão de geógrafos e geógrafas interessados(as) nesta temática. Outras abordagens, como o patriarcado e a sexualidade também entraram progressivamente no rol de estudos (BOWLBY, 1989).

A perspectiva feminista na Geografia, além de explicar como as relações de patriarcado e de identidade de gênero variam de acordo com o espaço, também deve examinar como e de que forma os usos sociais do espaço configuram processos a partir dos atributos de masculinidade ou feminilidade (BOWLBY, 1989).

A partir da segunda metade da década de 1970, tentou-se construir uma discussão teórica que compreendesse melhor, e não apenas descrevesse, as desigualdades entre homens e mulheres em relação ao espaço. Grande parte destes estudos priorizaram as categorias e análises marxistas, identificando as relações capitalistas como um fator importante destas desigualdades. Tal enfoque foi muito incorporado na Grã Bretanha, sobretudo pelo Grupo de Trabalho sobre Gênero do Instituto de Geógrafos Britânicos, fundado em 1982 (GARCÍA RAMÓN, 2008).

30 Sophie Bowlby, geógrafa e docente do Departamento de Geografia e Ciências Ambientais da Universidade de Loughborough (Inglaterra).

Nesta linha de pesquisa, foram muito frequentes, estudos sobre o emprego feminino, documentando como a mão de obra feminina se tornou atrativa para empresas que buscaram espaços mais econômicos de produção, configurando a mão de obra da mulher como barata, flexível e submissa. Também foram produzidos estudos sobre o trabalho doméstico da mulher e sua situação no mercado de trabalho, acrescentando assim, a abordagem do patriarcado (GARCÍA RAMÓN, 2008).

Entre o fim da década de 1970 e meados da década de 1980, a corrente teórica da Geografia Cultural e Humanista, também se dedicou aos estudos de gênero, preocupando-se com os sentimentos e experiências. Conceitos como lugar e identidade foram muito valorizados por esta abordagem, de forma que, os estudos buscavam compreender como as mulheres se identificavam com o lugar e quais tipos de lugares eram criados por elas. Estudos sobre a paisagem também configuraram este período, incluindo trabalhos sobre as vivências experimentadas pelas mulheres de acordo com sua classe social, grupo étnico, idade (GARCÍA RAMÓN, 2008).

Entre os anos 1970 e 1980, muitas geógrafas se debruçaram sobre os estudos das divisões espaciais, enfatizando a discussão sobre o público e o privado, gerando teorias interessantes sobre o trabalho e o espaço urbano, e em 1988 foi criada a Comissão de Gênero dentro da União Geográfica Internacional (UGI) (NELSON, 2016).

Ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica, os temas de estudo sobre gênero foram sendo incorporados, de acordo com cada fase teórica e epistemológica. A Geografia Teórica-Quantitativa, caracterizada pela demasiada objetividade e neutralidade, pouco se interessou por temas de cunho social, como gênero. Ainda sob o enfoque do paradigma neopositivista, a geografia da percepção foi a que inseriu estudos sobre mulheres na dinâmica espacial, pesquisando deslocamentos entre homens e mulheres, viagens para trabalho ou serviços (GARCÍA RAMÓN, 2008).

Segundo Nelson<sup>31</sup>, nos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, a geografia feminista surgiu ainda nos anos 1960, influenciada pelo movimento feminista anglo-saxão, tendo como uma de suas primeiras preocupações, a ausência de mulheres desta área profissional. Até 1972 apenas 7% de geógrafos(a) em faculdades de geografia dos Estados Unidos eram mulheres; em 1992, esta taxa atingiu 12%, tanto que inicialmente, as pesquisas destas geógrafas foram inspiradas por pesquisadoras de outras disciplinas, como a História, a Economia e a Sociologia (NELSON, 2016).

Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 houve um significativo aumento de geógrafas. Em 2002, de todos os membros da Associação de Geógrafos Americanos (AAG), mais de 45% dos estudantes membros eram mulheres. De forma geral, o trabalho acadêmico nos Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália, bem como em outras partes do mundo, era predominantemente masculino até a década de 1970. Muitas profissões, formalmente ou informalmente, não eram destinadas às mulheres, e a carreira de professor(a) universitário(a) era uma delas, devido, além do machismo, à ausência de políticas trabalhistas para a maternidade (NELSON, 2016).

O machismo e o sexismo na ciência geográfica perdurou por muito tempo. Investigações aplicadas tanto para homens quanto para mulheres, tinham os questionamentos e dados analisados com base na masculinidade, sem nenhuma parcialidade sobre este conhecimen-

---

31 Lise Nelson, geógrafa e docente do Departamento de Geografia da University of Pennsylvania (Estados Unidos).

to. As diferenças eram concebidas como naturais. Estudos de geografia econômica, por exemplo, consideravam apenas atividades públicas ou remuneradas, ocultando o trabalho doméstico, por exemplo. A maioria dos geógrafos homens não tinha interesse em estudar temáticas relacionados às mulheres, nem em reconhecer a sua relevância nos trabalhos produtivos e reprodutivos. Essa postura era preponderante desde geógrafos positivistas até os mais críticos, os marxistas ou humanistas (NELSON, 2016).

A questão da ausência feminina em estudos sobre o trabalho na década de 1980, com a publicação do já mencionado artigo de Monk e Hanson ([1982] 2016), gerou grande impacto na Geografia. Ao realizarem uma revisão bibliográfica notaram que as pesquisas geográficas além de serem sexistas, desconsideravam o trabalho reprodutivo, excluindo assim, milhares de mulheres.

Segundo Monk e Hanson (2016), o trabalho de diversas linhas de pesquisa poderia ter benefícios caso se tornassem atentos ao gênero, ao invés de permanecerem cegos a ele. Muitas pesquisas sobre o bem-estar enfocaram, sobretudo a igualdade racial e a classe, porém se esqueceram da organização patriarcal da sociedade. Isso tornou os estudos geográficos sobre populações ineficientes.

Estudos de geografia econômica sobre camponesas na Europa as consideraram como força de trabalho reserva, quando elas realizavam cinquenta por cento do trabalho. Se pesquisas como esta problematizassem melhor os conceitos de trabalho e força de trabalho, poderiam tratar as mulheres com maior reconhecimento e menos invisibilidade (MONK; HANSON, 2016).

Todo o trabalho reprodutivo das mulheres manteve-se velado nas pesquisas geográficas, por se referirem apenas aos trabalhos formais da economia. Como se sabe o trabalho informal é intenso entre as mulheres, no comércio, nos serviços, na alimentação, no artesanato e costura, nos cuidados reprodutivos, como domésticas ou babás, ou mesmo o próprio trabalho reprodutivo das mulheres que cuidavam da própria casa e dos(as) filhos(as), não era considerado trabalho, como continua não o sendo. A consequência é que isso se refletiu na concentração de pesquisas em atividades masculinas (MONK; HANSON, 2016).

Possibilidades de pesquisas interessantes no espaço urbano deixaram de ser produzidas, e seriam possíveis caso tivessem considerado o trabalho de cuidado desenvolvido pelas mulheres em instalações como centros comerciais, creches, serviços de atendimento médico etc. (MONK; HANSON, 2016).

Em princípio, a geografia feminista poderia ser confundida com a “geografia das mulheres”, devido aos estudos que se dedicavam apenas às mulheres, porém não se tinha bem desenvolvido em nossa ciência a construção social de gênero. Os estudos não se aprofundavam nas relações de poder entre os gêneros e muito menos na questão da sexualidade (GARCÍA RAMÓN, 2008). Nelson (2016) considera que nos anos 1980 muitas geógrafas do Reino Unido se alinharam a uma orientação socialista-feminista, baseando-se em estudos marxistas. Já nos Estados Unidos, a maioria das geógrafas tinha uma visão feminista mais liberal.

Durante a década de 1990, a geografia recebeu influências do giro cultural<sup>32</sup>, do pós-modernismo e do pós-colonialismo. Surge uma visão na ciência que passa a criticar o pen-

32 O giro cultural ou virada cultural é conhecida como uma revolução cultural que ocorreu em meados dos anos 1960 (HALL, 1997).

samento racionalista, suas pretensões totalizadoras e universais, combinando com a descrença de um conhecimento real, que seja neutro, objetivo e produto exclusivo da razão e da lógica. As categorias de análise passam a ser desconstruídas e adaptadas aos diferentes lugares e circunstâncias (GARCÍA RAMÓN, 2008).

Nesta fase também surgem debates sobre o corpo e sua influência sobre escalas e relações sociais. Ainda nesta década, em 1994, é criada a primeira revista de Geografia Feminista: *Gender, Place and Culture*<sup>33</sup>. A partir dos anos 2000, inclui-se ainda a temática da sexualidade e a teoria *queer*<sup>34</sup>. O sexo passa a ser entendido como uma construção social, tal como o gênero (GARCÍA RAMÓN, 2008). Esta inclusão só foi possível pois, ainda nos anos 1990, o trabalho elaborado por Butler<sup>35</sup> despertou o interesse das geógrafas feministas, que passaram a considerar a questão da corporeidade, da performatividade, e suas relações com a identidade e o poder (NELSON, 2016). Assim, a geografia feminista sofreu alterações de cunho teórico metodológico, que ocorreram em virtude de duas situações: críticas de vertentes pós-coloniais<sup>36</sup> e influências do pós-estruturalismo<sup>37</sup>.

É necessário recordar as críticas de cientistas oriundas do Sul Global, que passaram a questionar intensamente o feminismo predominante nessa época, com sua versão branca e de classe média. Várias discordâncias foram feitas ao feminismo anglo-saxão, no sentido de vincular-se ao projeto neocolonial, ao racismo e outras hierarquias opressivas. Tais questionamentos e oposições foram importantes para desestabilizar a geografia feminista e promover sua reelaboração (NELSON, 2016). Vale ressaltar o surgimento das perspectivas pós-estruturalistas, baseadas nos trabalhos de Michael Foucault<sup>38</sup>, Jaques Derrida<sup>39</sup>, e teorias psicanalíticas, como as de Jacques Lacan<sup>40</sup> e Julia Kristeva<sup>41</sup>. A inclusão do pós-estruturalismo na geografia feminista a dotou de ferramentas conceituais importantes para elevar o seu nível epistemológico. Conceitos como a desconstrução, o discurso, a identidade e a subjetividade foram acrescentados neste período (NELSON, 2016).

Destaca-se o movimento feminismo negro estadunidense, com os trabalhos de bell hooks<sup>42</sup> e Patricia Hill Collins<sup>43</sup>. Na verdade, o movimento já apontava desde os anos 1970, mas obteve ampliação e maior alcance após publicações das autoras mencionadas. É necessário ressaltar que o movimento feminista negro nos EUA é muito antigo, ainda no século XVI

33 Periódico de publicação mensal, vinculado a University of Victoria, no Canadá. Pode ser acessado em: <https://www.tandfonline.com/toc/cgpc20/current>

34 Os estudos sobre a teoria *queer* baseiam-se na abordagem pós-estruturalista, afirmam que a identidade e orientação sexual são resultados de construção social e abrangem principalmente temas como homossexualidade e transexualidade (SILVA; VIEIRA, 2016).

35 Judith Butler, filósofa pós-estruturalista, docente na University of Califórnia, Berkeley, Estados Unidos.

36 Estudos que surgiram nos anos 1970, mas ganharam maior predominância nos anos 90, e têm como objetivo expor as epistemologias do sul, contestando a hegemonia de países colonizadores (MATA, 2014).

37 Os estudos pós-estruturalistas surgiram em meados da década de 1980 e têm como principal característica o pensamento de recusa aos fundamentos tradicionais da filosofia como ideias de verdade, objetividade e razão, refletindo demasiadamente sobre as diferenças (BUENO, 2015).

38 Filósofo e psicólogo francês (1926-1984) desenvolveu estudos sobre poder, sexualidade e sistema prisional (SOUZA; SABATINE; MAGALHÃES, 2011).

39 Filósofo francês de origem argelina (1930-2004), conhecido por propor o método de desconstrução da Filosofia (MENESES, 2013).

40 Filósofo e psiquiatra francês (1901-1981), bastante influenciado pela obra de Freud, Hegel e Lévi-Strauss, elaborou sua teoria o "significante" e o "inconsciente" na linguagem e psicanálise (REUILLARD, 2011).

41 Filósofa feminista búgaro-francesa que desenvolveu trabalhos sobre a intertextualidade e a semiótica (LUCA; SILVA, 2019).

42 Pseudônimo utilizado pela filósofa e educadora feminista estadunidense, Gloria Jean Watkins, que se tornou reconhecida por trabalhos sobre gênero, raça, sexualidade e educação, e principalmente feminismo negro (ELEFANTE, 2017).

43 Socióloga estadunidense que desenvolve pesquisas sobre feminismo negro, racismo e interseccionalidade.

enfaticava-se a militância de Sojourner Truth<sup>44</sup>. Porém, infelizmente, o devido reconhecimento destas lutas só ganhou maior difusão após mais de um século.

O feminismo negro foi fundamentado primeiramente nos Estados Unidos, posteriormente, foi propagado no Reino Unido. Após os processos migratórios do século XX e XXI, o movimento teve de abarcar mulheres não brancas que não tinham o passado escravagista, trazendo para o debate étnico, mulheres asiáticas e latino-americanas (SILVA; NASCIMENTO SILVA<sup>45</sup>, 2014).

Apesar do movimento de crítica, convém registrar que na década de 1990, o contexto anglo-saxão foi marcado pelo significativo crescimento de publicações, artigos, conferências dedicadas aos temas de gênero na geografia (NELSON, 2016). A reelaboração da geografia feminista nos anos 1990, ao trazer para análise, além do gênero e classe, a raça, a sexualidade, a idade, as deficiências mentais e físicas, priorizou a interseccionalidade<sup>46</sup>, a geopolítica Norte-Sul, a questão do transnacionalismo, migrações e fluxos globais, usos de tecnologia, entre outros temas. Esse processo também alertou as geógrafas feministas anglo-saxãs de que a hegemonia da branquitude e do colonialismo eram problemas imbricados na própria disciplina geográfica.

*A desestabilização da verdade universal, a rejeição do ideal do conhecimento científico como objetivo e transparente, bem como um foco mais profundo na linguagem, poder, identidade e subjetividade, mudaram a natureza do trabalho acadêmico de muitas geógrafas feministas anglo-saxãs durante esse período (NELSON, 2016, p. 30).*

As alterações teóricas pelas quais a geografia feminista passou, sucederam a inserção de novos procedimentos metodológicos, como a entrevista, a observação participante, a etnografia, bem como a análise de discurso de texto. Até os anos 1990, a maior parte dos trabalhos usavam predominantemente técnicas quantitativas e mapeamentos. Atualmente, a geografia feminista anglo-saxã tem se reaproximado das técnicas de mapeamento de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), desvinculando-a de uma visão positivista e machista (NELSON, 2016). Em termos metodológicos, o clássico artigo de Monk e Hanson (2016) já apontava sobre os problemas de procedimentos metodológicos que invisibilizavam as mulheres, como o uso de questionários nas pesquisas geográficas. Frequentemente, o questionário era aplicado por unidade de pesquisa, na maioria das vezes, uma residência; e os dados eram respondidos por um único representante, geralmente o “chefe de família”, excluindo os(as) demais integrantes da família. Nelson (2016) menciona outro tema bastante pertinente na geografia anglo-saxã atualmente, refere-se à ética do cuidado feminista, que tem questionado os princípios neoliberais de individualismo, universalismo e privatizações da sociedade.

Para Ortiz<sup>47</sup> e García Ramón (2016), estudos geográficos que enfoquem a diversidade e a diferença, envolvendo a geografia de gênero e sexualidades, as geografias pós-coloniais têm:

*[...] favorecido a visibilidade da alteridade, tradicionalmente esquecida. Mulheres, imigrantes, gays, jovens, pessoas com diferentes habilidades físicas, entre outros, formariam parte desses*

44 Abolicionista estadunidense e ativista de direitos femininos (1797-1883) que se tornou reconhecida pelo seu discurso “Ain’t I a Woman?”, “Não sou eu uma mulher? No qual expôs as desigualdades vividas pelas mulheres negras.

45 Maria das Graças Silva Nascimento Silva, geógrafa, docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

46 Termo criado pela advogada e professora universitária estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989. Trata-se de uma metodologia de estudos que implica a sobreposição de identidades, relacionando diferentes formas de opressão e discriminação (HENNING, 2015).

47 Ana Guitart Ortiz, geógrafa, docente da Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha.

*grupos tradicionalmente neutralizados por uma identidade (masculina, heterossexual, de classe média, de meia-idade e ocidental) sobre a qual se tem generalizado as experiências, as percepções e os imaginários (ORTIZ; GARCÍA RAMÓN, 2016, p. 95).*

É necessário frisar que, apesar da exposição sobre o processo de estruturação da Geografia Feminista ser feito de modo periodizado para fins didáticos, isto não ocorreu de forma linear e sob a ausência de conflito entre as geógrafas e geógrafos destes períodos. A maior parte do desenvolvimento da geografia feminista ocorreu utilizando o espaço e o lugar como as principais categorias de análise. Esses estudos enriqueceram muito a ciência geográfica, embora se coloquem novos desafios, como repensar conceitos tradicionais e propor novos, romper os dualismos e criar metodologias de análise (GARCÍA RAMÓN, 2008).

Neste sentido, Lan (2016, p. 55) afirma que:

*Pode-se falar em geografia feminista quando se refere ao estudo das complexas relações entre espaço, lugar e gênero que buscam conceder possibilidades à luta política para superar espacialidades injustas e propor novas espacialidades que permitam a visibilidade da diferença.*

Apesar de não se tratar de um grupo homogêneo, as geógrafas feministas tendem a compartilhar um conjunto de compromissos teóricos, metodológicos e normativos. Em termos conceituais, persiste a preocupação de que o poder a diferença (incluindo gênero, etnicidade, sexualidade, classe e outros eixos) operam através dos processos socioespaciais. Do ponto de vista do posicionamento político e militância, as geógrafas feministas defendem a libertação das mulheres, a justiça social e ecológica (NELSON, 2016).

## 2.3

### Geógrafas feministas e a elaboração teórica-conceitual

**A**inda sobre o contexto da geografia internacional é necessário chamar a atenção das obras das geógrafas feministas: Doreen Barbara Massey<sup>48</sup>, Gillian Rose<sup>49</sup> e de Linda McDowell<sup>50</sup>.

Massey publicou em 1984 o livro “Divisões espaciais do trabalho: estruturas sociais e a geografia da produção”, influenciando geógrafas feministas e não feministas dos anos 1980. O trabalho de Massey inspirou Rose e McDowell, levando-as a escreverem obras que indicaram caminhos conceituais e metodológicos, enfatizando que a identidade feminista da geografia se constituiu no processo de fazer científico (SILVA; ORNAT; CHIMIN JÚNIOR, 2017).

Além da geografia feminista, Massey se dedicou aos estudos sobre tecnologias, migrações e a relação local-global. A autora aproximou-se muito de estudos pós-coloniais, propondo uma nova conceitualização de espaço. Massey (2008, p. 29) vê o espaço como uma esfera de

48 Geógrafa e docente (1944–2016), lecionou no Departamento de Geografia da Open University, Reino Unido.

49 Geógrafa e docente do Departamento de Geografia da Open University, Reino Unido.

50 Geógrafa e docente do Departamento de Geografia da Oxford University, Inglaterra.

possibilidade e multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem, ou seja, espaço e multiplicidade são interdependentes, um não existe sem o outro. O espaço sendo produto de inter-relações, resultando na pluralidade.

*Espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. Espaço é esfera da possibilidade, da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade, sem multiplicidade não há espaço. Se espaço, é sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. O espaço está sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado.*

Massey é uma geógrafa bastante lida no Brasil, sobretudo após a tradução de uma de suas principais obras para o português em 2008, todavia, conforme ressaltam Silva, Ornat e Chimin Júnior (2017), o posicionamento assumidamente feminista da autora é uma característica pouco conhecida pelos(as) geógrafos(as) brasileiros(as).

Um ponto interessante apontado por Massey é que o geógrafo ou a geógrafa podem ser feministas sem necessariamente estudarem gênero, uma vez que a proposta feminista não se reduzia a isso, mas a uma postura e ações que conduzissem ao reconhecimento e luta contra as desigualdades de gênero. Ademais, mesmo que se estude gênero, só é considerado feminista, pela autora, aquele(a) que é norteado(a) pelas epistemologias feministas e a reflexibilidade da prática científica, na produção de um conhecimento sempre parcial e situado e de um saber relacional. Logo, o feminismo é um movimento político e científico (SILVA; ORNAT; CHIMIN JÚNIOR, 2017).

Gillian Rose publicou o livro “Feminismo e Geografia: os limites do conhecimento geográfico” no qual teceu inúmeras críticas ao modo como as questões de gênero foram trabalhadas pela ciência geográfica, além de propor conceitos e metodologias pertinentes e relevantes até os dias atuais, apesar desta obra datar do início dos anos 1990. Uma de suas críticas diz respeito ao espaço transparente. Para ela, a “masculinidade social-científica legitima sua autoridade alegando acesso a um mundo geográfico transparente”, de modo a negar o Outro (assim como as reivindicações destes Outros), negando a possibilidade de diferentes espacialidades (1993, p. 63). Também parte de Rose, a reflexibilidade da pesquisa feminista abordada no primeiro capítulo, que considera a constante autoavaliação do(a) pesquisador(a) diante do conhecimento localizado. Em suas palavras:

*um tema central deste livro tem sido o entrelaçamento de subjetividades masculinas e conhecimento geográfico acadêmico. O argumento é que várias formas de masculinidade branca, burguesa e heterossexual estruturaram o modo como a geografia, como disciplina, afirma conhecer o espaço, o lugar e a paisagem. Sugeri que a presença necessária do feminino materno ou sexual nessa imaginação geográfica machista produziu um campo excludente de conhecimento. Nesse campo, as posições dominantes do sujeito veem a diferença apenas em relação a si mesmas (ROSE, 1993, p. 130).*

Rose (1993) elaborou ainda o conceito de espaço paradoxal, a partir de uma abordagem diferenciada, que não se limitasse aos métodos tradicionais da ciência, implicitamente carregados de dominações hegemônicas. O enfoque de Rose (1993) complexifica as relações



de poder, demonstrando que elas presumem contraditoriedade e complementariedade, de modo a romper com os binarismos, e demonstra que mesmo os segmentos que estão na ala mais fraca, não são passivos, são dotados de poder, e se há poder, há resistência. Essa dinâmica de transferência de poder se estabelece constantemente entre os *outsiders* (margem) e *insiders* (centro), ou seja, elas não são fixas, são plurilocalizadas, e seus movimentos propiciam transformações. É por meio deste mecanismo que ocorre a subversão da perspectiva masculina dominante, que é marcada pela própria construção da geografia como ciência.

Já Linda McDowell, com o livro “Gênero, Identidade e Lugar”, publicado em 1999, além de elaborar a análise generificada dos espaços cotidianos, propôs a problematização do gênero na geografia a partir da compreensão escalar, que parte de vários níveis, desde o corpo até o global. Para esta autora, o corpo é o espaço mais íntimo do indivíduo, e sua forma física, tamanho e volume que influenciam nas práticas espaciais, de acordo com a temporalidade e espacialidade ocupadas.

*[...] o objetivo específico de uma geografia feminista é investigar e trazer à luz a relação entre as divisões de gênero e as divisões espaciais, descobrir como elas se constituem e mostrar os problemas ocultos por trás de sua aparente naturalidade. Nosso objetivo será examinar até que ponto homens e mulheres experimentam lugares e espaços de maneira diferente e mostrar que essas diferenças fazem parte da constituição social de lugar e gênero (MCDOWELL, 1999, p. 27).*

Penso que estas três geógrafas contribuíram demasiadamente para a renovação da geografia feminista, e são, portanto, muito mencionadas nas pesquisas de gênero, seja em termos conceituais ou metodológicos.

## 2.4

### A Geografia Feminista na América Latina

**A**té o momento, discorri sobre a produção da geografia feminista em países anglo-saxões e europeus. Por se tratar da região mundial que deu início aos estudos destes temas na ciência geográfica, é também, a que mais possui publicações sobre geografia e gênero. A partir de agora, farei uma breve contextualização da geografia feminista na América Latina.

Apesar de apresentar ritmos diferentes em cada país e região do mundo, a consolidação dos estudos de gênero na Geografia internacional é um fato muito destacado (GARCÍA RAMÓN, 2008). Todavia, é notável que existe uma hegemonia anglo-americana do inglês em nossa disciplina, tornando necessário abrir a geografia a uma pluralidade de vozes, pois há diferentes formas e métodos de se fazer geografia pelo mundo (GARCÍA RAMÓN, 2012).

García Ramón, que dedicou parte significativa de sua vida profissional aos estudos de gênero, nos traz considerações críticas de que, pela introdução de temas relacionados ao

gênero, à mulher e à sexualidade terem sido incorporados por países anglo-saxões, boa parte da produção acadêmica sobre esta temática encontra-se em inglês, dificultando assim, a disseminação do conteúdo sobre demais partes do mundo (GARCÍA RAMÓN, 2012). Neste aspecto, em meados dos anos 2000, houve um grande esforço de geógrafas feministas anglo-saxãs para a realização de traduções para o espanhol de importantes artigos e documentos da área (NELSON, 2016).

Há uma histórica deslegitimação de mulheres latinas e negras diante da universalização da categoria mulher. A mulher branca, burguesa, sempre foi a figura central do discurso do feminismo hegemônico. Como assegura Ribeiro (2017), as sufragistas da primeira onda do feminismo, não se deram conta de que enquanto lutavam para terem o direito de sair nas ruas e trabalharem, as mulheres negras já o faziam há tempos sob condições desumanas. Na segunda onda, autoras negras reforçavam a denúncia do descaso feminista em relação às mulheres negras, porém as suas demandas permaneceram com pouca visibilidade.

Por isso há vários feminismos. Há vozes que foram reprimidas, que tiveram suas humanidades negadas. O racismo também estava impresso na ciência, baseado em uma superioridade eurocristã, definindo assim quem poderia falar, sobre o que se poderia falar, quem deveria ser ouvido (RIBEIRO<sup>51</sup>, 2017).

Hoje, para transcender a norma colonizadora e racista, as mulheres negras reconhecem que ocupam o lugar de marginalidade na sociedade, configurando uma posição de fronteira com grupos de poder desigual, por isso a importância de assumir um lugar de fala (RIBEIRO, 2017).

De acordo com Lan (2016), as preocupações teóricas e temáticas relativas ao feminismo latino iniciaram fora do âmbito acadêmico. Na geografia, os aportes sobre gênero começaram com atraso e de forma tímida, por isso somos conhecidos(as) como “a segunda onda, a onda atrasada.”<sup>52</sup>

A militância feminista latina se diferencia da estadunidense e europeia, porque a maioria das militantes feministas latinas pertenceu aos partidos de esquerda revolucionária nas décadas de 1960 e 1970, de modo que a construção de um feminismo de tradição marxista foi mais intenso na América Latina do que no hemisfério norte (LAN, 2016).

Estes grupos surgiram num contexto de radicais lutas de classe, a partir da ascensão da classe trabalhadora e popular. Manifestações como os cordões industriais no Chile<sup>53</sup> e o Cordobazo<sup>54</sup> na Argentina, são alguns exemplos. Além de outros numerosos movimentos de luta urbana e camponesa, que ocorram por toda a América Latina (LAN, 2016).

De modo similar ao Brasil, na Argentina os estudos sobre mulheres surgiram na década de 1960 em áreas como a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia e a Demografia (VELEDA DA SILVA; LAN, 2007). Durante a década de 1970, o aprofundamento das teorias acadêmicas feministas latinas foi interrompido pelas ditaduras (LAN, 2016).

---

51 Djamila Ribeiro, filósofa e mestra em Filosofia Política.

52 Termo refere-se à segunda onda do feminismo: “a segunda onda, ainda que tardia”.

53 “Cordões industriais” é o nome dado a uma forma de organização de operários(as) chilenos(as) nos anos 1970, que através de um elevado nível de organização, conseguiu manter a coesão nas bases de luta trabalhadora (CURY, 2010).

54 Cordobazo foi o levante que uniu estudantes e trabalhadores(as) contra a ditadura argentina em fins dos anos 1960 (TELES, 2019).

Na Argentina, o movimento feminista é retomado com o retorno da democracia. Isso ocorreu através da união entre as mulheres que voltaram do exílio e aquelas que haviam se organizado para reivindicar por seus familiares desaparecidos(as), presos(as) e torturados(as). Esse fato permitiu a inclusão dos termos “democracia” e “direitos humanos” na agenda pública, possibilitando a inserção de demandas feministas em partidos políticos e grupos de trabalhos locais (LAN, 2016).

Já na década de 1990, com o aumento das privatizações de serviços públicos, por meio de políticas neoliberais, houve o aumento da pobreza e despolitização dos movimentos sociais, inclusive do feminismo. No início do século XXI, com o enfraquecimento da política neoliberal, os movimentos sociais foram fortalecidos (LAN, 2016).

Atualmente, os movimentos feministas latinos abarcam realidades muito diversas, são movimentos ativos identificadores de formas de opressão que vão além das relações de produção, envolvendo questões mais amplas, como violência, meio ambiente, qualidade de vida, cultura patriarcal, desigualdades de gênero, entre outras (LAN, 2016).

Silva e Ornat (2018) argumentam que a pauta de movimentos sociais de mulheres latino-americanas é ampla, envolvendo desde o direito e a preservação de recursos ambientais, o direito a terra, direitos civis e o direito ao próprio corpo.

Infelizmente, apenas o Brasil e a Argentina apresentam uma produção significativa de trabalhos sobre gênero e geografia, enquanto nos demais países da América do Sul a produção sobre o tema ainda não teve o mesmo alcance (LAN, 2016; VELEDA DA SILVA; LAN, 2007).

Os trabalhos sobre gênero na geografia argentina surgiram apenas no fim da década de 1980 e meados da década de 1990. Neste país, os principais marcos teóricos da Geografia são: Geografia Teorética, Geografia da Percepção, Geografia Radical e Geografia Cultural-Humanística, a produção sobre gênero desdobrou-se na maioria das correntes, com exceção da primeira, que não se centrava em estudos de cunho social. A maioria dos trabalhos atualmente encontra-se na Geografia Urbana (LAN, 2016).

Um fato a ser destacado na Geografia latino-americana de gênero é a preocupação com o debate pós-colonial. Na defesa de um feminismo decolonial, Curriel<sup>55</sup> (2009) problematiza o fato de a história do feminino estar sempre atrelada à Revolução Francesa, como se antes desse ocorrido, e em outros lugares além da Europa, não houvesse mulheres que lutassem contra o patriarcado. Em suas palavras: “Se entendermos o feminismo como toda luta de mulheres que se opõem ao patriarcado, teríamos que construir sua genealogia considerando a história de muitas mulheres em muitos lugares-tempos” (CURIEL, 2009, p. 1).

É necessário considerar como se pensa e o que se produz em outras latitudes, por isso, os estudos pós-coloniais de cunho feminista têm se debruçado sobre as contribuições, sobretudo, latino-americanas e caribenhas, buscando articular o gênero com outros aspectos, como raça, etnia, classe e sexualidade. Para Curriel (2009), as mulheres latinas e de outros países tidos como “terceiro mundo” não se contentam mais em serem apenas objetos de pesquisa, mas reivindicam para si o direito de registrarem sua própria história, experiências, lutas e resistências.

---

55 Ochy Curriel teórica feminista dominicana.

Assim, tal projeto se insere numa renúncia a uma das principais características da modernidade ocidental, a universalização, condição baseada numa visão masculina, branca e eurocêntrica. Trata-se de um processo que envolve novas propostas metodológicas e políticas que confrontam a colonialidade do poder e reconhecem a hibridização, a polissemia, o pensamento do outro, do subalterno e fronteiriço (CURIEL, 2009).

Curiel (2009) explica que ao compararmos a produção científica feminista entre países europeus e norte-americanos com países latino-americanos e demais considerados “subdesenvolvidos” veremos que estes últimos possuem um número menor de produções científicas. Isso se justifica pelas condições materiais e sociais destes espaços. Porém, há de se reconhecer que existem materiais importantíssimos elaborados por pesquisadoras destes lugares, embora a maioria das referências utilizadas na América Latina ainda seja predominantemente europeia e norte-americana.

Neste contexto, temos a explicação de Cesar<sup>56</sup> (2019) acerca das disputas e jogos de poder no campo científico:

*A ciência, constituiu-se como um conhecimento que se difundiu a partir da Europa e conquistou outros espaços do globo. Os construtores da ‘ciência moderna’, conquistaram privilégios e se apoderavam em classificar o que era ou não científico, indo muito mais além, classificavam o que seria ou não conhecimento válido (CESAR, 2019, p. 79).*

Curiel (2009) afirma que isso configura uma dependência intelectual e um paradoxo entre teoria e prática para as pesquisadoras latinas, e que o processo de descolonizar pode gerar teorizações próprias e mais adequadas à nossa realidade. Esse processo coloca em questionamento o privilégio epistêmico de geógrafas feministas anglófonas (ZARAGOCIN, 2018). Este é um desafio complexo, que está em trâmite.

No Equador destaca-se o trabalho de Zaragocin<sup>57</sup> (2018), que tem se dedicado a construção de um debate feminista decolonial, enfatizando as tradições e lutas de mulheres indígenas e de povos autóctones. A autora propõe eixos de investigação que considerem teórica e metodologicamente as condições destas mulheres, partindo por exemplo, da inserção do corpo na compreensão e análise espacial.

No início dos anos 1990, Rodríguez Moya<sup>58</sup> (1992) questionou o fato de existirem poucos estudos de gênero na geografia mexicana, uma vez que a proporção de geógrafas era e permanece sendo muito superior à de geógrafos no país. Um fator destacado pela autora é que o Instituto de Geografia fundado em 1933, órgão que desempenha ações ligadas ao ensino e pesquisa da ciência geográfica no México foi predominantemente dirigido por mulheres.

O fato de as mulheres apresentarem níveis menores de produção científica, de acordo com Rodríguez Moya (1992), relaciona-se com a questão do excesso de funções profissionais e domésticas das mesmas. Cesar (2019), em pesquisa realizada sobre a produção científica de geógrafas no Brasil, chegou à conclusão parecida, mesmo em outro contexto espacial e temporal.

O marcador de gênero é um traço fundamental para a compressão de trajetórias científicas e pessoais de sujeitos que produzem o conhecimento geográfico brasileiro. As pesquisa-

56 Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar, doutora em Geografia pela UEPG.

57 Sofia Zaragocin, doutora em Geografia, docente da Universidade San Francisco de Quito, Equador.

58 Juana María Rodríguez Moya, geógrafa, docente da Universidad Complutense Madrid, Espanha.

doras, diferentes dos pesquisadores, carregam um peso maior em virtude da articulação e difícil desmembramento dos espaços de produção e de reprodução, a universidade e a casa, pois desempenham duplas e até triplas jornadas para conciliarem tais funções, muitas vezes demonstrando frustração e sentimento de culpa, por não se considerarem eficientes nesta árdua tarefa (CESAR 2019).

Segundo Puyana<sup>59</sup> (2007) muitos países latinos, como é o caso do Brasil, Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai, possuem uma trajetória histórica atravessada por regimes ditatoriais, o que justifica o surgimento da discussão sobre gênero em organizações não-governamentais e centros acadêmicos independentes, sendo incorporada nas universidades somente após a democratização política.

## 2.5

### A Geografia Feminista no Brasil

**E**m uma pesquisa de doutorado sobre as geógrafas pioneiras do século XX no Brasil, a historiadora Aranha<sup>60</sup> (2018) menciona que estas mulheres viviam um duplo estigma, “ser geógrafa brasileira, e mulher”. Sua pesquisa evidencia algo muito interessante, uma divisão de gênero particular da própria ciência geográfica, ao considerar a Geografia Física e a Geografia Humana. Baseada em entrevistas realizadas com geógrafas e geógrafos que foram estudantes do curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) em meados do século XX, ela percebeu que havia uma associação quase que direta entre mulheres e Geografia Humana, muitas delas gostavam de Geomorfologia, Hidrologia, mas sofriam preconceito caso demonstrassem interesse pela Geografia Física (ARANHA, 2018).

A Revista Brasileira de Geografia, vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demorou 12 anos, desde sua criação, para publicar um artigo assinado por uma mulher, e apresenta um número reduzido de autoras comparado aos autores. A proporção de professores do sexo masculino e feminino no curso de graduação de geografia da USP era de 91% de mulheres para 9% de homens. Essa porcentagem prevaleceu de 1934 até 1955. As mulheres historicamente sempre foram maioria nos cursos de graduação em Geografia. Elas são a maioria também em mestrados e representam a metade de estudantes de doutorado no Brasil, ainda assim, a proporção de professoras em cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil é menor do que a metade. Até 2017, o corpo docente dos cursos de pós-graduação em Geografia apresentava 69% de homens e 31% de mulheres (ARANHA, 2018).

Essa desigualdade também prevalece em relação às lideranças de grupos de pesquisa e citações e índices de impacto de trabalhos. Apesar do primeiro curso de Geografia do país iniciar na década de 1930, somente no final da década de 1980 é que as geógrafas brasileiras passaram a discutir as questões de gênero. O campo de investigação da geografia feminista brasileira possui quase trinta anos de ensino e pesquisa. Apesar do constante crescimento da discussão sobre gênero, a produção de artigos sobre estas temáticas nas

59 Yolanda Puyana, docente da Universidade Nacional da Colômbia.

60 Patrícia Aranha, doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

revistas de geografia com melhores classificações de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não chega a 35% do total (VELEDA SILVA, 2016).

Segundo Veleda da Silva (1998), o feminismo no Brasil foi acompanhado por mudanças socioeconômicas que favoreceram as mulheres, como a progressiva entrada delas no mercado de trabalho, aumento nos níveis de educação feminina, diminuição das taxas de fecundidade e aumento da expectativa de vida das mesmas.

Desde os primórdios como ciência, a geografia tem sido androcêntrica, por ter desconsiderado as relações de gênero. Ao interessar-se pelo espaço banal, os estudos sobre o cotidiano na geografia poderiam ser trabalhados a partir de três dimensões: a corporeidade, a individualidade e a sociedade. Ao defender os estudos de gênero na geografia brasileira, Veleda da Silva (1998) argumentou que tais pesquisas permitiriam a explicação das desigualdades socioeconômicas e espaciais entre homens e mulheres, mostrando que as possibilidades oferecidas pelos lugares perpassavam pela questão do gênero (VELEDA SILVA, 1998).

O maior evento sobre estudos de gênero no Brasil é o Seminário Internacional Fazendo o Gênero<sup>61</sup>, que reúne estudiosos(as) sobre gênero de todas as áreas científicas e integrantes de movimentos sociais. Trata-se de um encontro bienal, que ocorreu pela primeira vez em 1994. A primeira edição, que contou com um grupo de trabalho especificamente para a geografia só ocorreu em 2013, denominado “Geografia, gênero e sexualidades”, devido ao alcance da crescente visibilidade dos trabalhos de gênero na ciência geográfica (VELEDA DA SILVA, 2016).

O aumento quantitativo de pesquisadoras e pesquisadores sobre gênero no Brasil, além da geografia, mas em outras áreas do conhecimento ocorreu devido a uma junção de vários fatores, como o aumento da pressão de movimentos sociais e a consequente criação de repartições públicas para tratar destes temas.

Assim como na Argentina, vários movimentos sociais, composto por jovens, agricultores, sindicalistas, ecologistas, mulheres, feministas, se institucionalizaram a partir do fim da ditadura no Brasil. Muitos deles contribuíram para a maior visibilidade política e científica feminista, inclusive incluindo pautas feministas em políticas públicas (VELEDA DA SILVA, 2016).

Além da pressão exercida pelos movimentos sociais, estes contribuem para os estudos de gênero por evidenciarem a existência de sujeitos políticos e de feminismos plurais. Atualmente, não há apenas uma forma de pensar e fazer feminismo, tampouco um sujeito homogêneo/ universal feminista (FRANCO GARCÍA, 2017)<sup>62</sup>.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o Ano Internacional da Mulher e o período de 1975 a 1985 como a década da mulher. No Brasil, somente após a redemocratização, em 1985 foi instituído o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça e na década de 1990 foram criados conselhos estaduais e municipais vinculados à luta feminista. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) (VELEDA DA SILVA, 2016).

61 A primeira edição deste evento se chamou “Fazendo Gênero-Seminário de Estudos Sobre Mulher. E se tornou evento internacional a partir da edição de 2000.

62 Maria Franco García, espanhola, geógrafa e docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Convém mencionar que esta conquista das mulheres brasileiras foi perdida ao longo dos últimos anos de gestão pública federal. Durante a primeira gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006) a Secretaria de Políticas para as Mulheres ganhou o *status* de Ministério, e assim permaneceu até a segunda gestão da presidente Dilma Rousseff (2011 a 2016). Mas, no período do governo de Michel Temer (31 de agosto de 2016 a 01 de janeiro de 2019), o órgão deixou de ser Ministério, voltando a ser considerado apenas uma secretaria. No governo atual (vigente a partir do início de 2019), de Jair Bolsonaro, a secretaria foi transformada em Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

A pioneira dos estudos feministas na geografia brasileira foi Rosa Ester Rossini<sup>63</sup>, ao defender sua tese de livre docência no final da década de 1980. Como professora da Universidade de São Paulo (USP), criou em 1985 o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), que discute geografias da modernidade e a exclusão social de homens e mulheres a partir da incorporação de novas tecnologias (VELEDA DA SILVA, 2016).

Rossini encontrou na categoria “trabalho” uma oportunidade de trazer este debate para a geografia, defendendo, assim, sua tese de livre docência em 1988, com o título: “Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista” (INTERAÇÕES, 2015). Ao ressaltar as particularidades do trabalho feminino no campo, Rossini é apontada por ter uma trajetória “quase solitária” dentro da produção geográfica (SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2011).

Até meados da década de 1990, a maioria dos grupos de estudo sobre Geografia de gênero se localizavam nas regiões sul e sudeste do Brasil, difundindo-se, posteriormente para as demais regiões do país. Inicialmente os temas mais trabalhados, dentro do contexto rural e urbano eram: trabalho, religião, saúde e família. A partir de 2008 passaram a ser desenvolvidas pesquisas sobre sexualidades e masculinidades, principalmente na região sul do país (VELEDA DA SILVA, 2016).

Apesar de não estarem entre as universidades cujos programas de pós-graduação possuem linhas de pesquisas específicas sobre gênero, foram na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que surgiram os primeiros trabalhos defendidos sobre gênero e sexualidades. A tese de doutorado de Sonia Alves Calió<sup>64</sup>: “Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana”, defendida em 1991, orientada pela professora Maria Adélia de Souza<sup>65</sup> e a dissertação de mestrado de Jan Carlos da Silva: “Os territórios da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1841-1925”, defendida em 2000, sob a orientação do professor Maurício de Almeida Abreu (RATTS; COSTA; SILVA *et al.* 2016).

O trabalho feminino segue sendo o principal tema de interesse das pesquisas da geografia feminista brasileira, já que se desdobra em debates sobre a precarização, políticas públicas e ações emancipatórias. No entanto, há mais temáticas sendo desenvolvidas relacionadas às sexualidades, como prostituição, população LGBTQIAP+<sup>66</sup>; estudos culturais envolvendo população indígena, comunidades ribeirinhas, população negra; estudos rurais, destacando os saberes de mulheres agricultoras e consequências da tecnologia no campo, para homens e mulheres (VELEDA DA SILVA, 2016).

63 Geógrafa, professora titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

64 Doutora em Geografia, professora, foi assistente de políticas públicas de gênero da Prefeitura Municipal de São Paulo.

65 Geógrafa e professora titular da Universidade de São Paulo.

66 Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Polí, e mais.



Veleda da Silva (2016) se dedicou ao estudo do material discutido em grupos de trabalho de “Gênero, geografia e sexualidades” em três grandes eventos gerais: o Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), nos anos de 2011 e 2013; e o Seminário Internacional Fazendo o Gênero, no ano de 2013. A autora verificou que os principais sujeitos de estudo da geografia de gênero são: mulheres trabalhadoras urbanas, agricultoras, ribeirinhas, migrantes e prostitutas, seguidas por travestis e jovens. E as metodologias mais utilizadas são as de cunho qualitativo, sobretudo as entrevistas.

A geografia feminista é relativamente jovem e possui um longo caminho a ser percorrido. Ademais, a geografia de gênero ainda sofre significativo preconceito no cenário da geografia brasileira, demonstrada por posicionamentos de geógrafos(as) que não aceitam a inclusão desta abordagem na ciência geográfica, considerando-a irrelevante (VELEDA DA SILVA, 2016). Este(a)s, por sua vez, desconhecem a realidade de um grupo considerável de brasileiros(as) que diariamente se especializam sob o sofrimento carregarem um corpo generificado, racializado e sexualizado numa sociedade machista, racista, homofóbica e transfóbica (SILVA, 2003).

Em artigo publicado em 2016, por um grupo de professoras e professores que têm se dedicado aos estudos de gênero, sexualidades e etnia, Ratts<sup>67</sup>, Costa<sup>68</sup>, Silva, Ornat<sup>69</sup>, Nascimento Silva Velleda da Silva, houve o esforço de investigar a diversidade da atual geografia feminista brasileira. No texto, os autores elaboraram um banco de dados e analisam os artigos discutidos nos grupos de trabalho sobre “Gênero, Sexualidades, Etnicidades e Racialidades” do ENANPEGE de 2011, 2013 e 2015. A própria organização deste grupo de discussão representou uma vitória para os(as) pesquisadores(as), já que era uma demanda reivindicada há alguns anos. Anteriormente, quando havia trabalhos sobre estes temas no evento, eram destinados ao GT cultural (RATTS; COSTA; SILVA *et al.* 2016).

Conforme já apontado, ainda existe preconceito sobre estudos que abordam estas diversidades temáticas na Geografia. Há uma disputa no campo científico, em todos os âmbitos do fazer acadêmico, materializando-se nas vagas para docentes, nas bolsas de pesquisa, financiamentos de projetos, eventos e periódicos científicos, e isso se articula com a informação trazida acima (RATTS; COSTA; SILVA *et al.* 2016).

De acordo os(as) autores(as), entre os trabalhos analisados, houve um predomínio da abordagem de gênero em detrimento das sexualidades e racialidades, bem como uma preponderância das análises sobre o espaço urbano em relação ao espaço rural. Havia ainda trabalhos que dialogavam com cultura e economia, e os trabalhos sobre masculinidades foram os menos expressivos quantitativamente. Os(as) autores(as) destacaram a quantidade de trabalhos sobre temas como: empoderamento político feminino, violência, prostituição e feminicídio. No tocante às racialidades, os trabalhos apresentaram maior volume na edição de 2015 e versavam sobre: segregação e direito à terra quilombola e o preconceito racial (RATTS; COSTA; SILVA *et al.* 2016).

Se a inserção do conceito de gênero na geografia brasileira é relativamente recente, as sexualidades e etnicidades são ainda mais, apesar disso, o progressivo crescimento destas pesquisas evidencia que a geografia brasileira tem se aberto para a interseccionalidade.

---

67 Alex Ratts, geógrafo, doutor em Antropologia, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), desenvolve pesquisas sobre questões étnico raciais e gênero.

68 Benhur Pinós da Costa, geógrafo, professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tem experiência com pesquisas sobre geografia e sexualidades.

69 Geógrafo, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), pesquisa temas como gênero, sexualidades e religião.

Há um exercício recente feito por geógrafas e geógrafos, de superarem o princípio dualista e binário que prevalece na geografia, visando à análise da diversidade e da complexidade desta ciência, de modo a possibilitar várias articulações identitárias (SILVA; NASCIMENTO SILVA, 2014).

É neste sentido que a interseccionalidade dialoga com a geografia, pois na experiência espacial, as pessoas vivenciam, de forma simultânea, várias identidades, gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade, religião, deficiência funcional, entre outras, de modo a experimentarem um constante movimento destas intersecções pelo tempo e espaço (SILVA; NASCIMENTO SILVA, 2014).

De acordo com Silva e Nascimento Silva (2014, p. 29):

*A metáfora da interseção criada por Crenshaw (1991, 1994) permite imaginar vários eixos de poder, como gênero, raça/etnia, geração/idade, classe, sexualidade, religiosidade, deficiência funcional, etc., como grandes avenidas que estruturam áreas sociais, econômicas e políticas. Cada eixo de poder é distinto; por exemplo, a opressão por classe é diferente da opressão por orientação sexual. Contudo, estes eixos se encontram, se cruzam e criam interseções complexas e simultâneas.*

Assim, por exemplo, um negro, homossexual e de baixa renda; ou ainda uma jovem, negra e assentada rural está sujeita a sofrer de forma simultânea múltiplas opressões. Muitos estudos sobre gênero na geografia brasileira atual têm explorado esta condição dos sujeitos estudados. O uso do conceito de gênero na geografia deve levar em conta o que é dinâmico, o que constrói e é construído através de experiências e vivências cotidianas espaciais, de representações socioespaciais, que se desenham no tempo, espaço e escala (SILVA, 2003).

Ao considerar a dimensão escalar de gênero, desde o próprio corpo até a rede global, Franco García (2017) afirma que é possível traçar lutas e conflitos territoriais que envolvem mulheres camponesas, indígenas, negras, militantes contra as mineradoras, o desmatamento, a privatização da água, o uso de transgênicos e agrotóxicos, demonstrando assim, que os estudos de gênero possibilitaram à geografia brasileira ferramentas combativas.

No próximo capítulo, há uma revisão bibliográfica sobre conceitos elementares que se articulam com a análise dos resultados da pesquisa sobre as assentadas rurais, como por exemplo: gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e empoderamento, visando relacioná-los com a trajetória de vida e luta das mulheres rurais, que são o foco da pesquisa. Também será iniciada a discussão sobre assentamentos e assentadas rurais.



# Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e luta pela emancipação feminina no campo

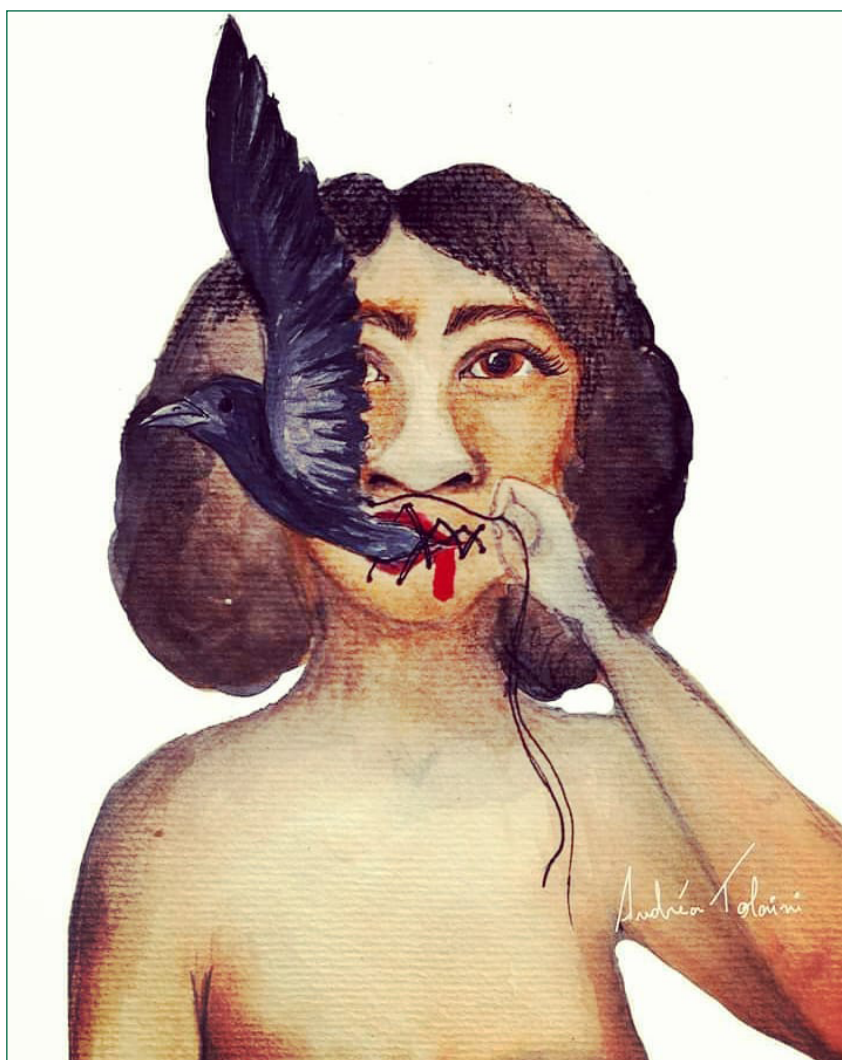


Ilustração: Andréa Tolaini

**Essa é a receita da vida  
minha mãe disse  
me abraçando enquanto eu chorava  
pense nas flores que você planta  
a cada ano no jardim  
elas nos ensinam  
que as pessoas  
também murcham  
caem  
criam raiz  
crescem  
para florescer no final**

Conceição Evaristo.

### 3.1

## Da mulher ao gênero: uma palavra, diferentes interpretações

**P**ara a historiadora Tilly<sup>70</sup> (2018), a definição de mulheres vai além da dimensão biológica. As mulheres compreendem uma existência social, sendo, portanto, representadas por pessoas: de diferentes idades e situações familiares, pertencentes a distintas classes sociais, nações, comunidades, tendo, portanto, suas vidas delimitadas por diferentes regras e costumes, decorrentes das estruturas de poder nas quais estão inseridas.

Ainda na gestação, a criança é aguardada com ansiedade pelos pais. Antes de virem ao mundo, as crianças possuem expectativas depositadas sobre elas ao terem seu sexo definido por exames médicos, por exemplo. É como se a partir deste momento seu destino fosse selado, sendo reconhecida(o) como menina ou menino, porém, a sua identificação pessoal, independe do sexo, mas sim de seu gênero.

Gênero é um conceito crucial para o movimento feminista, para o movimento LGBTQIAP+ e para pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre as relações entre os sujeitos. Como todo conceito, no campo científico, ele é disputado e definido de diferentes formas, de acordo com a postura política e teórica de cada autora ou autor. Para a Geografia, como expus no capítulo anterior, o gênero é uma dimensão importante da vida, pois pode determinar nossas experiências espaciais. O gênero possui especificidades, de acordo com as temporalidades e espacialidades.

Popularmente é difundida a ideia de que foi uma mulher quem formulou o conceito de gênero, porém, foi um homem o primeiro estudioso a mencionar e definir o conceito, Robert Soller (1968), em 1975 o conceito foi aprofundado por Gayl Rubin<sup>71</sup>, uma mulher (SAFFIOTI<sup>72</sup>, 2004). Apesar desta informação, é inegável que quando pensamos em gênero, a primeira teórica que nos remetemos é uma mulher, Simone de Beauvoir. Embora não tenha cunhado o termo “gênero” quando escreveu “O segundo sexo”, ela construiu uma das definições mais utilizadas para o conceito, explícita na famosa frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Beauvoir desenvolveu sua teoria baseada na corrente estruturalista. Publicou dois volumes de sua obra mais famosa, o primeiro “O Segundo Sexo: fatos e mitos”, no qual elabora a negação biológica para a ideia da inferioridade feminina, e posteriormente, “O Segundo Sexo: a experiência vivida”, que expõe os mecanismos sociais que promovem a posição de submissão feminina.

A mulher é então, o segundo sexo, o outro sexo, sendo interpretada com base na alteridade masculina. “O outro” é um termo contraditório, pois a mulher é simultaneamente inferior, mas necessária. Beauvoir<sup>73</sup> ([1949]1970) executa sua análise apoiada na dicotomia: ma-

70 Louise Tilly, historiadora estadunidense, foi docente da New School Research, Nova York, EUA.

71 Antropóloga cultural estadunidense.

72 Heleieth Lara Bongiovani Saffioti, socióloga marxista, foi docente da Universidade Estadual Paulista de Araraquara, é considerada uma das mais expressivas pesquisadoras feministas do Brasil.

73 Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, francesa, filósofa existencialista, uma das mais reconhecidas teóricas feministas do mundo.

cho-fêmea, homem-mulher. A autora (1970) critica a psicanálise, desconsiderando a superioridade masculina baseada no símbolo fálico. No âmbito econômico, a ela afirma que a opressão social sofrida pela mulher é resultado da opressão econômica, baseando-se em estudos marxistas sobre a relação de poder entre homens e propriedade privada.

Para Beauvoir não há nenhum fator biológico, psíquico, econômico que justifique a desigualdade de gênero. A fraqueza e inferioridade feminina não passam de mitos. As estruturas biológicas não confirmam a superioridade masculina. Logo, os papéis/funções desempenhados por mulheres e homens, de acordo com o sexo de nascimento, são construções sociais. Sua obra, apesar de ter sido criticada ao longo dos anos, é um marco significativo nos estudos sobre gênero, pois trouxe contribuições para a emancipação das mulheres e permitiu avanços teóricos, tanto que a perspectiva construcionista<sup>74</sup> de gênero é utilizada até hoje.

Outra abordagem conceitual de gênero muito citada é a da historiadora, pós-estruturalista, Joan Scott <sup>75</sup>(1995). Para ela, algumas categorias analíticas como classe, raça e gênero por muito tempo marcavam o compromisso do pesquisador ou pesquisadora com os sujeitos estudados, geralmente pessoas excluídas socialmente ou que sofriam algum tipo de opressão.

Scott (1995) considera gênero como uma categoria útil para a análise histórica, e como a primeira forma de significar relações de poder. É um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Segundo a autora, o gênero é um instrumento metodológico, teórico e político. Neste último caso, contribuindo para as mulheres que reivindicam por direitos e lutam por uma sociedade mais democrática.

Ela elenca os principais casos de usos da categoria de gênero. O primeiro, de uso mais simples e informal, não passa de uma substituição ao termo “mulheres”, sendo então utilizado como sinônimo de mulher. Além do uso trivial cotidiano, em alguns casos, este uso pode promover uma aceitabilidade política maior, denotando mais erudição e legitimidade acadêmica, já que a palavra gênero possui um tom mais neutro do que “mulheres”, amenizando assim, a política polêmica do feminismo. Outro uso trata-se de designar as relações entre os sexos, o qual interessa para a discussão da tese (SCOTT, 1995).

O termo gênero rejeita o determinismo biológico sobre as construções de identidade de homens e mulheres, indicando que estes papéis sociais são apreendidos ao longo da vida. É, portanto, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995). Scott (1995) explana sobre três posições teóricas mais evidentes nos estudos de gênero. A primeira remete ao esforço feminista de explicações sobre o patriarcado. A segunda tem como referência os estudos marxistas, e sua ligação com críticas feministas. E a terceira, de base pós-estruturalista, mas também influenciada por teorias anglo-americanas, busca na psicanálise teorias que auxiliem as explicações sobre a produção e reprodução de gênero.

A autora tece críticas a posição teórica de gênero marxista, no sentido de sobrepor a dinâmica econômica do capitalismo ao patriarcado. O patriarcado, então, sempre sofreu alterações em função das relações de produção. Ademais, dentro do marxismo, o gênero foi por muito tempo considerado um subproduto das relações econômicas, não tendo o seu próprio estatuto de análise (SCOTT, 1995).

74 A ideia construcionista propõe o entendimento do gênero e suas relações como decorrência das práticas e dos seres humanos, no curso histórico e antropológico de sua contínua exteriorização e atuação nos vários espaços em que se distribuem. É um modo de pensar teórico-filosófico-científico que possui como postulado fundamental a afirmação de que tudo é construído (SOUZA FILHO, 2007).

75 Historiadora estadunidense, foi professora do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, New Jersey, EUA.

Apesar das semelhanças com a teoria de Beauvoir (1967), Scott (1995) propõe algumas mudanças. Baseada no método de desconstrução, de Jaques Derrida, ela argumenta a rejeição do caráter fixo permanente da oposição binária entre homem-mulher, masculino-feminino, para estimular avanços na teorização sobre gênero.

Há, ainda, uma terceira definição importante do conceito de gênero, que avançou bastante neste sentido de problematizar as dicotomias, elaborada pela filósofa Judith Butler. Sua produção relativa aos estudos de gênero data de meados dos anos 1990, apresenta um aprofundamento da proposta desconstrucionista, influenciada pela subjetividade, linguagem e performatividade de gênero.

Butler também é uma pensadora pós-estruturalista. Em sua visão, o gênero é fluido, e encontra-se além de oposições biológicas pré-discursivas e socialmente reforçadas, portanto, não é algo acabado, mas em devir, complexo; uma coalização aberta, suscetível a múltiplas convergências e divergências que tensionam a estrutura normativa dicotômica de ser homem ou mulher (BUTLER, 2000; 2017).

Existem estruturas de controle sobre os corpos vinculadas à hegemonia heterossexual, os corpos passam a representar, agindo de modo repetitivo, porém, podem demonstrar instabilidades, fissuras, possibilitando a rematerialização, de acordo com o discurso das relações de poder. Essas estruturas mantêm o que a autora chama de inteligibilidade cultural (BUTLER, 2017).

Podemos compreender as estruturas de controle, como: a família, na qual ocorre a precoce experiência da divisão sexual; a Igreja, que apregoa uma moral patriarcal; as instituições de ensino (creches, escolas, faculdades) que transmitem suposições da representação patriarcal, influenciando na postura e decisões de meninos e meninas e a forma como veem a si mesmos; e o Estado, enquanto agente máximo regulador de poder (BOURDIEU, 2011). Ainda a respeito das ações reguladoras de gênero, temos a observação do historiador Weeks (2000), de que a Igreja, o Estado, as escolas, e, mais recentemente, a Medicina, a Psicologia, além de outras instâncias, têm um contínuo interesse em observar como pensamos e nos comportamos, inclusive, em relação ao gênero.

Butler (2000; 2017) se recusa a encaixar os seres humanos em gêneros masculino e feminino, ao contrário, o que ela pretende é a própria destruição do gênero. Propondo um olhar para a essência de mutabilidade constante e relativa que o indivíduo experimenta, de modo a se sentir melhor como homem, ou como mulher, rompendo assim, as estruturas predominantes do binarismo de gênero.

A perspectiva de Butler (2017) tem sido bastante utilizada nos estudos queer, ou para explicar casos de indivíduos cujos comportamentos que divergem do sistema binário de gênero, por exemplo, homossexuais e transexuais, pessoas que não se adequam ao modelo padrão, sendo, portanto, socialmente estigmatizados<sup>76</sup>. A teoria da autora serviu como inspiração para outras problematizações sobre gênero, elaboradas posteriormente<sup>77</sup>.

Considerando as definições de gênero, Louro <sup>78</sup>(2000) afirma que nada pode ser visto como

76 São os corpos marcados, se as mulheres são “o segundo sexo”, os gays e lésbicas são os desviantes da norma heterossexual (LOURO, 2000).

77 No caso, cito como exemplo a teoria de Preciado (2004), filósofo transgênero, que enxerga na tecnologia uma forma de subverter a normatividade de gênero. Para ele, a performatividade de gênero vai além de práticas culturais, mas atinge os corpos, por meio da plasticidade.

78 Guacira Lopes Louro, doutora Educação, é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).



natural, a própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, os corpos adquirem sentido socialmente. Além disso, a inscrição dos gêneros, feminino ou masculino – nos corpos é feita de acordo com o contexto de uma determinada cultura. As identidades de gênero têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, e são definidas no âmbito da cultura e da história (LOURO, 2000).

Segundo o antropólogo Parker (2000), homens e mulheres são submetidos(as) a um processo de socialização sexual, por meio do qual, a masculinidade e feminilidade são modeladas ao longo da vida. Além da questão cultural, é através deste processo que os indivíduos também aprendem sentimentos, desejos, papéis e práticas sexuais.

## 3.2

### De volta à mulher: opressões, feminismos e empoderamento

Como o(a) leitor(a) pode notar, uma das questões que perpassam as relações de gênero é a hierarquia. Uma hierarquia alicerçada nas diferenças de cunho biológico. De acordo com o psiquiatra Gikovate (2005), uma das características da forma de pensar de nossa sociedade consiste em acreditar que se existem duas formas diferentes de ser, uma delas terá que ser superior à outra:

*Se homens e mulheres são diferentes, um é o superior e o outro, o inferior. E o critério usado para definir isso depende do(a) observador(a) e seu poder. É claro que determinadas observações podem ser aceitas pela maioria e se transformar em valores sociais que se consolidam e permanecem sem grande reflexão ao longo de gerações. Isso não garante a veracidade da hierarquia estabelecida, que talvez nem exista. Foi o que aconteceu com o estabelecimento da milenar “superioridade” masculina, recentemente contestada com toda razão (GIKOVATE, 2005, p. 12).*

Uma autora brasileira que contribuiu sobremaneira para os estudos de gênero e as opressões sofridas pelas mulheres foi Heleieth Saffioti. Por ter uma formação marxista, ela considerava o gênero, além de um conceito, uma categoria histórica (SAFFIOTI, 2004). A autora registrou muitos problemas vivenciados pelas mulheres brasileiras, desde a sua exclusão e subempregos no mercado de trabalho, racismo, até a violência física e sexual. As opressões vivenciadas pelas mulheres, do ponto de vista construcionista, estão alicerçadas no machismo e patriarcado, que pressupõem, devido as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e a inferioridade atribuída a mulher.

De acordo com Saffioti (2004), o patriarcado é um fenômeno que está em constante transformação. Beauvoir (1970) detalhou como o patriarcado se constituiu de modos diversos ao longo da História. Na Babilônia, a mulher que era esposa tinha direitos sobre os filhos e os bens do marido. No Egito, o casamento era visto como um contrato, permitindo a mulher divorciar-se; enquanto no período clássico, a mulher torna-se dependente de um tutor, que administra seus bens; e na Roma Antiga, o patriarca possuía o poder de vida e morte sobre a esposa e os filhos (SAFFIOTI, 2004).

O patriarcado é considerado uma teoria ou doutrina política de contrato de dominação e exploração sobre a mulher. As relações patriarcais se estruturam segundo hierarquias de poder, alcançando toda a sociedade civil e o Estado. No regime patriarcal, as mulheres estão incluídas como objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros(as) e de força de trabalho (não remunerado), e conseqüentemente, de novas reprodutoras. Neste sentido, Safiotti (2001, 2004) afirma que a base econômica do sistema dominação-exploração, além de gerar a desigualdade salarial das trabalhadoras, também exerce o controle de sexualidade e capacidade produtiva, de maneiras mais diversas, induzindo-as a terem muitos filhos, e outrora controlando a natalidade.

Vale ressaltar que a sociedade não se divide entre homens dominadores e mulheres submissas. Como Safiotti (1987) argumenta, há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens, logo, o patriarcado não é o único sistema de relações sociais estruturador da sociedade. Mas, o “poder do macho”, nas palavras da autora, apesar de apresentar diferentes nuances, está presente nas classes dominantes e subalternas.

Inserida na lógica patriarcal, a violência de gênero vincula-se à dominação masculina, conceito trabalhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2011), o qual evidencia a violência simbólica. Um tipo de violência do homem para a mulher, tida como sutil ou invisível. A própria dominação e controle sobre outrem constituem, por si só, uma violência.

A violência contra a mulher abrange atos de discriminação, agressão, coerção, ocasionados pelo simples fato da vítima ser mulher, gerando, constrangimentos, danos, limitações, sofrimentos físico, sexual, moral, psicológico, social, político e econômico (ou perda patrimonial) e até mesmo a morte - feminicídio.

Em relação à violência física, esta não se restringe ao espaço privado, embora seja este o local onde mais ocorre. O espaço privado é concebido pelos homens territorialmente e simbolicamente, por isso muitos homens agridem as mulheres mesmo que já estejam separados, sobretudo quando a iniciativa de rompimento parte delas (SAFFIOTTI; 2004, 2011).

Este tema é delicado e envolve uma série de situações. É comum que o agressor seja o único a exercer o trabalho remunerado no grupo familiar, se a mulher possui grande quantidade de filhos(as) e não tiver acesso à creche, às vezes é impedida de trabalhar fora. Ademais, muitas vezes, familiares e amigos mais próximos, e membros de grupos religiosos podem interferir negativamente, fazendo pressão para evitar denúncias e separações (SAFFIOTTI; 2004, 2011).

Além do patriarcado e violência, a divisão sexual do trabalho consiste em um dos elementos primordiais para a manutenção da desigualdade de gênero. A historiadora italiana Silvia Federici<sup>79</sup> (2013, 2017), traz em seus estudos informações e reflexões bastante pertinentes para pensarmos a trajetória das mulheres e as desigualdades de gênero.

No livro “Calibã e a bruxa”, Federici explica o processo de transição entre o feudalismo para o capitalismo, contextualizando as dinâmicas sociais, econômicas e culturais da Idade Média, enfocando um sujeito até então deixado em segundo plano, a mulher. Aliás, ela defende o termo “mulher” enquanto categoria legítima de estudos e luta feminista.

---

79 Historiadora e filósofa italiana, radicada nos EUA, dedica-se aos estudos e militância feminista.

Segundo ela:

*[...] a transição para o capitalismo é uma questão primordial para a teoria feminista, já que a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal, não deixam dúvidas quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista (FEDERICI, 2017, p. 30).*

Durante o feudalismo, as mulheres trabalhavam diretamente no campo e poderiam ter sua própria área para cultivo, independentemente dos homens. Apesar de seu posicionamento teórico, a autora evidencia que Marx não se preocupou em diferenciar o impacto do capitalismo sobre os corpos generificados e racializados, ou seja, as mulheres e as pessoas negras escravizadas. As mulheres pobres e camponesas foram perseguidas, violentadas e queimadas, foram deslocadas para o espaço privado, que deixou de ser produtivo, após o cercamento de terras (FEDERICI, 2017).

Como a peste negra reduziu o número de trabalhadores(as), foi intensificado o domínio sobre os corpos femininos, que, através da gravidez, passaram a ser uma solução para a redução de mão-de-obra (FEDERICI, 2017).

*Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago — embora em valores inferiores — quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. Essas mudanças históricas — que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral — redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens (FEDERICI, 2017, p. 146-47).*

Em seu livro anterior “Revolução ao ponto zero: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas”, Federici (2013) já havia contextualizado os efeitos da divisão sexual do trabalho para as mulheres. Ela afirmou que o trabalho doméstico é o “trabalho por amor”. Trata-se de um trabalho como qualquer outro, mas que atribui às mulheres a manipulação mais perversa contra qualquer segmento da classe trabalhadora. Em suas palavras: “O capital criou a dona de casa para servir ao trabalhador masculino, física, emocional e sexualmente; criar seus filhos, costurar suas meias e consertar seu ego quando este é destruído devido ao trabalho e às (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou.” (2013, p. 38).

A dicotomia público-privado é histórica e levanta discussões acerca do conceito de gêne-

ro. De acordo com Okin<sup>80</sup> (2008), a Teoria Política utilizou por muito tempo os termos “público” e “privado” sem uma definição precisa, mas a partir dos estudos feministas, surgiram críticas quanto ao seu uso, uma delas diz respeito à herança patriarcal. Desde os princípios do liberalismo, no século XVII, os direitos políticos de privacidade e de privado são defendidos como direitos dos indivíduos, mas, estes indivíduos, com frequência, eram definidos como chefes de família, os homens (OKIN, 2008).

Segundo Okin (2008) os teóricos políticos clássicos como Locke, Rousseau e Hegel, bem como os contemporâneos, seguiram ignorando a família e a divisão do trabalho, isso acabou por legitimar o poder masculino na esfera doméstica. Para a autora, articulado à negligência sobre a vida familiar, existe um fenômeno que ela denomina como “falsa neutralidade de gênero”, que consiste no fato de os teóricos políticos usarem termos masculinos de referência como “eles” e “homem”, direcionando-se aos chefes de família masculinos. São lidos como se dissessem respeito a todos nós (incluindo as mulheres), mas têm sido duramente criticados pelo movimento feminista. Os ditos termos neutros camuflam o fato de que a experiência real das pessoas, enquanto viverem em sociedades estruturadas por relações de gênero, de fato, depende de qual é o seu sexo (OKIN, 2008).

Há inúmeras críticas feministas às dicotomias que estão no cerne de teorias morais universalistas, sobretudo em relação à dimensão público-privada. Essa dicotomia também implica na injustiça distributiva entre homens e mulheres e gera problemas para se pensar políticas de igualdade de gênero (OTA<sup>81</sup>, 2013).

Segundo Kergoat<sup>82</sup> (2009), a divisão sexual do trabalho não é rígida, seus princípios organizadores continuam iguais, mas suas modalidades variam no tempo e no espaço. As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis, e juntas formam o sistema de divisão sexual do trabalho.

*A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticas, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).*

Os âmbitos econômico e doméstico se retroalimentam na manutenção das desigualdades de gênero, diferenciando e hierarquizando o trabalho de homens e mulheres. Esta forma de divisão se baseia em dois princípios: a divisão e a hierarquia (HIRATA, KERGOAT, 2007).

De acordo com Hirata<sup>83</sup> (2002) há duas concepções teóricas sobre a questão da divisão sexual do trabalho, o da relação social e o do vínculo social. A teoria da relação social é baseada no antagonismo de homens e mulheres, sendo, portanto, hierárquica e assimétrica. A teoria do vínculo social tem como referência a complementaridade e conciliação entre os gêneros, cujo objetivo é promover a cooperação entre homens e mulheres tanto

80 Susan Moller Okin foi uma filósofa feminista estadunidense.

81 Maria Eduarda Ota, doutora em Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

82 Danièle Kergoat, socióloga francesa, docente, pesquisadora e feminista.

83 Helena Sumiko Hirata, filósofa, doutora em Sociologia, professora da USP, realiza pesquisas sobre sociologia do trabalho e gênero.

no trabalho doméstico, quanto no trabalho profissional. Isso evitaria as duplas e triplas jornadas executadas por muitas mulheres.

Ao considerar especificadamente o trabalho reprodutivo de donas de casa no México, Vega Montiel<sup>84</sup> (2007) afirma que o trabalho da esfera doméstica se refere à realização de tarefas que consideram a satisfação e necessidades básicas de membros da família. Este tipo de trabalho, apesar de não ser remunerado, é de interesse econômico, pois permite a satisfação de ordem física, intelectual e emocional da mão-de-obra ativa.

Na América Latina, as condições de trabalho e de vida das mulheres são muito difíceis. De acordo com Faria<sup>85</sup> (2005), em todo o continente, a participação das mulheres no mercado de trabalho ainda é inferior à dos homens, além de seguirem recebendo salários menores mesmo desempenhando as mesmas funções, ou tendo um nível de escolaridade e formação mais alto.

O aumento do número de famílias monoparentais, cujas matriarcas enfrentam trabalhos precarizados para sustentarem seus/suas filhos(as), é uma situação agravada pela diminuição de serviços públicos em virtude de políticas neoliberais. Consequência disto é a recorrente inserção de mulheres em políticas públicas de transferência de renda, pois são as responsáveis pela administração dos recursos para a família, já que historicamente são ligadas ao trabalho reprodutivo (FARIA, 2005). Estes são apenas mais alguns aspectos da cruel desigualdade de gênero.

A tão almejada igualdade de gênero tem sido o propósito dos movimentos feministas há muito tempo. A própria história das mulheres se confunde com a história deste movimento social, o Feminismo, que propicia um forte fator político e projeto de transformação. A história do feminismo nos permitiu ampliar nossos conhecimentos históricos, num processo acumulativo e interativo (TILLY, 2018).

As mulheres expressam suas lutas nas organizações coletivas e movimentos sociais, mas também por meio de esforços individuais cotidianamente, na busca por melhorias de vida para si, suas famílias e suas comunidades. Elas estão presentes nas lutas camponesas, em movimentos urbanos por moradia e melhores condições de vida, nos movimentos étnicos, negros e indígenas (FARIA, 2005).

O movimento social feminista ganhou projeção com a influência das ideias iluministas, dos ideais transformadores da Revolução Francesa e Americana, sendo gradativamente difundido para outros países, sobretudo na América Latina, com o movimento sufragista. A princípio, sua principal característica era a busca por direitos sociais e políticos (COSTA<sup>86</sup>, 2005).

No Brasil, Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, manifestações feministas ocorreram na primeira metade do século XIX, através da imprensa feminista. No início do século XX, surgiram na América Latina, as primeiras organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais. A luta sufragista culminou no direito ao voto em 1929 no Equador, primeiro país a estabelecer o voto feminino na América Latina. No Brasil, Uruguai e Cuba, isso ocorreu no ano posterior, em 1930, enquanto no México, Peru e Colômbia, as

84 Aimée Vega Montiel, pesquisadora interdisciplinar da Universidade Autônoma do México.

85 Nalu Faria, psicóloga, coordenadora da SempreViva Organização Feminista (SOF) e Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

86 Ana Alice Alcántara Costa, doutora em Sociologia, docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

mulheres só conquistam o direito de votar na década de 1950. Num segundo momento, na década de 1970, o movimento feminista na América Latina se aproximou das lutas contra os regimes militares, em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, o movimento abrangeu novas demandas de outros segmentos, tais como da população negra e homossexual (COSTA, 2005).

Segundo Corrêa<sup>87</sup> (2001), o movimento feminista teve maior expressão na década de 1970, articulado a outras organizações sociais, sobretudo movimentos populares que reivindicavam por moradia, melhores condições de vida (água encanada, energia elétrica, transporte público), acesso às creches; além de movimentos que lutavam contra o racismo e pelos direitos de homossexuais.

Esta aproximação do movimento feminista ao “movimento de mulheres” foi bastante salutar para ambos os grupos. Através dessa aproximação, as feministas passaram a atingir um número maior e uma diversidade de mulheres, já com relação às mulheres da periferia, essa união trouxe à tona a consciência de temas que as mesmas desconheciam, ou tinham pouco aprofundamento, como a sexualidade, os direitos reprodutivos, o corpo e a saúde. Ao tomarem conhecimento dessas propostas, ampliavam sua capacidade de empoderamento (RAGO<sup>88</sup>, 2003).

Do ponto de vista do empoderamento, Ríos (2004), explica que empoderar-se é um processo de transformação no qual a mulher deixa de ser objeto para a história, a política, a cultura, deixa de ser objeto para os outros, deixa de ser para os outros e se torna sujeito de sua própria vida. A mulher que está empoderada adquire a consciência de que tem o direito de ter direitos, reconhece sua própria autoridade e capacidade de alcançar seus objetivos, tomar suas próprias decisões, mobilizar-se. Por isso: “[...] empoderar-se é algo que se sucede a cada pessoa. Uma mulher se empodera e não é empoderada por outrem, uma organização se empodera pela ação de suas integrantes ou um movimento se empodera por seus trabalhos, graças às suas integrantes. Ninguém empodera ninguém (RÍOS, 2004, p.8).

De acordo com León Trujillo<sup>89</sup> (1997), o uso do termo empoderamento pelo movimento de mulheres surgiu na década de 1980, numa reivindicação em nível internacional, na qual as mulheres questionavam o modelo de desenvolvimento hegemônico. As feministas passaram a usar o conceito de empoderamento na luta pela transformação das estruturas de subordinação, pela emancipação feminina e por relações sociais mais democráticas.

Empoderamento contém a palavra poder. De modo geral, as mulheres possuem dois tipos de experiências com poder. O poder no sentido de opressão, quando há abuso, um poder subordinador; e o poder como fonte de emancipação. Assim, as relações de poder possuem duplo sentido, podem significar dominação, mas também resistência (LEÓN TRUJILLO, 1997).

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se, primeiramente, no jogo das palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comu-

---

87 Mariza Corrêa foi antropóloga e docente do Departamento de Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Estadual Paulista (UNICAMP).

88 Margareth Rago é historiadora e docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Estadual Paulista (UNICAMP).

89 Magdalena León Trujillo, equatoriana, é economista e pesquisadora feminista.

mente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela (PERROT<sup>90</sup>, 1988, p. 167).

Quando pensamos em poder é importante destacar a definição utilizada. Neste caso, considero pertinentes as ideias de Foucault ([1979] 2008), para quem o poder não se limita ao âmbito de domínio de um governo, por exemplo, é algo difuso. Para o autor, o poder está materializado por meio de práticas, sendo algo que é exercido, que não está contido ou restringido, mas se dissemina por toda a estrutura social.

Assim, o poder não está delimitado apenas ao aparelho do Estado, pois os “mecanismos de poder funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 150). Como prossegue o autor: “na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2008, p. 248).

Para Stromquist<sup>91</sup> (1997), o empoderamento se transformou em um termo de ampla utilidade, incorporado em diversas esferas (gerenciais, sindicais, ecológicas, educativas e de saúde). O conceito envolve também uma análise mais profunda sobre identidade pessoal e justiça social, e pode ser utilizado nos processos de planejamento de políticas públicas pensadas para as mulheres.

Nesse sentido, ressalto que o termo empoderamento, apesar de ter gerado avanços operacionais para as questões de gênero e feminismo, também apresenta um lado controverso, quando o mesmo é apropriado por algumas instituições privadas e organismos bilaterais, sem gerar, portanto, a devida reflexão e conscientização crítica, mas sendo incorporado à uma lógica mercantil e consumista.

Young<sup>92</sup> (1997) afirma que, estimular o empoderamento feminino não pressupõe que as mulheres façam uma lista de suas necessidades, mas sim, explorarem as suas percepções sobre as limitações que precisam enfrentar. Também é necessário reconhecer quais são os desejos das mulheres, uma vez que dificilmente elas reconhecem que têm direitos ou necessidades, geralmente só desejam coisas para os(as) outro(as), filhos(as), familiares.

De acordo com Murguialday Martínez<sup>93</sup> (2006), o empoderamento é um processo que deve ser conduzido de baixo para cima, as mulheres devem empoderar a si mesmas, no entanto, ao contarem com o apoio de instâncias externas sérias e realmente comprometidas com a igualdade de gênero, elas podem desenvolver habilidades de tomar decisões, desenvolver projetos e administrar recursos financeiros. Nos espaços rurais, a interação com projetos, instituições, organizações e movimentos sociais com esse viés é algo importante para a melhoria de condições de vida e trabalho das agricultoras.

---

90 Michelle Perrot, historiadora francesa, docente emérita da Universidade Paris VII.

91 Nelly Stromquist, professora de Política de Educação Internacional, de Universidade de Maryland, EUA.

92 Kate Young, antropóloga e militante feminista inglesa.

93 Clara Murguialday Martínez, economista e feminista espanhola.



### 3.3

## Considerações sobre a mulher rural e seu processo de luta por direitos

**A**s mulheres rurais, apesar de também estarem inseridas na sociedade desigual de gênero, apresentam particularidades em termos de vida e de trabalho. Francisco<sup>94</sup> (2001) argumenta que, até pouco tempo, a maioria das pesquisas de Geografia sobre espaços rurais ignoravam a perspectiva de gênero. Isso contribuía para que a experiência da mulher rural e seu trabalho fossem ocultados e marginalizados.

Somente a partir da década de 1980 é que surgiram estudos sobre a mulher nas áreas rurais, explorando as atividades desenvolvidas por elas, a divisão sexual e etária de trabalho e as relações de poder na família (FRANCISCO, 2001). Há uma característica peculiar sobre o trabalho feminino no espaço rural. Conforme já mencionei, as propriedades ou assentamentos rurais concentram, no mesmo local, o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Para as mulheres rurais, os dois tipos de trabalho são indissociáveis.

Infelizmente, a atividade agrícola ainda é vista por muitas pessoas e pela gestão pública apenas pela perspectiva econômica e setorial, ou ainda enquanto uma possibilidade de conter o êxodo rural, amenizando os problemas urbanos. Pouco se pensa sobre a qualidade de vida das pessoas que vivem e/ou trabalham no espaço rural (NOBRE<sup>95</sup>, 2005).

A divisão sexual no trabalho do campo geralmente é bastante segmentada, os homens costumam ser responsáveis pelo trabalho considerado produtivo (a roça, a pecuária, as atividades ligadas ao mercado), enquanto as mulheres se dedicam ao trabalho reprodutivo (a horta, o pomar, cuidados de pequenos animais, atividades para autoconsumo, além dos afazeres domésticos, alimentação, limpeza e cuidados com os filhos); porém, há exceções, existem organizações de trabalho familiar que fogem desta regra, nas quais muitas mulheres assumem os trabalhos produtivos, a comercialização. Nas pesquisas de campo da tese, foi possível observar que a adoção de diferentes estratégias de reprodução social tem propiciado mudanças nas lógicas da tradicional divisão sexual das famílias rurais, o que será abordado com maior profundidade no último capítulo.

Convém frisar que, muitas vezes, após um trabalho considerado feminino passar a ter inserção ao mercado e gerar mais renda para a família, os filhos e esposo, passam a progressivamente tomarem a atividade para si, executando-a ou coordenando-a. A cultura machista presente em muitas famílias ainda impede que algumas mulheres participem das decisões sobre o que é gasto com o dinheiro e no que vale a pena investir, faço tais afirmativas com base em observações empíricas ao longo dos anos de estudo nesta temática.

Em relação à mecanização do campo, de acordo com Nobre (2005, p. 43):

*O esforço físico é sempre apontado como uma das razões para os homens serem considerados mais importantes do que as mulheres no trabalho agrícola. Mas, quando se olha para a realidade, não há tarefa que elas não executem, se não for possível prescindir de seus braços.*

94 Maria Luiza Oliveira de Francisco, doutora em geografia, docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

95 Miriam Nobre, engenheira agrônoma, Programa de estudos na integração da América Latina da USP, é integrante da SempreViva Organização Feminista (SOF) e do Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

*Mulheres já fizeram destoca, araram a terra, puxando o burro ou “no muque”, e carregaram sacos de 60 quilos na cabeça. Mas, toda vez que essas tarefas são mecanizadas e, portanto, exigem menor força física, contraditoriamente, elas são excluídas, ou seja, é muito mais fácil ver uma mulher carpindo com a enxada do que dirigindo o trator para a realização do trabalho agrícola.*

Tedeschi (2004) estudou o trabalho rural e relações de gênero no interior do Rio Grande do Sul, constatando que, por mais que fizessem as mesmas atividades que os homens ou fizessem trabalhos mais penosos, as mulheres nunca reconheciam suas atividades como trabalho, e sim como ajuda.

*As representações, que marcam o tempo e permanecem imutáveis sobre o sujeito representado, são expressas com nitidez nas relações e funções desempenhadas pela mulher camponesa: intocáveis, cristalizadas por uma ordem e uma verdade imutáveis. O trabalho feminino e seus papéis persistem através de uma realidade constante, de geração a geração (TEDESCHI, 2004, p. 50).*

Piccinin<sup>96</sup> e Parizotto<sup>97</sup> (2015), ao pesquisarem um grupo de agricultoras de pequenos municípios do meio-oeste catarinense, verificaram que a maioria das mulheres reproduzia o machismo em suas falas, se colocando numa condição de inferioridade em relação aos homens e apresentando quadros de depressão.

O padrão tradicional no meio rural é de que os filhos homens herdem as terras, enquanto as filhas mulheres se tornem agricultoras por meio do casamento. Stropasolas (2004, p. 204) explica que “assim, o patrimônio fundiário, a família e o sistema de valores culturais, ao reproduzirem desigualdades e hierarquias entre os gêneros e as gerações, representavam uma unidade indissolúvel no processo de reprodução social do campesinato”.

A situação do permanente machismo somada à ausência de oportunidades profissionais tem reverberado em um intenso fluxo migratório seletivo nos espaços rurais, sobretudo de mulheres mais jovens (STROPASOLAS, 2004). As moças estão migrando para as cidades devido aos estudos e trabalho. O resultado à longo prazo desta migração seletiva, como alguns já apontam será o envelhecimento e a masculinização de áreas rurais.

Os problemas vivenciados pelas mulheres rurais se legitimaram como pautas de reivindicações na primeira metade da década de 1980, os movimentos de trabalhadoras rurais, desde então, perpassam as categorias de gênero e classe (SALVARO<sup>98</sup>; LAGO<sup>99</sup>; WOLFF<sup>100</sup>, 2014). O primeiro processo de luta das trabalhadoras rurais se deu para que pudessem ser reconhecidas como agricultoras, rompendo a mera condição de esposa de agricultores, dependentes de seus cônjuges e ajudantes do trabalho agropecuário; a assimetria das relações de gênero nos espaços rurais ainda é uma característica acentuada. E como já ressaltado, embora existam semelhanças nas formas de opressão sofrida pelas mulheres nos diferentes espaços, as trabalhadoras rurais, apresentam particularidades, em suas lutas, motivações, desafios e conquistas.

96 Andréia Piccinin, psicóloga formada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

97 Ana Patrícia Alves Vieira Parizotto, docente de Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

98 Giovana Ilka Jacinto Salvaro, docente dos cursos de Psicologia e Direito, dos cursos de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e Direito, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

99 Mara Coelho de Souza Lago, doutora em educação, é professora emérita da UFSC, é integrante da Participa do Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC. Participa da coordenação editorial da Revista Estudos Feministas.

100 Cristina Scheibe Wolff, doutora em História Social, docente titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora da Revista Estudos Feministas.

Ao longo dos anos de lutas e reivindicações, as mulheres rurais conquistaram além de direitos básicos, a visibilidade na esfera pública institucional. Esse processo foi marcado por esforços coletivos de agricultoras espacialmente localizadas em todo o território brasileiro, através de reuniões, atos públicos, manifestações, marchas, abaixo-assinados, paralisações. Esta trajetória de luta iniciada em meados da década de 1980, não apenas legitimou as mulheres na condição de profissionais que exercem atividades agropecuárias e afins, como também as consolidou enquanto sujeitos políticos.

As instituições religiosas, sobretudo os setores progressistas da igreja católica, tiveram papel fundamental para a conscientização da opressão de gênero vivida pelas agricultoras, bem como ajudaram a estabelecer a união das mesmas, incentivando a sua organização enquanto movimento social. Era o espaço religioso que essas mulheres tinham o direito de frequentar livremente, já que eram despojadas de organizações como associações e sindicatos. Ao dedicarem-se ao cuidado espiritual, atividade socialmente atribuída a elas, acabaram por despertar para sua condição de desvalorização e exclusão (AGUIAR<sup>101</sup>, 2016).

Até a década de 1980, as agricultoras não eram reconhecidas legalmente como trabalhadoras rurais, estando excluídas do sistema previdenciário e dos espaços de representação social e política. A condição da mulher rural era definida como dependente de seu cônjuge. Essa situação mudou somente após a elaboração da Constituição de 1988, que garantiu direitos iguais para homens e mulheres, no campo e na cidade, em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social (BRUMER<sup>102</sup>, 2002).

Após árdua luta, conquistaram o direito à aposentadoria, ao seguro-desemprego e a licença-maternidade remunerada. Ademais, seus direitos foram sendo expandidos, como a obrigatoriedade da titulação em nome do casal (titulação conjunta) ou em nome da própria mulher, independentemente de seu estado civil, até mesmo a inclusão de políticas públicas que, ao menos juridicamente, lhes garantissem melhores condições de vida e de trabalho.

Franco García (2004), ao analisar a participação da mulher no processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, afirma que a produção e reprodução do espaço se estruturam por relações de poder, na qual se insere a questão de gênero. Segundo ela, as relações de poder se estabelecem entre diferentes sujeitos, homens e mulheres, e se materializam, em acampamentos ou assentamentos rurais. Para ela, esses lugares podem ser compreendidos como escalas geográficas e as relações de gênero devem ser entendidas como parte das práticas espaciais. Acampamentos e assentamentos comportam lugares “masculinos e femininos”, o que implica em espaços de socialização apropriados e produzidos por cada gênero, ocorrendo uma divisão funcional do espaço (FRANCO GARCÍA, 2004).

Para alguns teóricos, as relações de classe são suficientes para explicar as injustiças do mundo. Concordo com Campos<sup>103</sup> (2011) de que esta é uma luta essencial, porém não esgota em si a totalidade de desigualdades entre os sujeitos: “pois mesmo dentro das classes oprimidas há desigualdades de condições de vida e assimetria de poder alicerçadas em outras formas de dominação como a de gênero, por exemplo” (CAMPOS, 2011, p. 13).

Ademais, ao tomar como exemplo a questão de gênero, é possível observar uma imbricação de diferenças (de raça, de classe, de idade, de sexualidade etc.), o que fez emergir uma variedade de feminismos (feminismo cultural, feminismo humanista, feminismo marxista,

101 Vilenia Venâncio Porto Aguiar, doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, assessora da CONTAG.

102 Anita Brumer, doutora em Sociologia, é docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS).

103 Christiane Senhorinha Soares Campos, doutora em Geografia, é docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

feminismo socialista, feminismo radical, feminismo negro, feminismo pós-estruturalista etc.) (CONCEIÇÃO, 2009).

As mulheres, de origem rural e urbana, sofrem com a dominação masculina, aspectos simbólicos (opressão) e materiais (exploração). A subjugação social das mulheres as coloca em situações de: violência sexual e doméstica, segregação no mercado de trabalho, duplas e triplas jornadas de trabalho, exígia representatividade em instâncias de âmbito político e menor participação nas políticas públicas.

A partir de minhas experiências empíricas, posso afirmar que, no caso das mulheres rurais, as manifestações de machismo e preconceito se configuram de forma intrínseca em seu cotidiano. Está na desvalorização profissional, quando as atividades que exercem são consideradas como ajuda e não como trabalho, na forma como são tratadas por funcionários de bancos e de órgãos de assistência técnica (como simples dependentes de seus companheiros), ou mesmo na necessidade da criação de políticas públicas específicas para elas (o que comprova a incapacidade dos programas governamentais em inseri-las como participantes detentoras de direitos iguais aos dos homens).

Muitas vezes suas reivindicações pelo acesso ao crédito, pela capacitação e assistência técnica representam lutas que são tratadas em segundo plano por estudiosos da questão agrária, e mesmo pelos próprios integrantes de movimentos sociais (BUARQUE<sup>104</sup>, 2005). Quando a mulher rural se torna economicamente ativa, ainda sofre a desigualdade salarial em maior proporção do que as trabalhadoras urbanas. Infelizmente, na maioria das vezes, as mulheres no meio rural não possuem remuneração monetária. Uma possível justificativa para essa questão diz respeito à posse da terra, já que a alta concentração de terras no Brasil é um dos problemas que impedem o desenvolvimento social (CAMPOS, 2011).

Um aspecto interessante diz respeito ao reconhecimento profissional das trabalhadoras rurais. Giuliani<sup>105</sup> (2006), ao estudar os movimentos de trabalhadoras urbanas e rurais no Brasil, lembra que as mulheres rurais realizaram uma campanha no país inteiro na ocasião do Censo Demográfico de 1991, incentivando suas companheiras a declararem sua profissão nas entrevistas como trabalhadoras rurais e não donas de casa:

*A mobilização é resultado da compreensão de que as estatísticas nacionais sempre têm subestimado a participação ativa das mulheres, produzindo uma visão simplificada, quando não errônea, de todas as atividades por elas desempenhadas no lar e fora dele. Seu objetivo explícito é corrigir os critérios da contabilidade nacional no sentido de adequá-los à identidade emergente das mulheres trabalhadoras rurais. De fato, elas não se reconhecem mais no estatuto de dona de casa que ajuda temporariamente os homens na agricultura; elas se consideram agricultoras, profissionalmente ativas, co-responsáveis nas decisões e na gestão das atividades produtivas (GIULIANI, 2006, p. 660).*

O objetivo inicial do movimento de mulheres rurais era obter o reconhecimento trabalhista da atividade que sempre exerceram, pois só então poderiam ser incluídas nos demais direitos básicos. Em seguida, suas reivindicações pautaram-se no direito à titularidade da terra. Segundo Sen (2000), aumentar o número de mulheres responsáveis por estabelecimentos agrícolas é essencial para melhorar as suas condições de vidas, pois a propriedade de bens pode garantir à mulher mais poder nas relações familiares.

104 Cristina Maria Buarque, doutora em Antropologia, é pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

105 Paola Cappelin Giuliani, doutora em Sociologia, é docente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Diferente do que ocorreu no espaço urbano, a maioria das mulheres rurais não começou suas mobilizações em sindicatos, mas em pequenos grupos, de matriz religiosa, ligadas às pastorais, e em grupos de matriz laica. No âmbito religioso, havia uma forte influência da doutrina da Teologia da Libertação. Os grupos de mulheres ligados à Pastoral da Terra não reivindicaram apenas questões ligadas à esfera feminina e do lar, também foram uma forte base para movimentos de luta contra a ampliação do latifúndio no país (GIULANI, 2006).

Deere<sup>106</sup> (2004) explana que o movimento autônomo de mulheres rurais tem seus fundamentos nas atividades das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) nas décadas de 1960 e 1970, e durante a o processo de renovação do sindicalismo na década de 1980.

O feminismo no Brasil ganhou força na década de 1970, porém, consolidou-se apenas em 1980, de modo a atingir diversificados espaços, tendo sido apropriado por diferentes segmentos sociais. De acordo com a descrição de Rago (2003), ao focar o contexto de evolução do feminismo no Brasil, a autora afirma que as feministas brasileiras, no decorrer dos anos, passaram a atuar em diversas áreas, tais como em sindicatos, partidos políticos e nos “movimentos de mulheres”. O “movimento de mulheres”, existente desde os anos 1970, tem como *locus* a periferia de algumas cidades e recebe apoio de segmentos de esquerda da Igreja Católica e de alguns grupos políticos. Apesar do “movimento de mulheres” possuir um número grande de integrantes mulheres, sua principal reivindicação não estava restritamente ligada às questões feministas, pois esse tinha como luta melhorias no transporte urbano, nas condições de vida, na construção de creches e escolas.

Como dito, no que se refere às mulheres rurais, a maior influência deste movimento adveio de agentes pastorais e de Comunidades Eclesiais de Base, e não de grupos feministas. Vale ressaltar a importância de teólogas que se dedicaram à elaboração de novas formas de representação da mulher na religião. Esse movimento começou nos EUA e Europa, entretanto, repercutiu sobre algumas lideranças pastorais brasileiras, de modo que as mulheres envolvidas nos trabalhos da igreja católica, que desconheciam o movimento feminista, e que através do contato com estes trabalhos foram apresentadas às propostas de libertação da mulher, passando a questionar a misoginia presente na própria instituição religiosa. Foi por meio dessa mudança de perspectiva que as mulheres rurais conheceram as ideias feministas (AGUIAR, 2016).

As CEB ligadas às questões sociais embasavam-se na Teologia da Libertação, por essa razão, aproximavam-se muito da população mais pobre, desenvolvendo trabalhos nas periferias urbanas e em comunidades rurais. Nas áreas rurais, essas comunidades e as pastorais se configuraram como importante centro de mobilização popular, e a presença feminina nestes grupos era majoritária. Aguiar (2016) justifica essa característica pelo fato de que neles a regulamentação dar-se por elementos religiosos, e a religião consiste numa atividade da esfera privada, tradicionalmente atribuída à mulher. De acordo com suas palavras, esses grupos religiosos estabeleceram uma ponte entre o âmbito público e o âmbito privado para as mulheres:

*[...] as CEBs ocuparam um lugar estratégico na trajetória política de muitas mulheres, justamente por estarem dispostas na transição entre a esfera privada (religião) – associada, numa perspectiva de gênero, à presença feminina – e a esfera pública (política), identificada, tradicionalmente, como um espaço masculino. Ao não colocarem restrições sociais à participação*

106 Carmem Diana Deere, economista, docente da universidade de Massachusetts, EUA.

*das mulheres, mas, ao contrário, ao ser um espaço amplamente aberto à participação delas, as CEBs acabaram por se tornar peças-chaves no incentivo ao engajamento feminino no espaço público (AGUIAR, 2016).*

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a igreja católica, em sua base libertária, também apoiou a organização e formação de oposições sindicais que se colocavam em divergências com a estrutura corporativista sindical vigente, era o chamado novo sindicalismo, que defendia a autonomia sindical, a redemocratização, as eleições diretas; foi através do mesmo, que se formou a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983 (AGUIAR, 2016).

As oposições sindicais rurais articularam-se à CUT, e no final da década de 1980 foi criado o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR). O movimento ligado ao departamento opunha-se às ideias defendidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), criada em 1963. Embora a CONTAG tenha sido resultado da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a mesma não propiciava a ação sindical de contestação crítica, sua estrutura era rígida e burocrática, e composta apenas por homens. Estrategicamente, os membros da CUT passaram a disputar cargos na CONTAG (sindicatos e federações), visando modificar sua estrutura sindical, de modo que em 1990, a CONTAG filiou-se à CUT (AGUIAR, 2016). Os movimentos de mulheres rurais surgiram desta mesma raiz, das oposições sindicais. Ao mesmo tempo em que militavam por direitos e lutas do campo, as mulheres criticavam a estrutura sindical machista e conservadora da CONTAG.

Até o fim da década de 1920, no Brasil, as reivindicações sociais se restringiam às paredes das fábricas, ou seja, direciona-se às condições de trabalho de operários, não incluíam as especificidades do trabalho feminino, as reivindicações se referiam à fixação da jornada de trabalho, repouso semanal, férias anuais, assistência médica em casos de acidentes de trabalho e condições apropriadas de higiene na empresa. A cidadania social nesse período restringia-se aos homens (GIULANI, 2006).

*A projeção em primeiro plano do homem trabalhador acaba deixando na sombra, quase invisíveis, as péssimas condições de trabalho impostas às mulheres. Muitas vezes as trabalhadoras nem são reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduzia-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico (GIULANI, 2006, p. 641).*

Após 1930, o Estado reconheceu como oficial a organização de sindicatos e a criação do Ministério do Trabalho, validando a legislação trabalhista em todo o país, todavia, a exclusão das mulheres permaneceu por mais três décadas. “Até o golpe militar de 1964, a noção de cidadania permanece vinculada ao emprego estável, assalariado e urbano” (GIULANI, 2006, p. 641). A previdência rural só se tornou acessível aos trabalhadores rurais em 1971.

*Até os anos 60, mais da metade da população brasileira reside no meio rural, inserida em regimes de produção familiar ou de assalariamento informal e instável. Mesmo nos centros urbanos, muitas das oportunidades de trabalho remunerado assumem as formas mais variadas, muito distantes do assalariamento formal (GIULANI, 2006, p. 642).*

No período da ditadura no país, os militares produziram a chamada cidadania de recesso, retrocedendo os ganhos até então obtidos nos direitos trabalhistas, inclusive promovendo a repressão e perseguição aos sindicatos e suas lideranças. As tentativas dos militares de silenciar os ânimos das camadas populares, continuaram a reproduzir a exclusão feminina:

*Buscando legitimidade junto à população, os governos militares ensaiam algumas políticas voltadas às condições de vida das camadas populares: programas de alfabetização, de assistência médico-hospitalar e de habitação. Mais uma vez, porém, tais programas reafirmaram a assimetria das relações entre homens e mulheres. Antes de tudo, considera-se como público-alvo dessas políticas a família institucionalmente constituída em torno do chefe de família – única autoridade reconhecida e incontestada, único representante das necessidades e das exigências de todos os familiares (GIULANI, 2006, p. 642).*

No que diz respeito às mulheres rurais, havia um pensamento de que mobilizá-las seria difícil devido a sua situação irregular no mercado de trabalho e a ideia de que elas eram as principais depositárias e reprodutoras dos valores patriarcais no meio rural; hodiernamente, sabe-se que essa ideia não é verdadeira.

*As experiências de vida relatadas pelas mulheres rurais mostram que em seu cotidiano não há uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, entre as atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre as responsabilidades na educação dos filhos e a vida comunitária. No campo, a autoridade do chefe de família – do pai ou do marido – extrapola o espaço doméstico e muitas vezes impõe-se, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos (GIULANI, 2006, p. 645-646).*

No final da década de 1970, e no decorrer da década de 1980, cresceu a mobilização de diferentes setores da sociedade, que exigiam mais do que a redemocratização do país. As mobilizações vão para além das fábricas, ganhando espaços como as periferias e associações de bairro, tomando âmbito sobre as condições de vida das pessoas. A partir daí, surge um diálogo entre as organizações sindicais e os movimentos sociais na luta por melhores condições de vida, despertando para algo novo, o entendimento de que a população trabalhadora englobava os dois sexos (GIULANI, 2006):

*Assim como há uma confluência entre propostas de renovação da cultura sindical e os movimentos populares, também ocorre uma união entre os grupos de mulheres trabalhadoras, grupos feministas, algumas organizações sindicais, partidos e alguns setores que atuam nas instituições de administração do Estado. Vários desses grupos chegam, por caminhos diferentes, à necessidade de repensar a divisão sexual do trabalho (GIULANI, 2006, p. 647).*

Durante a década de 1980 ampliaram-se as organizações políticas das mulheres, e devido à grande extensão territorial brasileira, pôde-se observar a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com as necessidades específicas de cada região (AGUIAR, 2016).

Tais mulheres lutavam, principalmente, pelo reconhecimento político como trabalhadoras rurais, e para terem sua legitimação diante das estruturas organizacionais: o Estado e os sindicatos de trabalhadores(as) rurais. Através da legitimação de seu estatuto profissional, as mulheres teriam acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, corrigindo os efeitos da errônea visão que considera a mulher como ajudante do trabalho agropecuário, excluindo-as dos direitos trabalhistas.

Até meados de 1980 não era comum a participação das mulheres nos sindicatos, elas participavam apenas através da representação de homens – pais e maridos. Elas não eram, portanto, membros dos sindicatos. Geralmente, os sindicatos filiados à CONTAG permitiam que apenas um membro da família se filiasse ao sindicato. Este, por sua vez, deveria ser o homem, “chefe de família”. Havia ainda, manifestações por parte dos agricultores, buscando



proibir legalmente a participação das mesmas nestas instâncias (AGUIAR, 2016).

Em 1986 foi criada a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural, ligada ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT. E em 1989, foi criada a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), este foi um passo importante para a intensificação da participação feminina em cargos administrativos da CONTAG. Em 2009 foi criada a Secretaria de Mulheres da CONTAG. Os anos 1990 foram marcados pela luta das mulheres para ocupar a gestão dos espaços de participação, e pela criação de coletivos, comissões, coordenações direcionadas especificadamente às mulheres, nos âmbitos municipal, estadual e nacional, enfatizando a questão de gênero no interior das organizações de trabalhadore(a)s rurais (AGUIAR, 2016).

Apesar de conquistarem o direito à sindicalização, muitos movimentos decidiram permanecer autônomos em relação à estrutura sindical, diante da desvalorização das lutas das mulheres e das questões de gênero nos espaços mistos. Ainda assim, grande parte das mulheres optou por continuar militando em organizações mistas, a exemplo da CONTAG e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), nos quais as mulheres conseguiram ampliar sua participação e direitos: cotas mínimas para mulheres em cargos de direção, atividades de formação específicas para mulheres, combate às discriminações e à violência dentro das entidades, debates sobre as relações de gênero, criação de creches para os filhos etc. (AGUIAR, 2016).

Segundo Deere (2004), a reforma constitucional de 1988, propiciou às mulheres os direitos formais à terra; mas isso foi resultado de um esforço para a erradicação da discriminação contra elas em todos os âmbitos. Infelizmente, a conquista de igualdades formais não gerou um aumento de mulheres beneficiárias das políticas de reforma agrária, cuja percentagem permaneceu baixa até meados da década de 1990.

A participação das mulheres na reforma agrária foi um processo difícil. Deere (2004) alega que, de acordo com o Primeiro Censo da Reforma Agrária de 1996, apenas 19.905 mulheres haviam sido beneficiadas diretamente pela reforma agrária, representando 12,6% do total nacional de 157.757 de lotes. Os percentuais apresentavam variações de acordo com as regiões do país: Sudeste (13,8%), Nordeste (13,4%), Norte (12,7%), Centro-Oeste (11,5%) e Sul (7,9%) (DEERE, 2004).

A autora afirma que os critérios de seleção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) eram bastante desvantajosos para as mulheres, como é explanado pela autora (DEERE, 2004, p. 184):

*A discriminação contra a mulher era tal que os funcionários do INCRA tomaram por certo que mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior, e não era incomum para as mulheres que enviuvavam com crianças pequenas perderem seu direito a permanecer no assentamento de reforma agrária. Além disso, quando o filho mais velho da viúva era nomeado beneficiário, ela algumas vezes perdia o acesso à terra quando ele casava e formava sua própria família.*

Deere (2004) argumenta que a partir de 1996 houve um aumento da política de assentamentos rurais no país e também da fração de beneficiárias. Para a autora, esse crescimento se deve à intensificação dos movimentos de mulheres no campo, e do reconhecimento das peculiaridades da luta feminina dentro dos movimentos rurais no geral, pois até então, não davam nenhuma prioridade ao direito das mulheres à terra. Da mesma forma, para a

CONTAG, a CUT e os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) a prioridade maior não era o acesso das mulheres à terra, mas sim o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais, visando a obtenção de direitos sociais, como a previdência social.

Ainda nos anos 1990, novas pautas entravam nas reivindicações e luta das mulheres rurais, como as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e cargos legislativos, espaços até então predominantemente masculinos. Ressalto aqui a ampliação do movimento de mulheres, ao incluir pautas de protesto oriundas não apenas de agricultoras, também de mulheres que se dedicavam às atividades florestais, ribeirinhas, entre outras.

*Na década de 1990, as mulheres rurais ampliaram suas formas de luta, aprofundando questões de segmentos específicos como das mulheres extrativistas, pescadoras, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, assentadas, agricultoras familiares e outras, numa diversidade de situações e identidades. Desse modo, as lutas por elas travadas nos diversos espaços – doméstico/familiar, nos movimentos sociais e nas arenas de participação política e social, como aquelas instituídas pelo Estado – complexificaram-se (AGUIAR, 2016, p. 277).*

Nos anos 2000, os movimentos de mulheres rurais voltaram a ser noticiados pelos meios de comunicação, ocupando ruas, e demais espaços públicos. Nessa fase, a reivindicação se dava pelo direito de participarem de políticas públicas produtivas e exigindo do Estado políticas específicas às suas demandas.

É necessário frisar a promoção de muitas conferências sociais pelas Nações Unidas, em que ocorriam marchas organizadas por mulheres. Destaca-se a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), no dia 08 de março de 2000. Foi a partir de então que a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR) articulou-se à Marcha Mundial de Mulheres, dando início a primeira Marcha das Margaridas, sob o lema “2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista” (SILV<sup>107</sup>A, 2008).

Entre os anos de 2000 a 2010 ocorreram cinco Marchas das Margaridas (2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019), incluindo ainda ações como encontros nacionais de mulheres indígenas, de mulheres quilombolas e de quebradeiras de coco de babaçu (CONTAG, 2019).

A Marcha das Margaridas trata-se de um movimento nacional de mulheres do campo, da floresta e das águas, resultante de um longo processo de mobilização com eventos regionais e municipais, manifestado a partir do ato simbólico de uma marcha (MENEZES<sup>108</sup>; GAMA, 2013).

*Marchando, as mulheres trabalhadoras rurais, como se denominavam, adentraram o espaço público, reivindicando sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. Sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres rurais, elas passaram a pautar novas questões e ampliaram, assim, o campo de temas e problemas que adentra o universo das relações sociais (AGUIAR, 2016, p. 283).*

As marchas acontecem em Brasília-DF, nos dias 12 de agosto, em homenagem à memória de Margarida Maria Alves (figura 1). Margarida nasceu em 5 de agosto de 1933, na cidade de Alagoa Grande, Pernambuco. Ela dedicou sua vida ao ativismo e sindicalismo, trabalhou como presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sua cidade natal e fundou o

107 Berenice Gomes da Silva, mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

108 Elisângela Ferreira Menezes, doutora em geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Devido à sua militância, acabou despertando o ódio de usineiros da região, sendo constantemente ameaçada, até ser assassinada em 12 de agosto de 1993, na frente de seu filho e seu esposo (MENEZES; GAMA<sup>109</sup>, 2013; SILVA, 2008).

Além de Margarida Alves, cabe destacar outra mulher brutalmente assassinada, por apoiar movimentos sociais no campo, a missionária Dorothy Mae Stang (figura 2). A religiosa estadunidense, que viveu e trabalhou no Pará juntamente com comunidades extrativistas, foi uma das fundadoras da primeira escola de formação de professores na Transamazônica, defendeu ferrenhamente projetos de desenvolvimento sustentável, que interligassem assentamentos rurais e a preservação da natureza, o que confrontava com os interesses de grandes pecuaristas locais, culminando em seu assassinato, em 12 de fevereiro de 2005. A sua morte teve grande repercussão, inclusive internacional, barrando, naquele momento, o avanço de madeireiros no oeste da Amazônia (THURLER<sup>110</sup>, 2017).

A vida e o assassinato de Dorothy tornaram-se mais uma evidência da violência sofrida pelos povos do campo e das florestas, dando ênfase, também à oposição feminina frente ao avanço do capital fundiário, aos atos truculentos do mesmo para com o meio ambiente e as vidas de milhares de pessoas.

As marchas das Margaridas constituem uma ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, e integram permanentemente a agenda do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres do Brasil. Como pauta, o movimento apresenta as seguintes propostas: reforma agrária ampla e massiva que valorize e fortaleça a agricultura de base familiar; geração de emprego, renda e ocupações produtivas; garantia dos direitos dos assalariados e assalariadas rurais; promoção de políticas públicas e garantia dos direitos sociais; combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; e a equidade de gênero/geração/raça/etnia (SILVA, 2008).

A Marcha das Margaridas (figura 3) consiste num evento interessante de escala geográfica, uma vez que reúne, num único ponto do território nacional, movimentos de diversas amplitudes (locais, regionais, nacionais e até internacionais). Os vínculos com diversas organizações e movimentos não unificam ou homogeneizam a marcha, mas implicam em uma ação comum, que articula demandas de diferentes organizações, diferentes bandeiras de luta que compõem a marcha, em torno da categoria “mulher” (AGUIAR, 2016).

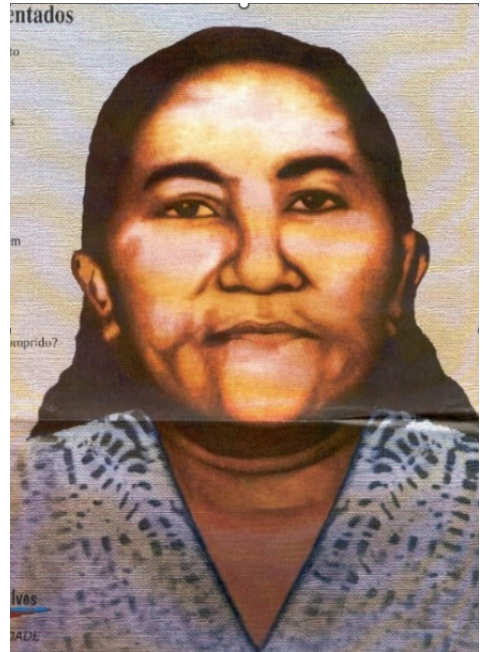


Figura 1: Arte que homenageia a liderança Margarida Alves

Fonte: <http://alagoagrandeparaiba.blogspot.com/2011/07/margarida-maria-alves.html>



Figura 2: Homenagem do artista Carlos Latuff em referência aos 12 anos do assassinato da irmã Dorothy Stang

Fonte: <https://twitter.com/LatuffCartoons/status/831841056610213888>

109 Andrea Nogueira Gama, geógrafa formada pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

110 Ana Liése Thurler, doutora em Sociologia, atualmente é professora visitante da UnB.

*Ao saírem às ruas sob esse lema, as mulheres do campo e da floresta falam de um projeto político que se opõe ao modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo, articulado discursivamente em torno do agronegócio (AGUIAR, 2016, p. 285).*

A última edição da Marcha das Margaridas ocorreu nos dias 13 e 14 de agosto de 2019, em Brasília, sob o intuito de demonstrar a resistência diante da atual conjuntura de retrocessos sociais. Foram realizadas atividades culturais e formativas para mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas. O movimento levanta a defesa do direito a terra, território, água e agroecologia; o fim da violência contra as mulheres e do racismo; a democracia e os direitos humanos, e o respeito ao meio ambiente (CONTAG, 2019).



Figura 3: Panfleto de divulgação da quinta Marcha das Margaridas, realizado em 2015

Fonte: SempreViva Organização Feminista

As reivindicações das mulheres rurais por políticas públicas não implicam apenas em políticas produtivas, mas também em questões ligadas ao meio ambiente, ao bem-estar e à infraestrutura no meio rural. Na pesquisa realizada por Lisboa<sup>111</sup> e Lusa<sup>112</sup> (2010), em países como Brasil, México e Cuba, verificou-se que ainda persiste nos três países, a dificuldade em se estabelecer uma distribuição igualitária das tarefas domésticas: ao homem prevalece o poder sobre grandes decisões, enquanto à mulher, é quase que “natural”, a atribuição aos cuidados de âmbito familiar.

Apesar das dificuldades, as autoras concluíram que nos três países, as mulheres desempenham funções importantes na gestão dos recursos naturais, já que muitas vezes cabe a elas, a provisão de alimentos para o sustento familiar, o cultivo e a coleta de frutos, raízes, lenha, ervas medicinais, forragem para os animais, ramos e folhagens para o forro e a construção de suas casas, o cuidado com a água, atividades que exigem conhecimento sobre a ecologia e a natureza, contribuindo assim, para a gestão da biodiversidade e da agroecologia (LISBOA; LUSA, 2010).

Foi nesse contexto de importância da mulher na preservação e manutenção de recursos naturais que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), posicionou-se, a partir de 2001, em combate ao modelo de agricultura pautado na monocultura, ao uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas, propondo a recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas, o cultivo de plantas medicinais, de árvores frutíferas e nativas, de proteção da água, de diversificação da produção de autossustento e de renda e de reeducação alimentar (LISBOA; LUSA, 2010).

111 Teresa Kleba Lisboa, doutora em Sociologia, é professora titular da UFSC.

112 Mailiz Garibotti Lusa, doutora em Serviço Social, docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

As reivindicações do movimento de mulheres rurais resultaram ainda em políticas públicas, e critérios em programas já existentes visando o incentivo à maior participação de agricultoras, como é o caso do PAA, já mencionado. Essa e outras políticas são importantes triunfos da luta das mulheres rurais, porém apresentam problemas, e não alcançam todas as agricultoras. Soma-se a isto, a atual configuração política do país, que assumidamente descompromete-se dos interesses de segmentos populares como assentados rurais, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, além de demonstrar desprezo pela inclusão da igualdade de gênero na agenda pública.

Recentemente, temos acompanhado, em diversas escalas, um progressivo desmonte de recursos destinados às políticas sociais e a redução de órgãos que tratavam de direitos das mulheres e das famílias do campo, tais como o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) (criado em 1999), a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) (já mencionada), transformando-os em instâncias de menor relevância política, e, portanto, dotados de menores recursos financeiros. No caso do MDA, sendo extinto em 2016, durante o governo de Michel Temer e reduzido a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que por sua vez, em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, teve suas competências transferidas para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ministério que historicamente esteve ligado aos interesses do agronegócio.

Estas condições reverberam na emergência de criação de novas formas de reprodução socioespacial e no fortalecimento da articulação dos grupos de mulheres rurais com demais movimentos sociais e com órgãos e instituições externas. Políticas públicas voltadas aos/as pequenos(as) agricultores(as) são desativadas, ou têm seus recursos drasticamente reduzidos; ministérios e órgãos ligados às questões agrária e de gênero, construídos após décadas de trabalho, de mobilização e de enfrentamento social, são arbitrariamente extintos; movimentos sociais vivem sob a ameaça de tornarem-se constitucionalmente considerados organizações criminosas.

É válido ressaltar que as ações de truculência ainda recaem de modo devastador sobre essas vidas, que são ceifadas apenas por demandarem direitos básicos. Podemos mencionar o assassinato de Dilma Ferreira Silva no dia 22 de março de 2019 (ironicamente na mesma data em que se comemora o Dia Internacional da Água).

A liderança de 47 anos era coordenadora da regional (em Tucuruí, no sudoeste do Pará) do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ela foi assassinada, assim como Margarida Alves, em sua própria casa, no Assentamento Salvador Allende. Além dela, também foram assassinados seu esposo, e um amigo do casal, que se encontrava na residência. Em Tucuruí, há uma usina hidrelétrica construída durante o regime militar, considerada em termos de potência, a maior usina hidroelétrica brasileira. Em seu processo de construção, aproximadamente 32 mil pessoas foram deslocadas de suas moradias para a construção da barragem, e estas lutam desde então para garantir seus direitos (BRASIL DE FATO, 2019).

Embora as mulheres tenham registrado na história do país uma árdua luta por reconhecimento e direitos, persistem sendo alvo de violências, que tentam a todo custo, não apenas silenciá-las, mas emudecer todo o movimento de enfrentamento que as mesmas representam. Como ressalva Hora<sup>113</sup> (2018, p. 459):

---

113 Karla Emmanuela Ribeiro Hora, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), docente da Universidade Federal de Goiás (UFG).



*Se num período recente, foi possível induzir um novo desenho de política pública, mesmo num contexto de contradições de uso do aparelho estatal, também foi possível afirmar a ideia de feminismo e participação como condição para acesso a direitos básicos, cidadania e autonomia. Num período de golpe, as mulheres são criminalizadas e seus ideais penalizados em novos velhos marcos legais que visam cerrar seus corpos e suas mentes.*

O resgate histórico da trajetória de luta das agricultoras remete a um passado marcado por enfrentamentos que romperam com a situação de subalternidade e silêncio que predominavam na vida dessas mulheres. A partir do conhecimento de sua condição na desigual relação de gênero e na desvalorização de seu trabalho, estas mulheres organizaram grupos de bases por todo o território brasileiro, articulando, ao longo dos anos, eventos e atividades em redes, de abrangência multiescalar, se considerarmos a vinculação em âmbito internacional, como a Via Campesina.

A violência e o preconceito de gênero ainda são dificuldades presentes nos espaços rurais, porém é inegável o avanço obtido em termos de conscientização, redes de amparo e reconhecimento profissional que as agricultoras conquistaram. O movimento de mulheres rurais resistiu, cresceu e se complexificou, ao integrar cada vez mais mulheres com identidades e atividades distintas (agricultoras, assentadas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas), conseguindo canalizar uma pluralidade de demanda em um movimento heterogêneo. A preocupação doravante é manter a resistência diante de um futuro repleto de incertezas e ameaças àquele(as) que se empenham na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No próximo tópico será abordado o contexto dos assentamentos rurais, a criação desta política e suas características, para então adentrarmos na análise espacial dos assentamentos nos quais as participantes da pesquisa estão envolvidas, bem como as implicações na vida e trabalho de mulheres rurais assentadas.

### 3.4

## Breve contexto de formação dos Assentamentos Rurais no Brasil

A desigualdade no Brasil nasceu e se solidificou por meio da propriedade privada da terra, consolidando a estrutura agrária brasileira em latifúndios adquiridos de maneiras arbitrárias e irregulares, como a grilagem<sup>114</sup> de terras, por exemplo. Muitos(a) estudiosos(as) acreditam que a Lei de Terras, instituída em 1850, era na verdade um projeto para afastar a possibilidade de negros libertos e a população mais pobre acessarem a terra (RIBEIRO, 2015).

Fernandes (1999) alega que a formação socioterritorial brasileira desde o Império negou o direito à terra das famílias mais pobres. Assim, ao longo dos anos, os(as) camponeses(as)

114 O termo grileiro refere-se à “proprietários” de grandes extensões de terras que foram adquiridas ilegalmente. A grilagem diz respeito à uma prática comum entre os fazendeiros para conseguir comprovar a posse das terras. Os documentos eram falsificados, utilizando-se canetas e selos da época do Império, passava-se gordura nos mesmos e colocavam em cima do fogão para adquirir a coloração amarela. Depois os guardavam em gavetas com grilos, que perfuravam os documentos e neles faziam seus dejetos, deixando-os com a aparência de documentos envelhecidos (SOUZA, 1994).

adentram às terras e resistem contra a expropriação. E esta luta vem sendo travada das mais diferentes formas e por vários períodos históricos, desde as Ligas Camponesas até o MST, dentre outros movimentos sociais.

Parte do século XX e início do século XXI é marcada pela luta da (re)distribuição de terras, porém, até hoje, não temos de fato uma política de reforma agrária, mesmo porque a maioria dos assentamentos criados são regularizações fundiárias e não desapropriações de terra (SOUZA, 2007).

Ao invés de efetivar uma reforma agrária, o que o Estado brasileiro fez foi criar uma política de assentamentos rurais para mediar os conflitos de luta pela terra. A reforma agrária é uma política pública que entra e sai de pauta do governo sem que seja de fato executada e concluída. Os poucos avanços só foram operacionalizados após a intensa e constante pressão de movimentos sociais, que atuaram por meio de passeatas, marchas, ocupações de terras e acampamentos (MAZZINI<sup>115</sup>, 2007).

Em 1962 foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), cujo objetivo era iniciar uma política de reforma agrária, mas surtiu poucos avanços. Somente na década de 1980 com os movimentos de trabalhadores(as) sem terra é que mudanças reais começaram a ocorrer, com políticas públicas de assentamentos para estas famílias (RIBEIRO, 2015).

Vale frisar que as políticas públicas, sobretudo a implantação de assentamentos, não são algo deliberadamente cedido pelo Estado aos/as trabalhadore(a)s rurais, mas são construções de luta destes, em meio a confrontos, embates políticos e ideológicos, por isso inserem-se num processo contínuo e dinâmico (MAZZINI, 2007).

Fernandes e Ramalho<sup>116</sup> (2001) explicam que o Estado é a instituição competente para desenvolver uma política de reforma agrária, no entanto, ainda não conseguiu efetivá-la. A luta pela terra organizada por trabalhadores(as) rurais e movimentos sociais surge então como um estímulo a criação dos assentamentos rurais, que apesar dos inúmeros benefícios gerados, não passam de políticas compensatórias e não configuram de fato, uma reforma agrária. Ao evitar o enfrentamento com os ruralistas, o Estado tem reprimido e criminalizado as ocupações de terra.

Para Souza (2007), os assentamentos rurais surgem como resposta a uma série de problemas no campo brasileiro: a concentração fundiária, a grande quantidade de trabalhadores(as) rurais sem-terra, a violência no campo, a produção voltada ao mercado externo, a ampliação do agronegócio em detrimento de famílias de pequenos(as) agricultores(as) e danos ambientais.

Ter a titulação da terra é uma grande conquista, porém não muda a situação de abandono e as dificuldades vividas pelas famílias assentadas, tampouco altera a exclusão sofrida pelas mulheres. Os(as) assentados(as) criam e recriam estratégias para viverem na terra (BARONE; FERRANTE, 1998). Conforme frisam Almeida e Ramiro (2016), a conquista pela terra, com a entrada das famílias nos lotes do assentamento não garante a segurança produtiva e reprodutiva para as mesmas. Por isso implementação do assentamento também deve implicar em políticas públicas voltadas para a fixação e permanência das famílias no espaço rural (SOUZA, 2007).

---

115 Eliane de Jesus Teixeira Mazzini, mestra em Geografia, analista do ITESP de Presidente Prudente-SP.

116 Cristiane Barbosa ramalho, mestra em Geografia, atualmente é professora da Rede Pública de Ensino do Paraná.



Quanto ao termo assentado e assentada, parece indicar algo homogêneo, mas esta definição oficial apenas cumpre requisitos jurídicos, pois não incorpora toda a multiplicidade desses sujeitos (ALMEIDA<sup>117</sup>, 2016). Nesse aspecto, Botelho<sup>118</sup> (2006) discute a questão da romantização dos assentados(as) como um grupo coeso e homogêneo. Segundo a autora, a realidade é que a luta pela terra envolve sujeitos e processos heterogêneos. O movimento de luta pela terra envolve expropriados do campo e da cidade, que têm acesso à terra como o alcance do trabalho e da cidadania. Logo, entre os(as) assentado(as) há uma diversidade de trabalhadores, resultante da pauperização sofrida com a modernização agrícola.

*Há posseiros, filhos de pequenos produtores familiares, parceiros em busca de seu próprio pedaço de terra; pequenos produtores que tiveram suas terras inundadas por hidrelétricas; assalariados rurais desempregados; como também trabalhadores ligados a atividades urbanas, geralmente oriundos do setor de serviços, construção civil entre outras (BOTELHO, 2006, p. 55-6).*

Toda essa diversidade reverbera em diferentes formas de organização no espaço dos assentamentos. Grupos de natureza produtiva, política, religiosa e familiar são criados. Ideias, ideais e trajetórias de vida diferentes não são homogeneizadas na unidade que a luta pela terra representa, dando origem muitas vezes a conflitos internos. Nos assentamentos formam-se identidades por redes sociais (parentesco, religião, vizinhança), pela origem (procedência) e política. São então formados grupos sociais que poderão (re)socializar-se, reproduzir ou superar as divergências (BOTELHO, 2006).

É por meio da terra conquistada que os(as) assentados(as) travam novas lutas, que propiciam uma série de impactos positivos nas comunidades locais e municípios nos quais estão inseridos. Estes impactos confrontam uma lógica hegemônica de exclusão e pauperização a que foram submetidos(as). As mudanças podem ser visivelmente compreendidas, com a colocação de pares opostos:

*Latifúndio-assentamento; exclusão-ressocialização; fome-produção de alimentos; analfabetismo-escolarização; melhorias nas condições de saúde; modificação na produção agropecuária; diferentes formas de organização do espaço; cooperativismo e associativismo; mobilização e participação política. Neste sentido os impactos sócio-territoriais representam uma continuação da luta pela terra, agora como resistência na terra. A construção das escolas, dos postos de saúde, das estradas e pontes; a implantação da rede de eletrificação e de transporte, o estabelecimento de políticas agrícolas, por exemplo, são dimensões desses impactos (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p.247).*

Os impactos socioterritoriais dizem respeito às mudanças geradas nos municípios após a implantação dos assentamentos rurais, isso envolve desde a luta que antecede sua criação, até as multidimensões advindas com este projeto (MAZZINI, 2007).

Outro aspecto positivo gerado a partir da criação de assentamentos refere-se ao estabelecimento de relações externas, intensificando e fortalecendo os vínculos existentes entre a população rural e os núcleos urbanos de pequenos municípios, ou seja, a relação campo-cidade. Com o aumento de moradores(a)s das áreas rurais ampliam-se demandas que se refletem no espaço urbano, gerando benefícios ao comércio local, pela aquisição de assentados à produtos industrializados, pela comercialização de produtos feitos nos assentamentos, e pelo aumento de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos (SOUZA, 2007).

117 Olívia Alves de Almeida, mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

118 Maria Auxiliadora Leite Botelho, mestra em Ciências Sociais pela UNICAMP, é docente Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O ponto determinante do assentamento é o direito à terra e a qualidade de vida das famílias assentadas. Estas pessoas possuem uma trajetória e projetos de vida pessoais, que propõem e promovem diferentes estratégias, podendo resultar em conflitos e solidariedades. O assentamento é, portanto, uma temporalidade dinâmica, espaço-tempo que abrange subjetividades e organizações familiares que se cruzam e conflitam no cotidiano; isso impede que pensemos um assentamento como algo homogêneo (ALMEIDA, 2016).

Os assentamentos do Estado de São Paulo enfrentam muitos problemas, como os planejamentos inadequados, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica, sendo que esses obstáculos comprometem o desenvolvimento dos mesmos (FERRANTE, BARONE, 1998).

A relevância da existência de assentamentos extrapola os benefícios às famílias assentadas, pois favorecem toda a sociedade. Os assentamentos geram empregos diretos e indiretos, contribuem para o desenvolvimento da economia municipal e regional, por meio do comércio, prestação de serviços e arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A disponibilidade de alimentos, como grãos, hortifrutigranjeiros e pequenos animais é outra vantagem dos assentamentos, favorecendo sobretudo as pessoas de menor poder aquisitivo, pois a oferta de alimentos reduz os preços nos mercados locais e regionais (CAMPOI, 2005).

Souza *et al* (2008) explicam que a maior parte da criação de assentamentos no estado de São Paulo ocorreu a partir de reivindicações por parte de trabalhadores rurais sem-terra, organizados em movimentos sociais ou sindicais. Data de 1960 as primeiras propostas de implantação de assentamentos em São Paulo, inseridas no programa de Revisão Agrária<sup>119</sup> do governo Carvalho Pinto (1958-1962), que foram timidamente colocadas em prática a partir de 1960. Campoi (2005) afirma que o projeto de Revisão Agrária tinha o objetivo de neutralizar as articulações que começaram a ocorrer entre partidos de esquerda e movimentos sociais na luta pela terra, do que de fato executar a reforma agrária no estado.

Tal projeto estabeleceu duas áreas para a implantação de assentamentos, uma em Campinas e outra em Marília, onde foram assentadas ao todo 175 famílias. Não houve assistência necessária para a viabilidade da produção das mesmas, o que resultou numa visão negativa sobre este tipo de programa, tanto que no governo seguinte, de Adhemar de Barros, não houve nenhuma iniciativa nesse sentido (CAMPOI, 2005).

O estado de São Paulo implementou muitas políticas fundiárias que deram origem a vários assentamentos rurais, alguns foram instalados em propriedades pertencentes a estatais como a Ferrovias Paulistas S.A. (FEPASA), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo (CODASP), a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e a Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS) (Estatal do Governo Federal), e outras, em áreas de aquisição de propriedades do governo, griladas há décadas por agropecuaristas, a maioria improdutiva. Esse último caso foi muito recorrente na região do Pontal do Paranapanema (SOUZA *et al*, 2008; GAVIOLI, 2010).

A maioria dos assentamentos de trabalhador(a)s rurais em São Paulo foi criada a partir do governo Franco Montoro (1983-1987). Ele foi o primeiro governador eleito após o regime militar e em resposta às reivindicações destes(as) trabalhadores(as) propôs um programa fundiário baseado em dois planos: Plano de Valorização de Terras Públicas e o Plano de Regularização Fundiária (CAMPOI, 2005; SOUZA *et al*, 2012).

---

119 Lei 59.994/60.



Montoro sancionou a Lei Estadual 4.957/85, Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários, obrigando o governo estadual a promover a exploração agropecuária ou florestal de terras ociosas. É esta lei que norteia até os dias atuais o planejamento e implantação de assentamentos no estado de São Paulo. Essa legislação permitiu, a princípio, implantar assentamentos em áreas de domínio estatal, já que ações de desapropriação de áreas particulares são exclusivas do governo do estado. A lei contribuiu ainda para a proposta de reivindicações de posse em terras devolutas e ações discriminatórias em áreas potencialmente devolutas, como o Pontal do Paranapanema (CAMPOI, 2005).

De acordo com Carvalho (2004, p.26), as terras devolutas são descritas na Lei nº 601, de setembro de 1850:

*Art. 3º São terras devolutas:*

*§1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público, nacional, provincial ou nacional;*

*§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de mediação, confirmação e cultura;*

*§ 3º As que se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo que, apesar de incursas em comisso, fossem revalidadas por esta Lei;*

*§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.*

São, portanto, terras devolutas, as que não se encontram sob uso público nacional, estadual ou municipal, nem sobre domínio particular por título legítimo. São terras desocupadas, ermas, sem destinação, vazias, à disposição de qualquer um, é esta definição que permanece até hoje. A Lei nº4504 de 1964 – Estatuto da Terra situou as terras devolutas entre as terras públicas, porém não as definiu. A Constituição Federal, em 1988, definiu as terras públicas pertencentes à União (CARVALHO, 2004).

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) atua na identificação e arrecadação de terras devolutas estaduais para dar-lhes o fim previsto e fiscalizá-las, com a criação do Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) em 1999, este órgão passou a trabalhar em parceria com a procuradoria, auxiliando na realização de trabalhos técnicos (CARVALHO, 2004).

O ITESP em parceria com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) dinamizou os trabalhos jurídicos de discriminação e reivindicação de áreas de assentamentos rurais. Além disso, o órgão é responsável pelo planejamento e implantação dos projetos de assentamentos e oferecimento de assistência técnica às famílias assentadas (MAZZINI, 2007).

De acordo com Botelho (2006), os assentamentos criados via programas de governo têm um ciclo de operacionalização característico. Após a ocupação, conflitos e luta dos(as) trabalhadores(as) é realizada a desapropriação das terras, em seguida o parcelamento de terras para as famílias, a posse legal da terra e a criação de uma ou mais associações, que representem os interesses dos(as) assentados(as).

Ao obter a posse da terra, o(a) trabalhador(a) assentado(a) vincula-se a uma nova condição, e o envolvimento de sua família com a produção no lote determinará a sua permanência no projeto, tendo então que atender às expectativas das agências governamentais responsáveis e as agências de mediação articuladas à luta pela terra (BOTELHO, 2006).

*Ocupar é fazer jus à função social da terra, tornando-a produtiva, e que essa produção seja realizada por famílias trabalhadoras [...] Resistir é dar continuidade permanente à luta pela terra, mas é, sobretudo, manter-se organizado para exigir do Estado que ampare e promova as famílias assentadas de condições que possam assegurar a sua permanência digna na terra, por meio da garantia de habitação, saneamento, saúde, educação e outras políticas públicas que possam assegurar às famílias os direitos de cidadania (SANTOS; S'ANTANA, 2012, p. 4).*

Para estimular a produção com base na economia familiar, uma série de características devem ser consideradas como: o número de trabalhadora(s) por família (força de trabalho), a fertilidade do solo, as condições climáticas, o tipo de relevo, a presença de áreas de preservação ambiental, as lavouras e/ou criações que melhor se adaptam a estas características, o mercado consumidor do entorno. E assim, o espaço é dividido e distribuído para cada família viver e produzir (SOUZA *et al*, 2008).

Afinal, como argumentam Souza *et al* (2004), a terra conquistada não é um simples investimento por meio da reprodução social, mas um patrimônio alcançado pela família, que deve ser preservado.

*Embora a ajuda mútua tenha modalidades muito flexíveis, que pode levar a um parente a ajudar um não-parente sem barganha de dias ou qualquer outro pagamento, essa solidariedade intensa entre os membros do grupo familiar, potencializa sua performance econômica (BARONE; FERRANTE, 2007, p. 8).*

Nas famílias assentadas há uma característica bastante evidente, trata-se da reciprocidade, a ajuda mútua entre seus/suas integrantes. Como explicam Barone e Ferrante (2007), esta ordem moral não se restringe à família, mas à comunidade do assentamento, como explicam os autores no exemplo de um assentado que teve sua casa incendiada e sofreu queimaduras graves, impossibilitando-o de trabalhar por um determinado período, sendo que todos(a) os(as) demais assentados(as) o ajudaram, desde o preparo da terra, plantio e colheita.

Produzir é a primeira finalidade das famílias assentadas, produzir sobretudo alimentos diversificados, mas isso só é possível quando elas possuem apoio para a manutenção na terra (SANTOS; SANT'ANA, 2012). As principais expectativas quanto aos assentamentos rurais é que produzam de forma diversificada e que a base do trabalho empreendido seja familiar (SOUZA *et al*, 2008). Mas, além disso, os assentamentos permitem que as famílias possam reconstruir um modo de vida rural (GAVIOLI; COSTA, 2011).

O início do assentamento costuma ser bastante difícil. As famílias cadastradas devem se submeter às regras do Estado e da instituição gestora. A construção da casa, os tipos de cultura agrícola e formas de explorar a terra são decisões inicialmente impostas, sendo ignorados a experiência e o conhecimento anterior que essas famílias possuem (BARONE; FERRANTE, 1998).

Santos e Sant'ana (2012) destacam a importância da sociabilidade como promotora da reprodução familiar. As associações, por exemplo, trazem melhorias de vida não apenas para a pessoa associada e sua família, mas também para a comunidade. A solidariedade entre

os(as) trabalhadores(as) na terra e a integração de grupos de parentesco consolidam uma estrutura interna e reconhecimento social. Embora tais relações possam ser inexistentes para a ordem estatal, elas são muito significativas para as famílias assentadas, sobretudo para as mulheres, pois conseguem transformar estes laços em espaços de permanência na terra (BARONE; FERRANTE, 1998).

Ao entrarem nos lotes, as estratégias coletivas são mais frequentes, remontando os momentos de dificuldade que as famílias viveram juntas na fase do acampamento. Um tempo após a formação dos assentamentos, é comum que o trabalho coletivo perca a força, retomando-se relações familiares para o trabalho nos lotes visando atender à produtividade exigida. A sociabilidade sofre alterações como reflexo da inserção forçada dos assentados na economia mercantil sob pressão política e social. Assim, em muitos casos, há uma elevação do individualismo e redução da coletividade e solidariedade (ALMEIDA; RAMIRO<sup>120</sup>, 2016).

Esta solidariedade está intensamente presente nas relações entre as mulheres assentadas, algo perceptível em suas relações cotidianas, mas também nas ações coletivas que empreendem enquanto associação. Os assentamentos rurais são processos sociais complexos, que permitem a problematização de espaços ditos masculinos e femininos, além de reproduzirem diferentes formas de violência, como por exemplo, a de gênero (BARONE; FERRANTE, 1998).

## 3.5

### Mulheres Assentadas: vida, trabalho e união

**A**sociedade civil prevê a atuação de sujeitos que agregam ações em grupos organizados, encaminhando suas necessidades e ações de forma coletiva. Esses grupos postulam valores solidários, práticas participativas e democráticas. A mulher rural tem construído seu protagonismo de várias formas. Na esfera pública sobressaem as experiências em conselhos, coletivos e associações (BOTELHO, 2010).

As mulheres resistem e ao lutarem pela permanência de suas famílias na terra, rompem com a visão de senso comum que naturaliza a sua exclusão no campo. Elas se unem, criando estratégias próprias, construindo espaços de sociabilidade, mesmo que sob modelos tradicionais. E assim, ganham visibilidade de agentes intermediários(as) que trabalham conjuntamente para a valorização e capacitação das mesmas (BARONE, FERRANTE, 2007).

O patriarcado é uma das facetas mediatizadoras dos assentamentos criados pelo Estado, pois se baseia no modelo tradicional de organização familiar. Isso se repercute, recriando padrões conservador por parte de gestores(as) dos assentamentos, reforçando a exclusão feminina (BARONE; FERRANTE, 2007). A luta travada pelas mulheres, em todos os âmbitos, não apenas pelas mulheres rurais, foi ganhando notoriedade pela sociedade. Para as assentadas, algumas conquistas se apresentaram na década de 1990, quando alcançaram uma posição mais igualitária na titulação dos lotes, além de incutir uma visão menos pa-

---

120 Patrícia Alves Ramiro, doutora em Ciências Sociais, docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



triarcal nos(as) gestores(as). Um exemplo é o caso de um lote registrado em nome de um casal homossexual feminino em 2005 (BARONE; FERRANTE, 2007).

*A mulher é distribuidora do principal bem que as populações assentadas dispõem: o alimento. Sua capacidade administradora e de ação é inquestionável. A mulher, desde que esteja numa posição de necessidade, assume todas as tarefas de um chefe de família. No entanto, não encontram espaço para terem, no assentamento, reconhecidos seus direitos (BARONE; FERRANTE, 2007, p. 10).*

Além do direito da titularidade do lote, outras conquistas foram alcançadas pelas mulheres rurais, como a inclusão na legislação trabalhista, aposentadoria, salário maternidade e direitos previdenciários no início dos anos 1990. Essas conquistas não foram simplesmente “boa vontade do Estado”, mas uma constante e incansável luta das trabalhadoras rurais, que passaram a problematizar as relações sociais, a estrutura agrária e seu formato organizativo (ALMEIDA; RAMIRO, 2016).

Ao fixarem-se à terra, as famílias têm como objetivo a produção, definir o que será produzido. Esta escolha deveria considerar as questões de gênero, embora haja uma visão tradicional de que esta função pertença ao homem, isso impacta toda a família, e as mulheres têm sido cada vez mais afetadas por isso (ALMEIDA, 2016). A organização social dos assentamentos é geradora de exclusões sobre as mulheres, porém isso não é aceito com passividade. As mulheres recusam por meio de diferentes estratégias estas imposições.

É no acampamento que há a construção coletiva dos(as) trabalhadores(as) sem-terra. E a participação feminina nesta fase é muito relevante. Todos(as) os(as) integrantes do movimento, independente de sexo, raça/etnia, religião e idade se envolvem em diferentes atividades. O acampamento é a primeira aprendizagem coletiva que envolve simultaneamente homens, mulheres, idosos e crianças.

Geralmente, na fase do acampamento, mulheres e homens chegam mais próximos de uma relação igualitária, pois as mulheres participam de atividades, reuniões, decisões, “participam da construção de barracos, rasgam a lona, estão nas comissões, etc.” (GONÇALVES, 2005, p. 188). Barone e Ferrante (1998) ao realizarem uma pesquisa nos seis setores do Assentamento Monte Alegre e no Bela Vista do Chibarro verificaram que, de um total de 344 famílias regularizadas, apenas 48 mulheres eram titulares de lotes.

A violência de gênero sobre as assentadas se dá de diversos modos, a princípio por essa exclusão na titulação dos lotes, depois pela desvalorização de seu trabalho, sendo impedidas pelos maridos de se colocarem nas decisões sobre a família e a produção, gestão dos lotes (BARONE; FERRANTE, 1998). Além de casos mais graves, nos quais ocorre violência física e sexual.

Franco García (2004), ao estudar relações de gênero no Pontal do Paranapanema, afirma que a participação da trabalhadora implica uma ruptura de sua invisibilidade pública. Essas rupturas causam tensões quando as mulheres decidem participar de movimentos libertadores e há uma resistência de membros da família, sobretudo de seus companheiros.

Porém, apesar de estarem sujeitas ao patriarcalismo das próprias agências gestoras, que se pautam no modelo tradicional de organização familiar, as mulheres resistem, desempenham funções importantes na construção de espaços de sociabilidade, ainda que seja sob modelos tradicionais. E, muitas vezes, contam com agentes intermediários que lhes ofere-



cem capacitação profissional. As mulheres exercem “resistência à situação de deserdadas da terra [...] afirmando que sua relação com o assentamento não está definida aprioristicamente ou pela naturalização de sua exclusão” (BARONE, FERRANTE, 1998, p. 124).

Em termos de titularidade, as mulheres são cadastradas em situações particulares, como caso de viuvez, ou diante da impossibilidade de o marido ter a titularidade. Curioso é que ainda que detenha a titularidade, a mulher, geralmente, segue sendo excluída das decisões sobre a organização da produção e reprodução social. Muitas mulheres assentadas nunca haviam tido a oportunidade de decidir sobre seu tempo de vida e de trabalho, não conheciam programas de crédito. Mesmo entre as que são titulares, são poucas que, de fato comandam a produção do lote. Elas manifestam expressões de rejeição contra imposições, por meio das quais expõem sua não-passividade. A exclusão das mulheres faz com que elas busquem outras formas de inserção, criando suas próprias redes de sociabilidade (BARONE; FERRANTE, 1998).

Essa exclusão feminina faz com que muitas mulheres busquem como alternativa ocupações fora do assentamento, como assalariadas. Fazem isso para complementar a renda familiar, ou em alguns casos, fugindo das violências de gênero impostas a elas nos assentamentos rurais. A renda monetária de mulheres e filhos(as) dependentes que trabalham em atividades fora dos lotes, nas colheitas, corte de cana ou como diaristas e faxineiras, faz diferença para a manutenção da família, principalmente em períodos de más colheitas (BARONE; FERRANTE, 1998).

A criação de animais de pequeno porte e o cultivo de alimentos no quintal, realizado sobretudo pelas mulheres, é outro ponto fundamental para a vida das famílias rurais, pois lhes garante o autoconsumo<sup>121</sup> (BARONE; FERRANTE, 1998). O autoconsumo é importante para estas famílias, não apenas no que se refere ao valor estritamente monetário. As famílias consomem o que produzem, reduzindo a necessidade de comprar produtos externos, além disso, podem comercializar o excedente. Ademais, evidenciar a relevância do autoconsumo é um caminho para a valorização do trabalho feminino (FERRANTE; DUVAL; GOMES<sup>122</sup>, 2012).

No Assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, Barone e Ferrante (1998) revelam que o protagonismo feminino foi muito importante num período em que os(as) assentados(as) tiveram que intervir devido ao fato de órgãos do Estado estarem transferindo famílias de outros locais, ao invés de convocar as famílias já classificadas. As mulheres desafiaram o INCRA, se manifestaram em assembleias. Uma delas, inclusive, empunhou uma espingarda no enfrentamento. Esta mulher liderou um grupo de assentadas que fazia pressão aos órgãos mediadores, mas o mesmo foi perdendo a força, por interferências dos maridos das participantes, e pela própria liderança, que ao integrar-se à uma igreja neopentecostal, afastou-se de questões políticas do assentamento.

Em diversas circunstâncias, as mulheres assentadas lutaram contra o patriarcado presente nas seleções de cadastros, que impediam à mulher a condição de ser ela própria cadastrada e assentada. Lutaram para eleger representantes e lideranças internas, desconstruindo a ideia de que estes espaços são masculinos. Mas, tudo isso tem sido feito sob muitos conflitos, há homens que cerceiam qualquer participação de suas esposas nestes tipos de

121 O autoconsumo inclui principalmente quatro principais grupos de alimentos: frutas, cereais, horticultura e raízes (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

122 Thauana Paiva de Souza Gomes, doutora em Educação Escolar, docente do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto e da Faculdade Barão de Mauá.

movimentos (BARONE; FERRANTE, 1998) Como alertam os autores: “A predisposição para o conflito, o debate próprio da ação política ameaça a ‘moral’ da mulher” (BARONE; FERRANTE, 1998, p. 137).

*As mulheres chegam a interiorizar o atributo de desertadas da terra, por não saberem contra quem lutar. Impotência que não significa silêncio ou obediência a regras modeladoras. Destacam-se nesse cenário, figuras extremamente fortes, mulheres que conseguem – às vezes até de maneira peculiar – se firmar como titulares, garantindo produtividade em seus lotes. Vencido o círculo de ferro da discriminação, sucumbem, porém, diante do “dragão burocrático” que impõe, doméstica, oprime a todos(as) os(as) agricultores(as) assentados(as) (BARONE; FERRANTE, 1998, P. 131).*

Nos estudos, os autores supracitados, evidenciaram situações nas quais os maridos pressionavam as esposas para não participarem de reuniões, e abdicarem de cargos assumidos, caso fossem lideranças. Isso gerava conflitos conjugais, ameaças (que eram agravadas por casos de alcoolismo) e, conseqüentemente, a violência física. Assim, as mulheres eram obrigadas a recuar na luta e ocupação de seus espaços no assentamento (BARONE; FERRANTE, 1998).

É importante pontuar que no processo de re-invenção de formas de viver na terra, buscando diferentes fontes de renda, estejam estas embasadas em atividades rurais ou urbanas, o papel das mulheres é essencial. As funções masculinas e femininas no trabalho agropecuário não possuem fronteiras rígidas, é comum ocorrer uma relativa colaboração entre homens e mulheres (BARONE; FERRANTE, 1998).

Ferrante; Duval; Gomes (2012) realizaram uma pesquisa em parceria com o INCRA e a UNIARA (Universidade de Araraquara) sobre a participação feminina na produção agropecuária, agroindústrias caseiras e em atividades não agrícolas nos assentamentos da microrregião de Araraquara. Eles afirmam que se considerarmos o desenvolvimento dos assentamentos a partir de uma lógica endógena é possível visualizar a importância do trabalho desempenhado pelas mulheres. Assim, segundo os autores, é desmistificada a invisibilidade do trabalho feminino. Os autores consideram o desenvolvimento como um processo que envolve recuperação da autoestima, aprimoramento de habilidades e capacidades, que levam ao empoderamento das pessoas que participam do mesmo.

*A trajetória das mulheres nos distintos tempos de assentamentos, a busca continuada da diversificação, a responsabilidade maior no autoconsumo, por ela ser provedora da alimentação das famílias, a posição assumida nos momentos de confrontos, na politização de espaços de sociabilidade, na busca de organizar/reorganizar estratégias familiares, compõem esse movimento descontínuo de aceitação e de recusa aos modelos instituídos (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012, p. 211).*

De acordo com os autores, existe uma racionalidade social na complexa relação entre resistência e acomodação e as trabalhadoras rurais ao localizarem-se numa posição social de subalternidade, organizam estratégias individuais e coletivas, que mesmo que não sejam capazes de romper as desigualdades de gênero, revelam aspectos inovadores (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

A vida das mulheres rurais é desenhada em uma diversidade de situações, na busca por interligarem as atividades domésticas e produtivas, dentro e fora dos lotes, bem como estratégias de formação de grupos associativos, por meio dos quais reivindicam direitos e apoio externo, criam formas de agregar valor à produção (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

Há ainda as mulheres que se reconhecem enquanto donas de casa. Elas também exercem funções importantes no cotidiano familiar e no contexto dos assentamentos. Cuidam dos(as) filhos(as), de seus companheiros, de demais familiares, de pessoas adoecidas e da própria casa. Elas se reconhecem como donas de seu próprio tempo e espaço (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012, p. 220).

De acordo com os autores (2012, p. 224):

*Ao olharmos para estas mulheres não buscando apenas experiências inovadoras ou impactantes, mas a importância de suas ações, sem colocá-las como subalternas, é possível perceber que o modo de vida, os saberes e os cuidados com a casa, com a saúde da família e o lote as colocam como peça fundamental na engrenagem, na lógica do sistema local e, igualmente, no desenvolvimento dos assentamentos.*

Estas mulheres encontram satisfação em proporcionarem uma alimentação saudável aos seus/suas filhos(as), e por terem autonomia de quando e como realizarem suas atividades na casa, sentindo-se livres para administrarem seu tempo e espaço. Elas não se destacam propriamente na produção do lote, mas desempenham papel fundamental na lógica de reprodução social de suas famílias. Essa perspectiva ajuda a superar a invisibilidade das assentadas. Como o espaço doméstico está interligado ao espaço produtivo, muitas mulheres têm dificuldade de distinguir o trabalho que exercem, passando a considerá-lo como ajuda (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

Ferrante; Duval e Gomes (2012) explicam que se nos pautarmos pelo modelo econômico tradicional, esse trabalho feminino de produção para autoconsumo e cuidados com a família torna-se desqualificado. Argumentam que estas relações não devem ser medidas apenas pela lógica de mercado e geração de renda, mas pela economia feminina e a satisfação das necessidades humanas.

Acredito que esta perspectiva é interessante, porém, deve ser avaliada com cuidado, a depender do contexto analisado. Não podemos nos esquecer, de toda a lógica discutida previamente, sobre o processo histórico de restringir a mulher ao âmbito doméstico enquanto tal trabalho é destituído de monetização, por vincular-se à reprodução social. Por mais que possamos valorizar os aspectos culturais envolvidos nisso, a autonomia feminina é indissociável da obtenção de sua liberdade financeira.

No que concerne à educação dos(as) filhos(as), as mulheres são importantes transmissoras de conhecimentos tradicionais, úteis para a organização e produção do lote. Elas são responsáveis pela socialização e internalização dos valores sociais aos/as filhos(as). Também são elas que resgatam receitas de fitoterápicos e práticas tradicionais, como o uso de ervas medicinais, por exemplo (ARO<sup>123</sup>, 2012; FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

*Nesta perspectiva, podemos verificar que nas práticas diárias da casa, na plantação e finalmente nos saberes tradicionais e químicos etno-agroecológicos, o trabalho da mulher nas áreas rurais se revela e revela situações nas quais a mulher se satisfaz no seu cotidiano e na sua relação com o seu tempo e espaço, salientando-se que o mesmo gera discriminações e conflitos que se fazem presentes nas relações de gênero (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012, p. 231).*

123 Daniele Torres Aro, médica veterinária, mestra em Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio ambiente pela UNIARA, docente do curso de Agroecologia da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

Mais do que isso, as mulheres rurais conduzem e sustentam as transformações atuais no mundo rural (ALMEIDA; RAMIRO, 2016). De acordo com Teixeira<sup>124</sup> (2012), são as mulheres as principais responsáveis pela transmissão de conhecimentos e práticas populares de saúde entre as gerações. Esse conhecimento é adquirido pelas mulheres mais experientes do grupo familiar.

*Muitos de seus processos educativos [das mulheres] acerca do cuidado à saúde ocorrem nas relações intergeracionais, nas relações familiares e nas relações étnico-raciais. A diversidade presente nessas relações educa para o cuidado, pois agrega novas e diferentes perspectivas sobre a vida no campo; uso de tecnologias; cuidados com a terra e com todos os seres terrenos; luta por direitos; autoimagem, auto-cuidado(sic), autorrealização e autoestima; participação popular; solidariedade; afeto; humildade e admiração (TEIXEIRA, 2016, p. 133).*

As mulheres têm papel fundamental nas práticas de diversificação agrícola e agroindustrial, que propiciam o desenvolvimento social e econômico de suas famílias e dos assentamentos. Aquelas que assumem a direção e produção dos lotes alcançam reconhecimento em termos sociais e políticos no assentamento, já que reivindicam e cobram demandas de saúde, educação e infraestrutura, atuando positivamente num território masculinizado (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

As mulheres rurais conquistaram o direito à titulação do lote, crédito agrícola, assistência técnica, aposentadoria, apesar de todo o preconceito e desvalorização que ainda enfrentam. Suas reivindicações transformaram-se em direitos após muita luta. As agricultoras hoje vivenciam outros espaços, constituídos por movimentos sociais e por formuladores de políticas públicas, embora tais espaços não possibilitem uma instantânea ressocialização capaz de inverter posições naturalizadas, têm conduzido à superação da visão tradicional da mulher enquanto procriadora, levando-as para além da esfera doméstica (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

É necessário ressaltar que apesar de tantas conquistas e contribuições das mulheres para os assentamentos rurais, ainda persiste no campo a dominação masculina, o patriarcado, que tentam oprimir e desvalorizar seu trabalho e sua luta (ALMEIRA; RAMIRO, 2016).

Nos próximos capítulos, será apresentado o contexto de formação dos assentamentos envolvidos na pesquisa, bem como a criação das associações estudadas. A reconstrução desses processos para a elaboração da pesquisa teve como base a revisão bibliográfica, a análise de documentos oficiais, mas principalmente os relatos orais das associadas que participaram do projeto e de funcionários(as) que se dispuseram a ceder as entrevistas.

---

124 Iraí Maria de Campos Teixeira, enfermeira e doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), é docente na mesma instituição.



IV

**De bóias-frias  
à herdeiras da  
terra: a história  
do Assentamento  
Monte Alegre e a  
formação da AMA**



Ilustração: Stephanie Dower

**O saber a gente aprende com os livros.  
A sabedoria se aprende é com a vida  
e com os humildes.**

**Cora Coralina**



## 4.1

### O contexto de formação do Assentamento Monte Alegre

Segundo Barone e Ferrante (2007), os assentamentos rurais consistem numa política que vem sendo implementada no Brasil a partir do primeiro governo civil do país, após 1964. E no caso de Araraquara, os assentamentos têm se desenvolvido em meio as iniciativas e regulamentos impostos pelos agentes governamentais responsáveis, mas também pelas estratégias individuais ou coletivas criadas pelos(a)s assentados(a)s.

O Assentamento Monte Alegre surgiu inserido num conjunto de políticas que desde a década de 1980, transformavam hortos-florestais em assentamentos rurais (GAVIOLI, 2010). O assentamento localiza-se à 28 quilômetros da sede do município de Araraquara e a 300 quilômetros da capital, São Paulo (GASPARI<sup>125</sup>, 2010).

Araraquara, município onde se situa o Assentamento Monte Alegre, está localizado na microrregião que leva o mesmo nome. Esta microrregião abrange mais 13 municípios, quais sejam: Ibitinga, Itápolis, Américo Brasiliense, Tabatinga, Borborema, Boa Esperança do Sul, Nova Europa, Rincão, Dobrada, Santa Lúcia, Gavião Peixoto, Motuca e Trabiju.

Essa área é reconhecida como um grande polo do agronegócio, com empresas sucroalcooleiras e madeiras (GOMES *et al*, 2012). Araraquara e Ribeirão Preto são consideradas como a “Califórnia Brasileira”, área na qual foi adotada tecnologia de última geração em máquinas e equipamentos agrícolas, são municípios que possuem uma agricultura altamente capitalizada, entretanto, a riqueza e a modernidade agrícola convivem paradoxalmente com a exploração e precarização dos(as) trabalhadores(as) rurais e do uso da terra (CAMPOI, 2005; GAVALI, COSTA, 2011; ARO, 2012; GOMES *et al*, 2012; DUVAL, 2015).

A característica mais marcante dos assentamentos de Araraquara, comparado às demais regiões do Estado de São Paulo, é a intensa presença de grandes áreas cultivadas com cana-de-açúcar e citros. Os lotes estão imersos nesta configuração territorial. Essa questão é espacial e histórica, porque reflete também na trajetória dos assentados, já que a maioria é constituída por antigos trabalhadores das culturas da cana e da laranja. Estima-se que 70% dos assentados, principalmente dos setores II e IV do Assentamento Monte Alegre, eram volantes nestas culturas (GOMES *et al*, 2012). Aro (2012, p. 45) nos fornece uma descrição do contexto agropecuário da microrregião de Araraquara:

*A região central do Estado caracteriza-se pelo alto desenvolvimento e dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeiras. Por cobrir uma vasta extensão territorial, é possível subdividi-la em microrregiões, de forma a melhor compreender a área rural, perfil econômico e potencialidades. Desta forma dizemos que tal região contempla assentamentos sob a gestão do INCRA nas áreas de Araraquara, São Carlos e Descalvado; Ribeirão Preto; Iaras e Piratininga; Colômbia.*

Na década de 1940, o Estado de São Paulo comprou uma fazenda visando à produção de madeira para a construção da Estrada de Ferro Araraquarense. Após três décadas foi cria-

125 Luciane Cristina de Gaspari, engenheira florestal, doutora em Economia Aplicada, docente do curso de Agroecologia da UFPR.

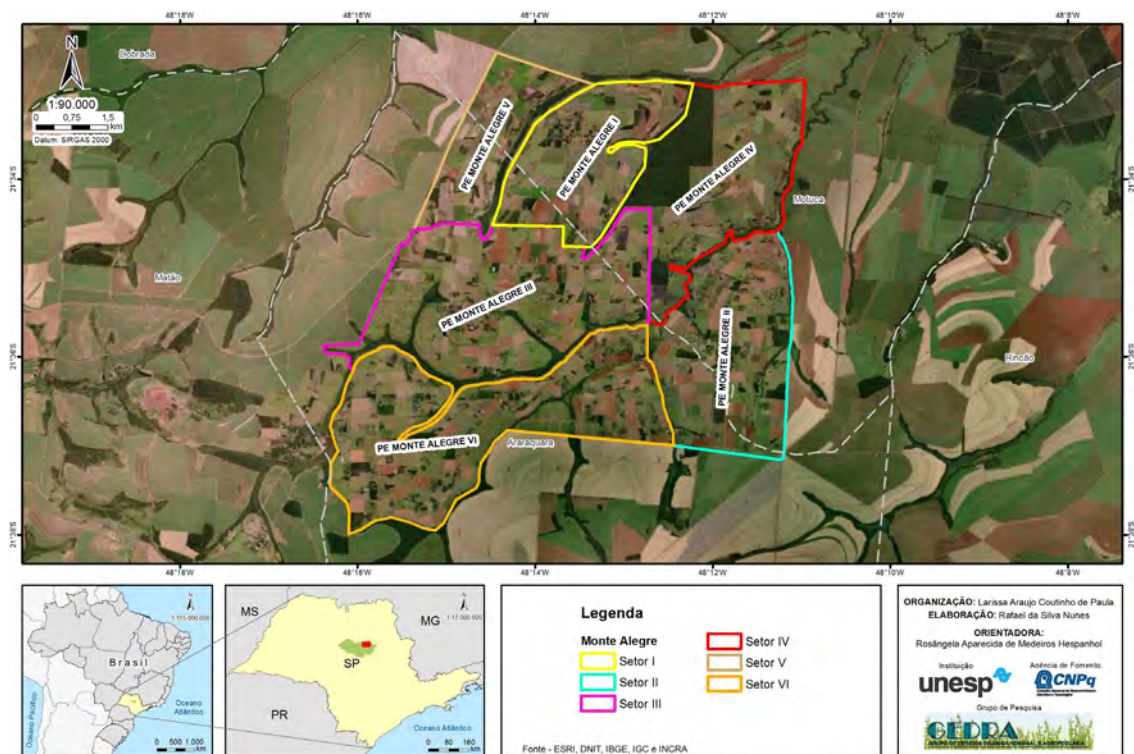


da a Ferrovias Paulistas S.A. (FEPASA) e a fazenda se tornou ociosa. Por intermédio da Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC), empresas tiveram financiamento do governo federal para a exploração de madeira desta fazenda, a Monte Alegre. Tal exploração era destinada para o setor de papel e celulose (ARO, 2012).

A Fazenda Monte Alegre, com total de 6.599,9 ha, era então, um antigo horto florestal que pertencia à Companhia de Desenvolvimento Agrícola (CODASP), localizada entre o território que compreende os municípios de Araraquara, Matão e Motuca. O assentamento é setorializado em seis núcleos. Os primeiros setores (I, II, III e IV) foram instalados nos anos 1985 e 1986, a instalação completa (com os demais setores) só ocorreu após quase dez anos (SOUZA *et al*, 2008; SANTOS, SANT'ANA 2012).

No mapa 3 é possível observar a divisão de setores no Assentamento Monte Alegre. O assentamento possui seis setores, há uma área contígua que o interliga ao Assentamento Silvânia (município de Matão) e um apêndice, o Assentamento Bueno de Andrada.

**Mapa 3:** Assentamento Monte Alegre e suas divisões por setores



De acordo com a analista de desenvolvimento agrário e a analista de desenvolvimento social do ITESP entrevistadas durante as pesquisas de campo:

*A área do Assentamento Monte Alegre era uma área da CODASP, de produção de eucalipto, para a produção de dormentes. A maioria das pessoas trabalhava no corte da cana e colheita de laranja, por conta da mecanização, acabaram ficando sem emprego e começaram a se organizar, através de sindicato, tudo, da agricultura familiar daqui, aí começaram a ocupar estas áreas da fazenda Monte Alegre. Eu não estava aqui na época. O primeiro assentamento é de 1981, o Monte Alegre I (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara 26/03/18).*

*Olha, no começo isso aqui era uma área da CODASP, o assentamento inteiro, a Monte Alegre inteira, tudo. Aí eles começaram a ocupar primeiro uma parte do assentamento um (1) que é de 1985. Aí, ocuparam uma parte depois ali no quatro (4), em 1992, foi indo que aí depois o último assentamento que abriu aqui foi em 1997, o seis (6), depois Silvânia, Bueno. **Uma parte veio daqueles cortadores de cana de Guariba, lembra do problema que teve lá em Guariba<sup>126</sup>? Então, muitos deles vieram de lá, eram cortadores de cana.** (Analista de Desenvolvimento Social do ITESP de Araraquara, 28/03/18).*

A história deste assentamento remete ainda as décadas de 1960 e 1970 em meio a modernização da agricultura paulista, quando a microrregião de Araraquara vivenciou elevado crescimento econômico impulsionado pelo Pró-alcool (1975) e pela consolidação do complexo agroindustrial de citros. Ampliava-se e tecnificava-se canaviais e pomares (GAVIOLI, 2010).

No contexto de redemocratização brasileira, os trabalhadores volantes mobilizavam-se na busca por melhores condições de vida e de trabalho. Já viviam em situação precária, o que piorava com o desemprego sazonal (GASPARI, 2010). Incluíam em suas pautas a demanda por terra, por meio da qual pudessem reproduzir sua força de trabalho, fugindo da exclusão social e econômica<sup>127</sup>. Como resposta às reivindicações, o governo de São Paulo propõe a organização dos trabalhadores e a implantação de um programa fundiário em terras públicas (GAVIOLI, 2010).

Em 1984 os trabalhadores rurais iniciaram um processo de reivindicação das áreas da fazenda, então abandonada pela CAIC (SOUZA *et al*, 2004; SOUZA *et al*, 2008; ARO, 2012).

*Localizado entre as divisas dos municípios de Motuca, Matão e Araraquara, no estado de São Paulo, o assentamento Monte Alegre se origina de um horto florestal, que produziu extensivamente eucaliptos durante 40 anos. Em 1985, 44 famílias de trabalhadores(as) rurais, apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara (STRA), ocuparam 700 hectares do referido horto, das quais 32 foram assentadas no que seria o núcleo I do assentamento. No mesmo ano, 42 famílias foram assentadas em uma área próxima, que formou o núcleo II do PA Monte Alegre (GAVIOLI; COSTA, 2011, p. 455-456).*

A formação dos assentamentos na região central do Estado é protagonizada por diferentes agentes, a depender do contexto espacial e temporal, predominam movimentos sindicalistas, sobretudo a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), e movimentos sociais, como o MST.

Em assentamentos dos municípios de Araraquara, São Carlos e Descalvado há uma influência maior dos sindicatos na demanda por eles (assentamentos), já em Ribeirão Preto, Iaras e Piratininga, a maior influência se dá pelos movimentos sociais (ARO, 2012; GOMES *et al*, 2012; DUVAL, 2015).

No caso da região de Colômbia há pouca atuação tanto da FERAESP como do MST, o histórico de luta pela terra associa-se ao INCRA e à prefeitura municipal. Isso é consequência da diferenciação entre as microrregiões e em termos de direção política (ARO, 2012).

126 A entrevistada faz referência ao "Levante de Guariba", como ficou conhecida a greve realizada pelos(as) trabalhadores(as) volantes da cana-de-açúcar num município próximo de Ribeirão Preto, quando mais de cinco mil pessoas reivindicaram melhores condições de trabalho e vida. O fato ocorreu no ano de 1984 e deixou uma pessoa morta e quarenta feridas, ganhando repercussão nacional (CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAJÁ, 2019).

127 Destaca-se o ciclo de greves iniciado no município de Guariba, em 1984, com repercussão em todo o Estado de São Paulo (GAVIOLI, 2010).

O processo que levou estes(as) assentados(as) a conquistarem a terra ocorreu de formas diferentes, por meio de seleções da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF), posteriormente pelo Departamento de Assunto Fundiário (DAF), o Inkra e por ocupações. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara, que liderou a criação da Federação dos Assalariados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP), também teve participação no movimento destes trabalhadores sem-terra (BARONE; FERRANTE, 1998).

De acordo com Gomes *et al* (2012), o modelo produtivo dos assentamentos da microrregião de Araraquara pautou-se no padrão tradicional do agronegócio, de tal modo que, alguns assentamentos, como Bela Vista e Zumbi dos Palmares, parecem ser extensões de empresas agrícolas. Esse contexto territorial implica em conflitos e disputas, que configuram uma tensão permanente, ora se estabelecem acordos, ora confrontos diretos entre assentado(as) e fazendeiros. É por isso que Aro (2012, p. 47) define a região de Araraquara como um “adensamento de forças sociais e políticas”.

O município de Araraquara possui grandes extensões de terra ocupadas pelo cultivo de *commodities*, sobretudo a cana-de-açúcar e a laranja. De acordo com dados do último Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo, o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Araraquara contabilizou o total de 353.281,7 ha (54,6%) destinados ao cultivo da cana-de-açúcar e 39.398,7 há (6,10%) destinados ao cultivo de laranja, num total de 645.956,0 ha (LUPA, 2017).

Uma das consequências da elevada área cultivada destes produtos na região é que as pequenas e médias propriedades existentes acabam por ter como principal alternativa produtiva estes itens, na condição de fornecedores de matéria-prima (ARO, 2012).

Trata-se de uma região com alta densidade de agricultura modernizada, há poucos registros de luta pela terra antes da década de 1980, mas movimentos sociais com este perfil já existiam. Há registros de que nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o Partido Comunista atuava na região, com o objetivo de regulamentar a legislação trabalhista e o cumprimento da função social da propriedade e pela reforma agrária, visto a elevada concentração fundiária da área (GOMES *et al*, 2012).

Nos anos 1979 os(as) trabalhadores(as) volantes, conhecidos(as) como boias-frias, já lutavam pelos seus direitos trabalhistas, evidenciando as péssimas condições de trabalho, exploração e conseqüente adoecimento. A luta pela terra, por sua vez, só alcançou visibilidade regional e nacional a partir da década posterior (GOMES *et al*, 2012).

Durante a pesquisa de campo, entrevistamos as associadas integrantes da AMA. Algumas delas participaram da fase do acampamento, e relataram as dificuldades enfrentadas:

*Sofremos muito, sem água, sem energia, no barraquinho de lona, que inclusive só tivemos casa quando ganhamos aqui, **nossa casa era um barraquinho**. **Aí, meu marido fez um barraco de taboa e coberto de eternit, chão batido, não tinha condições de colocar piso. Sem água, sem energia, nós ficamos três anos nesse sofrimento. E nesse intervalo eu fui ferida de cobra, que entrou dentro de casa. Água de poço, de cisterna, que não tinha o poço artesiano. Não tinha energia, nós tirávamos água no braço, lavava a roupa no rio** (Azaleia, assentada associada à AMA, 26/03/2018).*

Azaleia tem 62 anos de idade, viúva por duas vezes, está em seu terceiro casamento. Ela vive no assentamento há vinte anos, trabalhou por muito tempo como empregada domésti-

ca, o que a obrigou a residir na cidade, mas desistiu desse trabalho para viver na área rural. Ela tem sete filhos, três mulheres e quatro homens, na faixa dos 26 aos 42 anos, todos residem no Monte Alegre.

*Então, a gente ficou aqui um ano sem energia. A gente veio, deram o prazo de um mês para fazer o barraco e entrar, só um mês, e a gente ficou um ano sem energia, aí, **depois veio um material, a gente fez um barraquinho melhor porque a gente ficou no barraco.** Foi assim, e meu marido sempre vinha na reunião e esperando surgir a vaga. Tem que fazer registro lá no ITESP, né? E ficar esperando, ir nas reuniões e até acontecer o que a gente estava lá, na espera e aconteceu, surgiu vaga e a gente veio. Fomos sorteados (Begônia, assentada associada à AMA, 28/03/2018).*

Begônia tem 60 anos de idade, sempre trabalhou como agricultora, atualmente é aposentada rural e vive com o esposo em um lote do Monte Alegre. Ela tem três filhos, mas todos já se casaram, um mora em Araraquara e os outros dois vivem em outras cidades.

Uma das trajetórias despertou a minha atenção na conquista pela terra foi a relação entre duas irmãs. Cravina, de 59 anos de idade, é associada e colaboradora da AMA. Ela vive em seu lote, com seus filhos, sua mãe e sua irmã. Na época do acampamento, Cravina, com crianças pequenas, não podia ficar nos barracos, porque precisava cuidar delas. Assim, sua irmã mais nova assumiu esse compromisso, num esforço para que a família tivesse direito a um lote. Isso reafirma a importância dos laços familiares e da solidariedade, que se origina a princípio entre membros da própria família, e mais do que isso, da sororidade entre as mulheres:

*Então, o processo foi assim, eu vim parar aqui porque eu tenho uma irmã que tem quarenta anos que está morando aqui. Mora nós duas, então foi através dela que eu vim parar aqui. Ela soube que ia ter o acampamento, que até então era lá embaixo. Daí, na época eu tinha os meus filhos pequenos, quem ficava mais era essa irmã minha, que ela é solteira até hoje, e minha mãe, que ficava, apesar de ter saído no meu nome o sítio. Porque eu não podia estar aqui direto no barraco, né? Por causa das crianças pequenas. Daí quando saiu, eu vinha nas reuniões, né? Só que para ficar, para segurar, tinha que ter uma pessoa da família, e essa minha irmã que ficou. E ela mora comigo, até hoje, daí no começo ela que ficava aqui, aí eles deram um prazo de trinta dias para estar aqui, daí em trinta dias eu estava. **Eu tenho muita gratidão pela minha irmã, sem ela eu nem sei se teríamos um lar** (Cravina, assentada associada à AMA, 26/03/2018).*

Ciclame, uma das associadas da AMA, de 42 anos de idade, não esteve no acampamento, mas conhece a história da luta pela terra, e admite que após a conquista da terra, os enfrentamentos continuaram:

*Então o que eu me lembro, eu já era casada na época, que o meu pai pegou, ele veio, ele ficou nos barraquinhos. Veio ele e veio meus irmãos, foi muito sofrido. Era até perto onde é minha casa mesmo, era ali que era o lugar do acampamento, naquele lado onde eu moro; e ele ficou acho que quase dois anos acampado, aí ele veio e ficava com meus irmãos. Aí ficaram um ano ou dois anos acampados e logo **pegaram o lote, aí também foi outro sofrimento.** A gente não estava lá, mas a gente participava, porque tinha que trazer roupa pra eles, mantimentos, eu já era casada, mas a gente sempre ajudou (Ciclame, assentada associada à AMA, 27/03/2018).*

A fala da associada Gérbera, de 50 anos de idade, que vive no lote com o marido e os filhos, ilustra um fato interessante, a solidariedade que emergiu entre as famílias na fase do acampamento, quando ela menciona que levava “coisas” (alimentos, itens de higiene, utensílios), não apenas para o esposo acampado, mas também para as demais famílias que precisavam. Gérbera é associada à AMA, porém, é colaboradora, não trabalha dire-



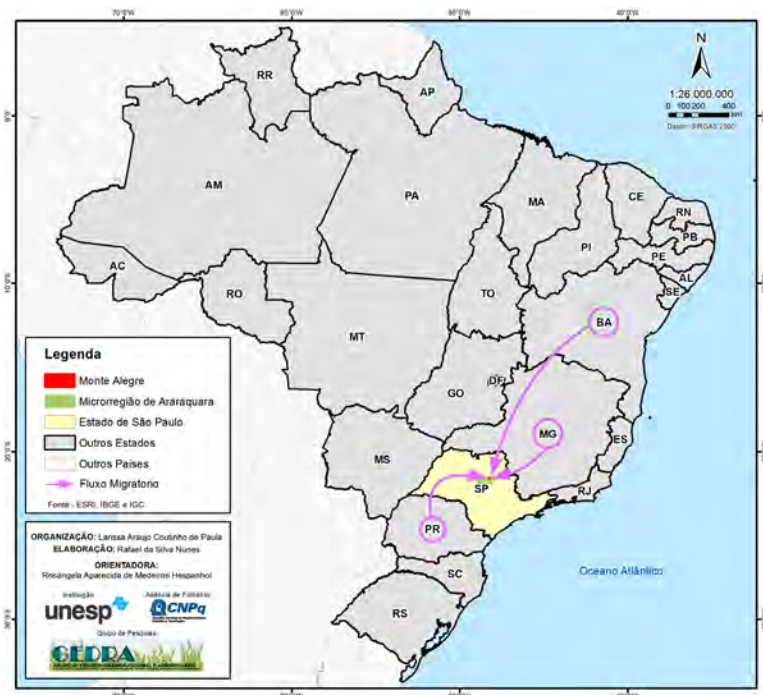
tamente na padaria, ela é agente comunitária de saúde em uma das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do Monte Alegre.

*Eu me lembro pouco, assim, que eu vinha trazer as coisas para o meu esposo, e via aquele pessoal nas barracuinhas e não imaginava que eu ia estar aqui também, mas eu via que era uma vida muito difícil para eles, mas eu vinha e ia embora e depois refletia que eles estavam atrás de um sonho deles, né? Que era uma conquista para eles, né? E hoje a conquista deles, aquelas dificuldades que eles passaram ali, que eu sempre via, que às vezes eu ia visitar o acampamento e hoje a gente vê que o sonho se transformou em realidade, que hoje as famílias estão todas aqui, cada uma nos seus lotes, outras foram embora, já partiram desse mundo. Mas assim, foi uma conquista muito grande para eles, foi uma luta muito bonita, só que eu não tive coragem de participar, meu esposo participou, o primeiro barracuinha que surgiu no acampamento eles ajudaram, sabe? **Como eu morava em Monte Alto (município da microrregião de Ribeirão Preto), eu sempre vinha e trazia as coisas para o meu esposo e acabava trazendo para outras famílias, né? A gente viu o lado social também, que eles estavam passando dificuldades. Mas assim, foi uma luta muito grande a deles, é uma história muito bonita, quem ficou desde o começo até falar assim “amanhã vai ser o sorteio para vocês irem para os seus lotes”, foi uma luta muito bonita** (Gérbera, assentada associada à AMA, 29/03/2018).*

Camélia, uma mulher de 65 anos de idade, é a assentada mais idosa das associadas à AMA, também descreveu as dificuldades vividas no processo de luta pela terra:

*Isso aqui tudo, antes eram umas barracas de plástico, nós ficamos lá na beira do córrego, lá indo para o setor III, ali tinham várias barracas e uma dessas barracas era nossa e nós ficamos ali. Aí, depois o homem falou assim: “Olha, vocês se esparramam um vai para um canto e outro vai para o outro”. Aí, o povo começou, um veio para aqui, outros foram para lá, cada um ficou, eles mediram, né? Do jeito deles e cada um pegou o seu. Nós ficamos aqui por cinco anos sem energia, nós ficamos bastante tempo aqui. **Cinco anos no barraco, enfrentamos o frio, o sol, o sereno tudo aí, nas costas** (Camélia, assentada associada à AMA, 27/03/2018).*

A questão da migração foi algo muito presente nos relatos das mulheres que entrevistamos. A maioria delas tem suas origens nos Estados de Minas Gerais, Paraná e Bahia (mapa 4).



Mapa 4: Fluxo de migração das associadas à AMA

Parte destes(as) trabalhadores(as) que residem no assentamento é oriunda de outros estados, onde trabalhavam como parceiros(as) ou eram pequenos(as) proprietários(as) rurais em seus locais de origem. Embora a maioria dos(as) assentados(as) fossem assalariados(as) temporários(as), tiveram alguma experiência com a agricultura em um determinado momento da vida, e isso foi importante para reconstruírem um modo de vida como agricultores(as), por meio da recuperação de memórias, hábitos e costumes (GAVIOLI; COSTA, 2011).

A partir de 1985, os(as) boias-frias da microrregião de Araraquara e de outras regiões passaram a lutar pela terra, realizando ocupações pelo Estado de São Paulo e por todo o Brasil. Muitos(as) eram reprimidos(as) por fazerem greves, sendo punidos(as) com demissões. No mesmo ano, o governo brasileiro instituiu o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (GOMES *et al*, 2012).

A trajetória e condições de vida e trabalho de trabalhadores(as) volantes, ditos bóias-frias, na região central de São Paulo, foi bastante abordada por Maria Aparecida de Moraes Silva<sup>128</sup> (1999). A maioria destas pessoas, como descreve a autora, eram oriundos(as) dos Estados de Minas Gerais e da Bahia, que migraram em função da expropriação ocasionada pela modernização do campo, e este mesmo processo, os(as) excluiu duplamente, já que a constante tecnologia agrícola, reduziu seus postos de trabalho, que embora, sob condições muitas vezes subumanas, lhes garantia seu sustento. O termo boia-fria é explicado pelo fato de que esses(as) trabalhadores(as) geralmente se deslocam muito cedo para o local de trabalho, às vezes de madrugada, levando consigo uma marmita, e como não podem aquecê-la por falta de infraestrutura e equipamentos, são obrigados(as) a comerem a comida fria.

O(a) volante, ou o(a) trabalhador(a) eventual, corresponde a um(a) trabalhador(a) “nu”, desprovido(a) de direitos, de condições objetivas prévias, são os(as) negados(as) pela lei, desenraizados(as), despossuídos(as) de direitos. Eles/elas foram excluídos(as) de forma definitiva da legislação brasileira. São trabalhadores(as) que vivenciam simultaneamente a exclusão, com o pouco tempo de trabalho, habitam as periferias ou cidades-dormitórios, ou ainda perambulam de uma propriedade a outra, sujeitando-se a trabalhar por comida e bebida, são os(as) de fora, “a mineirada”, a “baianada”, considerados(as) pejorativamente como marginais, mendigos, cachaceiros. E esta identidade não se descola de outras, a raça-etnia e o gênero (SILVA, 1999).

O governador Franco Montoro criou os Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários<sup>129</sup>, tendo incorporado o assentamento de trabalhadores sem-terra nesta política (GAVIOLI, 2010). Ao todo são 377 glebas agrárias, sendo uma das maiores áreas de assentamento do estado de São Paulo, tanto em dimensão territorial, como em número de famílias assentadas (SANTOS; SANT’ANA 2012).

O Monte alegre, integra seis (6) núcleos possui 6.599 ha, cuja distribuição se dá da seguinte forma: 5.230 hectares são agricultáveis, enquanto o restante é ocupado por construções, estradas, áreas comunitárias, e 1.043 hectares de reserva legal, áreas de preservação nas quais são estão plantados eucaliptos<sup>130</sup>, sendo que 418 famílias vivem no

128 Socióloga, livre-docente na UFSCAR e na UNESP, pesquisadora reconhecida na área da Sociologia Rural.

129 Consistia na Lei Estadual 4957 de 30 de dezembro de 1985. No mesmo ano, a nível federal o governo Sarney criou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1987).

130 O intenso cultivo de eucalipto antes da formação do Assentamento Monte Alegre, contribuiu para que a terra ficasse ácida, necessitando de constantes correções de acidez e controle de pragas para que os assentados consigam produzir (DUVAL, 2015).

assentamento. Os lotes variam entre 11 a 14 hectares (GAVIOLI; COSTA, 2011).

Gavioli e Costa (2011, p.456) descrevem com maiores detalhes as etapas de ocupação do assentamento:

*Em 1986, 18 famílias ligadas ao STRA foram assentadas no núcleo III, e 22 famílias de cortadores(as) de cana, provenientes do município de Guariba, formaram o núcleo IV. Em 1987, a área V do Monte Alegre é ocupada, sendo as 35 famílias, em boa parte oriundas do município de Sertãozinho, assentadas somente em 1991. Em 1997, a área que viria a ser o núcleo VI do assentamento é ocupada por 250 famílias, das quais 88 são assentadas, e finalmente, em 1998, a antiga sede do horto florestal é ocupada, sendo regularizada sob a denominação PA Horto de Silvânia com 19 famílias assentadas, no que é considerado uma extensão do PA Monte Alegre.*

Após a criação do primeiro setor, os demais foram se formando de maneira independente durante 13 anos de ocupações e enfrentamentos, sendo o último criado no ano de 1998 (GAVIOLI, 2011). A partir da ação do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), órgão ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), eram feitos os levantamentos de terras públicas ociosas, disponíveis para a instalação de assentamentos. Tal instrumento político resultou na criação de 38 assentamentos rurais no período de 1984 a 1992, entre eles, o Assentamento Monte Alegre (GAVIOLI, 2010).

Em agosto de 1985, as primeiras famílias ocuparam o assentamento, em sua maioria, ex-bóias-frias, famílias que fugiam do desemprego advindo da mecanização do corte de cana de açúcar. Em outubro do mesmo ano foi instalado o núcleo II, cuja maior parte das famílias era do município de Sertãozinho e estavam numa área da Fepasa em Pradópolis. Em 1986 foram criados os núcleos III (com famílias migrantes de Minas Gerais) e IV (com a maioria das famílias oriundas de Guariba, município da região de Ribeirão Preto) (SOUZA *et al*, 2004; SOUZA *et al*, 2008).

É necessário pontuar que esses(as) trabalhadores(as) volantes não eram considerados(as) aptos(as) para se tornarem assentados(as) rurais, pois não se enquadravam no perfil desejado pelo Estado, por não possuírem experiência neste trabalho. A trajetória do(as) trabalhadores(as) volantes é marcada pela migração campo-cidade, por um mercado de trabalho competitivo e individualista, pela expropriação e pauperização. Estariam, portanto, destinados(as) ao fracasso, mas apesar desse preconceito em relação aos(as) boias-frias, eles/elas têm criado suas próprias estratégias e conseguido permanecer na terra, mesmo que, qualquer resultado aquém das primeiras safras causados por erros dos técnicos tenham sido atribuídos ao fato dos(as) assentados(as) por serem ex-bóias-frias (BARONE; FERRANTE, 1998; GAVIOLI, 2010).

*Nota-se que, em especial, os trabalhadores avulsos, também conhecidos como bóias-frias, ao fugirem das estratégias patronais do desemprego (devido à intensiva mecanização da agricultura moderna), da falta de habitação, da pouca qualificação profissional para um mercado de trabalho cada vez mais exigente, enfim, da exclusão social, encontram na possibilidade de luta e acesso à terra a única alternativa de reprodução social possível. Isso porque os bóias-frias são caracterizados pela falta de conhecimento do processo produtivo como um todo, pelo baixo grau de instrução e pela perspectiva de não saberem administrar seus lotes de produção. Por esses fatores, deve-se explicitar que essa classe trabalhadora não se constitui no **assentado ideal**, isto é, não se encaixa nos padrões concebidos pelo estado, para maximizar a eficiência dos programas e projetos implementados no assentamento. Contudo,*



*essa lógica de fracasso iminente não se configura na prática, pois se observa o aumento da demanda que consegue ter acesso à terra na órbita regional e, nota-se também a crescente inserção dessa classe de trabalhadores nos cadastros oficiais e de movimentos organizados pela luta ao acesso à terra (CAMPOI, 2005, p. 42) Grifos do autor.*

O núcleo IV do Assentamento Monte Alegre é o que possui um maior número de beneficiários(as) que anteriormente trabalhavam como bóias-frias e é o que apresentou a menor taxa de desistência, o que possui maior estabilidade de famílias assentadas. Foi significativo nesse processo a capacidade de recriarem relações de compadrio. Os(as) bóias-frias, apesar das ideias pré-concebidas dos(as) mediadores(as), não são sujeitos desenraizados(as) (BARONE; FERRANTE, 1998).

*Na reconstituição de sua trajetória, os(as) bóias-frias relatam fatos e relações de uma memória coletiva progressivamente esfacelada nas fronteiras vigiadas de seu tempo de vida e de trabalho; mostram, nas experiências de assentamento, que não há incompatibilidade entre ser bóia-fria e reconstruir práticas de solidariedade e sociabilidade próprias de comunidades camponesas (BARONE; FERRANTE, 1998, p. 141).*

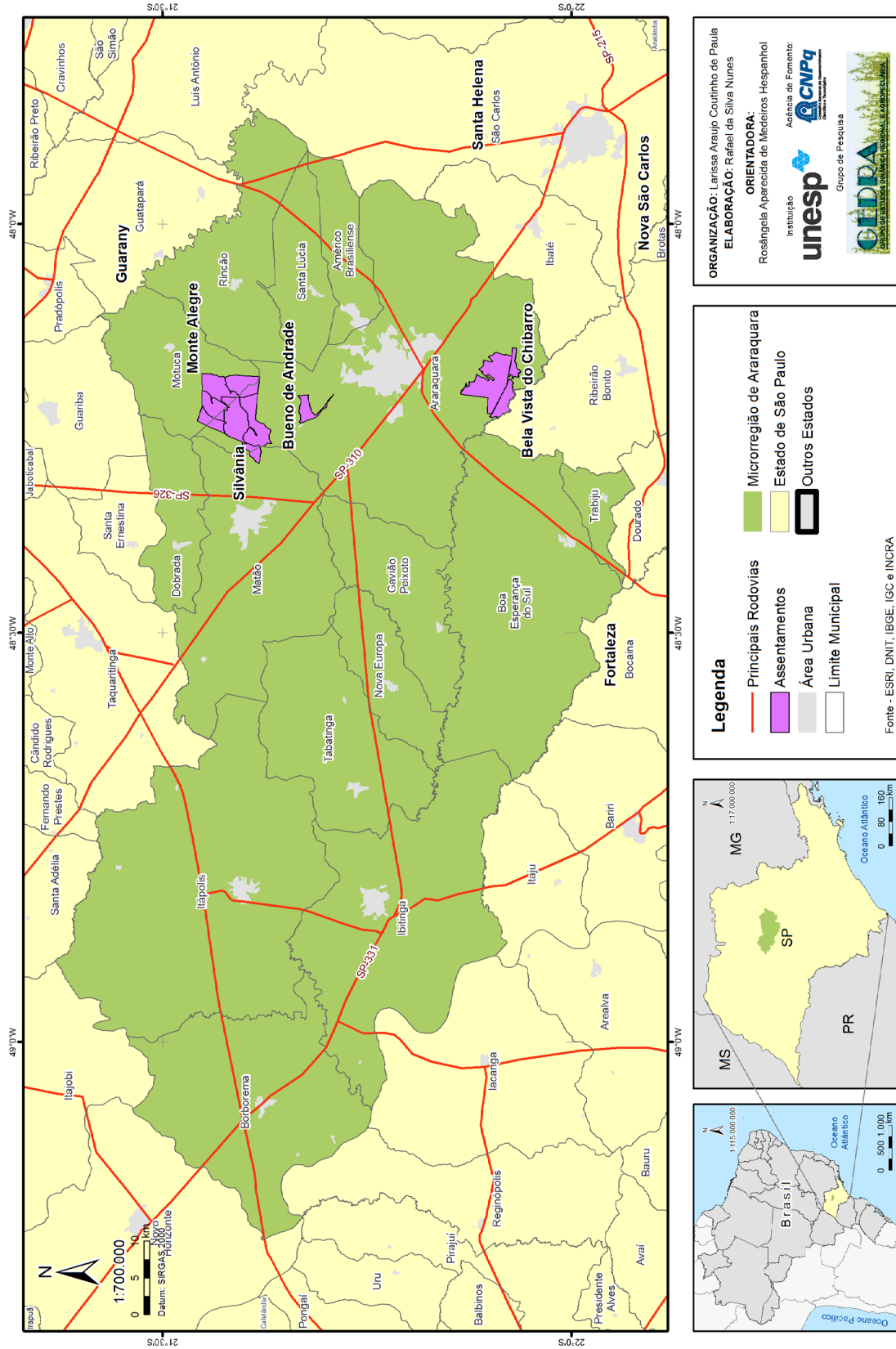
*Impõem-se sobre os assentados ex-bóias-frias, homens e mulheres, elementos de violência dissimulada: além de ameaçarem a comunidade, passam a ser “olhados(as)” como únicos(as) responsáveis pelo sucesso ou fracasso dos assentamentos. Estigmas utilizados para criar ideologicamente a imagem de sua incompatibilidade com o cultivo da terra, como se a condição de bóia-fria, especialmente no caso da mulher, fosse absolutamente incompatível com o saber/querer a terra. Estigmas produzidos para reforçar a tese, a nosso ver equivocada, de que a violência no campo teria sujeitos predeterminados (BARONE; FERRANTE, 1998, p. 127-28).*

A capacidade de recriação de uma identidade ligada à terra permite que as famílias assentadas possam conquistar para si e para as demais gerações, direitos que lhes foram retirados e negados no desenhar da modernização agropecuária. Conquistam com a terra, uma moradia, um endereço (ANTUNIASSI<sup>131</sup>, 2015).

A microrregião de Araraquara é o resultado de diferentes políticas públicas ao longo dos anos, conta, portanto, com mais dois assentamentos rurais, além de Monte Alegre: Horto Bueno de Andrade, geridos pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP); e Bela Vista do Chibarro, coordenados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (SOUZA *et al*, 2004; GOMES *et al*, 2012). Os assentamentos desta microrregião podem ser visualizados no mapa 5.

131 Maria Helena Rocha Antuniassi, socióloga, livre-docente pela UNESP.

Mapa 5: Assentamentos localizados na microrregião de Araraquara



Os primeiros setores do Assentamento Monte Alegre (I, II, III e IV) foram instalados entre 1985 e 1986 pelo Itesp, ainda sob a gestão do governador Franco Montoro. Em outubro de 1991 foi implantado o setor V e durante a primeira gestão de Mário Covas (1995–1998), em maio de 1997, foi instalado o setor VI. Posteriormente, foram instaladas 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, localizado no distrito de Araraquara, Bueno de Andrade. Este último é considerado um apêndice do Assentamento Monte Alegre (SOUZA *et al*, 2004; SOUZA *et al*, 2008; GOMES *et al*, 2012). O núcleo VI, diferente dos demais, não apresenta agrovila e possui uma pequena parcela de assentados(as) de segunda geração (ARO, 2012).

Em termos educacionais, o assentamento Monte Alegre possui uma escola (painel fotográfico 4) na área VI, com ensino fundamental de primeira à quarta série no período da manhã, há ainda curso de alfabetização para adultos durante a noite. Por meio do Projeto Educação para o Campo, a Prefeitura Municipal de Araraquara fornece transporte aos alunos da quinta série ao terceiro ano do Ensino Médio em escolas da cidade (CAMPOI, 2005).



**Painel Fotográfico 4:**  
Escola de Ensino Infantil e Fundamental do Assentamento Monte Alegre

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

A maioria da infraestrutura está concentrada no setor VI, considerado o “coração” do assentamento, exatamente por conter comércios e serviços (ARO, 2012). Há rede de energia elétrica em todo o assentamento e existem cinco poços artesianos nos setores I, II, III e VI e em Silvânia. As famílias de cada lote perfuram seus poços (a maioria do tipo cacimba) com recursos próprios ou financiadas por linhas de crédito (CAMPOI, 2005).

A trajetória do Assentamento Monte Alegre é registrada por muitas mudanças, desde o processo de distribuição dos lotes, da organização do trabalho agrícola, que inicialmente era coletivo, para a produção de grãos, proposto por agentes estatais (GAVIOLI, 2011). O

perfil das famílias assentadas é caracterizado por núcleos de quatro pessoas e renda mensal variável entre 1 e 2 salários-mínimos (GASPARI, 2010).

O assentamento possui uma agrovila, que é denominada pelas famílias como colônia. Um grupo de assentados(as) de outro setor foi determinado pelo ITESP a se mudar para tal área, porém, em ato de resistência permaneceu onde estava, às margens do córrego Monte Alegre, respeitando assim a área de preservação da mata ciliar (BARONE; FERRANTE, 2007). Ademais, a decisão das famílias lhes permitia ficarem próximas da água, possibilitando uma dieta rica em verduras, legumes e peixes, além de manterem-se em contato com parentes e amigos(as), “reproduzindo a paisagem dos antigos bairros rurais” (BARONE; FERRANTE, 1998, p. 130). Campoi (2005) afirma que todas as áreas do assentamento são servidas de recursos hídricos (córregos, represas, canais), possibilitando a irrigação de grandes áreas verdes agricultáveis.

Assentamentos e pequenas propriedades rurais, tornam-se, na região, focos de outras experiências possíveis, como a diversificação agrícola e a agroecologia que contrastam com a produção tradicional e tecnológica do agronegócio (ARO, 2012). Os(as) pequenos(as) agricultores(as) e assentados(as) rurais são, na região, os principais responsáveis pela produção de alimentos, abastecendo Araraquara e municípios próximos, apesar de todas as dificuldades que enfrentam (ARO, 2012; GOMES *et al*, 2012).

Os grupos citados representam uma resistência ao padrão convencional e tecnológico de produção agrícola na região, dependente de insumos químicos, recursos mecânicos e genéticos, sobretudo quando se pautam a favor da diversificação e da agroecologia (GOMES *et al*, 2012). Podem consolidar estratégias alternativas para o desenvolvimento rural e uma paisagem diversificada, que contraste com a valorização de monocultivos (cana-de-açúcar, soja, milho, gado leiteiro extensivo) (ARO, 2012).

Gomes *et al* (2012) argumentam que as estratégias alternativas de diversificação contribuem para a autonomia das famílias assentadas, ao passo que não dependem apenas de um único produto, ademais, os cultivos, tendem a voltar-se mais para as características tradicionais e sustentáveis, de modo que possam evitar se subordinarem ao controle e poder do agronegócio.

Um projeto agrícola pautado na economia familiar, em uma área cercada pelo complexo agroindustrial da cana-de-açúcar, por si só já representa uma contradição que ocorre num espaço de predomínio do latifúndio. Todavia, há assentados que aderem à acordos com as usinas (SOUZA *et al*, 2008). Souza *et al* (2008), ao estudarem os setores I e IV do Assentamento Monte Alegre, explicam que, ao longo dos anos, o assentamento teve um decréscimo na diversificação da produção, com o conseqüente aumento dos monocultivos, sobretudo da cana-de-açúcar. Isso ocorreu em virtude das dificuldades que muitas famílias enfrentam, tendendo a considerarem a cana como sendo a atividade mais rentável; outra questão é a presença marcante de usinas próximas ao assentamento.

Segundo Bellacosa<sup>132</sup> (2013), a produção de cana-de-açúcar para as agroindústrias é muito comum em assentamentos rurais de São Paulo. A decisão do governo brasileiro de elevar a produção de agroenergéticos, como etanol e biodiesel, buscando atender as demandas do mercado internacional<sup>133</sup> por fontes de energias alternativas contribuíram para este

132 Julia Marques Bellacosa, mestranda em Geografia pela USP.

133 O aumento do cultivo da cana-de-açúcar é precedido por diversos fatores. A elevação de preço do petróleo, a criação de veículos com motores *flex fuel* e as diretrizes adotadas pela União Europeia para redução das emissões de gases de efeito estufa. O Brasil teve destaque nesse processo, devido a experiência com o Proálcool e o Programa de Biodiesel (BELLACOSA, 2013).

processo. A inserção de pequenos(as) agricultores(as) na produção de agroenergéticos tem gerado conflitos entre movimentos sociais e entidades.

Barone e Ferrante (2007) explicam que a princípio o plantio de cana no Monte Alegre foi uma proposta do próprio ITESP, visando o aproveitamento artesanal do bagaço. A integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro ainda é questão polêmica nos assentamentos, porém os(as) assentados(as) não são passivos a isso, há tensões e resistências.

*Em 2002, passados 10 anos desde a primeira proposta de consórcio entre a usina e os assentados, a cana-de-açúcar finalmente adentra nos núcleos do Monte Alegre. Neste período, o município de Motuca estava circunscrito em uma área de 23.200 hectares, dos quais mais de 17.000 eram cultivados com o plantio de cana-de-açúcar – a qual respondia por 70% da arrecadação municipal. A cana-de-açúcar, portanto, era base da economia municipal e o Projeto Cana elevava a arrecadação de impostos, como o Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços - ICMS. A agroindústria local - usina Santa Luíza, por sua vez, localizava-se muito próxima a diversas propriedades rurais do assentamento Monte Alegre – cerca de 10 km - o que reforçava o interesse da usina em firmar o contrato junto aos assentados (BELLACOSA, 2013, p. 62).*

Em setembro de 2002, o Itesp instituiu uma portaria de número 075, que posteriormente foi substituída pela portaria nº 077, em 2004, regulamentando acordos entre assentados e agroindústrias. Assim, além da cana, outros tipos articulações estariam possibilitados como para a produção de milho, feijão de porco, algodão, bicho da seda, eucalipto, mel e frangos de corte. Tal dispositivo permitiu que o agronegócio local se aproveitasse da fragilidade econômica dos(as) assentados(as), reduzindo o espaço destinado a produção agropecuária dos mesmos. Quando firmam tais acordos comerciais, os(as) assentados(as) ficam impossibilitados(as) de usarem a metade da área de seus lotes para outras culturas. É uma forma dos usineiros expandirem seu capital já que não podem comprar as terras, são processos semelhantes aos arrendamentos (GAVIOLI; COSTA, 2011; BELLACOSA, 2013).

A integração de famílias assentadas com as usinas pode ser explicada por várias razões, como descrevem Gavioli e Costa (2011, p. 457):

*[...] tal item faz parte da estrutura produtiva da região, que possui muitas usinas próximas; os preços competitivos da cana no mercado mundial e o baixo custo de produção na região; a condição de endividamento e dificuldades financeiras, produtivas e comerciais das famílias assentadas.*

Bellacosa (2013) explica que em 2009 foi introduzido o projeto biodiesel no assentamento, por meio da gestão do então prefeito de Motuca, envolvendo diversos órgãos e instituições de diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal). Os contratos de doze meses visavam à produção de oleaginosas, em metade da área dos lotes, para fornecimento a uma empresa. Já os contratos de produção consorciadas da cana eram estabelecidos por cinco anos.

Em termos produtivos, o assentamento apresenta produção diversificada, apesar da interferência de usinas. Há diversidade de cultivos anuais, como milho, mandioca, arroz e feijão e de culturas perenes, como laranja, limão, manga e goiaba. Há ainda grande expressão da olericultura, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura de corte e de postura e pequenas agroindústrias familiares (produção de farinha de mandioca, doces, pães e queijos) (GAVOLI, 2010; GAVIOLI; COSTA, 2011).



Souza *et al* (2008), em estudo comparativo dos setores I e IV do Monte Alegre, explicam que, ao longo dos anos, ambos os setores diminuíram as áreas de pastagens, mas enquanto o setor I dedicou-se ao cultivo de cultivos para autoconsumo (feijão e milho – que também serve para alimentação animal), o setor VI optou pela entrada da cana-de-açúcar nos lotes.

Gaspari (2010), ao estudar as estratégias sustentáveis no Assentamento Monte Alegre, explica que há uma dinâmica interna das famílias que define a distribuição de funções para cada membro. Para Antuniassi (2015), a família é o grupo social resultante de ações que instituem em seus membros o sentimento de integração. A autora (2010) lista uma série de fatores que interferem nesta atribuição de funções: idade, gênero, saúde e hierarquia familiar. Segundo ela, as mulheres estavam inseridas em práticas de produção e reprodução social. Em suas palavras: “Na análise das trajetórias de vida observamos que a divisão sexual do trabalho foi destruída e reconstruída, de acordo com as estratégias de reprodução familiares e da dinâmica social vivida.” (GASPARI, 2010, p. 35-36).

De acordo com Antuniassi (2015), as estratégias são práticas adaptativas dos sujeitos de acordo com as condições históricas dadas, no sentido de manutenção ou mudança. Por isso, a dimensão temporal é importante, conhecer o passado e as raízes históricas. É preciso ter conhecimento das condições que os mesmos detêm. O conceito de estratégias de reprodução será mais aprofundado no sexto capítulo.

Santos e Sant’Ana (2012) mencionam algumas tentativas de formação associativa no Assentamento Monte Alegre. Um exemplo foi o plantio de mucuna preta, que infelizmente não prosperou. Houve ainda a criação do Centro de Integração e Desenvolvimento Rural (CEDIR) administrado pela prefeitura municipal de Araraquara que trabalhou no sentido de formalização de meios associativos de organização, porém não vingou, pois o projeto manteve os(as) assentado(as) dependentes da administração municipal e conforme se mudava a conjuntura política, as famílias enfrentavam dificuldades de gestão da associação.

Foram as mulheres do assentamento, por meio de ações coletivas, que levaram demandas das famílias às assembleias. Foi assim que elas decidiram que um barracão subaproveitado tinha capacidade para ser transformado em uma unidade de saúde ou um espaço para atividades de lazer (TEIXEIRA, 2016). O assentamento possui quatro postos de saúde e ambulatórios, vinculados ao Programa Saúde da Família (PSF)<sup>134</sup>. Os postos (foto 1) estão localizados nos setores I, III e VI e em Silvânia, nos quais trabalham médicos, enfermeiros e agentes comunitários de saúde (CAMPOI, 2005).



**Foto 1:** Unidade de atendimento à saúde no Assentamento Monte Alegre

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018

134 O Programa Saúde da Família é vinculado aos Governos Federal, Estadual e Municipal, no qual é desenvolvido trabalho de saúde preventiva e de primeiros socorros (CAMPOI, 2005).

Barone e Ferrante (1998) apontam que, no processo de luta pela terra, muitas mulheres bóias-frias, ainda que não estivessem junto com seus maridos durante a entrada na terra, sofriam violências e punições por parte dos empresários (chefes de seus companheiros), por apoiarem as decisões, participarem do sindicato e de reuniões. Para essas mulheres, o acesso à terra representava uma nova vida, com a possibilidade de poder plantar a comida, ter criação de animais e cuidar dos(as) filhos(as) com tranquilidade.

De acordo com Barone e Ferrante (1998), no Assentamento Monte Alegre poucas mulheres receberam a titularidade da terra. Aro (2012) menciona que as mulheres representam 17,5% dos casos de titulares dos lotes, e têm em média 58 anos de idade. No caso específico do setor VI, que é o núcleo das mulheres da AMA, Teixeira (2012) frisa que 24 mulheres possuem a titularidade da terra (28%), sendo que a média estadual é de 25%.

Ferrante; Duval e Gomes (2012) ao pesquisarem a participação das mulheres nos assentamentos da região central do Estado, notaram que a horticultura era uma atividade realizada de modo compartilhado por homens e mulheres em 37% dos casos. Os(as) autores(as) deduzem que a inserção masculina nesse ramo ocorreu por causa de programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por meio da pesquisa supracitada constaram que em assentamentos da microrregião estudada há maior divisão sexual do trabalho na produção de eucalipto, café e pastagem. No que se refere à criação, a participação feminina é intensa no cuidado de aves (35%) e suínos (23%). No cuidar dos animais, as mulheres já iniciam um uso racional e ecológico de tudo o que é produzido nos lotes. As sobras de comida da família são distribuídas para a alimentação de porcos e galinhas, servem ainda como adubo para as plantas (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

As mulheres são também as principais protagonistas das agroindústrias (60% dos casos), sobretudo na produção de alimentos. Geralmente (92% dos casos) essa produção ocorre nas residências, pois dificilmente encontram espaços mais equipados no próprio assentamento e porque costumam associar tal produção às tarefas domésticas pelas quais são responsáveis. Infelizmente na época da pesquisa, nenhuma das agroindústrias possuíam selo de inspeção, evidenciando a ausência de políticas federais e programas municipais nesse quesito (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

Em relação às atividades não agrícolas, os pesquisadores verificaram que são casos pontuais, ligados à produtos têxteis e artesanatos. Nesse sentido, a participação feminina é intensa, já que as mulheres são as principais responsáveis por costurar, bordar e fazer artesanato. Nesse aspecto também observaram que há muitas mulheres que trabalham na cidade, como assalariadas (domésticas ou diaristas) e que as atividades não-agrícolas tinham valor significativo na renda das famílias envolvidas. Nas palavras dos(as) autores(as): “Apesar de não serem predominantes, as atividades não agrícolas contam nas estratégias de reprodução social postas em prática pelos assentados” (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012, p. 220).

As mulheres que decidiram trabalhar fora do lote, em atividades não-agrícolas, afirmam que esta decisão foi tomada visando contribuir com a renda familiar, e que isso gerou a elas autonomia para gerir os recursos advindos de seus trabalhos. Elas seguem contribuindo com a renda familiar, porém, têm a liberdade de decidir como aplicar o dinheiro. Os problemas correlatos ao trabalho externo dizem respeito às dificuldades para obtenção



da aposentadoria rural, pois acabam deixando a condição de segurado(a) especial, além disso, ficam em desacordo com os parâmetros legais da Reforma Agrária, uma vez que é estabelecido que a produção no lote deve ser realizada pela família (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012, p. 220).

Além do Assentamento Monte Alegre, o Assentamento Bela Vista do Chibarro também merece destaque no que se refere à luta feminina. Barone e Ferrante (2007) afirmam que as mulheres foram participantes ativas na ocupação no ITESP, em protesto contra o plantio de cana no assentamento, bem como em outras manifestações na busca por respostas às demandas por crédito, por exemplo.

No Assentamento Bela Vista, as mulheres, assim como no Monte Alegre, foram grandes agentes na busca por melhorias e infraestrutura. Inicialmente, em meados dos anos 1990, contaram com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e a partir de 2001 passaram a participar das reuniões de Orçamento Participativo, realizadas pela Prefeitura Municipal de Araraquara, sendo representantes de plenárias. Essas reuniões tinham como principais temas, questões reprodutivas, educação, saúde e lazer (BARONE, FERRANTE, 2007). No caso do Assentamento Bela Vista do Chibarro, as mulheres participaram fortemente do movimento de reivindicação da terra, inclusive nos acampamentos (BARONE, FERRANTE, 1998).

No tópico a seguir será explicado o processo de formação da AMA, as principais características da associação e atividades desenvolvidas.

## 4.2

### A Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA)

**P**ara entender a lógica de uma associação de agricultoras que está ativa há tantos anos, é necessário compreender elementos essenciais em um grupo que se une para produzir, iniciativa que parte das próprias mulheres, e não de agentes intermediadores(as).

Gomes, Ferrante e Whitaker (2011) estudaram associações e espaços de sociabilidade nos Assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro. Segundo as autoras, a sociabilidade está relacionada a uma relação de reciprocidade, na qual deve prevalecer a satisfação coletiva dos(as) associados(as). Segundo as autoras, circunstâncias nas quais há trocas simbólicas, nas quais há mais afetividade, como igrejas, festas, espaços esportivos e comunitários, escolas, são exemplos de sociabilidade.

*A sociabilidade contém características únicas que somente têm valor se os indivíduos estiverem ligados de alguma forma entre si. Este vínculo se torna possível com a existência de locais onde haja íntima troca de laços afetivos que deem força às relações interpessoais (GOMES; FERRANTE; WHITAKER, 2011, p. 178).*

Na pesquisa, as autoras mencionadas averiguaram que, em 2005–2006, no Assentamento Monte Alegre, a maior participação em organizações coletivas se referia aos sindicatos rurais. Este fato se associa à própria trajetória do assentamento, já que a participação desta organização foi significativa na formação do Monte Alegre. Além disso, nos momentos de conflitos envolvendo acordos agroindustriais, dando segurança aos(as) assentados(as) que não plantavam cana, mas sentiam-se pressionados pelas usinas (GOMES; FERRANTE; WHITAKER<sup>135</sup>, 2011).

No período de 2008–2009, com a atualização dos dados da pesquisa, notaram o crescimento de assentados(as) participantes de associações, chegando a 67%, isso ocorreu em virtude de políticas públicas como o Direto do Campo programa municipal que visava o escoamento da produção de pequenos(as) produtores(as) através de feiras, e do PAA (GOMES; FERRANTE; WHITAKER, 2011).

Conforme citado anteriormente, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FEAESP) propôs aos assentados do Monte Alegre um projeto de plantio de mucuna preta, oferecendo em contrapartida, horas-máquina para o preparo do solo, sementes para o plantio, desde que as famílias se associassem a ela, e lhe destinassem parte dos recursos obtidos com o cultivo. Alguns problemas como a inexperiência com este tipo de cultura e a inexistência de um mercado consolidado para escoamento da produção determinaram o fim do projeto. Esta foi a primeira experiência associativa do Monte Alegre (SANTOS; SANT'ANA, 2012).

A partir de 2000, sob a administração pública do Partido dos Trabalhadores (PT), foi assumido, ainda na campanha eleitoral, o compromisso de dinamizar áreas esquecidas pelas gestões anteriores, como os assentamentos. Foi criado então, o Centro de Integração e Desenvolvimento Rural (CEDIR), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O CEDIR tinha por objetivo incentivar a formalização de organizações coletivas pré-existent dos(as) assentado(as), visando à inserção dos(as) mesmos(as) em políticas públicas e facilitação da comercialização. Foi criada através da CEDIR uma associação sem fins lucrativos, formada por diretoria executiva (presidência, secretaria e tesouraria), sócios(as) integrantes (assentados e assentadas rurais) e sócios(as) bem feitos(as) (pessoas não assentadas, interessadas em contribuir, porém sem direito a voto). Infelizmente esta associação perdeu a força, tornando-se inativa (SANTOS; SANT'ANA, 2012).

Barone e Ferrante (1998) explicam que uma das primeiras estratégias envolvendo mulheres no Assentamento Monte Alegre foi um projeto de costura industrial realizado no setor I (porém, com o envolvimento de mulheres de todos os setores). Por meio da demanda das mesmas ao Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, de um espaço alternativo para o trabalho delas e de adolescentes. No entanto, não encontrei registros sobre o prosseguimento deste projeto.

Ferrante; Duval e Gomes (2012) analisaram o uso de crédito rural por mulheres em assentamentos da região central de São Paulo. De acordo com os(as) autore(as), 37% das famílias da região utilizaram o Pronaf A, para estruturar o lote e iniciar alguns cultivos. Também utilizaram os Programas Primeiros Fomentos e o Apoio Mulher. O Primeiros Fomentos consiste em parcelas anuais no valor de R\$ 2.400,00 nos dois primeiros anos do assentamento, foram acessados pela maioria das famílias; já o Apoio Mulher teve acesso modesto.

---

135 Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, socióloga, docente voluntária e colaboradora da pós-graduação em Educação Escolar da UNESP de Araraquara.

O acesso ao crédito é uma opção mais masculina do que feminina; pois muitas vezes as possibilidades de financiamento não representam as particularidades do trabalho da mulher. Outras vezes ocorre a falta de informações sobre as oportunidades de crédito para mulheres, há ainda situações nas quais o marido não concorda que a esposa faça o empréstimo, tanto que existem casos nos quais, apesar de a mulher solicitar o financiamento, é o homem quem decide o uso do investimento (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

O Apoio Mulher, até 2011, era disponível em três parcelas de R\$ 800,00. Posteriormente o valor passou a ser acessado em única parcela de R\$ 3.000,00 em grupos formados por, no mínimo, 3 assentadas. A maioria dos projetos aprovados eram referentes à produção de gado leiteiro e subprodutos do leite, alguns para fruticultura, cultivo e processamento de ervas medicinais. No caso do Pronaf Mulher, muitas mulheres são impossibilitadas de solicitar o financiamento devido as dívidas contraídas pelos maridos (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

Entre as tentativas anteriores frustradas e direcionadas por agentes políticos é que surge a Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre (AMA). Essas mulheres tinham como intuito expor suas lutas e reivindicações e formar um grupo autônomo, sem ingerências do poder público. Por mais que elas trabalhassem em todas as etapas da produção agrícola (plantio, cultivo e comércio), buscaram uma oportunidade de renda que não estivesse vinculada, nos âmbitos organizativo e gerencial, pela administração municipal. As mulheres então se uniram, visando a construção de uma fonte de renda que garantisse a subsistência de suas famílias (SANTOS; SANT'ANA, 2012).

A participação das assentadas no Orçamento Participativo foi uma questão decisiva para a associação. A analista de desenvolvimento social do ITESP comentou a respeito do Orçamento Participativo e de como a ideia da padaria surgiu entre as assentadas, que a princípio cogitaram fechar contrato de consórcio para criação de frangos:

*Elas conseguiram a padaria através do orçamento participativo, foi há muito tempo, uma outra gestão do atual prefeito. Aí fizemos uma reunião até com a esposa do prefeito e ela veio, e elas estavam pensando no que elas iam fazer. Elas me disseram: “Nós queremos fazer uma integração com frango”, aí falei para todas elas assim: “Então, mas vocês entendem de granja? Vocês sabem o trabalho que a granja dá? O pintinho tá lá, você vai ter que passar noite lá, o dia que chover, fazer frio vocês terão que ir lá”. Aí, elas começaram a arregalar o olho para mim, né? **Bom, mas elas foram indo, indo, indo... até chegaram no ponto que nós fizemos não sei quantos cursos de qualificação, aí começou com o pão. Vieram equipamentos que a Unesp doou para elas, aí elas começaram e foi começando e foi muita luta, tanto é que são as mesmas que estão desde o começo** (Analista de Desenvolvimento Social do ITESP de Araraquara 28/03/18).*

Ela também explicou que, inicialmente, o grupo era composto por várias mulheres, que vislumbravam obter renda rapidamente, desconhecendo todo o processo de luta, o trabalho e as dificuldades, terminando por desistirem do projeto:

*Eu acho essa associação muito boa, admiro muito essa associação do VI. E não é porque eu trabalho aqui no ITESP, não, mas elas tiveram muita ajuda nossa, elas tinham cursos, treinamento, capacitação e olha que no começo eram várias que queriam participar, mais aí quando se viam muitas pessoas nesses grupos de associação, tipo era uma coisa assim, para ganhar dinheiro, mas só para ganhar, achando que não precisa trabalhar, sem fazer nada. Mas nesse grupo aí, eu me lembro que elas fizeram várias reuniões, até chegar nessa padaria, que elas*

*conquistaram na prefeitura, né? Um dinheiro que é para construir um projeto para desenvolvimento de renda, foi disso aí que partiu (Analista de Desenvolvimento Social do ITESP de Araraquara 28/03/18).*

Um trabalho que antes era feito domiciliarmente, com a luta das assentadas e o apoio de agentes intermediadores passou a ser agroindustrializado. A pesquisa realizada por estudantes do curso de nutrição da Universidade de Araraquara (UNIARA) também forneceu à AMA, uma análise nutricional dos produtos, montagem de tabelas nutricionais e etiquetas (com CNPJ, nome e endereço da associação), visando contribuir para a profissionalização do grupo e a ampliação da comercialização. Esta pesquisa teve o intuito de estimular o crescimento do grupo de mulheres, motivando outros grupos produtivos do assentamento a aprimorarem sua produção (JUSTINO<sup>136</sup> *et al*, 2014). O grupo de estudantes do curso de nutrição, num projeto envolvendo pesquisa e extensão, realizou a análise de 10 (dez) produtos da associação, contribuindo para, além da renda das famílias das associadas, o aumento da autoestima das mesmas, que passaram a ter uma marca própria, melhorando a qualidade de sua produção.

Na fala do técnico agrícola entrevistado é possível notar o quanto estas alterações visando profissionalizar o trabalho da associação foram eficazes para o seu crescimento:

*E desde então, quando a associação foi criada, a ideia vingou tanto que elas estão lá até hoje, tens uns 15, 16, 17 anos. A ideia vingou, depois elas ampliaram a panificação, compraram mais equipamentos, melhoraram a parte de embalagem, comercialização. Então iniciou assim, a ação da AMA no assentamento Monte Alegre, desta forma, a associação de mulheres assentadas. E a principal atividade delas é em torno da panificação, que é a padaria. Elas também participam de alguns eventos que envolvem as mulheres, eventos sobre questões de saúde das mulheres, Outubro Rosa, algumas palestras. E elas inclusive já ganharam prêmios da Consul (Técnico agrícola do ITESP de Araraquara, 26/03/18).*

O técnico agrícola entrevistado também pontuou a relevância da parceria com o ITESP no desenvolvimento da AMA. A luta do ITESP local, segundo ele, sempre foi realizar a assistência técnica com a extensão rural. Ele afirma que acompanhou as associadas da AMA até um assentamento em Franca, para conhecerem uma experiência de panificação com algumas assentadas, pois elas tinham mais experiência com a questão de produção e documentos.

A princípio as assentadas produziam de modo artesanal e informal, o processo de agroindustrialização foi ocorrendo aos poucos, primeiro as mulheres do núcleo VI utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para fabricarem e comercializarem os pães. Elas faziam as vendas no próprio assentamento e, em algumas situações, vendiam esporadicamente em feiras de Araraquara (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012; JUSTINO *et al*, 2014).

As associadas usaram a cozinha comunitária da escola até o ano de 2001 (ARO, 2012). Somente em 2002 é que houve uma reforma na escola, e uma cozinha com maior infraestrutura foi construída. Assim, as associadas passaram a produzir para o programa Direto do Campo, em Araraquara, que consistiu na criação de um ponto fixo no terminal de integração urbana, cedido pela prefeitura municipal, destinado à comercialização dos produtos de assentados(as) para cidadãos(as), funcionando de segunda-feira à sábado (JUSTINO *et al*, 2014). Conforme nos descreveu o técnico agrícola entrevistado:

*Então, aqui no assentamento tem a escola. E lá na escola tinha uma área, uma sala, que serviu para instalar o kit. Era um kit para atender às mulheres, específico para as elas. A gente fez um contato com a escola, com a secretaria de educação e foi permitido instalar o kit lá, neste primeiro momento. E aí, junto com a entrega do kit tinha um curso de panificação e parece que era feito em São Paulo. Algumas mulheres eram transportadas para São Paulo para fazer o curso, e algumas mulheres da AMA fizeram esse curso e aí então, junto com o curso, iniciou o trabalho da panificação, por conseguinte na escola do assentamento, aí já era 2002, 2003, 2004, por aí (Técnico agrícola do ITESP de Araraquara, 26/03/18).*

O Direto do Campo é um projeto do município de Araraquara, criado no início dos anos 2000, que tem fornecido apoio às famílias assentadas, ao promover transporte para os produtos do assentamento para a cidade, bem como um ponto fixo para a sua comercialização (SANTOS; SANT'ANA). As mulheres da AMA começaram a participar do programa em 2002. A prefeitura de Araraquara apoiava o transporte e cedia bancas para a exposição e venda dos produtos no Terminal de Integração Urbana de Araraquara. A partir de então, as “mulheres do pão”, como eram chamadas, passaram a ganhar mais visibilidade e ampliar sua renda (TEIXEIRA, 2012).

Neste mesmo período, os autores relataram que as assentadas passaram a participar dos fóruns de Orçamento Participativo, levando assim, as demandas não apenas da associação, mas do assentamento como um todo para um patamar político. Foi quando conquistaram a aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial no núcleo do setor VI (JUSTINO *et al*, 2014).

*Com participações em fóruns do Orçamento Participativo e principalmente discussões de prioridades, soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos, constatou-se que, no ano de 2002, a prioridade sugerida pelo grupo de mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre foi atendida: aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial neste núcleo (ARO, 2012, p. 62).*

Ainda na primeira gestão municipal do PT, em 2001, houve um forte incentivo da população na condução política, através do Orçamento Participativo. As assentadas passaram a buscar orientações sobre como legitimar suas ideias e trabalho. Deste modo, elaboraram o próprio estatuto, delimitando juridicamente suas atuações e intervenções (SANTOS; SANT'ANA, 2012).

O técnico agrícola do ITESP detalhou o processo de criação do prédio da associação:

*Com o passar do tempo, o kit deu certo, as mulheres começaram a fazer uma renda, né? A ideia era essa. **E no início era um governo mais popular, que tinha um olhar mais diferenciado para as comunidades, para os assentamentos, e esse governo tinha uma coisa que se chamava Orçamento Participativo.** Então, o que aconteceu, na ocasião que ia ter esse evento do orçamento participativo no assentamento, as mulheres que já vinham com esse trabalho avaliaram que seria interessante fazer uma panificadora, um predinho, uma instalação que conseguisse receber o kit que estava provisoriamente na escola e assim foi feito. Então, a prefeitura construiu o prédio lá por meio do orçamento participativo e transferiu o kit que estava na escola para onde hoje é a AMA, e elas também melhoraram a organização, os trabalhos, trabalharam junto com a prefeitura, o Itesp e os parceiros, desenvolveram o trabalho de criar uma associação, outros parceiros também, que se engajaram na luta na época e elas criaram uma associação de mulheres (Técnico agrícola do ITESP de Araraquara, 26/03/18).*

Durante as pesquisas de campo no Assentamento Monte Alegre, tive a oportunidade de participar de uma reunião de Orçamento Participativo em Bueno de Andrada (painel fotográfico 5). Foi possível observar o quanto as mulheres da AMA prezam e estimulam a participação de todo o assentamento neste evento. Além de colocarem um cartaz na área externa da padaria, a cada cliente do assentamento que passasse por lá, as mulheres insistentemente os avisavam sobre a importância de comparecer à reunião.

O encontro foi realizado à noite e dois motoristas do transporte escolar passavam em vários pontos de cada setor recolhendo os(as) assentados(as) com os ônibus. Era visualmente evidente a maior presença de mulheres em relação aos homens. Na reunião, além dos(as) assentados(as), havia também a presença de moradores(as) de bairros urbanos, funcionários(as) da prefeitura, e o prefeito; foram discutidos diversos projetos, o assentamento pleiteava a reforma da escola, mas infelizmente perdeu na votação. O projeto escolhido referia-se ao recapeamento de um bairro da cidade de Araraquara. Nesta reunião também pude sentir o preconceito dos(as) cidadãos(as) contra as famílias assentadas, os olhares, os comentários depreciativos, uma situação incômoda e revoltante.

Na época da criação da associação havia no Orçamento Participativo, uma temática chamada “Mulheres”. As plenárias temáticas selecionavam lideranças que representassem suas bases, e assim, votassem pela distribuição do recurso público, o qual seria investido de acordo com as deliberações (SANTOS; SANT’ANA, 2012).

Segundo Ferrante; Duval e Gomes (2012), o Orçamento Participativo foi decisivo para estas mulheres. Ao serem excluídas de decisões sobre a produção e comercialização, viram neste projeto uma oportunidade de delinear novas estratégias produtivas e reprodutivas. Apesar da inclusão das mulheres, as conquistas levaram um tempo até serem alcançadas. Desde a primeira participação na temática de “Mulheres” até a implementação de propostas aprovadas, passaram-se dois mandatos da mesma gestão, fazendo com que as assentadas se organizassem para exigirem um posicionamento da administração municipal (SANTOS; SANT’ANA, 2012).

Em julho de 2008, foi aprovado em assembleia geral da AMA, o Estatuto da associação, cuja finalidade era contribuir para o desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural do Assentamento Monte Alegre. A criação do



**Painel Fotográfico 5:** Reunião de Orçamento Participativo em Bueno de Andrada

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.



**Foto 2:** Padaria da AMA, com nome antigo, em homenagem à merendeira da escola

Fonte: Gavioli, 2010.



Estatuto permitiu que as mulheres associadas pudessem dialogar com o poder público dotadas de maior representatividade. Por meio de união e fortalecimento, a associação conquistou a construção da padaria com recursos públicos (SANTOS; SANT'ANA, 2012). Inicialmente, o grupo de mulheres se chamava Mulheres Assentadas Irene Biazzi Góes (foto 2) (GOMES; FERRANTE; WHITAKER, 2011). Este nome inicial foi uma homenagem a uma moradora do setor VI, falecida em 2008. Ela trabalhou como merendeira na escola do assentamento e sempre lutou por melhores condições de vida, educação e trabalho para os(as) assentados(as) (TEIXEIRA, 2012).



**Foto 3:** Atual balcão de atendimento da padaria da AMA

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Teixeira (2012) traz uma descrição detalhada da estrutura física da padaria (foto3) da associação:

*Inaugurada em dezembro de 2008, a Panificadora AMA possui uma área de produção de pães e bolos, além de um espaço para comercialização dos produtos. Trata-se de uma construção pequena, dividida em quatro partes distintas: a frente, onde ficam expostos os produtos e onde ficam o caixa e uma geladeira; a cozinha, no interior do estabelecimento; e dois cômodos no fundo. Em um desses cômodos ficam os pertences pessoais das mulheres, além de uma escrivaninha e materiais de escritório. No outro cômodo, utilizado como despensa, ficam os ingredientes e utensílios de cozinha. Na cozinha, propriamente dita, existem equipamentos industriais, duas pias grandes, um tanque, dois fornos industriais, um fogão e uma geladeira que condizem com os demais equipamentos profissionais. Na área externa estão localizados o banheiro e um tanque (TEIXEIRA, 2012).*

Alguns detalhes mencionados pela autora podem ser observados no painel fotográfico 6, como o balcão de atendimento, equipamentos de cozinha e despensa.

A criação do estatuto ocorreu mais precisamente no dia 13 de julho de 2008, quando várias mulheres do núcleo VI do Monte Alegre se reuniram em assembleia convocada pelo edital publicado no Jornal “Folha da Cidade”, no dia 09 de julho de 2008. A finalidade da associação consiste em proporcionar o desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural de suas associadas. Dispondo a atuar:

*I. Na promoção da cultura, esporte e defesa do patrimônio histórico e artístico;*

*II. Na promoção da saúde e da educação gratuitas às integrantes da comunidade rural do projeto de Assentamento Monte Alegre Seis, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida;*

*III. Na preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;*



**Painel Fotográfico 6:** Estrutura e equipamentos da padaria da AMA

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.



*IV. Na promoção do desenvolvimento econômico de suas associadas por meio da produção agrícola e agroindustrial, da compra e da venda conjunta de insumos e produtos, e da contratação de estudos, projetos e pareceres nas áreas de atuação;*

*V. Na promoção e aprimoramento técnico-profissional das associadas, por meio de divulgação, formação, treinamento e qualificação profissional voltados aos sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;*

*VI. Na experimentação de novos modelos sócio-educativos;*

*VII. No desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação das informações e conhecimentos técnicos relacionados às atividades mencionadas (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS DO ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE SEIS, 2008).*

Entrevistamos também a atual liderança da AMA. Amarílis, tem 53 anos de idade e migrou do interior da Bahia para Araraquara com o esposo e os três filhos. Antes de morarem no assentamento, viviam numa fazenda da região, como caseiros. Ela e sua família não participaram da fase do acampamento, pois quando se mudaram, o Monte Alegre já estava formado.

*Quando eu fui chamada mesmo, a associação já estava meia que formada, as primeiras reuniões eu não participei, uma que eu ainda não estava aqui, né? E quando eu cheguei aqui, eu sempre fiz pães para a gente e para vender, aí souberam que eu fazia. Várias vezes eu dei carona para elas, e elas com caixas de pão na cabeça, as meninas devem ter falado, né? Elas não tinham transporte na época. E como eu fazia o meu produto e ia levar para Motuca para vender, passava por elas no meio do caminho e dava carona para elas. Aí, uma delas me conheceu e falou: “Já que você trabalha com isso, você não quer vir para nossa associação?” Aí, de tanto ela insistir eu fui. Se eu não me engano, a primeira reunião que eu participei, acho que foi em 2007, em outubro de 2007 ou não, junho de 2007, a primeira reunião que eu participei. E aí foi quando já estava tudo já arredondado mesmo, já se fechando para eu iniciar na associação, mas assim ... foi daí para frente, eu assinei, participei das reuniões, mas eu continuava falando que eu não queria fazer parte do grupo. Que eu queria só trabalhar no sítio, né? Mas aí depois ela falou: “A padaria tá montada e tal, vamos que a padaria foi inaugurada”, foi inaugurada no dia 14 de dezembro de 2008. Ficamos seis anos na cozinha da escola e antes disso, elas faziam os pães para vender nas próprias casas (Amarílis, assentada, liderança da AMA, 28/03/2018).*

Segundo Amarílis, a maioria das mulheres associadas trabalhava na agricultura, principalmente com horticultura, e vendiam os produtos em feiras, até se enveredarem para a panificação.

*Elas são agricultoras, já trabalharam muito nos lotes, a maioria delas eram acampadas, né? Todas elas acamparam, moraram em barraquinho de lona. Sempre trabalharam com a terra, como a Azaleia mesmo, ela participava das feiras, vendendo hortaliça, trabalhou muitos anos. A Begônia parece que quando ela chegou trabalhou um tempo em firma de laranja, colhendo (Amarílis, assentada, presidenta da AMA, 28/03/2018).*

Santos e Sant’Ana (2012) alegam que o insucesso das tentativas anteriores de estruturas organizativas de produção se deve a razões que ultrapassam questões como capacitação, assistência técnica e extensão rural, mas envolvem obstáculos de acesso ao crédito. Para os(as) autores(as), a AMA hoje representa uma via institucional legal de representatividade

de não apenas das assentadas, mas de todo o Monte Alegre, bem como de demais assentamentos(as) rurais da região de Araraquara.

A AMA iniciou-se como um tipo de associativismo informal, com estrutura de gestão mínima, incluindo cargos e responsabilidades, além da produção. A interferência de maridos de algumas integrantes, atrapalhou por diversas vezes a consolidação do grupo (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

A associação, ao longo de sua trajetória, contou com a colaboração de muitas organizações e agentes regionais, tais como: a Prefeitura de Araraquara, por meio da Coordenação de Economia Solidária; o ITESP; grupos de estudantes universitários(as) (sobretudo da UNIARA, UNESP, UFSCAR e UNICAMP) (JUSTINO *et al*, 2014).

Atualmente, considerando o ano vigente (2020) a associação possui 10 associadas, todas residentes do setor VI, destas, 4 (4%) trabalham ativamente na produção e as demais são colaboradoras. Estão cadastradas como associadas, contribuem financeiramente com a associação, porém não executam as atividades da padaria. As mulheres são bastante organizadas e selecionam quem incluirão na associação, como nos contou uma delas:

*Para entrar aqui a pessoa precisa se associar, a pessoa tem que seguir as nossas regras. Por exemplo, a gente não coloca pessoa que é parente, só abrimos exceção para a Ciclame, mas a gente não coloca parente. A gente abriu exceção para ela porque ela estava muito precisando mesmo. Porque assim, não é muito bom pegar alguém da família. Também não pegamos quem fuma. E tem que saber quem é a pessoa, né? Não é assim qualquer pessoa que entra, a gente tem que saber da pessoa como que é, tem que puxar toda ficha da cidadã. Porque muita gente fala: “aí, se é comunitário porque que não entra mais gente? Uma sai outra entra.” Não pode, a gente põe tudo nossas coisas aqui e vai deixar outras pessoas que a gente mal conhece? Aqui foi uma conquista, uma conquista, bem sofrida mesmo, a gente conquistou temos que ir até o dia que Deus quiser, né? (Begônia, assentada associada à AMA, 28/03/2018).*

Em meados de 2014, a associação criou uma microempresa, visando ampliar as oportunidades de comercialização, e assim, não ficarem dependentes do ponto oferecido pela prefeitura, podendo comercializar em mercados de varejo e outros municípios. As associadas passaram a produzir, além de pães, doces e compotas, conservas e licores, que eram fabricados e comercializados nos próprios lotes das assentadas, sob encomenda (JUSTINO *et al*, 2014). Apesar do trabalho na associação e na padaria, com as atividades de fabricação e comercialização dentro e fora do assentamento, as mulheres ainda participam de outras atividades em seus grupos religiosos e nos serviços domésticos e produtivos de seus lotes (JUSTINO *et al*, 2014).

As mulheres são fortes, mesmo sozinhas, porém, quando se reúnem, juntando suas forças por meio do associativismo, alcançam resultados grandiosos para si mesmas, suas famílias e para os assentamentos onde vivem. Essas mulheres precisaram entrar em consenso ainda que tenham divergências internas, além de participarem de cursos de capacitação que propiciaram uma maior sociabilidade e autoestima. As associadas da AMA já fizeram cursos de todos os tipos, desde panificação, confeitaria, até cursos profissionalizantes de administração, comercialização, computação e recursos humanos. Alguns cursos são oferecidos por órgãos públicos, outros são pagos com o dinheiro da própria associação. Além dos cursos, elas costumam ser convidadas para darem palestras em eventos de municípios vizinhos e em encontros com outras assentadas e assentados rurais (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012; TEIXEIRA, 2012). Um exemplo foi a exposição que fizeram

no I Congresso Internacional de Democracia Participativa (fotos 4 e 5), em março de 2019, no qual participaram da mesa: “Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social”, e explanaram sobre suas experiências.

Dentre os cursos que elas já realizaram, um foi viabilizado pelo Fundo Social de Solidariedade, em São Paulo, tratou-se de uma formação de produção de pães e bolos. Ao término do curso, elas foram presenteadas com um “kit cozinha”, composto por um forno, um liquidificador e oito formas (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012). Em entrevista realizada junto ao técnico agrícola de Araraquara, ele forneceu mais detalhes sobre esse processo:



*Aproximadamente pelo ano de 2000 o Itesp iniciou um trabalho nos assentamentos do Estado, não só aqui como em outros assentamentos junto com o Fundo Social de Solidariedade, que eram os kits de panificação. Esses kits eram doados por meio do fundo social para quilombolas, comunidades e inclusive para os assentamentos. Então, esse kit veio aqui para Araraquara, para atender os assentamentos, para a regional, né? A ideia era levar esses kits para os assentamentos, instalá-los num local que tivesse condições de recebê-los, né? Então, o que tinha no kit? Tinha um forno, tinha batadeira, algumas assadeiras e tinha alguns outros equipamentos que eu não me recordo no momento. Mas, enfim, era um kit de panificação (Técnico agrícola do ITESP de Araraquara, 26/03/18).*

**Fotos 4 e 5:** Participação das mulheres da AMA no I Congresso Internacional de Democracia Participativa

Fonte: Fotos cedidas pela Prefeitura Municipal de Araraquara, 2020.

Ao longo dos anos de atividades, as mulheres da AMA vivenciaram muitas mudanças em sua organização e produção. O rol de produtos, por exemplo, elas passaram a usar miniformas para fazer bolos do tipo *cup cake* (foto 6), inovando na apresentação do produto, para o consumo mais imediato dos(as) clientes, que assim, não precisariam comprar um bolo inteiro para um lanche rápido (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

Elas também passaram a ampliar o cardápio oferecido, produzindo: broinha de fubá, bolo de laranja, bolo de banana, bolo de milho verde, pão de queijo, saquinhos de amendoim torrado (doce e salgado), minipães de queijo (tradicional e recheados com sabores variados), bolo de mandioca, bolo de fubá cremoso (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012). Elas ainda produzem diversos tipos de salgados, esfihas (foto 7), mini pizzas, sanduíches naturais e opções vegetarianas e veganas.



**Foto 6:** Produção de bolos da AMA, ao fundo cup cakes

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

As associadas possuem ponto de comercialização no Terminal de Ônibus Urbano Intermunicipal de Araraquara e servem seus produtos em eventos do tipo *coffee-break*, como nos simpósios e projetos organizados na UNIARA, na Câmara dos

Vereadores e em um salão do exército em Araraquara, no Gaia (Festival cultural promovido pela Unesp/Araraquara), Festival Contato (Festival da Economia Solidária, em São Carlos) e na Feira de Orgânicos no Parque da Água Branca (por meio da Fundação ITESP, em São Paulo).

Há também projetos de turismo rural nos quais a associação está envolvida, como os encontros de motociclistas, jipeiros(as), cavalarias, além de eventos realizados no Rancho 3 Ramos, lote localizado no setor III onde ocorrem atividades culturais e visitas monitoradas a uma cachoeira (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012). Essas informações foram confirmadas pela analista de desenvolvimento agrário do ITESP:

*Então, elas trabalham juntas na padaria, elas fazem as feiras, trazendo o pão que elas produzem lá, fazem muito café da manhã, em São Carlos, na UNIARA quando tem um evento, enquanto associação, e cada uma delas tinha o seu lote, né? Também desenvolvem atividades neles (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara 26/03/18).*

Chama a atenção a capacidade de gestão destas mulheres. Elas conseguem alternar os horários de trabalho de maneira justa, além de concederem férias remuneradas, sem a necessidade da contratação de uma ajudante, mas trabalhando mais para cobrir a ausência de uma delas (FERRANTE; DUVAL; GOMES, 2012).

As associadas contribuem com uma taxa mensal no valor de R\$ 15,00 para custear um escritório que lhes presta assistência contábil e jurídica. A liderança da AMA, Amarílis, comentou a respeito das questões jurídicas da associação:

*Então, são dez associadas. Na produção mesmo somos em quatro. E temos um Conselho Fiscal com: presidenta, coordenadora geral, coordenadora tesoureira, coordenadora secretária e vice coordenadora. A gente tenta fazer reuniões todo mês, mas ultimamente está difícil. As reuniões são na padaria mesmo, mas quando tem assembleia a gente usa uma sala da escola (Amarílis, assentada, presidenta da AMA, 28/03/2018).*

Azaleia nos contou um pouco sobre o início da associação. De acordo com o seu depoimento, a AMA e a padaria começaram juntas. Já existia o grupo de mulheres que faziam pães para venda em Araraquara, quando tiveram o projeto para a construção do prédio da padaria, passaram a formalizar a associação:

*Eu quem fazia feira de horta, e quem fazia tinha o direito de levar pães, essas coisas. Aí, eu tinha um pedaço da minha banca pra mim e colocava esses produtos da padaria, também. A gente começou por aí! A gente trazia a caixa na cabeça até ali na igreja, eu e a Begônia. Deixava a caixa na minha casa por conta que no outro dia, eu pegava o ônibus de manhã e ia para a feira. Aí, era assim, vinha o caminhão da prefeitura, pesava as caixas de pão e pegava as verduras. No outro dia a gente ia de ônibus para ir fazer feira. A gente ia para a feira, ficava o dia inteiro na feira, vendia tudo, às vezes não vendia tudo, voltava com as coisas de pão pra casa. Nós fazíamos feira duas vezes por semana. Fazíamos no começo da semana e no sábado. Cada três meses trocava o dia. Às vezes você ia para o meio da semana. Aí foi aquela luta, e nós querendo sair da cozinha da escola e querendo ter uma cozinha nossa. Tinha dia que eu ia lá em Araraquara conversa com o Edinho, àquele tempo ele não era o prefeito, que*



**Foto 7:** Salgados produzidos pelas associadas da AMA

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.



*agora ele é prefeito de novo. Aí foi aquela luta para conseguir. Quando nós conseguimos, que vieram construir, tudo, aí agora estava construindo a padaria e nós não tínhamos uma associação. Aí os funcionários da prefeitura vieram, teve uma reunião conosco. Aqui, no barracão e falaram: “Olha quando a padaria tiver pronta vocês têm que estar com a associação pronta também, para nós administrar a padaria”. E foi aquela correria, minha filha. Tivemos que ver advogado, aí vinha, fazia uma ata, não era daquele jeito, aí passava para o outro dia, aí vinha de novo, passava no escritório, não era daquele jeito, tinha que fazer tudo de novo. Eu sei que enquanto eles estavam construindo a padaria, nós estávamos correndo atrás da papelada. Quando terminou a padaria, nós estávamos com a nossa associação já consumada. Mas foi sofrido, viu. Isso foi lá por 2003, 2004 (Azaleia, assentada associada à AMA, 26/03/2018)*

O relato dela expõe a persistência destas mulheres, que mesmo desconhecendo questões jurídicas sobre a formação de associações, se empenharam em conseguir documentar e registrar legalmente o grupo. Além do esforço cotidiano em carregar cestas de pães sobre a cabeça, para vendê-los na cidade. Outro ponto interessante revelado em sua fala, diz respeito à omissão e jogo de interesses por parte de políticos. Há anos elas pleiteavam pela construção da padaria, que lhes foi garantida, via Orçamento Participativo, por um prefeito de Araraquara, este terminou o mandato sem oficializar o projeto, e o prefeito posterior não deu sequência à construção:

*A padaria tem 10 anos, mas nós sofremos muito mais, porque, olha, quando o Edinho ganhou, ele ficou oito anos e ele entregou (a padaria) para nós no final do mandato dele. Daí, entrou o Marcelo Barbieri, o Marcelo ficou oito anos, mas só que esse um que ganhou, o Marcelo que entrou, abandonou nós, né? Nós ficamos abandonadas. Aquela cobertura que era para eles fazer, quem fez foi nós, aquela outra, foi nós que fez. Agora, que nem você vê, nós tivemos que fechar aquela área lá no fundo. Nós tivemos que fechar aquela área para nós abrir a porta. Você vê que nós só estamos com aquela porta. Nós não podemos ficar só com aquela porta ali. Você vê, tudo é porque o prefeito não nos ajudou (Azaleia, assentada associada à AMA, 26/03/2018).*

*Olha, quando começou o grupo de mulheres, tinha umas 20. Tinha bem mais mulheres, com o tempo, foram ficando poucas. Aí, vinha nas reuniões, marcava reunião, quando eu começo uma coisa, eu não gosto de faltar em nada, eu vim em todas. Depois começou a vir bastante curso da turma do ITESP, do SENAI, SEBRAE, tudo veio fazer o curso, aí a gente fazia os cursos tudo na cozinha da escola. Aí de tanto curso, resolveu passar para a padaria. Aí, nós ficamos na espera da padaria, a Azaleia ia lá, eu também, quando via as meninas (funcionárias da prefeitura) eu dizia: “Ah! nós queremos o nosso espaço, porque a gente estava na cozinha da escola. Para começar a gente foi pegar fiado lá em cima no Faria (supermercado do assentamento), porque tem uma venda lá em cima, né? A gente comprou as coisas à fiado, para fazer os pães e vender lá na ferinha, que a Azaleia estava fazendo feira aquele tempo, em Araraquara. Daí, nós fazíamos, a gente fazia ali duas vezes por semana, pegava a caixa na cabeça, às vezes levava para casa, às vezes pegava a carona aqui. Aí, nós falávamos, nós queremos nosso espaço, nós queremos nosso espaço. Aí demorou oito anos a gente esperando para construir aqui. Então, nós fazíamos os pães e levava na ferinha, e vendia junto com a verdura. E depois falaram que não podia ser pão junto com a verdura. Aí, foi quando construíram aqui e construíram lá também, atendia lá no terminal (Programa Direto do Campo), o nosso lugarzinho de vender na cidade de Araraquara (Begônia, assentada associada à AMA, 28/03/2018).*

Destaco a ênfase dada por Begônia ao mencionar a construção da padaria como “o nosso espaço”, configurando uma consciência da importância de terem seu trabalho especializado no assentamento. A persistência, a perseverança e a união solidária que mantinham foram elementos essenciais para permanecerem na luta, conquistando seus objetivos, mesmo quando tudo parecia desanimador:

*Desde o início, a gente lutou, a gente correu atrás da associação, a gente não entendia muito, fomos procurar as pessoas para ajudar a gente. Vinha em reunião, daí fazia uma coisa e estava errado, aí fazia tudo de novo. E as mulheres, como eu disse, eram bastante e devido à demora, que a gente demorou 8 anos, foram desistindo, não acreditaram, a maioria não acreditou. Aí, teve uma vez que ficou só eu e Azaleia mesmo, só nós duas. Só eu e ela. Aí, nós falamos: Não! Não vamos parar, não! Vamos confiar, e aí a gente continuou (Begônia, assentada associada à AMA, 28/03/2018)*

A associada mais jovem da AMA, não estava inserida no grupo durante as fases iniciais, mas também mencionou a luta vivida por suas companheiras:

*Eu sei que elas estão ali já há uns nove, dez anos. Elas começaram na escola, era um grupo de dezesseis mulheres se não me engano. E elas faziam pão ali na escola, né? A Begônia e a Azaleia eu sei que estão desde o início, a Amarilis (atual presidenta) entrou depois, porque eu acho que ela não era assentada desde o início. O tempo exato da associação eu não vou me lembrar agora, porque na verdade depois que eu tive a minha filha eu me afastei um pouco, né? Agora que eu estou fazendo a feira para elas de quinta-feira, indo vender. Mas eu sei que foi uma luta grande ali, que elas iam vender em Matão, em Araraquara as coisas, aí depois elas conseguiram o prédio ali pela prefeitura (Hortênsia, assentada associada à AMA, 28/03/2018).*

Hortênsia é a associada mais jovem da AMA, com 38 anos de idade. Ela é a única que possui Ensino Superior Completo, é formada em Administração. A história de Hortênsia é interessante, ela nunca teve vínculo com o rural, nasceu em Matão e cresceu em Araraquara. Até que conheceu seu esposo, que morava no assentamento, se casou com ele e decidiu viver no Monte Alegre com o marido e os sogros. Outro aspecto de destaque em sua fala é a questão da maternidade e como essa função reduziu a sua participação no grupo, já que com a criança passou a dedicar mais de seu tempo às tarefas domésticas.

As mulheres, na maioria das famílias, são as responsáveis, além dos trabalhos domésticos, também pelos cuidados de crianças, idosos e pessoas com problemas de saúde. Essa responsabilidade recai sobre elas quase que de modo natural, como uma condição inquestionável, e raramente ocorre a divisão entre os membros da família. Situação similar à de Hortênsia ocorre com Cravina:

*Foram muitas reuniões até que formou a associação. Eu não lembro se tinha vinte mulheres, eu sei que no fim ficou essas aqui mesmo. **Eu me mantive um pouco afastada na época porque eu cuidava da minha mãe, né? Ela morava comigo, aí, depois eu me afastei um pouco, porque ela teve AVC<sup>137</sup>. Então, eu me afastei das reuniões que tinham. Devido ao cuidado com ela, né?** Eu não tinha como ir, nessa época minha irmã não morava comigo, ela veio depois que minha mãe faleceu, para eu não ficar sozinha, que meu filho ia para faculdade à noite, aí foi que ela veio, fazem três anos. E faz sete anos que minha mãe morreu. Eu continuo na associação, mas eu não estou trabalhando mais lá, eu trabalhei até o ano passado, isso depois do falecimento da minha mãe porque até então, eu me dedicava mais a ela (Cravina, assentada associada à AMA, 26/03/2018).*

Ciclame está na associação há pouco tempo, ela integrou o grupo anteriormente, mas precisou se mudar para São Carlos. Após alguns anos, retornou para o assentamento, e passou a participar da associação. Sua inclusão foi discutida pelas integrantes, já que a mãe dela também é associada, e uma das regras estipuladas pelas assentadas era evitar que pessoas com laços de parentesco participassem da AMA.

137 Acidente vascular cerebral.

*Começou com os cursos, né? Aí, começaram a fazer curso de panificação ali na cozinha experimental da escola. E as mulheres viram que dava pra ganhar um dinheirinho, começaram a fazer os planos e logo quiseram montar a associação pra poder trazer alguma benfeitoria, né? Aí, as mulheres começaram a fazer, começou a planejar, e logo começou a associação (Ciclame, assentada associada à AMA, 27/03/2018).*

Como dito anteriormente, a maioria das associadas não trabalha diretamente na padaria, mas são colaboradoras, inclusive, contribuindo financeiramente, como é o caso de Gérbera:

*Eu sou associada, mas assim, eu sou só lucrativa, a que contribui financeiramente, porque não tem nem como eu ajudar elas, né? Mas assim, você sabe quando você vê, as coisas vão, e as mulheres não desistindo e a gente sempre trabalhando, geração de trabalho e renda e hoje está a Padoka (apelido da padaria dado por ciclistas que a frequentam), né? **A Padoka hoje está bem famosa, eu não sei se você sabe, ela pegou uma fama bem grande através dos ciclistas, né? E hoje o ponto deles é a Padoka.** Eu admiro muito que elas foram muito resistentes, sabe? Vendia um pão voltava, com aquela cesta. O circular tinha dia que não passava, então perdia toda aquela produção, delas, sabe? **E na época, no começo não tinha nada dessas coisas industrial, era tudo manual era tudo no braço, amassava mesmo, e hoje não, hoje tem tudo, tem equipamentos, hoje tem uma conquista!** Eu lembro que eu fui junto com a Amarílis, a gente foi para São Paulo receber os equipamentos da esposa do Alckmin (governador de São Paulo) na época. Então, é assim, hoje a gente vê que nós não podemos desistir dos nossos sonhos, da gente, né? Temos que estar firmes, se hoje você tropeçou, amanhã você levanta e vai atrás de novo, e elas foram muito guerreiras, nenhuma desistiu, sabe? Teve só uma que desistiu, e ficaram em três, depois chegou à Amarílis. **A Padoka estava esperando mais uma integrante que chegasse e arregaçasse as mangas e falasse: “Não, vamos continuar!”** E hoje tá aí, essa tal da Padoka (Cravina, assentada associada à AMA, 29/03/2018).*



Gérbera traz em seu relato, bem como as demais mulheres, as dificuldades vivenciadas para a consolidação da associação, mas em sua fala podemos notar outros aspectos. Um deles refere-se à popularidade da padaria, atribuída aos(as) ciclistas que são seus fiéis clientes, e que apelidaram o espaço como “Padoka” (painel fotográfico 7). O assentamento Monte Alegre possui algumas amenidades físicas, tais como rios, cachoeiras, com paisagens interessantes, tornando-o um ponto atrativo para os investimentos em turismo rural e a inclusão no percurso de vários grupos de ciclistas, que inclusive fazem premiações de campeonatos na padaria. A amizade com os(as) ciclistas gerou uma nova dinâmica para o assentamento, a AMA e a



**Painel Fotográfico 7:** Relação da AMA com os grupos de ciclistas

Fonte: fotos cedidas pelas participantes e registros de trabalho de campo, 2018.



Padoka. A parceria entre este grupo e as associadas é tão grande que as ajudaram a comprar e instalar equipamentos de segurança, quando a padaria foi invadida e assaltada. Essa relação será explorada no sexto capítulo.

Outro ponto pertinente na fala de Gérbera é a questão da entrada de uma nova integrante e atual liderança da associação, Amarílis. Percebo através destas associações e de outras já estudadas ao longo da trajetória de pesquisa, a importância de uma direção empenhada na busca por melhorias para o grupo, que tenha capacidade de organização, criatividade, empatia, mas que também seja respeitada e tenha sua atividade legitimada pelas demais integrantes.

Apesar de apenas quatro associadas trabalharem mais diretamente na padaria, em algumas ocasiões, as mulheres contratam outras assentadas para as ajudarem, geralmente quando há algum evento, ou em dias de grande movimento de clientes, como relata Calêndula, associada colaboradora de 59 anos de idade.

*Pelo que sei de quando a associação começou, as que estavam desde o começo são só a Azaleia e a Begônia. As assentadas estavam trabalhando com a terra, mesmo. Aí, aquela época era mais difícil, né? Elas eram tudo família grande, tirar o sustento só da terra, né? Depois que teve a escola. Antigamente nós falávamos grupo escolar, aí a prefeitura construiu tudo para dar a escola para as crianças do assentamento. Aí, com o tempo que eu soube, que eles liberaram pra elas terem uma rendinha, uma coisa que elas sabiam era trabalhar na cozinha da escola. Começaram a fazer pão, e elas iam levando assim, né? Que eu sei foi assim que começou, né? Daí, com o tempo, a prefeitura viu que elas iam para frente, cedeu o espaço que é delas hoje. Eu entrei na padaria quando elas me convidaram, a padaria já estava com sete anos na época, né? Que trabalham mesmo na associação é sempre de quatro a cinco pessoas. Hoje elas estão em quatro: Amarílis, Begônia, Azaleia e Ciclame. A Ciclame entrou no meu lugar. **Quando o fim de semana está muito agitado, com movimento, se tem algum evento, algo assim, elas contratam alguém para ajudar, às vezes vou eu e mais duas para ajudar. O movimento é grande sábado e domingo** (Calêndula, assentada associada à AMA, 28/03/2018).*

No que tange às redes de sociabilidade é interessante destacar que as mulheres produzem em seus lotes uma parte da matéria-prima utilizada nos projetos agroindustriais, ou compram de famílias vizinhas, também assentadas. É um trabalho que integra a produção agrícola, o processamento e a venda, está permeado de relações de vizinhança e amizade, que reforçam os laços comunitários (TEIXEIRA, 2016).

De acordo com a analista de desenvolvimento agrário do ITESP que concedeu entrevista, no setor VI do Assentamento Monte Alegre, existiram outras associações, mas ao longo do tempo, encerraram as atividades. A única que prosseguiu e resistiu foi a AMA. Quando a questioneei sobre quais mudanças ela observou no comportamento dessas mulheres, ela respondeu:

*Elas são mulheres diferentes, sabe assim, de empoderamento mesmo, de vida, de direitos e posição enquanto mulher é exatamente assim que eu vejo nelas a mudança. Tem umas que nunca saíram do lote e com essa participação de ir para cidade, para feira, houve uma mudança, enquanto pessoas mesmo (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara, 26/03/18).*

Nos trabalhos de campo, tive a oportunidade de entrevistar uma pessoa externa ao assentamento que ofereceu bastante apoio para a formalização da AMA, a pedagoga e professora

de Ensino Fundamental da escola do Assentamento Monte Alegre. Ela acompanhou a formação da associação, prestando apoio à serviços jurídicos, redação de projetos, e inclusive, tornou-se associada, para ajudá-las com a obtenção do CNPJ, além de tê-las auxiliado com a formalização de pedidos de equipamentos, e a diversificação de receitas para os produtos.

*A formação da associação, foi primeiro pedido para o prefeito, né? Que ele pensasse na situação delas, que não tinham renda nenhuma; e que na época a terra era ainda infértil, porque a plantação de eucalipto acabou com a fertilidade do solo aqui, e eles não tinham dinheiro para recompor esse solo. Então, as mulheres queriam uma forma de ajudar as famílias, com a renda familiar, que era mínima. Aí, a prefeitura pensou no caso e fizemos uma reunião aqui de Orçamento Participativo para tentar aprovar essa construção, esse trabalho coletivo. Seria baseado no trabalho coletivo. Um empreendimento coletivo, não seria particular, a ideia era juntar o máximo de mulheres e pensar num empreendimento coletivo. **O orçamento participativo foi aprovado e foi construída a padaria. Daí houve a necessidade da parte burocrática. Elas não são muito letradas, a maioria mal sabe escrever o nome. Então, elas precisavam de alguém que orientasse nessa parte e eu fui escolhida porque eu já vinha entrosada com elas por causa de um curso de pintura em tecido que eu dava para elas. Então eu fiz essa parte burocrática.** A gente se reuniu, pensamos no nome, demos esse nome AMA, depois nos reunimos várias vezes para decidir os estatutos da associação, para entrar com toda essa documentação, toda essa papelada, reportar a condição de associação para a retirada do CNPJ, porque caso contrário, a associação não poderia funcionar. **A gente se reuniu várias vezes, pensando nesse estatuto para conduzir para o escritório. Pensando qual cláusula seria compatível com as nossas ideias, com o nosso lugar, o nosso povo, com as mulheres que iam participar disso.** E aí, diante disso nós fizemos a lista de associadas. Depois, enquanto isso a construção foi ficando pronta. Nós pensamos em equipamentos. Não adianta ter o espaço da cozinha e não ter o equipamento. Aí o prefeito também colaborou bastante, e equipou, não assim no luxo, nem tudo, mas com o necessário, que seriam os fornos e as assadeiras. E pelo menos um balcão, né? **E eu entrei como associada e permaneci por muito tempo, fiz alguns trabalhos de ajuda nas receitas, não mão na massa, mas dando receitas, diversas receitas para elas diversificarem os produtos** (Professora da Escola de Ensino Fundamental do Monte Alegre, 29/03/2018).*

A professora afirmou que, mesmo com a associação já formada e a padaria construída, o início dos trabalhos foi difícil, ainda não foi o suficiente para que as mulheres obtivessem renda. E surgiu então, a ideia de conciliar a produção de hortaliças nos lotes e a fabricação dos itens na padaria. Foi nesse momento que apareceu a oportunidade de comercialização no ponto do terminal urbano, já comentado:

*E aí, elas estavam vendendo isso aqui, mas era uma coisa muito pouca, muito limitada, muito pequena porque o povo daqui também não tinha dinheiro. Então foi feita uma reunião, o prefeito concordou em abrir um espaço pra elas venderem os pães artesanais delas lá no terminal de integração. E depois que tivessem as verduras, também formassem bancas no terminal de integração pra elas escoarem os produtos delas, isso ajudou bastante porque saiu daqui. **Elas passaram a viver um outro espaço que ajudou no conhecimento, no interagir com outras pessoas que não eram daqui, né? No interagir com a cidade.** E isso ajudou bastante elas, muito. E elas foram crescendo (Professora da Escola de Ensino Fundamental do Monte Alegre, 29/03/2018).*

Outros aspectos mencionados pela professora, que merecem ser destacados dizem respeito à publicidade do cotidiano, feita sobre os produtos e o trabalho dessas mulheres, isso foi ampliado com a venda nas feiras e pontos urbanos de Araraquara, tornando-se conhecidas para além do assentamento, inclusive contando com o apoio de pessoas ligadas às universi-

dades. Elas alcançaram grande crescimento, ganhando premiações:

*E aí faziam propaganda também. Começava no terminal e daí as pessoas da prefeitura iam falando. Boca à boca. Até combinou com alguns saraus da biblioteca em que elas levavam os produtos delas para serem vendidos para as pessoas na biblioteca municipal, para as pessoas experimentarem. Os produtos são muito bons. Aí, depois elas também foram ajudadas com um empurrãozinho da Vera Bota Ferrante, professora da faculdade, que também foi vereadora. E também organizaram outros eventos, a Vera passou a chamar elas para entrar com os produtos delas no café da manhã ou no lanche da tarde, e aí elas foram crescendo. E elas cresceram de um jeito tal que de repente, eu fiquei com medo porque elas participaram de um concurso, ganharam até 5 mil. Aí, com receio de haver problemas porque eu estava associada, mas não era assentada, então me desvinculei. Mas se elas precisarem de minha ajuda em alguma questão eu colaboro, só não posso mais constar como associada (Professora da Escola de Ensino Fundamental do Monte Alegre, 29/03/2018).*

Ao ser questionada sobre quais mudanças ela visualizava na vida das associadas após os anos de trabalho com a padaria e demais projetos, ela afirmou que o desenvolvimento das mesmas vai além do âmbito econômico, comparando a evolução destas mulheres com o voo de pássaros:

*No financeiro foi um crescimento vertiginoso porque olha, aqui dava dó, eu ensinava pintura para elas, mas eu comprava tudo, pano, tinta, fazia voluntariamente porque elas não tinham condições. E hoje eu vejo que elas cresceram também além do financeiro, porque muitas ainda têm as bancas de verdura, além dos pães artesanais. **Elas cresceram muito na convivência, no desenvolvimento cultural. Nossa! O que elas cresceram nessa visão cultural foi muito grande! Porque aqui, quando elas viviam nesse mundinho aqui elas não tinham visão para mais nada era só o mundinho aqui. Praticamente elas voaram como gaivotas.** E isso foi um crescimento cultural muito grande, elas passaram a conviver na integração, passaram a conviver lá no museu da ferrovia. Passaram a ir nesses eventos, de saraus, de encontros com palestrantes da UNIARA, da UNESP. Elas cresceram uma barbaridade! (Professora da Escola de Ensino Fundamental do Monte Alegre, 29/03/2018).*

Ela ainda observou mudanças práticas nas associadas, uma capacidade maior de lidar com as atividades de comércio, como fazer contas, lista de produtos a serem comprados ou solicitados aos fornecedores e em termos de oratória.

*No trabalho delas, hoje elas sabem mexer com arquivo, hoje elas sabem anotar uma lista de produtos, anotar o que a pessoa comprou e quanto ela ficou devendo. **Desenvolveram que é uma barbaridade, sem frequentar escola.** Isso é da vivência. Na maneira de falar também, porque aí, depois dessa interação com pessoas de nível escolar mais avançado, elas procuraram desenvolver também a fala delas. Isso ajudou bastante. Você não imagina como elas cresceram! (Professora da Escola de Ensino Fundamental do Monte Alegre, 29/03/2018).*

No próximo capítulo, há a abordagem do processo de constituição do Assentamento Gleba XV de Novembro e da OMUS, a outra associação pesquisada.



**O Assentamento  
Gleba XV de  
Novembro e a  
formação da OMUS:  
entre usinas e  
hidrelétricas um  
pedaço de chão**



Ilustração: Stephanie Dower

**Eu cato papel, mas não gosto.  
Então eu penso:  
Faz de conta que eu estou sonhando.**

**Carolina Maria de Jesus**

## 5.1

# O contexto de formação do Assentamento Gleba XV de Novembro

**O** Assentamento Gleba XV de Novembro é o mais antigo do estado de São Paulo em termos de implantação, seu surgimento permeia conflitos sociais por conquista pela terra, moradia e trabalho. É um projeto que afirma a importância e efetividade de políticas de assentamentos rurais (RIBEIRO, 2015).

A microrregião de Presidente Prudente, localizada nas proximidades do Rio Paranapanema, no oeste do Estado de São Paulo, é onde existe o maior número de assentamentos rurais no Estado (RIBEIRO, 2015), como se pode verificar no mapa 6. Esta região é fronteiriça, localizada na extremidade de São Paulo, fazendo divisa com os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná (ALMEIDA, 2016).

Durante muito tempo, pouco se sabia sobre essa região, mas tornou-se nacionalmente conhecida quando nos anos 1990 esteve em manchetes de jornais ilustrando os conflitos entre os sem-terra e latifundiários-grileiros (BOTELHO, 2006).

*Na verdade, a ocupação do Pontal foi, sobretudo, uma ação de grilagem de terras. Ao contar com a conivência de políticos de um lado, e o descaso do Estado, de outro, os grileiros se apropriaram da natureza e do trabalho, rapinaram a terra e a vida, controlando o território, explorando trabalhadores, destruindo reservas florestais, foram os senhores do território e da política. A conquista da terra pelos grileiros-fazendeiros dava-lhes um poder quase ilimitado na região, representado pela influência política e prestígio, que lhes garantiu durante muito tempo uma certa intocabilidade (BOTELHO, 2006, p. 60-1).*

A microrregião de Presidente Prudente abrange 30 municípios, quais sejam: Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Pirapozinho, Martinópolis, Álvares Machado, Teodoro Sampaio, Santo Anastácio, Regente Feijó, Mirante do Paranapanema, Rosana, Presidente Bernardes, Euclides da Cunha Paulista, Tarabai, Taciba, Cuiabá, Marabá Paulista, Indiana, Narandiba, João Ramalho, Sandovalina, Caiabu, Alfredo Marcondes, Anhumas, Piquerobi, Emilianoópolis, Santo Expedito, Estrela do Norte e Ribeirão dos Índios.

De acordo com Mazzini (2007, p. 95):

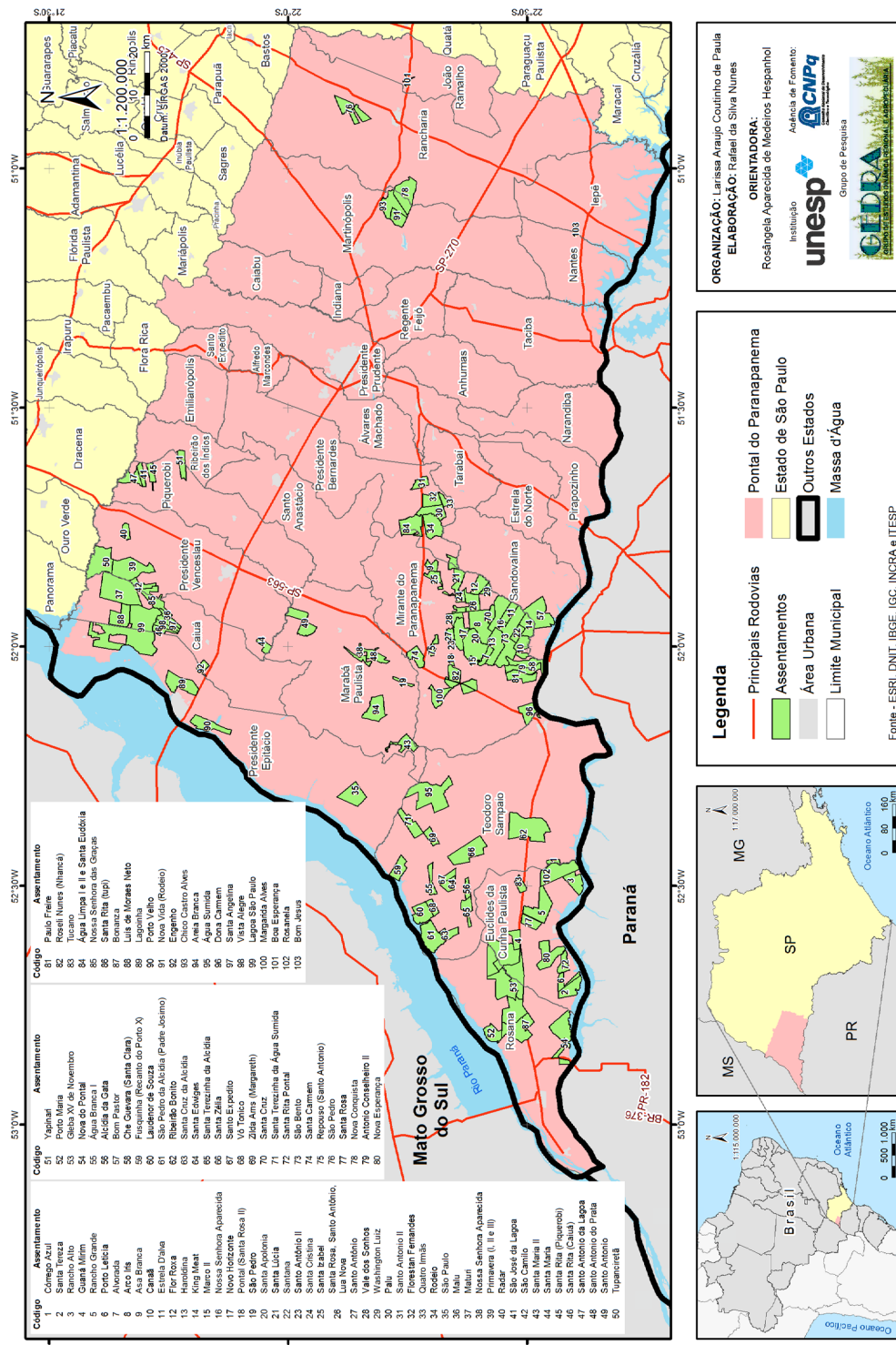
*Em todo o processo de regionalização oficialmente implantado pelo Estado para fins administrativos de planejamento e de gestão de suas políticas setoriais de desenvolvimento, principalmente a partir de 1967, o Pontal do Paranapanema não configurou como uma região programa, pois ora incluía um grupo de municípios ora os mesmos acrescidos de mais alguns.*

Assim, apesar de o Pontal ser considerado uma região, em termos de administração estatal, nunca foi delimitada. Todas as definições mantinham a área como subordinada ao município de Presidente Prudente. Tanto o Pontal do Paranapanema quanto o Vale do Ribeira, que possuem conflitos de regularização fundiária, foram consideradas as “regiões problema” do Estado, áreas que deveriam receber políticas de promoção para incentivar a urbanização e dinamizar a economia, através do setor terciário e secundário, com atividades agropastoris e de turismo (FELICIANO, 2009).



A estrutura fundiária da região, altamente concentrada, baseou-se na grilagem de terras públicas, com a apropriação indevida de enormes porções de terra com documentação falsa. Após a luta de trabalhadores rurais, se tornou a área do Estado com o maior número de assentamentos rurais (CAVALHO, 2004).

Mapa 6: Assentamentos rurais localizados no Pontal do Paranapanema



Os sujeitos da história do Pontal são os fazendeiros e os(as) trabalhadores(as) rurais – arrendatários(as), meeiros(as) bóias-frias e outros(as). Tais trabalhadores(as) são oriundos(as) de um processo de migração e imigração que cresceu a partir da década de 1940, quando a área começou a ser mais densamente ocupada (SOUZA, 1994, p. 115).

As terras do Pontal do Paranapanema começaram a ser griladas na segunda metade do século XIX, com a formação do grilo fazenda Pirapó-Santo Anastácio, numa área de 238 mil alqueires, e assim os grileiros seguiram o processo político de assenhoreamento de terras devolutas do Pontal. O Estado tentou barrar a grilagem de terras, mas não conseguiu. Isso sem mencionar na destruição das áreas florestais que ainda restavam na região. A situação começou a mudar somente após as ocupações de terras por movimentos sociais, principalmente a partir de 1990 (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

O “sertão de terrenos desconhecidos” como era chamado o Pontal do Paranapanema teve muitas tentativas de reconhecimento de registros de terras pelo Estado, porém nenhuma foi aprovada, já que os títulos sempre tiveram sua origem questionada (FELICIANO, 2009). De acordo com Mazzini (2007), entende-se por terra devoluta aquela que não está em domínio particular em virtude de um título legítimo, seja por alienação, concessão, recolhimento por parte do Estado, sentença judicial com força de coisa julgada, ou por força de sentença demarcatória, ou seja, é uma terra para a qual não há constatação de cessão pelo Estado, sendo considerada terra de domínio público.

Segundo Leite (1998), a ocupação territorial do Pontal do Paranapanema ocorreu com o desmatamento agressivo da vegetação local, gerando grandes problemas ambientais que permanecem até a atualidade. Ademais, questões sociais também foram desconsideradas. Os índios Kaiowá e Kaingang foram expulsos de suas terras e exterminados pelos invasores. Os latifundiários também contrataram jagunços para matar posseiros(as).

O povoamento da região aconteceu com a implantação da Estrada de Ferro Sorocabana. Os trilhos só chegaram na região em 1917, mais precisamente em Presidente Prudente, município sede da região. A produção de café e a extração de madeira mantiveram-se em alta até 1940, quando foram substituídas pelo algodão e pecuária (LEITE, 1998). As ocupações e, conseqüente, a criação de assentamentos no Pontal do Paranapanema reverberou efeitos positivos, tais como o crescimento populacional de municípios e impactos socioterritoriais relevantes (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

Por estar geograficamente situada na confluência dos rios, o município de Rosana está no entremeio de duas usinas hidrelétricas, uma abarcando o rio Paranapanema e a outra o rio Paraná. Em meados dos anos 1970, o governo do Estado de São Paulo influenciado pela política energética e de industrialização dos militares decidiu construir usinas hidrelétricas e uma usina de álcool na região, o que a princípio parecia positivo, haja vista a quantidade de empregos gerados e o aumento demográfico. Mas, os problemas que eclodiram posteriormente, foram o estopim que movimentou o início da luta pela terra no Pontal do Paranapanema (BOTELHO, 2006).

Vale mencionar que também na década de 1970 foi criado o Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, uma política da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Essa política foi a responsável pela construção dos empreendimentos já citados. Isso gerou uma modificação da configuração regional, com a construção de vilas-pilotos para as famílias de trabalhadores(as), estruturação do setor de serviços, construção e pavimentação de estradas, entre outros (BOTELHO, 2006).

A questão jurídica de terras no Pontal do Paranapanema é antiga, desde o início dos anos 1960, mas apenas nos anos 1970 é que surgiram confrontos mais diretos entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra e latifundiários. Os conflitos tiveram como motivação a questão de contratos de arrendamento e parceira. Ao findar os contratos, muitos trabalhadores decidiam permanecer nas fazendas, estimulados pela disputa das terras entre governo do estado e fazendeiros. Os(as) trabalhadores(as) eram então ameaçados de morte e suas lavouras e casas destruídas, além de receberem liminares judiciais com ordem de despejo. Estes confrontos só não despontaram naquele momento devido aos investimentos públicos que acabaram desmobilizando os(as) trabalhadores(as) rurais. A construção de usinas hidrelétricas e usinas de álcool, na época, ao empregarem mão de obra também reduziram a tensão (SILVEIRA *et al*, 1993).

Silveira<sup>138</sup> *et al* (1993) descrevem com detalhes a origem dos(as) trabalhadores(as) que se uniram à luta pela terra:

*Entre os trabalhadores acampados, cerca de 46,50% eram desempregados das obras das empreiteiras da CESP (Camargo Correia, C. B. P. O. e Mendes Junior) e de outras empresas subempreiteiras; 37,50% eram trabalhadores temporários, despedidos da Destilaria de Alcool Alcídia e, 16,00% eram de Ilhéus e Ribeirinhos, posseiros, parceiros e arrendatários desabrigados da última enchente do Rio Paranapanema, e que estavam temporariamente abrigados nos centros comunitários e albergues dos Distritos de Rosana e de Euclides da Cunha Paulista ambos no município de Teodoro Sampaio (SILVEIRA, 1993, p. 3).*

Corroborando a citação acima, Souza<sup>139</sup> (1994) afirma que, em dezembro de 1982, ocorreu uma grande enchente dos rios Paraná e Paranapanema, deixando a população que vivia às margens dos rios desabrigadas. Elas foram acolhidas em centros comunitários de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, sob a assistência da Defesa Civil e da Secretaria da Promoção Social.

Em entrevista realizada com um técnico do ITESP de Rosana, ele descreveu com detalhes o processo de ocupação que deu origem à Gleba XV de Novembro.

*O Gleba XV começou em 1985. No governo Montoro foi feita a desapropriação de várias fazendas aqui na época. Um pessoal que estava acampado aqui na região no momento, praticamente não existia Movimento Sem Terra, era mais pessoal que se formava mesmo e sindicatos. Na fase da Gleba XV de Novembro teve um desemprego muito grande por causa da usina hidrelétrica. Em 1985, foi um pessoal, formado por muitos desempregados da usina hidrelétrica Sérgio Motta e da usina hidrelétrica Porto Primavera, tanto é que a gente tem muitos assentados que eram carpinteiros, pedreiros, que trabalhavam nessa área nas usinas. Foi feita a desapropriação de várias fazendas nessa fase, a Cesp ajudou muito eles, no acampamento. A Cesp deu condições para eles na época do Governo Montoro tudo, né? E foi feito a desapropriação de várias fazendas, quase 5, 6 fazendas foram desapropriadas, para assentar. São 571 famílias a Gleba XV de Novembro, só no município de Rosana nós temos 630, que chega até o município de Euclides da Cunha, a Gleba XV de Novembro. Mas foi um momento muito difícil, porque chegou energia, por exemplo para eles em 1996, na época do governo, a transição do governo Fleury para o governo Covas que chegou a energia. Praticamente no governo estadual do Quéricia e do governo Fleury, ficaram 8 anos sem energia, sem crédito. O pessoal ficou mesmo praticamente abandonado na época, né? Aí, chegou energia depois de qua-*

138 Fátima Rotundo da Silveira geógrafa, atuou como docente dos cursos de Geografia e Pedagogia da UNESP de Presidente Prudente.

139 Maria Antonia de Souza, geógrafa, doutora em Educação, docente da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

*se 10 anos. Foi chegar energia em 1996, numa parceria com o Estado, com a prefeitura, com eles já assentados. Então, hoje por exemplo, para ter uma ideia, o assentamento Porto Maria com 1 ano já chegou energia, através do “Programa Luz para Todos”, já chegou recurso para construção de casa, já chegou estrada, já chegou crédito. Então, a visão que tem hoje dos assentamentos é que tem mais condições hoje do que se tinha em 1985, há 30 anos atrás, né? O pessoal sofreu muito, só ficou mesmo aquelas famílias que conseguiram ficar ali 10 anos sem energia batalhando (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).*

Anteriormente, o sistema de colonato era comum na região, no qual os fazendeiros contratavam uma família para cuidar de uma plantação, geralmente de café, e pagavam mensalmente; com o declínio das lavouras de café, cresceram os vínculos de arrendamento (ALMEIDA, 2016).

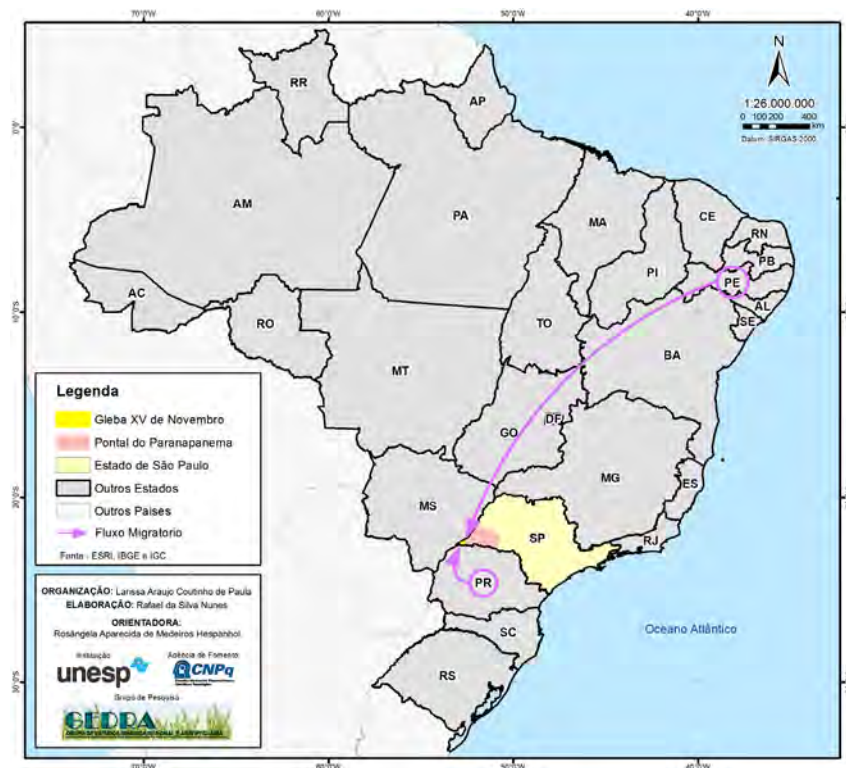
A Gleba XV de Novembro, localizada entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, teve a portaria de criação pelo Itesp em 1998, mas foi iniciado em março de 1984 (RIBEIRO, 2015). No município de Rosana, além do Gleba XV de Novembro, existem mais dois assentamentos: Nova Pontal e Bonanza, ambos implantados em 1998 (BOTELHO, 2006).

Monbeig (1984) explica que a colonização do Pontal do Paranapanema, onde já viviam grupos indígenas que foram violentamente dizimados, teve início nos primeiros anos do século XX, com famílias vindas do leste do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, além de estrangeiros(as), como italianos(as), japoneses(as) e espanhóis/espanholas. Feliciano (2009) afirma que o processo de destruição do território indígena, a disputa entre posseiros(a)s e o processo de grilagem de terras ocorreram simultaneamente.

Em relação à origem das famílias assentadas, 46% vieram do Nordeste, sendo 11,3% da Bahia, 11,11% de Pernambuco, 8,1% de Alagoas, 7,2% de Sergipe e 6,9% do Ceará; 35% são do Sudeste, 24,9% de São Paulo, sobretudo de municípios como Presidente Prudente e Teodoro Sampaio; e 12% de municípios de Minas Gerais (ROTUNDO *et al*, 1993).

*As características mais marcantes dos assentamentos são: migração, em sua maioria da região nordestina do país, passando por diversas cidades, ou seja, a migração era uma constante na vida dessas pessoas. Recentemente, eram assalariados(as) temporários(as), apenas a minoria trabalhava nas áreas ribeirinhas. São pessoas que sempre estiveram excluídas dos meios de produção, sempre estiveram subordinadas a interesses diferentes dos seus (SOUZA, 1994, p. 121).*

Foi possível verificar por meio das entrevistas realizadas com as associadas da OMUS, que a maioria delas é oriunda dos Estados de Pernambuco e Paraná (mapa 7).



Mapa 7: Fluxo de migração das associadas da OMUS

Já no que diz respeito às ocupações anteriores à implementação do assentamento, 60% eram assalariados(as), sendo: 35,2% assalariados(as) rurais temporários(as), 9,2% assalariados(as) rurais permanentes e 6,4% assalariados(as) urbanos(as) temporários(as) (ROTUNDO *et al*, 1993).

*A presença de um grande número de ex assalariados é indício de que muitos já tinham morado na cidade, pois o aumento do assalariado no campo, a partir da década de 60, foi acompanhado de um intenso êxodo rural, muitos trabalhadores passam a trabalhar no campo e a morar nas periferias das cidades (ROTUNDO *et al*, 1993, p.8).*

Isso era comum porque nas décadas de 1970 e 1980 durante a implantação do modelo agropecuário atual, houve o maior índice de decréscimo da população rural, elevado o êxodo rural. Os municípios do Pontal do Paranapanema perderam população, sobretudo das áreas rurais. As ocupações de terra possibilitaram o retorno de milhares de famílias ao campo (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

A construção de usinas hidrelétricas e de álcool, em meados dos anos 1970, empregou cerca de 30.000 trabalhadores(as), até que no período entre 1982 a 1983 houve uma desaceleração nas obras e demissão em massa. Esses(as) trabalhadores(as), recusando-se a migrar com suas famílias em busca de novas formas de sobrevivência, decidiram se unir na luta pelas terras devolutas do Pontal do Paranapanema (ROTUNDO *et al*, 1993; RIBEIRO, 2005).

Ao término das obras realizadas pela Companhia Energética de São Paulo (CESP), uma série de problemas sociais se agravaram na região: o desemprego e a perda de casas de inúmeras famílias que ficaram desabrigadas em decorrência do enchimento das represas das usinas hidrelétricas de Rosana e Porto Primavera. Isso resultou na ocupação organizada de terras por movimentos sociais e após anos de luta, o Governo do Estado de São Paulo



criou o decreto 22.034/84 e desapropriou uma área de 15.000 hectares de dezessete fazendas. Nessa área foi instalado o Assentamento Gleba XV de Novembro, beneficiando mais de 500 famílias (RIBEIRO, 2015).

No dia 15 de novembro de 1983, aproximadamente 800 trabalhadores e trabalhadoras, vindos(as) de municípios como Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, entre outros municípios de São Paulo e do Paraná, de Minas Gerais e de Estados do Nordeste, ocuparam as terras das fazendas Tucano e Rosanela, em Teodoro Sampaio, reivindicando a sua desapropriação. Esta foi a primeira ocupação organizada de terras no Pontal do Paranapanema (ROTUNDO *et al*, 1993; ITESP, 2015).

No dia 16 de novembro de 1983, um dia após a ocupação, assim que o movimento foi veiculado na imprensa, os proprietários das fazendas entraram na justiça com pedido de despejo e reintegração de posse, o juiz de Teodoro Sampaio considerou os documentos insuficientes para atender ao pedido dos fazendeiros. Porém, em outra sentença, do dia 21 de novembro, o juiz concedeu a liminar favorável a eles (BOTELHO, 2006). Assim os(as) acampados(as) foram despejados(as), as famílias saíram pacificamente das terras (ROTUNDO *et al*, 1993).

Temendo que fossem desalojados(as) por outra decisão judicial favorável aos fazendeiros, e em acordo com os policiais, os(as) acampados(as) retiraram-se da fazenda permanecendo às margens da Rodovia Arlindo Bétio, SP 613, entre os quilômetros 23 e 29, por seis meses. Posteriormente, em março de 1984, acamparam em área provisória cedida pela Companhia Energética de São Paulo (CESP), próxima à Vila de Primavera (ITESP, 2015).

Esse período na área da CESP é chamado pelos(a)s assentados como emergencial ou “alqueire e meio”, uma parcela de terra que as famílias recebem para ficar temporariamente. As famílias permaneceram neste local até irem para os lotes definitivos, em 1986. Apesar do caráter de provisoriedade, ao menos tinham uma área para iniciar suas plantações (ALMEIDA, 2016).

O governo de São Paulo, pressionado pelo acirramento da questão fundiária e buscando desviar focos de tensão, assinou a desapropriação da área em 23 de março de 1984. Foram os primeiros decretos de desapropriações de terras para a reforma agrária no Estado de São Paulo (BOTELHO, 2006).

*A desapropriação de terras públicas em áreas de reserva florestal (a Gleba XV de Novembro está localizada no perímetro da reserva Florestal Morro do Diabo) que gerou a imediata reação dos latifundiários. Reunidos em Presidente Prudente, no dia 13 de julho de 1984 se manifestaram publicamente contra as ocupações de terras, não apenas no território paulista, como em outras regiões do país, além de condenarem o precedente aberto pelo governo paulista. Consta ainda, que nessa reunião 18 latifundiários (cujas terras foram alvo de desapropriação), declararam guerra aberta ao Estado, que teve de recorrer ao uso de aparato policial na fase de demarcação das terras, a fim de assentar os acampados (BOTELHO, 2006, p. 71-2).*

Ainda sobre o acampamento, as memórias das assentadas pairam sobre os barracos de lona. Por mais que a luta pela terra fosse de toda a família, era comum que o marido viesse para as áreas de ocupação antes da esposa e dos filhos. Assim, inicialmente, o acampamento era majoritariamente masculino, porém, isso não significa que as mulheres não tiveram participação neste importante momento da luta pela terra. Elas atuavam no cotidiano, na manutenção da ordem do espaço do acampamento, preparação da alimentação, limpeza dos barracos, lavagem de roupas, cuidados com as crianças, além de também participarem



das reuniões de decisões, mas, geralmente, eram os homens quem transitavam na esfera pública, dialogando com agentes políticos, liderando negociações (ALMEIDA; RAMIRO, 2016; RAMIRO, 2016).

Fato é que as mulheres estiveram desde as primeiras ocupações envolvidas na luta pela terra no Pontal do Paranapanema, mas somente na segunda metade da década de 1990 se observa uma maior intensificação de pesquisas que as incluíssem nas análises. Deve-se ressaltar que esta divisão sexual, no caso da Gleba XV, permaneceu após a instalação do assentamento, porém, há fissuras, nas quais as mulheres criaram oportunidades para adentrarem no espaço público, como será exposto no próximo tópico, quando tratarei sobre a OMUS.

Nas entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo foi possível corroborar muitas informações obtidas por meio da revisão bibliográfica, como demonstram os depoimentos. Uma das entrevistadas, Torênia, de 45 anos de idade, vive no assentamento há mais de trinta anos. Seus pais migraram do Nordeste para a capital paulista, migrando novamente para a ocupação de terras no Pontal. Assim como ela, outras entrevistadas relataram suas lembranças sobre este período de luta:

*Nossa! Nós passamos por tantas dificuldades, a gente veio de São Paulo, meus pais vieram jovens, de Pernambuco para cá. Aí, eles ficaram um tempo aqui e logo foram pra São Paulo e quando eu estava com 12 anos eles vieram para cá para o acampamento dos sem-terra. Era sofrido, mas graças a Deus conseguimos vencer e pegamos as terras aqui. Foi muita luta, muita luta, muito sacrifício. Não chegamos a passar fome porque recebíamos ajuda, cesta básica, essas coisas (Torênia, assentada associada à AMA, 25/04/2018).*

*Eu sou assentada aqui na Gleba XV há uns trinta anos, desde o começo. Foi muito sofrido, a gente ficou na beira da pista, não me lembro bem o tanto, mas me parece que foi oito ou nove meses. **E lá, os “tiquinho” de comida que aparecia era uma “xicrinha” de arroz para um, uma “xicrinha” de óleo para outro e era assim, e fomos levando a vida, assim. Tinha dia que não tinha nada para a gente comer.** Lá no assentamento, que a gente ia buscar palmito de coqueiro velho para dar para as crianças, porque não tinha nada para dar. Aí, nós mudamos para o um “alqueiro e meio”, a primeira terra que a gente pega, né? Ficamos lá, plantamos terra um ano, aí, foi lá e foi cá, viemos para a terra definitiva. Mas a **nossa vida foi muito sofrida para chegar até aqui.** Agora não, graças a Deus, agora nós já estamos mais apoiados. **Sofre, bem verdade porque o pobre sempre sofre.** Mas nós já estamos assentados, já estamos apoiados. **No começo tivemos uma ajudinha do Estado, uns financiamentos, umas coisas para ajudar; aí nós fomos levando a coisa para frente** (Prímula, assentada associada à OMUS, 25/04/2018).*

*Quando começou, meu pai veio para esse acampamento na beira da rodovia, lá no pontilhão e ele ficou três anos aguardando sair a terra, aí ele trouxe a família. A gente tinha ficado na fazenda, daí ele trouxe nós, aí ele voltou e foi trabalhar na usina pra manter a família, e por fim, ele ficou três anos no acampamento, daí fomos para terra do emergencial, foi quando ele trouxe a família e foi quando ficamos sete anos no barraco de lona. **A alimentação era muito difícil, faltavam as coisas porque tinha que trabalhar na diária da usina, para poder manter a família, a gente plantava roça, mas era pouco** (Tulipa, assentada associada à OMUS, 24/04/2018).*

*Eu fui acampada. Assim, agora a gente pode falar que foi divertido, né? Mas naqueles tempos era muito sofrido, a gente tirava o fogão lá no meio do mato, cozinhava agachado, mas foi uma experiência boa, eu acredito que foi muito bom. **O que mais me marcou acho que foi a***

*falta de água, a gente morava longe da água, era difícil, tinha que buscar água, buscava na cabeça e para lavar roupa, lavava a roupa no córrego. E a gente quando chegou aqui e fomos para o lote, já saiu financiamento para comprar carrinho, animal, aí melhorou, nós íamos de carrinho lavar roupa no córrego, mas antes, nossa, quando estava na emergência tinha que carregar a água na cabeça, aí que sacrifício! Mas foi bom, a gente passou e conseguiu chegar até aqui. Agora está uma maravilha, tem água, energia, até internet, olha que beleza! (Violeta, assentada associada à OMUS, 26/04/2018).*

Margarida é uma grande liderança não apenas para as associadas da OMUS, mas para toda a Gleba XV de Novembro, em seu relato, ela relembra detalhes da luta pela terra, demonstrando com precisão a recordação de nomes e datas:

*Nós entramos na fazenda no dia 15 de novembro de 1983, lá na fazenda Rosanela e passando alguns dias chegaram os policiais, aí foi todo mundo para a beira da pista. Na época o governo era o Franco Montoro, e ele deu muita ajuda e mandou cesta, ajudou muito. Então, tiraram a gente de lá, levou para o canteiro da CESP, onde hoje é o assentamento Nova Pontal, e a gente ficou lá até ir para provisória na Santa Terezinha. Aí, nós fomos para provisória, né? No dia 11 de outubro de 85 nós viemos aqui para definitivo e estamos até hoje. Foi difícil, né? Não tinha energia, não tinha água muito difícil, mas graças a Deus conseguimos e estamos até hoje aqui. Na época não existia MST, o movimento só chegou aqui em 1990. Eu e meu companheiro éramos amasiados, eu tinha três filhos do primeiro casamento, e tive uma filha com ele. Nós vivíamos juntos em Cuiabá e viemos para o canteiro da CESP, nós éramos boias-frias. Quando eu vim para o acampamento os meus filhos eram crianças. Foi difícil, sem água, sem energia para eles estudarem, no barraco de lona (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

Ela relata um conflito indireto com um fazendeiro, que foi o responsável pelos problemas para obtenção de água, como consta nos depoimentos anteriores, já que ele contaminou a água do poço que os(as) acampado(as) faziam uso:

*Quando mudamos para cá, dia 11 de novembro de 1985, o fazendeiro reuniu os jagunços, ele ainda tem fazenda lá embaixo, era o mais bravo da região. Aí reuniu os capangas, nós cortamos a cerca e acampamos. Ele colocou veneno no poço e ninguém tinha dinheiro para cavar outro poço, nós dependíamos daquela água. A água estava espumando, nós não sabíamos que era sabão em pó que ele tinha jogado. Aí, nós tínhamos que buscar água longe, muitos quilômetros, uns tinham cavalo outros não tinham, ia no braço, na cabeça. Depois, constataram que ele tinha jogado carne estragada com sabão no poço, comentaram que era veneno (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

Margarida, além ser uma pessoa ativa nos movimentos e reivindicações das famílias assentadas, surpreende pelo nível de consciência das diferentes opressões que interseccionam a sua vida e a de outras assentadas. No decorrer de nossa conversa, ela faz menção a interseccionalidade, mesmo sem definir teoricamente o seu significado, mas exemplificando-a com suas vivências cotidianas, marcadas por silenciamentos, opressão, preconceitos e violências:

*Para mim, o mais triste dessa fase era o preconceito. O povo da cidade, eles viam a gente da gleba e falavam: “É doido ou veio da Gleba?” Naquela época tinha um mercado em Primavera, nós não podíamos entrar lá dentro porque eles não deixavam quem era pobre entrar. Eu não sei se eles achavam que nós íamos roubar, eles não deixavam a gente entrar. E era muito preconceito contra as mulheres, se fosse preta e assentada, então, muito triste (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

Nesta fala ela expressa com discernimento a violência que recai sobre a mulher negra e pobre assentada, demonstrando a compreensão da articulação entre opressões de gênero, raça e classe, por um conhecimento vivido e situado. Não é sem razão que ela é reconhecida como uma exímia liderança em todo o Pontal do Paranapanema.

Na pesquisa realizada por Botelho (2006), a autora verificou que os lotes da Gleba XV de Novembro são explorados de modo individual, contando com o trabalho familiar. Em momentos de colheita, ocorrem mutirões e auxílios com vizinhos para baratear os custos. A divisão do trabalho mais comum no assentamento acontece da seguinte forma: homens e filhos mais velhos trabalham nos lotes, enquanto a mulher realiza o trabalho doméstico, cuidados com a casa, os filhos, animais de pequeno e médio porte; mas quando o marido assume um trabalho assalariado, a mulher executa todas as atividades, produtivas e reprodutivas do lote. Acredito que essa configuração ainda exista, mas os resultados da tese, me permitem afirmar que este arquétipo da organização de trabalho familiar no assentamento vem se enfraquecendo.

Rotundo *et al* (1993) descrevem que no segundo acampamento havia uma organização na forma de comissões, diferentes grupos de trabalho, mutirão para a construção de barracas de moradia, armazenar gêneros de primeira necessidade, preparo das refeições, reuniões religiosas, educação, segurança e a imprensa. Havia também um grupo encarregado de buscar apoio e levar as reivindicações junto aos governos municipal e estadual.

Almeida e Ramiro (2016) destacam um aspecto que merece atenção em relação aos acampamentos. Apesar das mulheres serem consideradas “frágeis”, elas eram colocadas na linha de frente, como proteção aos homens nos conflitos diretos, evitando ataques de opositores. Era o dito “fazer frente”. Algumas vezes as mulheres iam com os(a) filhos(as), crianças. As autoras mencionam ainda que, em muitos momentos, as mulheres foram responsáveis por direcionarem um fim mais pacífico sobre os confrontos. Penso que o fato narrado pelas autoras, longe de remeter a qualquer heroísmo, expõe mais um lado perverso da utilização do corpo feminino e infantil.

A mobilização dos(as) trabalhadore(a)s sensibilizou as Secretarias de Estado (Saúde, Assistência Social, Trabalho, Educação e Agricultura), que passaram a receber doações de cestas básicas junto à Defesa Civil, água potável através da CESP, apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, comunidades religiosas, alguns partidos políticos e prefeituras (RO-TUNDO *et al*, 1993). Na pesquisa realizada por Souza (1994), a pesquisadora entrevistou três lideranças femininas da Gleba XV de Novembro. Não eram reconhecidas formalmente como tais, mas exerciam funções de lideranças. Nas palavras da autora:

*O fato das mulheres estarem se destacando como organizadoras de atividades coletivas ou participar de setores dentro do MST, revela que as mesmas não apenas cuidam dos afazeres domésticos e, que procuram realizar atividades mais criativas dentro do grupo, têm oportunidades de expor vontades que, muitas vezes são reprimidas dentro da própria casa (SOUZA, 1994, p. 137).*

Retomando a história de formação do assentamento, durante o governo de Franco Montoro, a área foi desapropriada, visando a produção de alimentos, instalando-se assim, a Gleba XV de Novembro, primeiro a ser criado no estado de São Paulo após o governo militar, e as famílias foram beneficiadas sem processo de seleção (ITESP, 2015). Feliciano (2009) menciona que o governo do estado tentou inúmeras vezes negociar um acordo com os(as) fazendeiros(as), antes de desapropriar as terras por utilidade pública, mas não surtiu efeito, já que os grileiros se recusavam, acirrando ainda mais o conflito.

Inicialmente, conforme já mencionado, as famílias foram assentadas provisoriamente, em caráter emergencial em uma das áreas desapropriadas com espaço apenas para a produção de alimentos para subsistência (ITESP, 2015). Quando o assentamento foi criado, não existiam as políticas públicas de apoio à implantação de assentamentos, para crédito, habitação, auxílio para alimentação ou financiamento, logo, os(as) assentados(as) pioneiro(as) enfrentaram mais dificuldades (ALMEIDA; RAMIRO, 2016).

Todos esses direitos e políticas públicas supracitados foram conquistados após muita luta e persistência das famílias assentadas, com destaque sobre a participação feminina. Foram as mulheres as principais agentes das mudanças ocorridas ao longo dos anos no assentamento, como explicou o técnico agrícola do ITESP, ao mencionar direitos conquistados pelos(as) assentados(a)s como linhas de crédito, previdência, educação, saúde, acesso à internet:

*Aí, depois veio o crédito em 96/97, chegou o crédito Propera. Foi um crédito especial para reforma agrária que conseguiram com o Governo Federal, 7.500 para cada família. No setor que eu trabalhava, eram 124 famílias, para cem delas eu fiz poço, porque não tinha água, então foi uma época muito difícil. Hoje, acho que os assentamentos conseguiram sensibilizar muito, em áreas do Governo Federal e Estadual, tem acesso a Conab que antes ninguém conhecia, previdência social, o pessoal da Previdência Social, do INSS vai no assentamento, explicam os direitos que tem, de aposentadoria, de pensão. O pessoal vai mais para o assentamento, o assentamento é mais reconhecido. Crédito eles têm, acho que a saúde melhorou muito, os postos de saúde dos assentamentos são muito bons, com médico, ambulância 24 horas, tem que melhorar muito ainda, mas foi muita conquista que eles tiveram. Hoje tem até programa Acesso São Paulo, tem internet, tem escola do Estado até 2º grau, ensino médio, tem muita conquista, né? **Então, hoje eu acho que de 1985 para cá melhorou muito, e melhorou graças às mulheres eu acho, porque o envolvimento que as mulheres tinham com a associação, buscando parcerias, envolvendo mais a área pública, política, tudo, né? Eu vejo assim que melhorou muito o assentamento, no caso da Gleba XV de Novembro. Do que eles passaram e estão até hoje, eu acho que teve muito ganho e principalmente por causa da associação e mulheres como dona Margarida (liderança da OMUS), que perseveram, que vão atrás, que buscam** (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).*

A instalação das famílias no assentamento ocorreu entre julho e agosto de 1984. Após o fracionamento da gleba em lotes para lavoura e pecuária foi realizada uma divisão para organizar a produção nos lotes. Foram criados 23 grupos de trabalho, divididos da seguinte maneira: - 8.000 hectares de terras para lavouras temporárias e perenes, com lotes ente 15 a 18 ha; 2.000 hectares de terra para pecuária leiteira, com lotes de até 40 ha, beneficiando 23 famílias; cerca de 70 lotes foram reservados para expansão, mas acabaram sendo ocupados com pecuária leiteira; e, por fim, 3.000 hectares foram destinados para reservas florestais, com áreas de preservação e recuperação florestal, matas nativas e áreas para silvicultura, como o eucalipto (ROTUNDO *et al*, 1993).

A CESP teve papel importante na construção de infraestrutura no assentamento. Ainda no segundo acampamento, o fato de terem acesso à água facilitou o cotidiano dificultoso dos(as) acampados(as). Mazzini (2007, p. 93) explica que:

*A CESP (Companhia Elétrica do Estado de São Paulo) foi uma grande interventora na região, com a criação de 03 hidrelétricas (Rosana, Primavera e Taquaruçu), reassentamentos de famílias atingidas pelo alagamento provocado pelas barragens na região, foi responsável também pela dotação de infra-estrutura (sic) que contribuiu para o surgimento do Distrito de Primavera e da Nova Porto XV. Atualmente, parte do patrimônio da CESP foi privatizado*

*para uma empresa multinacional de nome Duke Energy que administra as hidrelétricas, ao longo do Rio Paranapanema e desenvolve trabalhos de recuperação ambiental e atividades de formação com a população impactada pelas obras das barragens.*

Outros órgãos também foram relevantes para o desenvolvimento do assentamento, tais como: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio, o Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) e a Igreja Católica (ITESP, 2015). Ao longo dos anos, outros grupos passaram a atuar na região do Pontal do Paranapanema, prestando inclusive auxílio aos(as) assentados(as) instalados(as) na área, tais como a União dos Municípios do Pontal (UNIPONTAL), Associação dos Municípios com Assentamentos do Pontal do Paranapanema (AMAPP), Comitê de Bacias Hidrográficas (UGRHI 22 Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos); Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Sindicatos Rurais e Patronais, Universidades públicas e privadas, como a UNESP e a Toledo (MAZZINI, 2007).

O início do trabalho produtivo no lote foi bastante difícil, já que o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) chegou aos assentamentos do Pontal somente na década de 1990, então precisaram de muita coragem e determinação para seguirem no projeto e conseguirem produzir. Os esforços feitos pelas famílias foram essenciais para a superação dos problemas enfrentados nos primeiros anos do assentamento (BOTELHO, 2006).

Os(as) assentados(as) da Gleba XV de Novembro tiveram acesso ao Procera em 1996. Munidos(as) deste recurso, as famílias introduziram a pecuária leiteira, inserindo-se assim no circuito comercial local. Isso proporcionou melhores condições econômicas, mas, por outro lado, muitos(as) assentado(as) ampliaram o pasto, reduzindo a área para o plantio de autoconsumo (BOTELHO, 2006).

O espaço total do assentamento é de 13.310 ha, encontrando-se dividido em seis setores (mapa 8): setor I, no qual residem 117 famílias; setor II, com 124 famílias; setor III, também com 124 famílias; setor IV, com 96 famílias; setor V, com 69 famílias; e setor VI, com 42 famílias. Os lotes dos setores que medem entre 13 e 40 hectares. Os menores, possuem solo com melhor qualidade para o plantio, e os maiores, com menor fertilidade, são destinados à pecuária leiteira.

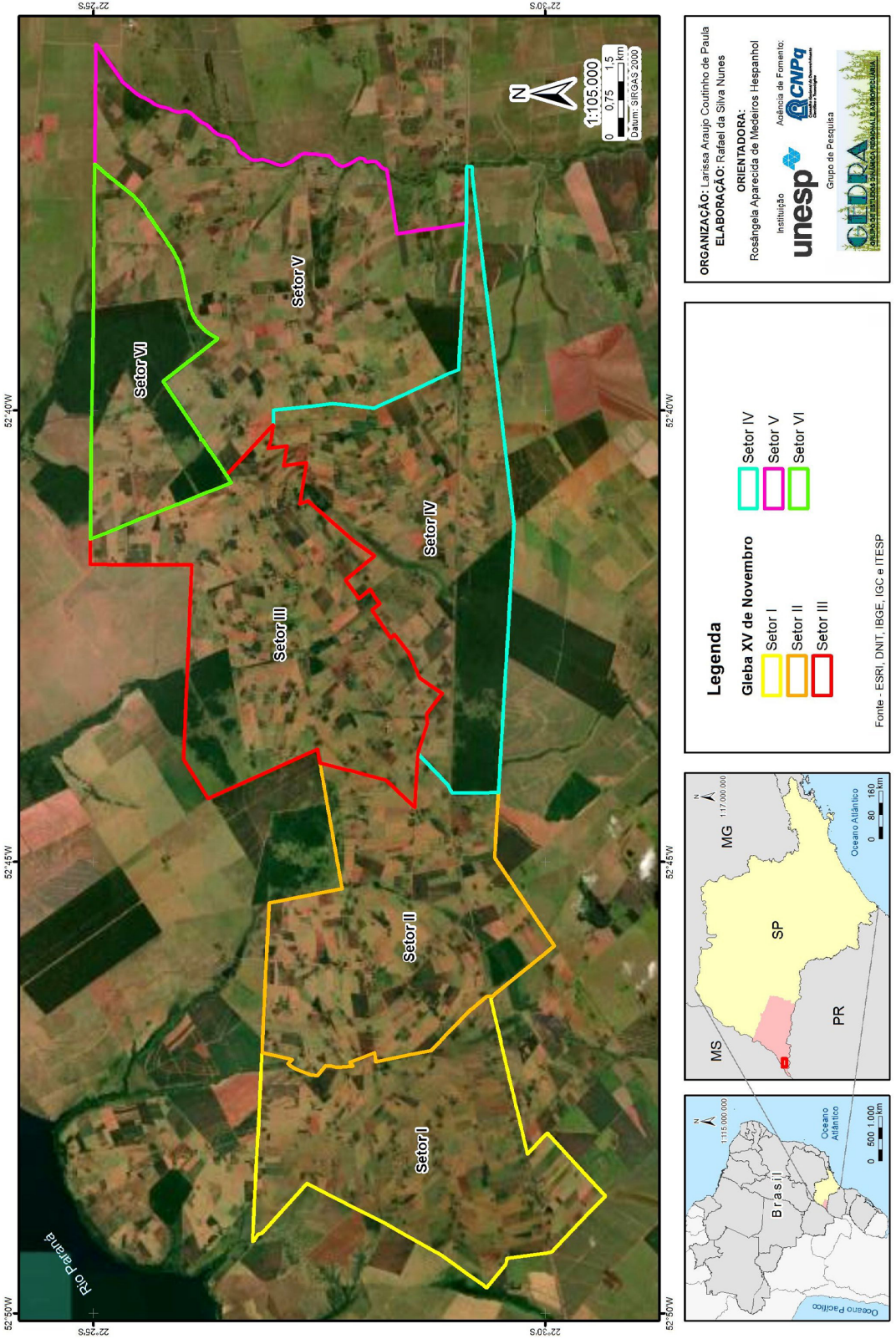
A pecuária leiteira, até o momento da pesquisa realizada por Botelho (2006), era uma atividade que envolvia cerca de 540 assentados, com um rebanho de 14.200 animais (vacas, bois, bezerros, novilhas, garrotes), representando 41,71% da produção econômica do assentamento. A opção majoritária pela pecuária leiteira pode ser explicada por se tratar de uma atividade, segundo os(as) assentados(as), que demanda menos investimentos, em termos de mão de obra e produtos químicos, além de não deixá-los(as) vulneráveis às intempéries da natureza (BOTELHO, 2006).

Nos setores I, II e III são onde vivem as famílias pioneiras, as que participaram das ocupações. Nessa área há agrovilas com serviços básicos, tais como agência dos Correios, Centro Comunitário, além de bares, armazéns e igrejas, católica e evangélicas. Nos setores IV, V e VI, estão assentadas as famílias remanescentes de outras áreas de conflito, instaladas pelo ITESP (BOTELHO, 2006).

Além da população que trabalhava na construção das usinas, o grupo era formado por famílias ribeirinhas e bóias-frias que não encontravam trabalho na região. Após a implantação do assentamento constatou-se que 92,98% das famílias assentadas tinham experiência anterior em atividades agrícolas (ITESP, 2015).



Mapa 8: Assentamento Gleba XV de Novembro e sua divisão por setores





A assistente social que trabalhou na Prefeitura Municipal de Rosana, ao conceder a entrevista, comentou a respeito do processo de superação da pobreza de algumas famílias, após tornarem-se assentadas:

*Olha, eu sou moradora do município aqui há muitos anos, então, a gente já acompanhou a construção, né? Teve um momento que eu trabalhei diretamente como assistente social, também. Então, conheço bem o processo de formação, histórico, desenvolvimento. Falando das famílias, eu percebo que aquelas famílias que realmente souberam aproveitar a terra e os financiamentos tiveram um crescimento significativo. Talvez não o suficiente, mas algo para sair daquela situação de extrema vulnerabilidade. Outras não aproveitaram a oportunidade, faziam e ainda fazem barganha com produtos que vem, vendem o material. Então assim, infelizmente, não são todos que aproveitam essa oportunidade. A gente conseguiu detectar essa situação. Em contrapartida têm famílias que a gente pode referenciar que realmente conseguiram uma emancipação, uma autonomia financeira (Assistente Social de Rosana, 24/04/2018).*

Em termos de infraestrutura, o assentamento conta com quatro escolas públicas (fotos 8 e 9), atendendo desde o ensino infantil, o fundamental e o médio, além de Educação para Jovens e Adultos (EJA) (ITESP, 2015).



O Assentamento Gleba XV de Novembro também possui uma Escola de Informática e Cidadania, que foi construída em parceria com a Prefeitura de Teodoro Sampaio, além de uma unidade do Programa ACESSA São Paulo (fotos 10 e 11). O assentamento foi o primeiro a firmar convênio com o ITESP e a organização não-governamental Comitê para a Democratização da Informática (CDI), em 2004 (ITESP, 2015).

**Fotos 8 e 9:** Escolas de Ensino Infantil e de Ensino Fundamental e Médio no Assentamento Gleba XV

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula Fonte: Trabalho de campo, 2018.



**Fotos 10 e 11:** Polo de informática CDI e Unidade do ACESSA São Paulo no Assentamento Gleba XV de Novembro

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Quanto à saúde (foto 12), o assentamento possui dois postos de atendimento localizados nos setores II e III, que trabalham sob o Programa Saúde da Família (PSF); no setor V há o Programa Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) (ITESP, 2015).

Ao adentrarem os lotes, as estratégias coletivas eram mais comuns. Em virtude do histórico de enfrentamento dos problemas durante o acampamento, foi criada inclusive, uma associação visando o uso coletivo de maquinário, como tratores (ALMEIDA, 2016). Ao longo do tempo essa característica foi se atenuando, pois com as famílias instaladas em cada lote, há mais interesses em atender demandas e projetos pessoais, à produção e reprodução social em seus lotes, assim a sociabilidade vai se enfraquecendo. Eram nomeados representantes em cada um dos

setores. Esses fatores, somado a distância entre os lotes, resultou na fragmentação da organização. Nesse sentido, os órgãos gestores possuem, de certo modo, uma contribuição negativa, na divisão dos lotes feita pelo IAF (atual ITESP) as lideranças e os grupos formados durante a fase do acampamento, foram isolados, de modo a ignorar as formas de organização construídas na fase inicial. Isso configura uma tentativa do Estado de desconstrução do sujeito político (BOTELHO, 2006).

Um fator problemático é a comercialização da produção. A exploração da terra é individual, há poucas experiências coletivas, o assentamento está distante de centros urbanos; além de dificuldades de armazenamento, transporte e ausência de cooperativas. Destarte, aos(as) assentados(as), restam poucas opções, comercializam entre si, no próprio assentamento ou com atravessadores (BOTELHO, 2006). Um exemplo de sociabilidade e solidariedade que surgiu na Gleba XV e permanece ainda na atualidade, como exemplo de luta coletiva, apesar das dificuldades é a OMUS.



**Foto 12:** Unidade de Atendimento à Saúde no Assentamento Gleba XV de Novembro

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

## 5.2

### A Organização de Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS)

**A** Organização de Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro é uma associação de agriculturas formalmente constituída em meados da década de 1990. Trata-se de um grupo pioneiro de mulheres assentadas (ALMEIDA; RAMIRO, 2016).

Após algumas reuniões nas quais discutiam seus problemas e possíveis soluções, um grupo de assentadas decidiu solicitar ao ITESP uma área do assentamento para trabalharem coletivamente, inicialmente, com a pecuária. A criação de bovinos não vingou, mas a associação permaneceu. A OMUS foi a primeira experiência de trabalho coletivo com a terra em assentamentos do Município de Rosana (BOTELHO, 2006).

Segundo o técnico do ITESP entrevistado:

*A associação foi criada para buscar mesmo essas melhorias que eu te falei, do assentamento em geral, porque a gente consegue mais melhorias em associação devido a visão que você beneficia um maior número de pessoas. Por exemplo, a associação da dona Margarida tem dez mulheres, se você faz uma padaria, você está beneficiando 10 mulheres. Se uma associação de 20 pessoas precisa de um trator, então, o trator servirá para as 20 pessoas. Com uma associação você pode atender um maior número de pessoas possível, e até mesmo atender outras famílias que não são associadas, como é o PNAE, não precisa estar associado e você atende bastante famílias. **A associação traz mais reconhecimento, se você for pedir alguma coisa para um prefeito, um governador, se você for sozinho é mais difícil. Mas se você vai com mais pessoas, você já é visto com outros olhos** (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).*

A princípio a associação era chamada de OMUS II, porque foi neste setor que o grupo se formou. Atualmente as associadas denominam a associação apenas como OMUS, já que passou a integrar mulheres de outros setores do assentamento (ALMEIDA, 2016). A assistente social também discorreu sobre seu conhecimento acerca da OMUS. Ela trabalhou diretamente com as assentadas na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

*Eu admiro muito o grupo de mulheres, falo que são mulheres guerreiras, né? Elas não medem o esforço para fazer acontecer, para buscar parcerias, no governo do estado, secretaria municipal. Nós estivemos juntas durante quatro anos e foi muito prazeroso ter a oportunidade de estar junto com elas, de ver o amor que elas têm em produzir e fazer os pães, doces, a preocupação, são guerreiras mesmo. **Elas começaram, cada qual articulando da sua forma, uma vendendo o seu produto, outra acolá, até que tiveram através do ITESP orientações para criarem uma associação.** Foi a partir daí que elas começaram a se reunir. Eu acredito que o ITESP sempre esteve por de trás para dar o apoio. Essa contrapartida, a nível de orientação técnica, para que elas formassem a associação (Assistente Social de Rosana, 24/04/2018).*

A associação, que hoje conta com dez (10) integrantes, foi formada a partir da indignação das mulheres que não eram incluídas nas reuniões do grupo liderado por homens, a “asso-

ciação do trator”. Assim, passaram a buscar melhorias para si e para o assentamento como um todo (ALMEIDA; RAMIRO, 2016).

Segundo o técnico do ITESP de Rosana:

*A participação das mulheres foi fundamental para todas as conquistas, de saúde, educação no assentamento como um todo. Acho que a mulher corre mais atrás da saúde, corre mais atrás de benefícios, para mulheres grávidas, salário-maternidade, desses direitos que têm. Então, acho que foi mais através de associação de mulheres, de mulheres organizadas que houve melhorias. Tanto que elas conseguiram até um prédio para a construção de uma padaria, hoje há a padaria artesanal, então o que acho é que a mulher consegue muito mais benefícios que os homens, elas são mais sensíveis e batalhadoras, conseguem mais coisas (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).*

Após conquistarem um lote para a associação, buscaram recursos numa agência bancária para a aquisição de gado (BOTELHO, 2010). O técnico agrícola do ITESP explicou as razões pelas quais o interesse imediato das associadas concentrou-se na aquisição de bovinos, e como surgiu a ideia da panificação:

*Já tinham organização, já tinham a associação. Acho que foi em 1996, por aí, que elas conseguiram. A associação já era registrada, tinha CNPJ, já batalhavam por algumas conquistas, através de prefeitura. Acho que em 1996 que elas conseguiram definitivamente o lote, que o ITESP passou para elas o lote. A princípio a ideia era usar o lote para produção de leite, porque a atividade principal era leite no assentamento e tentaram fazer doce de leite, alguns derivados do leite, mas aí, com as escolas próximas do assentamento e a distância de padarias da Gleba XV, elas visualizaram que tinham potencial para a fabricação de pães, para entregar nas escolas do assentamento rural e vender no próprio assentamento. Aí, elas conseguiram um recurso através da Fundação Banco do Brasil, a fundo perdido. Fizemos um projeto, a fundação doou todos os materiais, e começaram a produzir pães e ganhar da prefeitura a licitação para entregar nas escolas. E dali vêm continuando. Conseguimos cursos para elas continuarem fabricando, aí tem algumas entidades que já entraram também, o SEBRAE, veio uma empresa e fez uma organização com elas, daqui da usina hidrelétrica do Rio Paranapanema, a Duke Energy que era americana, já foi vendida para os chineses, essa empresa entrou também em uma parceria, fez doação de alguns equipamentos, até poço, tudo. Então, veio tudo disso aí, da organização delas. Tem também o programa PAA, no qual são entregues os produtos agrícolas, o caminhão da Prefeitura vai buscar ali (painel fotográfico 8) os produtos de todos os assentados que participam do PAA, dessas políticas, o caminhão da prefeitura pega e traz para Rosana. Então, ali (a padaria) virou um ponto estratégico que é praticamente no centro do assentamento (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).*



**Painel Fotográfico 8:**  
Área externa da padaria da OMUS em dia de entrega para o PAA

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.



A fala do técnico revela muitos pontos. Um aspecto interessante, que dialoga com a interconexão do local com o global, como ressaltado por Massey (2008), ainda que o assentamento esteja localizado no interior do estado de São Paulo, num local de fortes relações com a agricultura de subsistência, essas mulheres não estão isoladas, suas relações extrapolam escalas, haja visto o fato de que as associadas realizaram parceria com uma empresa de capital estrangeiro (chinesa), situada em Rosana, que doou equipamentos e ajudou na construção de poço artesiano.

Outro ponto, é que ao fazer menção a algumas políticas públicas, como o PAA, é importante destacar que ele se refere ao lote da padaria da OMUS, como um “ponto estratégico”, local de encontro para a operacionalização de políticas públicas que atendem muitas famílias do assentamento, além das integrantes da associação. Isso ocorre pela localização geográfica do lote da OMUS, mas é possível inferir que a representatividade do grupo diante do próprio assentamento e da prefeitura de Rosana, também contribui para isso. As políticas públicas de compras institucionais, sobretudo o PAA, não promoveram mudanças apenas na vida destas mulheres, mas na paisagem do assentamento (painel fotográfico 9).



**Painel Fotográfico 9:**  
Cultivo de hortas  
e pomares pelas  
associadas da AMA

Elaboração: Larissa Araújo  
Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo,  
2018.

É interessante que a formação deste grupo de mulheres não surge apenas visando à criação de formas de produção, mas também como uma possibilidade de dialogar e discutir, trazendo à tona outras necessidades e buscando soluções. As mulheres lutaram por melhorias para todos(as), como saúde, educação e acesso à água. Estas mulheres imprimiram sua luta por meio da negação, resistência e reinterpretação de suas condições como trabalhadoras rurais e agentes de transformação. Ao criarem um espaço próprio, elas negam a submissão ao homem, um espaço que se coloca como enfrentamento à lógica hegemônica masculina (ALMEIDA, RAMIRO, 2016).

A liderança representada por Margarida (foto 13) é algo que impressiona. Ela possui uma grande capacidade organizativa, consegue articular as pessoas do assentamento e mediadores(as), funcionários(as) da prefeitura. Trata-se de uma pessoa extremamente respeitada, e por vezes até temida, devido à sua forte personalidade. Ela foi a principal responsável pela criação da OMUS, e embora haja alternância do cargo de presidência, continua sendo a liderança do grupo.



**Foto 13:** Margarida  
organiza a entrega de  
alimentos da OMUS para  
o PAA

Elaboração: Larissa Araújo  
Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo,  
2018.

Em campo, pude observar o seu espírito combativo, solidário e bem-humorado. Ela sempre busca melhorias para todos(as). Se alguma família não é incluída em um projeto, ela vai atrás, discute, averigua. Pudemos acompanhá-la em reuniões do ITESP, numa ocasião ela discutiu com um engenheiro responsável por um projeto de reforma de residências dos assentamentos, pois algumas famílias foram excluídas do mesmo, e eram justamente aquelas cujas casas mais necessitavam de reparos. Ela interveio, passou o dia todo no ITESP, apresentou vários documentos, conversou, argumentou, e após alguns meses, soube que todas as famílias haviam sido incluídas para a liberação de recursos de reforma habitacional.

**Tudo começou com a dona Margarida, ela é uma liderança nata. Ela consegue envolver.** Atualmente a presidente é a irmã dela, a Gardênia. Já passou por várias mulheres a presidência, mas ela sempre está ali, por perto. Assim, acaba o mandato dela e vai para outra, mas elas que querem que ela fique. Muda a presidente, mas as mulheres querem o envolvimento dela. É uma liderança nata, não tem como, ela incentiva: “Vamos lá no Itesp, vamos procurar um projeto.” Ela consegue conversar, ela consegue andar, procurar, vai para São Paulo. **Se tem no assentamento alguma pessoa com algum problema, ela vai e tenta resolver. É uma liderança. Ela tem problema sério de saúde, já está numa idade avançada, mas precisou de alguma coisa, está ela ali. Não tem como, muda-se a presidente, mas ela está ali.** Às vezes dá algum problema e ela vem aqui: “O que que está acontecendo? Fulana está sem DAP, precisa da nota.” E vamos atrás da nota. Licitação na prefeitura, ela vai lá na licitação, participa, leva os documentos, já fez parte do Comitê da Saúde da Prefeitura, faz parte da Comissão da Agricultura, então, ela é uma liderança, mesmo. A outra associação que eu te falei, da Nova Pontal, a Associação de Mulheres do Assentamento Nova Pontal (AMANP), é a mesma coisa, outra mulher batalhadora, que corre atrás, elas conseguiram também muitos benefícios, como um prédio para a manipulação de produtos, a prefeitura construiu para elas uma cozinha industrial, com tudo (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).

O técnico comentou ainda a respeito da liderança de outra associação de mulheres, demonstrando assim, a força do protagonismo feminino nos assentamentos da região. A assistente social também enfatizou a liderança de Margarida, e sua importância no sentido de conquistar autonomia não apenas para si, mas para as demais associadas:

*Olha, quando a gente fala em OMUS, a primeira pessoa que vem para mim é a dona Margarida. Ela é uma pessoa assim, que eu tenho como modelo, eu não consigo visualizar a associação sem ela. Porque ela realmente tem aquele formato de pessoa de líder, de articular, de buscar, de uma humanidade, de um coração gigantesco, né? E com todos esses atributos ela conseguiu fazer o grupo estar junto e terem um sucesso. A dona Margarida já é uma pessoa idosa, mas ela tem a independência financeira dela, ainda tem o esposo, a família tradicional, mas ela conseguiu avanços, mudanças na hora de pensar, articulações, viagens, capacitação. Então, eu vejo assim, que foi um grande avanço porque se ela tivesse só na qualidade de esposa de assentado, ela estaria sendo a esposa do assentado, que cuida de casa, faz as atividades básicas, agora como participante da OMUS, ela ampliou a linha de oportunidades, não só dela como do grupo (Assistente Social de Rosana, 24/04/2018).*

As associadas sofreram preconceito na agência bancária, quando o atendente perguntou por qual razão queriam crédito uma vez que os seus maridos já haviam solicitado. Foram questionadas se, de fato, pagariam a dívida e a resposta foi literal, conseguiram quitar o empréstimo um ano antes do término das parcelas (BOTELHO, 2010). Elas enfrentaram muitos problemas e preconceitos, conforme descreve a autora:

*Ao tentar romper com a dominação vivida no espaço privado e assumir um lugar no espaço*



*público (lugar da supremacia masculina), as assentadas provocaram reações de ira por parte dos maridos, de desconforto por parte dos homens da comunidade e até de descrédito por parte da agência financeira. Inseridas no conservadorismo do mundo rural, romper papéis socialmente cristalizados pode custar perdas de apoio, de afetividades, de amizades e de relacionamentos mais sólidos como o casamento (BOTELHO, 2006, p. 93)*

Apesar de todas as dificuldades, as mulheres da OMUS conseguiram levar adiante a produção coletiva, se capacitaram em termos de produção e administração, ganharam visibilidade e puderam (re)construir sua identidade (BOTELHO, 2006). As mulheres possuíam um alto nível de organização, conseguindo assim, dividir as tarefas e responsabilidades em todas as etapas de produção, desde a criação do gado, produção do leite, comercialização e administração dos lucros. A renda obtida era utilizada para a manutenção da padaria da associação (BOTELHO, 2010).

O técnico agrícola narrou as etapas de organização das mulheres da OMUS, bem como a construção da padaria. É relevante em sua fala, o fato de ter mencionado que na época destas reivindicações, a diretora executiva da unidade do ITESP era uma mulher, e que isso teria despertado o interesse dela para levar adiante a solicitação das associadas:

*A padaria foi assim, elas estavam organizadas, aquele lote onde está a construção daquela padaria era um lote de um assentado que teve problema familiar, tudo, e resolveu ir embora, e as mulheres ocuparam o lote. Elas se organizaram, o lote estava vazio porque o cara desapareceu um tempo, por problema de saúde da mulher, separação e tudo. Ele foi embora e elas ocuparam o lote. **Elas ocuparam o lote e fizeram questão de que aquele lote fosse para associação, eu acho que no Estado de São Paulo, é o único lote de 15 hectares que pertence a uma associação de mulheres. Então, elas fizeram um empenho muito grande. A diretora executiva do Itesp na época era uma mulher, hoje ela está em Brasília, e senti essa sensibilidade. Aquela organização que elas fizeram, de procurar a diretoria executiva, passou pela área jurídica nossa e acabaram conseguindo o lote (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).***

Na padaria, elas produzem pães, doces, geleias, entre outros produtos, que são vendidos no assentamento (BOTELHO, 2010). Essas mulheres já possuíam algum vínculo com o trabalho no campo, geralmente executando atividades em fazendas, por meio de arrendamento, contratos de produção ou ainda como trabalhadoras volantes; apesar de que, parte significativa das atividades são não-agrícolas, mas oriundas de um saber-fazer que estas mulheres já dominavam, antes mesmo de passarem a produzir coletivamente (ALMEIDA, 2016).

Questionei o técnico agrícola do ITESP de Rosana sobre a existência de outras associações no Gleba XV de Novembro. De acordo com suas informações, no setor I existe uma associação, no setor II existem duas associações, ele mencionou que também existe uma associação no Assentamento Porto Maria e duas associações no Nova Pontal, mas que a associação de fato mais atuante é a OMUS. São elas quem mais procuram o ITESP, fazem parcerias com programas. Segundo ele, existe também uma associação de mulheres no Nova Pontal. As demais associações são mistas ou têm apenas homens como associados.

As mulheres associadas participam da Organização das Mulheres Assentadas do Pontal (OMAP), e através dela, conseguiram recursos para a construção e reformas das residências e a construção de um polo de informática<sup>140</sup> (BOTELHO, 2006, 2010). Apesar do

<sup>140</sup> Este polo foi construído por meio de um convênio com o Comitê para a Democracia da Informática e Cidadania (EIC) e Organização de Mulheres Assentadas e de Quilombos do Estado de São Paulo (OMAQUESP) que instalou escolas de Informática nos assentamentos entre 2003 e 2004 (BOTELHO, 2010).

contexto de adversidades, as associadas encontraram estratégias para superar as dificuldades. Essas mulheres obtiveram visibilidade política dentro do assentamento, conseguiram conciliar os interesses pessoais e os coletivos, indo além da esfera economicista, lutando por melhorias de toda a comunidade, recriando assim, a ação coletiva (BOTELHO, 2010).

A OMUS é um exemplo da efetiva participação feminina nas esferas públicas, demonstrando como o associativismo pode empoderar as mulheres rurais (BOTELHO, 2010). No início, essas mulheres se uniram sob o intuito de obterem a sua própria fonte de renda e contribuir financeiramente com as suas famílias, mas, isso tomou uma proporção maior ao se integrarem ao movimento de mulheres assentadas, elas passaram a questionar as relações de gênero no assentamento, assumiram cadeiras nos Conselhos Municipais e em instâncias políticas do assentamento (BOTELHO, 2006).



Entre as principais atividades das associadas estão: a panificação - produção de pães, roscas, doces, compotas, panetones, pães de queijo, salgados (fotos 14 e 15), o cultivo de verduras e frutas, que são comercializados em programas de compras institucionais, além do aprimoramento produtivo e administrativo mediante de cursos de capacitação.

**Fotos 14 e 15:**  
Produção de panetones e pães de queijo pelas associadas da OMUS

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

As associadas participam de cursos promovidos pelo ITESP, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Já realizaram cursos sobre agricultura, pecuária leiteira, derivados de leite, panificação, produção de doces, administração, entre outros (ALMEIDA, 2016).

Os cursos de administração e gestão são importantes, já que são elas mesmas que realizam os trâmites burocráticos da associação. É um tipo de conhecimento que amplia seu empoderamento e protagonismo público, pois dialogam diretamente com agentes institucionais, participam de projetos de fomento e políticas públicas (ALMEIDA, 2016). A formação da OMUS vai além da busca por alternativas de renda e produção, mas a associação também é um mecanismo para discussão e participação, com capacidade de identificar outras necessidades e formas de supri-las, agindo de modo coletivo. Ao serem preteridas pela “associação do trator”, estas mulheres encontraram uma possibilidade de se fazerem ouvidas (ALMEIDA, 2016).



**Foto 16:**  
Associadas da OMUS em atividade de curso de embutidos

Fonte: cedido por participante da pesquisa, 2019.

De acordo com Almeida (2016, p. 72-3):

*[...] a partir da exclusão das mulheres do grupo masculino, surge o esforço para a construção de um espaço que nega a submissão da mulher ao homem, pois é um espaço criado por mulheres para mulheres. Em geral, nas associações as mulheres se reúnem e se organizam de acordo com seus conhecimentos para buscarem seus objetivos, que vão desde melhorias na situação do assentamento em geral (saúde, educação, transporte) até a produção de gêneros alimentícios como fonte de renda extra para a família.*

A OMUS nasceu no final da década de 80, em 1987, mas foi oficializada no ano de 1990. As mulheres começaram a se reunir embaixo de um pé de manga, já que não tinham estrutura alguma. Havia uma casa de madeira na sede do assentamento, era o único local que tinha energia elétrica na época, quando um dos assentados ganhou uma televisão e a deixou lá, assim, as pessoas começaram a se reunir ali, para assistir à televisão, mas também passaram a conversar, ouvir umas às outras. Isso corrobora a afirmação da importância de ambientes de sociabilidades para o surgimento de iniciativas coletivas de mobilização e luta, pois em momentos cotidianos podem ocorrer discussões relevantes, iniciando projetos e ações (ALMEIDA, 2016).

Após a legalização por meio da associação do grupo, as associadas iniciaram uma nova luta, a conquista de um espaço próprio para as reuniões e atividades da associação. Para conseguir este objetivo, as associadas utilizaram uma técnica aprendida durante a fase do acampamento, a ocupação (ALMEIDA, 2016). Conforme mencionado pelo funcionário do ITESP, elas ocuparam um lote em que o beneficiário não produzia e nem residia, e exigiram que o ITESP cedesse o lote para a associação. O material usado na construção do prédio da associação (painel fotográfico 10) foi cedido pelo Governo do Estado de São Paulo e a mão de obra pela Prefeitura Municipal de Rosana, tratava-se de uma Indústria Comunitária de Alimentos (ALMEIDA, 2016).

Cada associada entrevistada relatou seu envolvimento e participação na associação. Um ponto que merece ser destacado em comparação com a AMA, a associação de Araquara, é que enquanto essa evita a inserção integrantes com laços de parentesco, na OMUS isso é comum, talvez pelo fato de que as associadas apresentam uma idade mais elevada, e em casos de adoecimento ou falecimento, não restam muitas opções a não ser incluírem familiares no grupo.



**Painel Fotográfico 10:**  
Inauguração da padaria da OMUS

Fonte: Projeto Museu do Assentado, 2018.

Torênia tem uma trajetória interessante no grupo, uma vez que, a sua mãe já era associada, mas infelizmente faleceu, e ela assumiu o cargo da mãe na OMUS:

*Então, eu não conheço tanto a história da associação, porque quem participou desde o início foi a minha mãe, né? Aí, ela faleceu e eu entrei no lugar dela, faz 7 meses. **Sei que elas se uniram porque não tinha oportunidade para a mulher. Para ter uma associação, uma forma para trabalhar unidas ali, juntas as mulheres (Torênia, assentada associada à OMUS, 25/04/2018).***

Essa questão de mulheres de diferentes gerações que perpassam a associação é ainda mais forte no caso de Prímula, que já teve a sua avó e sua mãe como integrantes da OMUS:

*Eu sei que faz tempo que tem a OMUS, no comecinho quem estava na OMUS era minha avó. Minha mãe também já fez parte, mas saiu. Aí, depois, a minha avó voltou a participar, ia nas reuniões, nos cursos, mas por motivo de doença não pode mais. Daí, elas me encaixaram no lugar de minha avó. Já faz uns 4, 5 anos que eu estou na OMUS. Eu gosto muito de fazer os cursos, de panificação, de confeitaria (Prímula, assentada associada à OMUS, 25/04/2018).*

Outras associadas nos contemplaram com seus relatos sobre a origem da associação, as dificuldades enfrentadas, bem como o modo de trabalho:

*Quando a OMUS começou não tínhamos estrutura. **As mulheres começaram a se juntar porque naquela época mulher não tinha direito de ter decisão, era só o homem. No começo tinha a associação de homens, para o trator, mas a gente não tinha direito a voto, assim, era bem excluído mesmo. Mas aí, começou essa ideia. Começou lá em cima, tinha bem pouca coisa. Tinha uma casinha onde a gente se reunia, debaixo de um pé de manga. Isso foi em 1987, mas regularizou mesmo foi em 1990. Algumas das mulheres já morreram, outras tiveram que sair. Mas a luta continua firme. Iniciou com a dona Margarida, minha irmã, sempre foi ela fazendo a frente. As originais são a Margarida, a Kalanchôe e a finada mãe da Torênia. Aí foi entrando outras, entrou eu. Eu entrei por uma época depois eu saí, aí voltei aqui, e firmei, se Deus quiser não pretendo sair, não (Gardênia, assentada associada à OMUS, 25/04/2018).***

*Eu me lembro do começo. A mulherada tudo reunida debaixo do pé de manga, fazendo reunião. E tem a dona Margarida que é sempre batalhadora. Ela corre sempre atrás das coisas, ela reunia com a gente e nós falávamos o que necessitava aqui, o que a gente estava precisando e ela sempre corria atrás. Aí, surgiu de nós fazer esse grupo de mulheres unidas, né? E aí fomos nós todas. Aí, ela ficou como coordenadora porque nós assinamos para ela coordenar associação. **Então, é uma mulher batalhadora, ela não rejeita viagem, sofre sede, sofre fome, dormindo mal por aí, mas sempre correndo atrás das coisas para gente, né? Ela é muito batalhadora. Aí surgiu esse grupo de mulher para fazer essa associação. Fizemos e estamos perseverando até hoje, graças a Deus não parou, não. E eu peço a Deus que não pare, se eu chegar a morrer, que elas continuem para a frente. Eu estou aqui desde o começo, nós fazíamos reunião embaixo do pé de manga, fazia, sol, frio, chuva, nós estávamos ali (Lavanda, assentada associada à OMUS, 25/04/2018).***

*Quando eu cheguei aqui já existia a organização. Aí eu entrei também, e nem tinha prédio, nem tinha nada, sabe? A gente fazia reunião embaixo de uma árvore. Aí, foi indo, tinha um monte de mulher, mas foram saindo, saindo, aí diminuiu, mas a gente conseguiu correr atrás das coisas. **A dona Margarida tudo que ela anda dá frente, né? A gente conseguiu as coisas para a padaria, o prédio, os equipamentos, tudo foi doado para a gente, aí dali pra cá começou, a gente fazia as coisas pra merenda escolar, pãozinho, ajudava bastante a gente, até aumentava a renda (Magnólia, assentada associada à OMUS, 24/04/2018).***

**Olha se eu não estiver meio em dúvida começou dentro do “um alqueire e meio”. Que a gente juntou as mulheres, a dona Margarida, aí juntou uma colônia de mulher**



**e fomos quebrar uma porta para pegar leite para as crianças. Então, daquela época para cá, resolvemos formar essa associação.** E estou desde esse dia. Olha minha filha, eu chego a me arrepiar, eu lembro como se fosse hoje. Essa assentada morava no setor I, e ela fechava a porta, e os ratos estavam furando os pacotes de leite, furando tudo e ela não distribuía para as crianças. Na época a minha bebezinha que hoje tem trinta e quatro anos, estava novinha, uns seis meses. E ela não dava o leite. Ela ficava na porta e falava: “Hoje não tem leite!” Não sei por que ela fazia isso, ruindade. Ai a dona Margarida falou: “Não tem leite? Pera lá. Ai, deu aquela “rabiçada” dela assim, rodou a saia, só foi uma pesada na porta que a porta voou. Ai nós vimos os pacotes de leite tudo rasgado. Então, o que gente pode pegar, pegamos. E a dona Margarida já foi distribuindo para cada um, um tanto. Todo mundo foi feliz. **E desde esse dia para cá, eu não tenho certeza, mas desse dia para cá, a gente formou essa associação. Ai, a gente voltou para os lotes e tem um pé de manga. E nós fazíamos as reuniões no pé de manga, ali na agrovila, tem uma igreja ali. Nós fomos ali, foi ali debaixo que a nossa associação começou.** Ai, depois entrou aquele lote da OMUS, que brigamos com o ITESP. Ai foi luta, hein? Nós ocupamos o lote, dormimos lá e tudo. Eu era muito medrosa, éramos em cinco, seis mulheres, só as mais corajosas. A gente tinha uma espingarda, mas não tinha mais bala, era só para assombrar o povo (Kalanchôe, assentada associada à OMUS, 26/04/2018).

Os depoimentos de Margarida, apesar de extensos, são bastante ilustrativos sobre os dilemas e avanços obtidos pela OMUS, pois embora atualmente não presida a associação, ela exerce grande influência sobre as decisões e projetos. No trecho a seguir, ela narra uma situação em que emergiu intensa solidariedade entre as mulheres, quando uniram-se para enfrentar uma liderança que agia de modo truculento e omissivo num momento de extrema miserabilidade. A coletividade que deu origem à OMUS, surgiu a partir desse momento:

*Quando nós começamos o assentamento, as coisas estavam muito difíceis, tínhamos uma companheira aqui que as crianças dela já estavam inchadas de tanto beber garapa. **Nós íamos buscar leite em pó na Santa Terezinha, que tinha um postinho. E lá quem organizava era uma mulher que era assentada, mas ela não era a favor de assentado, ela era do lado do latifúndio. E nós tinha raiva por ela ser unida ao latifúndio e ela raiva de nós por ser assentado.** Os fazendeiros faziam reunião tudo na casa dela, só via aquelas caminhonetes chegando. Ai eu falava pra ela, fulana nós vamos aí buscar leite, mas ela sempre tinha a desculpa de não estar com a chave. Eu falei: “Semana que vem nós vamos aí, e se tiver fechado nós vamos quebrar a porta.” Ela era brava e eu era uma pirralhinha com 49 quilos. Ai ela olhou para mim assim de cima para baixo e falou: “Se quer quebrar a porta você tem que vir me quebrar”. Ai eu falei: “Nós vamos quebrar porta e vamos quebrar você” e vim embora. Combinamos tudo, as mulheres de todos os setores, umas 50 ou mais, quarta-feira às 08:00 horas. Ela chegou e sentou lá, e olhou para nós e nós ficamos com a cara de tacho, nós íamos quebrar ela, não ia, né? Ai perguntamos: “E a chave?”. Ela respondeu: “A chave eu esqueci de novo”. Ai, ela olhou para mim, deu até uma gargalhada: “Cadê? Não ia quebrar a porta e me quebrar?” Ai eu disse: “É mesmo, né? Já ia me esquecendo, nós vamos quebrar a porta e vamos te quebrar”. Ai eu e mais duas companheiras nos arrumamos, demos uma afastada, contamos 1, 2, 3 e metemos os pés na porta. Fizemos isso e a porta caiu. Ai eu disse: “Agora nós vamos pegar a fulana!” Ai, ela sumiu, nós não corremos atrás dela, deixamos ela correr. Ela correu até o canteiro da CESP e chamou a polícia, disse que nós arrombamos o posto. Mas só pegamos as cadernetas de leite das crianças e os leites em pó, muitos estavam furados de rato, nós não pegamos nenhum remédio, lá era um posto de saúde. Ai eles perguntaram o que estava acontecendo, e eu disse: “Nós estamos pegando comida porque nossos filhos estavam com fome e ela nunca traz a chave e nos desafiou.” Ai ele disse que a polícia estava vindo. E eu falei: “Pode vir, nós estamos pegando só o que é nosso.” **E foi assim que começou a luta, através desse leite, aí nós fomos brigar por educação, saúde, que não tinha posto, nem escola. Ai começamos a nos reunir!** (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

Aquele grupo de mulheres passa então a se articular para exigir melhores condições de vida às famílias assentadas, aos poucos conquistam reconhecimento dos agentes mediadores e de políticos locais, que lhes sugerem formalizar o grupo para obterem maiores avanços:

*A OMUS começou com 37 mulheres, nós fazíamos reunião debaixo do pé de manga, porque não tínhamos outro lugar. Os homens tinham mangueira para o gado aqui, uma estrutura. Coisa que nós não tínhamos. Na hora que vinha chuva nós corria acabar a reunião, até fazerem a escola. Quando fizeram a escola, começou a liberar pra gente fazer a reunião lá. Em 1990, o prefeito era o Miltoninho, aí nós nem sabia que existia Dia Internacional da Mulher, foi quando foi marcada uma reunião, com a assistente social da prefeitura, aí ele falou assim: “Eu não posso fazer nada por vocês, a única coisa que eu posso fazer se vocês se organizarem e fazer um estatuto, fazer uma associação, aí eu posso conseguir fazer algo.” Aí nós começamos e nasceu a OMUS. Então, foi marcada uma reunião para o dia 8 de março de 1990. Aí, 8 de março quando nós reunimos, aquele monte de mulher, muita mulher, aí chega o prefeito, primeira-dama, assistente social, trouxeram bolo, refrigerante, aí ela perguntou se nós sabíamos que dia era aquele? Claro todo mundo sabia era dia 08 de março, né? Mas que dia? Nós não sabíamos que era Dia Internacional das Mulheres. Ela disse: “Hoje é o Dia Internacional das Mulheres, mas nós nem sabíamos que existia isso. Então nós comemoramos, e foi fundada, nessa data a associação, o documento é do dia 8 de março de 1990 e registrada de 22 de março de 1990 (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

Após o registro do grupo, elas passaram a buscar um lote para sediar a associação, e ocuparam uma área inutilizada, contrariando as negativas do ITESP diante de suas solicitações:

*Nossa luta pelo lote também foi trabalhosa. Nós queríamos um lote para a associação, aí os coordenadores falaram: “Não, vocês já têm o lote de vocês. Eu disse: “Nós queremos lote! Um lote para a associação”. E ele disse: “Mas não existe isso no Brasil em canto nenhum!” E eu respondi: “Então vai existir aqui!” Aí, nós fomos procurar e tinha um lote sozinho, vazio, era de um rapaz do MST, que não ficava no lote, aí nós decidimos que iríamos ocupar o lote dele. Ele saiu. E nós ocupamos. Entramos lá e ficamos, a ocupação durou uns 8 dias. Na época não tinha essa lei de armas, fomos armadas. Então, um dia o rapaz do lote apareceu, e nós fizemos ele dormir na cozinha e dissemos: “Se você reagir, nós vamos te queimar.” Nós tínhamos espingarda, pelo menos coronhada nós sabíamos dar. Aí ficamos. E negociamos para pagar o lote para eles, nós pagamos o lote. Fizemos festa, emprestamos dinheiro e fomos pagando o valor total do lote. Na época o Zé Rainha estava vendendo o lote, e nós nos revoltamos porque o ele não fez parte da nossa luta. Ele estava vendendo o lote para um cara da CESP. Nós queríamos chegar antes desse cara para denunciar, mas não deu certo. Os homens apoiavam isso, nós mulheres, não (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

A luta delas continuou após a conquista do lote, dessa vez para a obtenção de recursos:

*Nós sofremos muito preconceito depois do lote, também. Nós queríamos o financiamento, aí o cabra do banco falou assim: “Financiar como? Porque se nem os homens estão pagando, as mulheres vão pagar? Aí, fomos nós, em seis, ocupar o Banco do Brasil, lá de Primavera. O nosso técnico toda a vida deu força para nós, ele foi nosso técnico por dezessete anos. Só seis mulheres tiveram coragem de ir. Chegamos, fechamos e falamos: “Não vai trabalhar ninguém se não der financiamento.” Na época, dois homens acompa-*



*nharam a gente, nós fomos sem armas. Aí eu falei: “Os homens são os homens e nós somos nós, se eles não pagam o problema é deles, nós vamos pagar.” Era Procerca, e nós conseguiu o crédito e conseguimos pagar. Teve até marido que fez a mulher sair da associação, porque o marido falava: “Se os homens não iam pagar a conta que dirá as mulheres”, muitas mulheres saíram na época porque os maridos não deixavam elas participarem (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

A OMUS é estruturada de modo semelhante à AMA: possuem presidenta, vice presidenta, tesoureira, secretária e conselho fiscal. Para a seleção de novas integrantes, Margarida explicou que costumam escolher as filhas de companheiras que falecem, ou ficam doentes e impossibilitadas de trabalhar. Mas, já ocorreu de selecionarem pessoas de fora do grupo de mulheres, nesses casos, a pessoa passa por uma experiência de três meses, deve seguir as normas e ter bom comportamento. Quanto a periodicidade das reuniões, costumam fazê-las mensalmente, na padaria, ou segundo Margarida: “Conforme a necessidade. Só que agora com esse *WhatsApp*, menina, facilitou muito a nossa vida, nem precisa mais a velha correr.” Demonstrando também que estão adeptas ao uso de tecnologias e telecomunicação para dinamizarem o contato e o trabalho realizado por elas. Quando questionada se é cobrada alguma taxa de participação, Margarida respondeu:

*Hoje não cobramos. Nós começamos a cobrar 10 centavos em 1990. E ainda assim, muitas não podiam pagar. Nós íamos fazer as reivindicações de ônibus, e o dinheiro mal dava para a passagem. A gente comia paçoquinha, não tinha dinheiro para almoçar, depois que eu descobri que tinha diabetes, de tanta paçoquinha que eu comia. Foi muito sofrido no começo, hoje não, a gente sai e almoça, apesar de ter pouco dinheiro. Hoje a vida da OMUS está diferente, mas se você chegasse aqui, há tantos anos atrás, nós íamos pôr você numa carroça e andar de carroça. A situação melhorou mais depois que nós começamos a mexer com a Conab, aí deu pra fazer um fundo para a associação (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

Por meio do Governo Federal, a associação foi beneficiada com um *kit* de panificação, também ganharam um curso na área para se profissionalizarem. Assim, a produção que era carregada com bacias em cima das cabeças, de bicicleta ou carroça, foi se aprimorando cada vez mais (ALMEIDA, 2016). Antigamente, o lote da associação era usado para atividades agrícolas e não-agrícolas, porém, a produção de verduras, legumes e frutas (geralmente comercializadas com programas de compras governamentais) passou a acontecer somente nos lotes pessoais das associadas, e no lote da OMUS são produzidos apenas itens de panificação (ALMEIDA, 2016).



**Painel Fotográfico 11:**  
Problemas de infraestrutura na padaria da OMUS

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Durante as pesquisas de campo, constatei que o prédio da associação estava subutilizado devido aos problemas de infraestrutura, como telhas quebradas e fios de rede elétrica soltos (painel fotográfico 11), mas as associadas conseguiram reservar um valor para a compra de material de construção e paga-

mento de mão de obra (uma parte dos serviços foi realizada por voluntários) para o reparo do prédio.

Após a reforma, as associadas conseguiram reativar a produção no local (painel fotográfico 12), fabricando panetones para doação em escolas públicas do município, via PNAE, além de pães, doces e salgados.

A exposição da história das associações estudadas, bem como do processo de formação dos assentamentos, permite e conclusão de que apesar destes grupos de mulheres estarem situados em diferentes regiões de São Paulo, apresentam semelhanças. Em relação às diferenças existentes, a principal indagação é como estas mulheres elegeram as estratégias que têm desenvolvido para permanecerem na terra por meio de sua força de trabalho. Acredito que o conjunto de características espaciais de cada local onde tais assentamentos estão inseridos, é um fator importante neste processo.



**Painel Fotográfico 12:**  
Reinauguração da padaria da OMUS após a reforma

Fonte: fotos cedidas pelas participantes e registros de trabalho de campo, 2018.



**Entre pães e hortas:  
as estratégias  
socioespaciais e a  
resistência feminina  
em assentamentos  
rurais do interior  
de São Paulo**

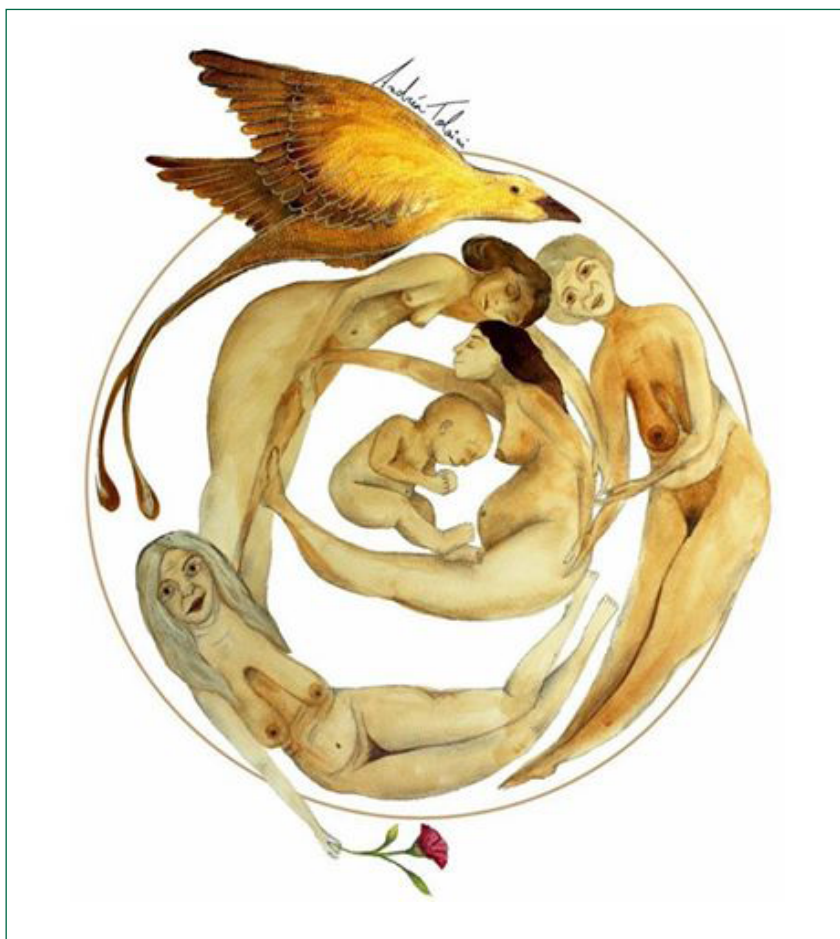


Ilustração: Andréa Tolaini

**Eu não sou livre enquanto alguma mulher não  
o for, mesmo quando as correntes dela forem  
muito diferentes das minhas**

Audre Lorde

## 6.1

# A situação geográfica e suas influências sobre as estratégias de reprodução socioespaciais

O objetivo deste capítulo é problematizar a relevância do conjunto diversificado de atividades desenvolvidas pelas associadas da AMA e da OMUS, no sentido de resistência e permanência na terra, das mulheres e suas famílias e de enfrentamento contra as estruturas opressoras que as mesmas vivenciam. Acredito que a abordagem das estratégias apresenta uma ampla gama de possibilidades para compreender a produção e reprodução social das famílias rurais assentadas, sobretudo considerando a diversidade de atividades as quais as mulheres rurais se dedicam.

Tal perspectiva possibilita a inclusão de diferentes dimensões de análise que se inter cruzam e complexificam a conjuntura apresentada pela realidade de cada associação. Apesar das dificuldades de organização e delimitação dos eixos nos quais as atividades realizadas se inserem, a escolha pela análise das estratégias socioespaciais permitiu a compreensão de detalhes sobre a condição de cada grupo estudado. Penso que além das estratégias de reprodução, há outro conceito que contribui significativamente a problematização dos resultados da pesquisa: a situação geográfica.

O espaço é uma das categorias de análise mais prezadas pela Geografia, que assim como outras categorias, tais como: região, paisagem, território e lugar acompanharam o desenrolar e consolidação da ciência geográfica, apresentando diferentes interpretações e aplicações, de acordo com o contexto teórico e metodológico de cada corrente na história da Geografia.

Milton Santos (2001) definiu o espaço como uma síntese sempre provisória entre conteúdo e as formas espaciais, como um híbrido; a inseparabilidade entre objetos e sistemas de ação, no qual os objetos indicavam as coisas fabricadas ou não pelos indivíduos, dotados de intencionalidade e as ações, racionais, livres de espontaneidade. Um uno e múltiplo, síntese sempre renovada das contradições e da dialética social, algo hierarquizado por fluxos de informação superpostos à fluxos de matéria.

O pensamento do autor foi, ao longo dos anos, se complexificando à medida que, dotava de significado o aprimoramento de técnicas e informações na sociedade moderna, passando a definir espaço como um sistema de objetos cada vez mais artificializados povoados por sistemas de ações, igualmente imbuídos de artificialidade (SANTOS, 2001).

Segundo Harvey (2012), geógrafo estadunidense, aceitar a multidimensionalidade do espaço é aceitar as práticas sociais distintas que permitem construir diferentes conceitos de espaço. Uma autora que se aprofundou na consideração de multidimensionalidades espaciais foi a geógrafa inglesa Doreen Barbara Massey. Ela (2008; 2004, 2000) entende o espaço como um nó, marcado pela constante interação entre local e global, pela coexistência e pluralidades e pela abertura e permanente estado de devir, como algo em constante construção. Ela vê o espaço como uma esfera de possibilidades e multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem, ou seja, existe mais de uma voz. Espaço e

multiplicidade são interdependentes, um não existe sem o outro. O espaço é, portanto, produto de inter-relações, resultando na pluralidade. Logo, multiplicidade e espaço são co-constitutivos.

Acredito que a ideia do espaço como nó na interação local-global é a abordagem que mais se aproxima das discussões no âmbito da geografia feminista, já que ao reforçar a multiplicidade de trajetórias que o compõe, amplia o seu entendimento para além do sentido econômico, permitindo a visibilidade de outros sujeitos que foram por longo período preteridos e secundarizados nas análises geográficas: mulheres, negros(as), homossexuais, transexuais, migrantes, jovens, idosos(as), crianças etc.

As posições conceituais de Santos (2001) e Massey (2008) sobre o espaço, apesar de apresentarem diferenças, a meu ver, têm uma consonância quando se trata da situação geográfica, já que este conceito considera a relação entre as escalas, a provisoriidade e contínua construção e (re)construção do espaço por meio de diferentes elementos. Resumidamente, a situação geográfica pode ser defini-la como:

*Uma situação geográfica é um conjunto de forças em ação presente, organizada segundo feixes de variáveis, que se juntam numa combinação única e inédita, num dado momento e num dado subespaço. Ela resulta da interação de variáveis, ao sabor de eventos nacionais ou globais, que escapam ao controle do lugar, surgem situações geográficas inéditas, que redefinem a vida de relações local(sic) (CATALÁ; RIBEIRO, 2015, p. 18).*

Para Santos (2001), o espaço geográfico consiste num sistema de ações e objetos. E cada subespaço inclui uma fração desses sistemas, resultando na totalidade do mundo tal qual o conhecemos. O subespaço define-se pela tecnosfera (mundo dos objetos) e a psicofera (mundo da ação). Assim, cada lugar possui uma existência física, corpórea, e uma existência relacional, sendo isto que propicia a diferenciação dos lugares.

A geógrafa Maria Laura Silveira<sup>141</sup> (1999) elucida que a situação geográfica refere-se às características geográficas de um lugar, resultantes das relações estabelecidas com outros lugares. Considera-se que o sítio abrange as características do meio local, enquanto a situação inclui as relações deste local com áreas exteriores de seu entorno. Baseando-se em Santos (1996), ela argumenta que o evento é um veículo importante de formação socioespacial, já que pode “geografizar” um local. Isto implica numa localização material e relacional (sítio e situação) e também a perspectiva temporal e de movimento histórico.

Logo, de acordo com a autora supracitada: “A situação decorreria de um conjunto de forças, isto é, de um conjunto de eventos geografizados, porque tornados materialidade e norma. Muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia” (SILVEIRA, 1999, p. 22). Assim, compreendo que a diferenciação entre os lugares surge do fato de que um conjunto de elementos que age sobre eles, qualitativa e quantitativamente (CATALÁ; RIBEIRO, 2015). Silveira (1999) assegura que os objetos e ações, cuja idade e intencionalidade são das mais diversas, integram o espaço geográfico compondo atividades convergentes e divergentes, resultantes de acordos e dissidências que estão em permanente devir, possibilitando muitas reconfigurações da situação geográfica. Isso leva os lugares a um maior ou menor grau de diferenciação e especialização e permite que eles não se limitem à homogeneidade.

141 Geógrafa argentina, atualmente é pesquisadora e docente da Universidade de Buenos Aires.



Essa característica possibilita uma multiplicidade de abordagens para os estudos de geografia, porque a situação geográfica dos lugares é heterogênea. Há um complexo de relações formadas por elementos que definem uma situação geográfica, sobre a qual as coletividades humanas vivem e se reproduzem; e o(a) geógrafo(a) pode eleger quais elementos considera como fundamentais para a sua análise. Assim, o(a) geógrafo(a) pode: “cindir a geografia do mundo em subttotalidades, que se tornam estruturas significativas para cada conjunto de eventos”, estabelecendo uma ligação entre o individual e o universal (SILVEIRA, 1999, p. 24).

A situação geográfica configura um elo de verticalidades e horizontalidades, por isso não se restringe a uma porção do território, uma área contínua, mas se difunde em áreas distantes do lugar estudado, como as redes e formas de consumo e produção globalizadas (SILVEIRA, 1999). Em concordância com essa ideia, a situação geográfica não está circunscrita às ações internas de um sítio, pois sobre ele: “não incidem apenas vetores locais, mas também interesses exógenos nacionais, e muitas vezes globais, mudando, portanto, a situação dos lugares e a sua relação com o mundo.” (CATAIA; RIBEIRO, 2015, p.17).

Todos os elementos de um local, sejam eles de aspectos físico (geológicos, geomorfológicos, hidrográficos, climatológicos), ou de cunho humano (social, cultural, econômico, político), aglomerados em formas materiais, jurídicas, discursivas e simbólicas se entrecruzam num variado feixe de relações que projetam condições específicas para os habitantes de um determinado local. Em outras palavras:

*A situação é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais. Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos segmentos do Estado, de grupos e corporações difundem-se num pedaço do planeta, modificando o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis [...] É a ordem, sempre diversa, com que os objetos técnicos e as formas de organização chegam a cada lugar e nele criam um arranjo singular; que define as situações, permitindo entender as tendências e as singularidades do espaço geográfico (SILVEIRA, 1999, p. 25).*

Cataia e Ribeiro (2015), ancorados em Pierre George (1969), explicam que a situação geográfica envolve um conjunto de forças e ações que podem assumir diferentes caracteres: concorrentes, competitivas, contraditórias e complementares; de maneira que as situações geográficas podem ser sintetizadas pelas seguintes combinações de variáveis: relações entre a vida econômica e social; presença de recursos naturais; densidade e estrutura etária da população; condições jurídicas; dimensões quantitativa e qualitativa da produtividade, do capital e do trabalho (densidade econômica); balanços migratórios; esquemas das vias de circulação e transportes; e rede urbana. A definição de situação geográfica para os autores, se aproxima da perspectiva de lugar global, de Massey (2008).

Silveira (1999) alerta para o fato de que as situações também envolvem contradições graças a valorização que os segmentos da sociedade atribuem aos sistemas técnicos e aos lugares. Carregam, portanto, heranças materiais e organizacionais, mas que, no processo de permanente devir da produção espacial, podem gerar novas formas de produção e de vida, novas ações, novas intencionalidades, novos futuros e possibilidades. A concepção de situação geográfica neste caso, dialoga com uma visão de espaço relacional, a partir de um conjunto de lugares e as relações geradas pelas suas posições relativas.

Este diálogo teórico me permite inferir que as estratégias adotadas pelas integrantes das

associações estudadas, são resultantes de uma complexa realidade, que intercrucza diferentes âmbitos e diversas escalas, desde o nível mais íntimo e familiar, das relações cotidianas, ao coletivo nos assentamentos, bem como particularidades regionais e até determinações muito distantes, interconectadas níveis nacional e global. Entendo, ainda que, no que tange às escalas, esse entrecruzamento não se dá de forma linear, sequencial, mas complexo e multiescalar.

Para Cataia e Ribeiro (2015) o estudo da situação geográfica levou os(as) geógrafos(as) ao entendimento de que um fato observado numa escala local, se encontra com frequência em demais escalas, seja em nível nacional, regional ou mundial.

*A análise da situação geográfica é vital para apreciar as qualidades de um lugar, pois todo lugar está situado em relação a outros lugares a partir de vias de comunicação e vizinhança, sobretudo, situa-se em certas malhas e redes que determinam suas características de dinâmicas fundamentais (CATALIA; RIBEIRO, 2015, p.15)*

Ao pesquisarem sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) em distintas regiões do Brasil, trazem contribuições significativas na revisão e operacionalização metodológica do conceito de situação geográfica. Os autores supracitados afirmam que:

*O conceito de situação geográfica é pertinente para analisar e articular variáveis, agentes e processos em diversas escalas a partir de um foco particular. Enquanto nó de verticalidades e horizontalidades, manifestação provisória do movimento de totalização, a situação geográfica vincula universalidade e particularidade (CATALIA; RIBEIRO, 2015, p. 11).*

Diante desta exposição teórica, trago uma série de informações, dados e resultados de ambos os espaços estudados para analisar as relações estabelecidas, com o intuito de responder o seguinte questionamento: Como a situação geográfica interfere nas decisões das participantes da pesquisa sobre quais estratégias socioespaciais devem e podem adotar?

Acredito que a explicação anterior, me respalda a denominar as estratégias de reprodução social praticadas pelas agricultoras como estratégias socioespaciais. O conceito de estratégia tem como berço a Sociologia, mas por este estudo se tratar de uma pesquisa geográfica, o contexto espacial tem peso significativo, e penso que os efeitos das estratégias desenvolvidas pelas mulheres ultrapassam os limites do doméstico e familiar, acabam alcançando em maior ou menor nível, demais famílias dos assentamentos rurais, intensificando ainda mais a dimensão espacial de suas ações. Isso foi comprovado nos capítulos anteriores, quando expus as conquistas que as associações geraram para os assentamentos. Além de relacionar as questões espaciais, sociais, econômicas e culturais de tais estratégias, buscarei argumentar como esta situação geográfica, as estratégias de reprodução socioespaciais e as relações de gênero se articulam nas transformações que estão em curso na vida destas mulheres.

Nos capítulos 4 e 5, foram trabalhados os perfis dos assentamentos e das associações separadamente, objetivando destacar as singularidades de cada área estudada, todavia, neste sexto e último capítulo me debruçarei sobre ambos os assentamentos e grupos, num esforço de relacionar os resultados logrados.

Conforme já exposto, os assentamentos localizam-se em áreas distintas do Estado de São Paulo. O Assentamento Gleba XV de Novembro, na porção oeste do estado, numa zona limítrofe com os estados de diferentes regiões do país: Paraná (Sul) e Mato Grosso do Sul

(Centro-Oeste). A Gleba XV de Novembro abrange o território de dois municípios do Pontal do Paranapanema, Rosana e Euclides da Cunha Paulista. Como a OMUS está inserida em um setor mais próximo de Rosana, considere este município para a análise dos dados. Rosana possui um distrito, Porto Primavera, no qual há um campus da Unesp. O município compreende uma extensão territorial de: 744,011 km<sup>2</sup>, localizando-se a uma distância de 755 km da capital São Paulo, e faz parte da Região Administrativa de Presidente Prudente<sup>142</sup> e Região de Governo de Presidente Prudente<sup>143</sup>.

O Assentamento Monte Alegre também está consolidado sobre um conjunto de municípios: Araraquara, Matão e Motuca. O setor VI do assentamento, que foi a área estudada na pesquisa está situado em Araraquara. Este município localiza-se na porção central do Estado de São Paulo, com uma extensão territorial de 1.003,625 km<sup>2</sup> e a uma distância de 270 km da capital. Assim como Rosana, possui um distrito: Bueno de Andrada. Há em Araraquara, além da Unesp, universidades privadas, com destaque para a Universidade de Araraquara (UNIARA). O município se insere na Região Administrativa Central<sup>144</sup> e na Região de Governo de Araraquara<sup>145</sup>.

Consoante com a abordagem feita nos capítulos anteriores, vimos que estas localidades, assemelham-se pela presença elevada de assentamentos rurais e de empreendimentos do agronegócio, sobretudo pelo setor sucroenergético (no caso de Araraquara, também pelo setor cítrico); configurando assim, territórios de conflito agrário.

O conjunto de tabelas a seguir, elenca uma série de dados sobre tais municípios em termos sociais, econômicos, educacionais, de saúde e de meio ambiente.

**Tabela 1:** Território e População nos Municípios de Rosana e Araraquara, 2020

Município	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (Hab/Km <sup>2</sup> )	População Total	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização (%)	Índice de Envelhecimento (%)	Razão de Sexos
Rosana	744,01	24,71	18.387	15.858	3.833	96,37	94,94	96,67
Araraquara	1.003,6	226,79	227.618	202.730	5.932	97,16	107,96	93,22
Estado de SP	248.219,94	179,84	44.639.899	-	-	96,52	81,11	94,80

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fontes: Seade, 2020.

142 Que integra 53 municípios das Regiões de Governo de Adamantina, Dracena e Presidente Prudente: Adamantina, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Dracena, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Flórida Paulista, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Mariópolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Nantes, Narandiba, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Piquerobi, Pirapozinho, Pracinha, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau d'Alho, Taciba, Tarabá, Teodoro Sampaio e Tupi Paulista.

143 Que integra 31 municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabá e Teodoro Sampaio.

144 Que integra 26 municípios das Regiões de Governo de Araraquara e São Carlos: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Descalvado, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibaté, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, Tabatinga, Taquaritinga e Trajiju.

145 Que integra 15 municípios da microrregião de Araraquara: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trajiju.

**Tabela 2:** Estatísticas Vitais e de Saúde nos Municípios de Rosana e Araraquara, 2020

Município	Taxa de Natalidade (p/mil hab.)	Taxa de Fecundidade Geral (p/ 1.000 mulheres entre 14 a 49 anos)	Taxa de Mortalidade Infantil p/ 1.000 nascidos vivos
Rosana	11,30	42,28	14,29
Araraquara	12,53	46,22	12,45
Estado de SP	13,77	50,23	10,70

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fontes: Seade e IBGE, 2020.

**Tabela 3:** Educação nos Municípios de Rosana e Araraquara, 2010

Município	Taxa de Analfabetismo – Pop. De 15 anos e mais (%)	População de 18 a 24 anos com pelo menos Ensino Médio Completo (%)
Rosana	7,40	62,81
Araraquara	3,62	70,15
Estado de SP	4,33	57,89

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fontes: Seade e IBGE, 2020.

Este conjunto de dados nos permitem depreender que, salvo as diferenças em termos de tamanho dos municípios (dimensão territorial e populacional). Em relação a saúde, Rosana possui uma taxa de mortalidade infantil superior à de Araraquara. Em relação aos índices de riqueza e de escolaridade, Rosana apresenta índices inferiores. Chama a atenção o nível de analfabetismo em Rosana, que é duas vezes maior do que em Araraquara. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) nota-se que Araraquara possui um melhor desempenho.

**Tabela 4:** Condições de Vida e Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) dos Municípios de Rosana e Araraquara, 2020

Município	IPRS Riqueza (2018)	IPRS Longevidade (2018)	IPRS Escolaridade (2018)	IPRS Responsabilidade Social (2018)	IDHM (2010)	Renda Per Capita (2010) (em reais correntes)	Domicílios com renda per capita de até ¼ do salário mínimo (2010) (%)	Domicílios com renda per capita de até 1/2 do salário mínimo (2010) (%)
Rosana	38	73	53	N.A	0,764	593,11	12,72	30,12
Araraquara	43	74	60	N.A	0,815	891,74	4,21	12,69
Estado de SP	44	72	53	N.A	0,783	853,75	7,42	18,86

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fontes: Seade e IBGE, 2020.

**Tabela 5:** Infraestrutura Urbana nos Municípios de Rosana e Araraquara, 2020

Município	Coleta de Lixo (%)	Abastecimento de Água (%)	Esgoto Sanitário (%)
Rosana	98,89	97,94	96,95
Araraquara	99,96	99,43	98,89
Estado de SP	99,66	97,91	89,75

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fontes: Seade, 2020.

Os domicílios cuja renda *per capita* é de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo<sup>146</sup> são mais preponderantes em Rosana, chegando a ser duas vezes maior do que em Araraquara. Os dados socioambientais, tais como a coleta de lixo, o abastecimento de água e o tratamento de esgoto, apresentam níveis mais elevados em Araraquara.

**Tabela 6:** Emprego e Rendimento nos Municípios de Rosana e Araraquara, 2018. Participação dos empregos no total de empregos formais (%)

Município	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (%)	Indústria (%)	Construção (%)	Comércio Atacadista e Varejista e Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Serviços (%)
Rosana	4,62	7,64	3,18	20,06	64,51
Araraquara	1,46	19,83	3,74	22,34	52,62
Estado de SP	2,38	17,50	4,09	19,91	56,12

Organização da autora.  
Fontes: Seade e IBGE, 2020.

**Tabela 7:** Economia nos Municípios de Rosana e Araraquara, 2017

Município	PIB (em mil reais correntes)	PIB <i>per capita</i> (em reais correntes)	Participação do PIB no Estado (%)
Rosana	1.255.099,88	67.157,14	0,059207
Araraquara	9.009.108,25	40.437,49	0,424987
Estado de SP	2.119.854.034,99	48.537,53	100,000000

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fontes: Seade e IBGE, 2020.

146 O salário-mínimo vigente é de 1.045 reais.

Quanto aos índices de ocupações e rendimentos, ambos os municípios se concentram em serviços e comércio, com uma significativa concentração do setor industrial em Araraquara. E quanto aos empregos, o setor agropecuário, este é três vezes mais elevado em Rosana do que em Araraquara. A exploração dos dados informados pela tabela, permite a conclusão de que Rosana apresenta um conjunto de índices socioeconômicos mais baixos em relação à Araraquara, isso justifica a maior dependência das assentadas da Gleba XV de Novembro por políticas públicas, como será visto mais adiante.

Alguns aspectos levantados por Antuniassi (1993) corroboram com a necessidade de se considerar um conjunto de fatores da dinâmica espacial para os estudos sobre as estratégias de reprodução. Para a autora, a análise deve levar em consideração: a distância dos centros urbanos, a dificuldade de acesso às cidades e a precariedade de estradas; a má qualidade dos solos (caracterizada por solos argilosos, arenosos, de elevada acidez e deficiências de fósforo e potássio, carecendo de investimentos para correção). Tais fatores, somados ao desinteresse de autoridades políticas em ações nos assentamentos, pode assim, serem acirrados por condições ambientais, tornando estes espaços locais mais ou menos propícios ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e manutenção das famílias.

Um aspecto pertinente para se pensar a situação geográfica no Brasil, é a malha rodoviária que um município dispõe, pois, as rodovias consistem em infraestruturas que permitem fluidez às pessoas que vivem num determinado local, são estruturas que estimulam redes e conexões no espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

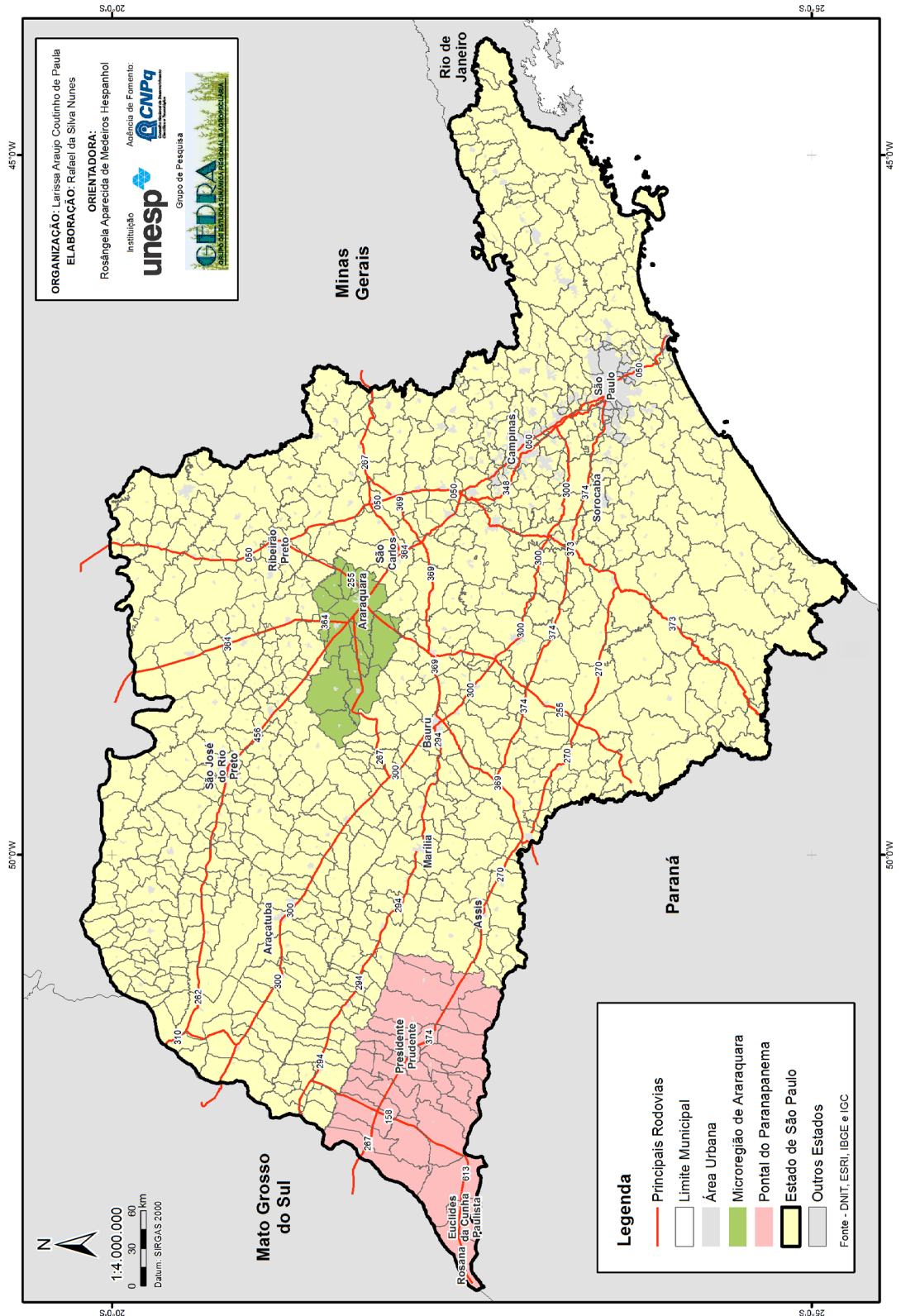
Araraquara, cujo nome vem do Tupi e significa “o refúgio das araras”, tem sua origem por meio das ocupações do desbravador Pedro José Neto, morador de Itu, que construiu em 1805 a capela dedicada a São Bento, em torno da qual se originou a povoação de São Bento de Araraquara, que foi oficializada como município em 06 de fevereiro de 1989 (SEADE, 2020).

É preciso levar em consideração o fato de que os municípios estão inseridos em um contexto de relações regionais. A configuração territorial de Araraquara abrange três rodovias: a SP-255 - Rodovia Antônio Machado Sant’Anna e Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros – que interliga Araraquara com Ribeirão Preto, Jaú, Bauru e Marília; a SP-257 – Rodovia Deputado Aldo Lupo, que interliga Araraquara a Américo Brasiliense, Santa Lúcia e Rincão; e a SP-310 - Rodovia Washington Luís, que conecta Araraquara com a Rodovia Deputado Vitor Maida (acesso à Ibitinga), com a SP-326 – Rodovia Brigadeiro Faria Lima (acesso a Barretos), São José do Rio Preto e São Carlos; e a SP-348 – Rodovia dos Bandeirantes ou SP-310 – Rodovia Anhanguera, na região de Limeira, com acesso a Campinas e São Paulo.

Araraquara está mais perto da capital e graças às rodovias mencionadas (mapa 9), está próxima de outros municípios que concentram muitos estabelecimentos de comércio e serviços, tais como São Carlos (a menos de 50 km), Ribeirão Preto (a 80 km), Piracicaba (a 140 km) e Campinas (a 187 km); além dela própria apresentar-se como cidade polarizadora para os municípios menores de seu entorno. Isso coloca o Assentamento Monte Alegre numa posição favorável, já que essa configuração propicia um melhor escoamento da produção.



Mapa 9: Localização das rodovias que perpassam os municípios de Araraquara e Rosana



Outro ponto relevante é que Araraquara apresenta uma formação geomorfológica e hidrológica que lhe atribui amenidades naturais, um nível de altitude elevado (664 m), apresentando um relevo mais montanhoso e clima agradável, com temperaturas médias anuais que variam de 13 a 30 graus Celsius. Inserido nessas características, o Assentamento Monte Alegre possui uma paisagem (painel fotográfico 13), que atrai o público interessado em esportes de contato com a natureza, como grupos de ciclistas de municípios do entorno.



Já Rosana, na extremidade do estado de São Paulo, possui um relevo menos acidentado (236 m) e um clima subtropical com temperaturas que variam entre 15 a 33 graus Celsius. O município apresenta a peculiaridade de estar delimitado ao norte pelo rio Paraná e ao sul pelo rio Paranapanema, o ponto de encontro dos rios configura uma atração turística para a localidade, em termos de pesca e balneários. Apesar disso, o Assentamento Gleba XV de Novembro, não possui vista para os rios, diferentemente do Assentamento Porto Maria, por exemplo, que pôde explorar melhor a criação de pousadas e restaurantes.

**Painel Fotográfico 13:**  
Cachoeiras na paisagem do Assentamento Monte Alegre

Fonte: Cedido por participantes da pesquisa.

Rosana teve sua criação como município em virtude da construção de um ramal ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana (que pretendia interligar essa porção do Estado de São Paulo ao município de Dourados, no Mato Grosso do Sul). Até 1953 o território de Rosana resumia-se em lotes de glebas da Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa e Ribeiro S.A. Em 1964 Rosana tornou-se distrito do município de Teodoro Sampaio, tendo sido elevada à categoria de município somente em 09 de janeiro de 1990 (SEADE, 2020).

Aqui é necessário pontuar a diferença de idade entre os dois municípios, que é bastante considerável, pois isso expressa, conseqüentemente, uma distinção em níveis de acumulação socioeconômica entre eles. Uma curiosidade pertinente é que o município recebeu este nome em virtude da filha de um dos proprietários da empreiteira citada acima se chamar Rosana. Esta informação seria apenas uma trivialidade, não fossem a situação de ingerência política e o coronelismo bastante evidente nos municípios do Pontal do Paranapanema (SEADE, 2020).

A distância entre Rosana e a capital paulista chega a ser quase oito vezes maior do que comparada com Araraquara e a única rodovia que perpassa o município de Rosana é a SP -613, que interliga Rosana ao município de Teodoro Sampaio. Em termos de relações interurbanas, o município com maior concentração de comércio e serviços mais próximo de é Presidente Prudente, ainda assim, a uma considerável distância de cerca de 200 quilômetros, totalizando aproximadamente 3 horas de percurso viário. Isso configura um isolamento territorial de Rosana e conseqüentemente dificulta a comercialização da produção agropecuária das famílias assentadas.

Estes elementos, configuram uma situação geográfica muito peculiar para cada um dos municípios, e conseqüentemente para as agricultoras, que se organizam sob diferentes es-

tratégias socioespaciais para resistirem com suas famílias nos assentamentos rurais. As mulheres da AMA possuem uma série de vínculos comerciais com instituições próximas do assentamento, como a UNESP, a UNIARA e a UFSCAR, além de o assentamento estar mais perto da sede do município de Araraquara (cerca de 25 Km) facilitando a venda de seus produtos em feiras e projetos locais. As mulheres da OMUS infelizmente não possuem uma situação geográfica tão favorável, o que as impõem maiores dificuldades de comercialização, logo são mais dependentes de políticas públicas.

## 6.2

### As estratégias de reprodução socioespaciais como resistência das famílias do campo

**A**ntes de adentrar nas estratégias socioespaciais identificadas na pesquisa, considere pertinente apresentar o embasamento teórico utilizado para pensá-las. Pausei-me nos trabalhos de Antuniassi (1993), Bourdieu (1994, 1996), Souza (2002), Sant’Ana (2003), Moreira (2012), Pedro e Hespanhol (2013), Duval (2015), Silva (2015), Grisa e Schneider (2015).

A divisão proposta por Bourdieu (1994) para as estratégias, as integram em cinco grupos gerais: estratégias de investimento biológico (relacionadas à fecundidade, cuidados preventivos e de saúde); estratégias sucessórias (nas quais se objetiva a transmissão de terra entre as gerações); estratégias educativas (por meio das quais valoriza-se a educação, o conhecimento e a ética); estratégias de investimento econômico (que objetivam o aumento de capital); e estratégias de investimento simbólico (relacionadas ao âmbito cultural, percepções e coesão do grupo familiar).

Para Rocha Antuniassi (1993), as famílias de pequeno(a) agricultore(a)s são levadas a construir estratégias para a reprodução social do grupo familiar e, assim, terem asseguradas a sua permanência no campo, especialmente nos assentamentos rurais. Ela afirma que a noção de estratégias, que no caso é denominada por ela como “estratégias familiares”, é um elemento indispensável para a compreensão das ações dos(as) agricultores(as) no processo de inserção e sobrevivência nos assentamentos de reforma agrária.

A autora supracitada entende que as estratégias são contínuos ajustes nas práticas adaptativas das famílias assentadas, como núcleo habitacional e como base de sistema de produção. São as estratégias de reprodução que possibilitam às famílias a sobrevivência nos assentamentos, apesar de toda a rusticidade das condições ambientais e do desinteresse do setor público (ANTUNIASSI, 1993).

Sant’Ana (2003) realizou um estudo em sua tese sobre as estratégias de famílias de agricultore(a)s nos municípios de Jaci, Valentim Gentil e Marinópolis, localizados na mesorregião de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo. Segundo o autor, existe um conjunto complexo e multideterminado de estratégias desenvolvidas pelas famílias que também in-

terferem no destino deste segmento social. As estratégias foram classificadas pelo autor como sendo de: ampliação/manutenção da terra e do patrimônio; produção e comercialização; arranjos intrafamiliares de gestão da unidade familiar; e à cooperação e outras formas de organização comunitária. Para ele, o uso combinado destas estratégias permitia à maioria das famílias a sua reprodução social, mantendo-as na atividade agropecuária.

Sant’Ana (2003, p. 32) afirma que as estratégias de sobrevivência ou reprodução social: “podem ser bem-sucedidas ou não, em função das restrições impostas pelo contexto econômico, social e político”. Concordo com o autor, e ademais, acrescento que a situação geográfica também se insere no rol de condicionantes que podem facilitar ou dificultar a promoção de estratégias de reprodução social das famílias.

Souza<sup>147</sup>, (2002), estudou em sua dissertação as razões pelas quais as famílias de produtores rurais do bairro Cabeceira do Boi, em Araraquara, permaneciam na terra, e identificou uma série de estratégias que contribuíam para a fixação das mesmas, com destaque para a comercialização e a herança. A herança é uma estratégia relevante para a perpetuação do patrimônio da terra e da condição social das famílias rurais.

De acordo com as especificidades de cada família, podem ocorrer distintas combinações de estratégias, a depender das suas particularidades, das características da terra e das atividades que exercem. Em um determinado momento, uma estratégia pode assumir importância maior do que a outra (SANT’ANA, 2003).

Baseando-se em Bourdieu, Sant’Ana (2003) afirma que as condições sociais, econômicas, políticas e o *habitus* influenciam as estratégias utilizadas, mas frisa que nem todas as ações/práticas desenvolvidas pelas famílias têm uma finalidade consciente. Deve-se ter em mente que a família, apesar do nível alto de intimidade, não representa uma instância totalmente coesa, homogênea, por isso as estratégias são seguidamente reelaboradas por seus/suas integrantes. A família é uma instituição que, como as demais, expressa consensos, divergências, continuidades e mudanças.

O *habitus* é uma unidade de estilo que articula práticas e bens de um agente ou de uma classe de agentes. Trata-se de um princípio que retraduz características intrínsecas e relacionais de uma posição de estilo de vida singular (BOURDIEU, 1996). Duval (2015), em sua tese de doutorado, dedicada a análise das estratégias de reprodução social em assentamentos da região central do Estado de São Paulo, fez um estudo aprofundado das obras de Bourdieu e suas contribuições teóricas para os estudos rurais. Em seu entendimento, o conceito de *habitus* foi elaborado pelo autor para evitar o mecanicismo e o estruturalismo, que consideravam as práticas dos sujeitos como uma simples execução e determinação. Logo:

*Comportamentos, representações, modos de ser, de pensar e de agir, são o que Bourdieu chama de pré-disposições operacionalizadas pelo habitus, esse acúmulo de experiências que as pessoas incorporam historicamente e socialmente, de forma intergeracional em seus grupos sociais e que são, portanto, partes constituintes e que fluem pelos agentes por meio de suas estratégias de reprodução social (DUVAL, 2015, p. 68).*

Segundo Duval (2015), estudar as estratégias das famílias rurais requer a contemplação de vários aspectos do modo de vida destas pessoas. É necessário olhar com cuidado para as

---

147 Vanilde Ferreira de Souza, doutora em engenharia agrícola, é docente da UNICAMP.

organizações formais e informais, as redes de relações às quais as famílias se articulam, as relações com os agentes mediadores e, até mesmo, os fluxos migratórios.

Internamente, a família de agricultores(as) está imersa em condições que também influenciam na escolha das estratégias: fatores como o tamanho da propriedade/lote, a escala de produção, a disponibilidade de mão de obra e de projetos de vida. As estratégias não são excludentes, a família pode desenvolver assim um conjunto de estratégias. As famílias de pequenos agricultores geralmente não guiam seus investimentos visando a maximização de lucros, mas combinam este objetivo com o bem-estar de seus membros e outros propósitos além do econômico (SANT'ANA, 2003).

Tais atividades apresentam-se sob diversos âmbitos:

*Essas estratégias dos produtores familiares, que buscam dentro do circuito da produção agropecuária a sua reprodução, incluem, além da tecnificação e da integração à agroindústria, a diversificação da produção, a introdução de inovações no processo de comercialização, a participação em mercados diferenciados ou especializados e formas de organização criativas que procuram superar as dificuldades do cooperativismo e associativismo tradicional (SANT'ANA, 2003, p. 32-33).*

O autor pontua que as atividades que não se restringem ao eixo agropecuário, à exemplo do que ocorre em países europeus, também têm sido observadas no Brasil. À título de exemplo, temos os serviços de turismo e artesanato, preservação cultural e ambiental. Os assalariamentos externos, de membros da família que trabalham fora do lote/propriedade também podem ser considerados como estratégias de reprodução social. Há famílias que se dedicam às atividades agropecuárias e atividades não-agrícolas, sendo classificadas como pluriativas. Neste sentido, Sant'ana (2003) alerta para o fato de que o crescimento de atividades não agrícolas entre as famílias rurais incentivou um discurso de supervalorização do rural não agrícola como desenvolvimento para as famílias rurais. Isso é perigoso, pois o Estado pode relegar à segundo plano a criação de estímulos para as estratégias rurais de âmbito agrícola.

A pluriatividade é um recurso utilizado historicamente pelos camponeses e camponesas, de acordo com determinados contextos e o seu crescimento atual entre as famílias possui múltiplas razões. Trata-se de uma das alternativas possíveis, não é a única, e não significa o abandono das atividades agropecuárias. Ela também representa uma forma de resistência entre as famílias, pois os(as) agricultores(as) utilizam das mesmas para a reprodução social da família e do estabelecimento/lote rural (SOUZA, 2002; SANT'ANA, 2003).

Schneider (2001), em estudos sobre as atividades pluriativas pelas famílias rurais de Estados do Sul do país, afirma que a pluriatividade se trata de uma condição permanente entre atividades agrícolas e não agrícolas praticadas por uma mesma família, podendo ser de ordem coletiva ou individual. As estratégias, segundo o autor:

*ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa segundo as relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade, que tanto é a expressão das relações materiais presentes, como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo,*



*as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas (SCHNEIDER, 2001, p. 172, grifo nosso).*

A pluriatividade e a contínua troca e contato com as dinâmicas urbanas produziram mudanças nas estratégias de reprodução em termos de gestão familiar. A visão do homem chefe de família e provedor, da mulher circunscrita ao espaço doméstico e dos(as) filhos(as) rigidamente disciplinados(as), embora ainda exista no espaço rural, vêm perdendo a força.

*[...] a crise desse modelo está ligada ao processo mais geral de industrialização e modernização da sociedade. Pode se manifestar de uma maneira prática como a perda ou redução do poder de coerção econômica do chefe ou pelo simples questionamento dessa hierarquia pela geração atual de esposas e filhos (SANT'ANA, 2003, p. 160).*

De modo geral, as estratégias das famílias rurais envolvem aspectos produtivos, desde crédito, formas de organização, comercialização, formação técnico-profissional e de administração, além de aspectos imateriais, como as tradições, valores, normas internas das famílias, relações comunitárias, alianças políticas, parentesco, casamentos e migração (SANT'ANA, 2003).

Segundo Sant'Ana (2003, p. 200):

*Deve-se atentar, ainda, para o fato de que as estratégias são parte de um projeto que se quer desenvolver, são meios utilizados para enfrentar obstáculos quase intransponíveis, a partir dos conhecimentos e das práticas já vivenciados (habitus), mas não são infalíveis. Ao contrário, são caminhos quase sempre precários e frágeis, mas ganham consistência porque contam com a capacidade dos produtores de reconstruí-los e/ou adaptá-los a cada dia. São caminhos permeados de acertos e erros, avanços e recuos, momentos de dúvidas e de firmeza nas decisões, trabalho duro e perspicácia, desilusões e esperanças.*

Moreira<sup>148</sup> (2012), em sua tese, se debruçou sobre as múltiplas estratégias econômicas e sociais de famílias rurais em Piedade e Pilar do Sul, municípios do Estado de São Paulo. Para ela: “estratégias são diversificadas e vinculadas ao contexto geográfico em que os produtores rurais estão inseridos.” (MOREIRA, 2012, p. 271). Segundo a autora há uma relação entre as estratégias adotadas pelos(as) agricultores(as), elas não ocorrem de forma efêmera ou espontânea, mas seguem uma conjuntura complexa, que inclui relações familiares e extrafamiliares.

Para Moreira (2012) há inúmeros exemplos de estratégias de reprodução social e econômica praticadas pelas famílias de agricultores e dois princípios regem tais estratégias: a localização geográfica (relação econômica, espacial e comercial) e as relações institucionais (políticas). As estratégias se fundamentam em aspectos objetivos e subjetivos, todavia, nem sempre estão vinculadas às questões puramente econômicas. “A família (tamanho), o local (contexto), o mercado de trabalho (agrícola e não agrícola), a estrutura fundiária (concentrada ou não) e a conjuntura econômica são alguns dos elementos que afetam as escolhas e as ações estratégicas”. (MOREIRA, 2012, p. 275).

Silva<sup>149</sup> (2015) também estudou as estratégias de reprodução social em sua tese de doutorado. O enfoque empírico de seu trabalho concentrou-se nas famílias de agricultores(as) das

148 Erika Vanessa Moreira, geógrafa, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos de Goytazazes, Rio de Janeiro.

149 Juniele Martins Silva, geógrafa, professora visitante da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais.



comunidades rurais de Custódia, Ribeirão Domingos e Tambiocó, no município de Catalão, em Goiás. A autora concluiu que, apesar das dificuldades, as famílias conseguem permanecer na terra e se reproduzirem socialmente graças a uma série de estratégias.

A autora verificou que as famílias tinham muitos tipos de estratégias, tais como: a produção diversificada de alimentos e de animais; as atividades extra propriedade (como trabalhadores temporários ou diaristas); a comercialização em feiras; a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); a venda de excedentes no próprio assentamento e seu entorno; além do recebimento das aposentadorias (SILVA, 2015).

Silva (2015) corrobora, com os(as) demais estudiosos(as), de que as estratégias elegidas pelas famílias rurais se dão dentro de variadas condicionantes: sociais, culturais, econômicas e espaciais, que cerceiam suas vidas. A autora também considerou a questão espacial como uma das esferas das estratégias. Para ela: “A reprodução social é um processo dinâmico, isto é, dá-se por meio das transformações e adaptações ao longo do tempo.” (SILVA, 2015, p. 92).

*As relações na agricultura se mostram como um processo dinâmico, portanto não estático, sofrendo diferentes influências, de acordo com cada peculiaridade. Essa multiplicidade e heterogeneidade constantes denotam diferentes formas e racionalidades vinculadas à propriedade e as experiências anteriores, bem como o contexto macro que dinamizam, em mais ou menos, na tomada de decisão por determinadas estratégias na sua unidade de produção, de acordo também a uma forma de gerir mais integrada ao mercado ou mais autônoma (SILVA, 2015, p. 92).*

Pedro<sup>150</sup> e Hespanhol<sup>151</sup> (2013), realizaram uma pesquisa sobre as estratégias de reprodução social dos produtores rurais da Microbacia do Córrego 1º de Maio, bairro rural de Presidente Prudente, São Paulo. Na perspectiva das autoras, a luta pela permanência na terra por meio da reprodução social expressa a resistência dessas famílias quanto às novas formas de produção capitalistas, e também uma ideologia que se contrapõe à individualização do trabalho, na opção pela atividade familiar (PEDRO; HESPANHOL, 2013).

As autoras mencionam que além do eixo econômico, as estratégias de reprodução social das famílias de agricultores também são construções simbólicas, fortemente baseadas nos laços de parentesco, concluindo que:

*Não basta analisar a relação com a terra apenas pelo viés econômico, jurídico e social, é preciso, pois, enfrentar essa relação através de vários ângulos: econômico, social, político, jurídico, simbólico, étnico, cultural e espacial, que é transmitido para gerações futuras (PEDRO; HESPANHOL, 2013, p. 64).*

Neste sentido, além da terra configurar-se como um instrumento de trabalho, ela também é patrimônio simbólico-cultural para essas famílias (MOREIRA, 2012). Acredito que as mulheres possuem uma grande capacidade de iniciativa e planejamento sobre a renda, a organização de consumo e gestão familiar. Ao se colocarem diante de projetos que lhes provenham retorno financeiro, elas adquirem não apenas um rendimento monetário, mas uma maior autonomia e poder de decisão. Mesmo que, de modo geral, o rendimento por elas obtido seja inserido no orçamento total da família.

150 Vania Cristina dos Santos Pedro, licenciada e bacharela em Geografia, foi estudante de mestrado da FCT/UNESP, realizou estágio na Universidade de Toulouse – Jean Jaurès, França.

151 Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, geógrafa, docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP.

Concordo que uma mudança de perspectiva na observação da trajetória das mulheres rurais é necessária. É inegável as assimetrias de poder nas relações e decisões, bem como na valorização laboral, porém, não se deve atribuir à estas mulheres uma condição de vítimas resignadas. Elas estão em constante movimento de enfrentamentos e conquistas por direitos que foram injustamente negados por longo tempo para elas, contestando, assim, o *status* de inferioridade (SILVA<sup>152</sup>; SANT'ANA; MAIA<sup>153</sup>, 2018).

Sant'Ana (2003) aponta a importância de que as decisões familiares pelos membros que se envolvem diretamente na produção agropecuária, sejam pautadas pela ética do trabalho. Assim, por mais que em muitos casos prevaleça a decisão masculina, as relações de gênero somadas à ética do trabalho, garante às mulheres o poder de decisão. É evidente que isso não deixa de sobrecarregá-las, pois mesmo que obtenham recursos com trabalho agropecuário ou não agrícola, elas não são dispensadas das responsabilidades domésticas, tendo assim, que se adaptarem às jornadas exaustivas (SANT'ANA, 2003).

Uma das consequências advindas com o protagonismo das mulheres do campo é a questão da sobrecarga das mesmas, que acumulam funções e múltiplas jornadas, dentro e fora do assentamento. Há casos de mulheres que têm empregos fora dos lotes, seja em prestação de serviços ou ainda como servidoras públicas, e ainda participam como associadas de organizações coletivas, além de trabalharem nos afazeres domésticos de suas casas e cuidando de filho(a) e familiares adoecidos(as).

Sobre o tempo destinado ao trabalho, Salvaro, Stevam e Felipe (2014), baseados em Lourenço (2010), trazem considerações pertinentes. Há uma dimensão subjetiva do tempo entre homens e mulheres. Há o tempo objetivo, mensurado pelo relógio, e o tempo subjetivo, qualitativo, ligado às dimensões afetivas e ao cotidiano. Assim, quando as mulheres se envolvem nas atividades coletivas da associação, seu tempo adquire uma dimensão objetiva, diferente de quando se dedicavam restritamente aos afazeres domésticos.

A riqueza de temáticas e discussão teórica sobre as estratégias é muito rica, porém, é difícil operacionalizar tantos eixos de abordagens numa única pesquisa. A pesquisa possibilitou a identificação de muitas estratégias socioespaciais, cujas quais decidi por agrupá-las de acordo com diferentes dimensões: espacial, social, econômica e cultural.

O intuito, além de dialogar sobre as estratégias identificadas é apontar como tais mecanismos têm contribuído para uma maior consciência das relações de gênero e empoderamento feminino, e para além disso, considero que as estratégias têm gerado fissuras que possibilitam desconstruções dos padrões de gênero vigentes no espaço rural. Deste modo, lanço mais um do questionamento: Como as estratégias socioespaciais promovem o protagonismo feminino e o enfrentamento às estruturas de opressão sofridas pelas agricultoras?

Procurei responder essa pergunta de acordo com os próximos tópicos, nos quais discorrerei sobre as estratégias, identificadas e reunidas sobre diferentes perspectivas. Ressalto que estas dimensões apresentam uma articulação, pois se correlacionam em muitos pontos, não se sucedem de forma isolada. Entretanto, acredito que esta divisão é importante para conduzir melhor o(a) leitor(a) aos resultados da pesquisa, além de consistir num esforço de análise e organização das informações produzidas em campo.

---

152 Flaviana Cavalcanti da Silva, engenheira agrônoma, atualmente é docente na Universidade Estadual do Mato grosso (UNEMAT).

153 Ana Heloisa Maia, engenheira agrônoma, atualmente é docente da UnB.

## 6.3

# Estratégias socioespaciais e empoderamento feminino: a dimensão espacial

**P**ara a geógrafa Maria Geralda de Almeida<sup>154</sup> (2016), pensar o espaço rural, nos remete à dualidade. Essa dualidade é expressa pela divisão entre o espaço doméstico e o espaço de produção, um espaço masculino e outro feminino. O espaço masculino é caracterizado pelo trabalho, pela política e pelo poder; enquanto o espaço feminino é o da reprodução doméstica, é um espaço, de acordo com suas palavras: “amorfo, indiferenciado, dependente. É o espaço do não trabalho, um espaço à margem da economia, o espaço dos inativos” (ALMEIDA, 2016, p. 146).

Na tradicional visão econômica, sabemos que este espaço não é valorizado, muitas vezes é esquecido, omitido, pairando sobre a invisibilidade. Basta lembrarmos das ideias de Federici (2017) ao explicar o processo histórico e político que conduziu as mulheres ao ostracismo e submissão que nos conscientizamos de que isso não foi um fato aleatório, mas carregado de intencionalidades.

*Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar (preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras, incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente são reconhecidas, porém com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, manejo da horta doméstica e de pequenos animais do quintal) (MAIA et al, 2018, p. 297).*

No entanto, quando subvertemos nosso olhar, desanuviando a nossa visão do economicismo, do jogo autoritário do machismo e patriarcado, é sim possível enxergar outro espaço. Um espaço de vida e de solidariedade, um espaço de luta e resistências diárias, que apesar de todas as formas de violência tem germinado. Almeida (2016) ao pesquisar quintais rurais em assentamentos do município de Mambaí, no interior de Goiás, baseia-se na visão humanista de espaço para afirmar que a casa e a vida cotidiana constroem o vivido e o percebido, logo, a casa se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado por seus/suas moradores(as).

A casa é um reflexo de práticas culturais. No material que é utilizado em sua construção, no estabelecimento das divisões internas, seus usos, a disposição dos objetos, todos esses elementos expressam leituras de modos de vida. A casa para a mulher rural constituiu-se em um espaço de sua reprodução social, é abrigo e “fábrica” nas atividades adotadas pelas mesmas como maneiras de adquirir renda. Assim, muitas mulheres rurais têm transformado suas casas em fabriquetas de doces, bebidas, produtos derivados de leite, bordados, costura e artesanato” (ALMEIDA, 2016, p. 147).

*Os quintais, todavia, não devem ser estudados fora do contexto com demais escalas, regional, nacional ou mesmo global. Já que há uma série de condicionantes, físicos, políticos, econômicos que interferem nessas produções. Nos quintais das moradias, as plantas e seu manejo, e a*

154 Atualmente é docente da Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora colaboradora da Universidade Federal de Sergipe (UFS).





Nas observações dos trabalhos de campo, era frequente a chegada de ciclistas em grupos, que se sentavam na área externa da padaria, conversavam e consumiam os produtos (sucos, bolos, salgados etc.); para então retomarem o seu percurso.

Esta interação entre as assentadas e os ciclistas nos remete à definição de lugar proposta por Massey (2008), que o entende como um espaço aberto ao encontro de trajetórias<sup>155</sup>, à concatenação de estórias, sempre aberto e em movimento, que proporcionam encontros inesperados, de modo a mudar relações e espacialidades dos sujeitos. Para ela, o espaço só é construído a partir da multiplicidade dos encontros, e em campo percebemos como isso, mesmo nos níveis mais próximos e escalas mais cotidianas, pode ser extremamente potencializador.

*O espaço não é um recipiente para identidades sempre-já constituídas, nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo (MASSEY, 2008, p. 33).*



**Painel Fotográfico 15:**  
Ciclistas frequentando a Padok

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

É possível observar nas ilustrações 3 e 4 elaboradas por integrantes da AMA, ao representarem a padaria, o quanto a presença dos(as) ciclistas é importante. Eles não constituem um elemento fixo que se acopla à padaria, mas demonstram a fluidez deste espaço, uma ponte para as associadas, entre a fronteira do assentamento com os municípios vizinhos. Além disso, há uma relação estabelecida ao longo dos anos, de amizade e reciprocidade entre eles.



**Ilustrações 3 e 4:**  
Representação do lote da Padoka elaboradas pelas associadas da AMA: Ciclame e Calêndula

Elaboração das participantes, 2018.

Há ciclistas que possuem um modo de vida peculiar, além da prática de exercícios físicos, têm uma alimentação restrita, seja por aspectos de saúde ou por ideologia, não consomem carne, nem glúten ou lactose. Ao perceberem isso, as associadas passaram a buscar receitas na internet, em blogs e vídeos do *Youtube*, visando a oferta de um cardápio mais adequado para estes(as) clientes. Isso

155 Para Massey (2008, p. 33), as trajetórias e estórias são elementos que enfatizam o processo de mudança de um fenômeno.

as fez serem incluídas no Projeto Rota das Raízes<sup>156</sup>, que prevê a elaboração de um roteiro gastronômico vegano de trilhas rurais do Estado de São Paulo.

Certa vez, o cachorro de estimação de uma das associadas adoeceu, uma ciclista sugeriu que fizessem uma “caixinha de doações” e deixassem no balcão da padaria, e com o dinheiro depositado, ela conseguiu custear a cirurgia do animal. Outro acontecimento narrado foi o assalto à padaria em 2014. Como os assaltantes roubaram muitos equipamentos, elas ficaram impossibilitadas de produzir, até serem contempladas com uma premiação da Consul, quando ganharam novos equipamentos. Begônia nos disse que elas temiam outro assalto, e então, um dos ciclistas perguntou por que elas não colocavam grades nas portas e janelas para impedir novos furtos. Ela respondeu que não tinham recursos para isso, então ele lhe disse que doaria as grades, e elas precisariam custear apenas os serviços de um pedreiro que as instalariam. Outro ciclista doou um equipamento de alarme para que elas tivessem maior segurança e fossem notificadas em caso de uma tentativa de invasão.

Quando me refiro a importância da questão espacial, não apenas no âmbito material, mas também simbólico, percebo que essas mulheres reconhecem a padaria como o lugar delas, têm uma identificação com aquele espaço, que está incorporado em suas trajetórias por meio da luta coletiva. Algo que é explicitado nas palavras desta associada:

*Às vezes a gente pensa em melhorar a aparência, fazer umas coisas mais bonitas aqui na padaria. Precisa de melhorias? Precisamos. Precisa fazer um cercado, fazer um alambrado, mas o pontinho da Padoka é esse, se eu tirar essa visão da Padoka, vai perder. Eu acho que tem que tomar cuidado com isso, porque a gente não pode perder a Padoka, perder a identidade dela. Ela é assim porque ela é acolhedora, né? Uma Padoka acolhedora. Esse espaço é o espaço que nós ganhamos, que nós tivemos o poder de construir, espaço de luta. Não desistimos em momento algum, mesmo com as dificuldades e tombos que levamos, hoje estamos aqui (Gérbera, assentada associada à AMA, 29/03/2018).*

Vale lembrar que as associadas da OMUS também possuem uma padaria, porém, não a utilizam como estabelecimento comercial, apenas como local para fabricarem os itens de panificação que comercializam sobretudo com os programas públicos. Em relação à OMUS, identificamos uma estratégia interessante entre as associadas que é a política de habitação rural Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e também observamos como um conjunto de políticas públicas que as auxiliaram na dotação de maior infraestrutura e conforto para suas casas e lotes.

Rover e Munarini (2010) explicam que esse programa (PNHR) foi criado em 2003, tendo como objetivo reduzir o histórico *déficit* habitacional dos espaços rurais. As famílias do campo quando têm algum recurso monetário extra, geralmente optam em investir na produção agropecuária, adiando os investimentos em seu bem-estar e infraestrutura domiciliar que, muitas das vezes, está em condições precárias. Assim, esta política prevê o acesso facilitado ao projeto da construção ou reforma de casas das famílias rurais mais vulneráveis. Trata-se de um programa importante ao promover o desenvolvimento rural

<sup>156</sup> Rota das Raízes: culinária e cultura no estado de São Paulo é um projeto aprovado pelo edital nº 29/2017, do Programa de Ação Cultural Concurso de Apoio a Projetos de Economia Criativa – Moda, Gastronomia, Artesanato e Cultura Digital – no Estado de São Paulo. O projeto tem como objetivo explorar a cultura paulista por meio de sua culinária, investigando o uso de ingredientes vegetais, descobrindo os sabores e as histórias ao redor de receitas tradicionais e populares do estado de São Paulo. Entende-se que a culinária tradicional está intimamente ligada aos modos de produção relacionados ao respeito com a terra, assim também refletindo, nos seus pratos típicos e ingredientes populares, a relação que povos tradicionais estabelecem com a natureza. Deste modo, o projeto buscou pessoas, comunidades e grupos que preservam tais tradições e conexões com suas raízes, e que, por consequência, trabalham com a valorização desses ingredientes vegetais e receitas culinárias em que não há o uso de ingredientes de origem animal (ROTA RAÍZES, 2018).



social integrado e sustentável. Para os autores isso impacta diretamente na autoestima das famílias beneficiadas, fortalecendo o desejo de permanecerem no espaço rural.

O PNHR<sup>157</sup> integra uma fase das políticas para a agricultura que tinham um escopo mais abrangente, multidimensional, permitindo o atendimento de famílias rurais com renda entre um até três salários-mínimos (ROVER; MUNARINI, 2010). As associadas da OMUS foram beneficiadas com uma das três modalidades do programa, o “Programa Crédito Solidário”, por meio da qual puderam dispor de até 10 mil reais para a construção e até 7.500 reais para reformas, com recurso financiado com prazo de devolução de até 240 meses.

*A necessidade de melhorar as condições de moradia, a perspectiva de continuar vivendo no espaço rural e o interesse em incentivar os filhos a permanecerem na agricultura são os principais pontos que levam 100% dos entrevistados a valorizar a política de habitação rural e a considerar que ela se torne permanente (ROVER; MUNARINI, 2010, p. 265).*

É interessante pontuar que a OMUS propiciou o acesso ao programa não apenas para as associadas, mas para as demais famílias assentadas na modalidade que pleitearam. Durante os trabalhos de campo acompanhei o empenho da liderança em incluir o máximo de famílias no projeto para reforma das casas. Ela levantava documentos, discutia com o engenheiro da Caixa Econômica Federal, foi um trâmite trabalhoso. A princípio, o projeto aprovado excluiu muitas famílias e segunda ela, eram as que mais necessitavam pois estavam com suas casas em situação de precariedade. Após muita insistência, o projeto foi aprovado com a contemplação de todas as famílias propostas. O técnico do Itesp comentou sobre o programa:

*Agora tem um programa que a própria associação de mulheres da dona Margarida está fazendo que é de crédito habitação, está saindo pela Caixa Econômica Federal, aí, vai ser atendido com 50 famílias. Acho que a associação vai conseguir atender 50 famílias, vai conseguir atender para reforma e construção de casas. A Caixa Econômica Federal exige uma jurídica, que no caso é a OMUS (Técnico Agrícola do Itesp de Rosana, 24/04/2018).*

Uma das associadas, Lavanda, reconhece que essa foi mais uma conquista da OMUS para o assentamento como um todo e não apenas para o grupo de mulheres:

*A associação ajuda muito os assentados, só de ter reunião pra falar o que vai acontecer... Que nem, essas casinhas mesmo que vão vir, né? Pra construção e reforma, essas casinhas foi a associação que correu atrás, que tá arrumando. Só que as casinhas ainda não estão fazendo. Mas está em andamento. Está tendo reunião, a engenheira veio aqui, olhou as casas, para avaliar quem tinha direito. E isso foi através da associação porque a associação que tá por dentro dos assuntos, né? (Lavanda, associada à OMUS, 25/04/2018).*

Os resultados de um conjunto de políticas públicas, incluindo, sobretudo o PNHR, o Pronaf e o PAA, demonstram as melhorias de infraestrutura e investimentos nas casas e lotes, visíveis nas ilustrações das associadas, que representaram os seus lotes por meio de dois desenhos, antes e depois de participarem dos programas (ilustrações 5 e 6).

157 A política é operacionalizada por meio de três modalidades de contrato: Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH); Carta de Crédito com Operações Coletivas – FGTS (CCFGTS) e Crédito Solidário (FDS).



Nas cartografias elaboradas pela participante Gardênia, podemos notar alterações espaciais em seu lote, como a ampliação da residência, construção de um poço artesiano, de um barracão e de outra nova casa, onde reside a sua filha, além da inserção de cultivos alimentares como mandioca, banana e hortaliças.

**Ilustrações 5 e 6:**  
Representação do lote de participante da OMUS – desenhos elaborados por Gardênia

Elaboração da participante, 2018.



As cartografias de Kalanchôe expressam mudanças quanto ao material de sua residência, antes uma casa de madeira, posteriormente foi construída uma casa em alvenaria que possibilitou o maior conforto da família. Além disso, houve a construção de poço artesiano, a criação de uma horta irrigada, na qual cultivam alface, couve, almeirão, tomate cereja, pimentas e berinjela, além do plantio de eucaliptos.

**Ilustrações 7 e 8:**  
Representação do lote de participante da OMUS – desenhos elaborados por Kalanchôe

Elaboração das participantes, 2018.

Margarida afirmou em entrevista que a vida dela e de outras assentadas mudou consideravelmente, após participarem das políticas públicas, o que permitiu investimentos e melhorias nas condições de vida e de trabalho:

*A nossa vida com esses programas melhorou muito, porque a gente tinha o nosso dinheiro, mesmo que atrasasse, a gente tinha nosso dinheiro. As mulheres buscam mais a sua independência, a fim de trabalhar sem estar dependendo de homem, então foi muito importante. A gente começou a comprar coisas para dentro de casa, comprar cama, que antes era muito ruim, melhorou tudo, principalmente depois do PAA. Eu melhorei a minha casa, temos mais conforto. Teve gente que comprou gado com o Pronaf, ou fez horta (Margarida, associada à OMUS, 24/04/2018).*



As ilustrações elaboradas por Margarida revelam diversos investimentos no lote, tais como a reforma da casa com material em alvenaria, a construção de um poço artesiano, o cultivo de horta e pomar, a aquisição de bovinos. É interessante destacar que ela fez questão de registrar antenas, de televisão e de internet, elementos que ela avalia como importantes para uma vida mais confortável em seu lote. Na primeira ilustração, ela desenhava uma carroça, que segundo ela, era o único veículo que possuíam, até que tiveram condições para adquirir um automóvel.

**Ilustrações 9 e 10:**  
Representação do lote de participante da OMUS – desenhos elaborados por Margarida

Elaboração da participante, 2018.

O projeto para a reforma das residências foi aprovado ao fim de 2018, porém as reformas foram realizadas um ano depois, ao fim de 2019, devido aos trâmites de documentação, compra de material, contratação de serviços etc. No painel fotográfico 16 é possível observar algumas das casas reformadas.

Considero que as estratégias apresentadas geraram benefícios para as associadas e suas famílias. A atração de ciclistas em virtude da localização da Padoka, proporcionou às mulheres da AMA, além da contribuição econômica, o encontro com sujeitos de outras espacialidades, os(as) ciclistas, que atribuíram novos significados à padaria. Quanto à OMUS, as políticas públicas federais lhes possibilitaram a ampliação da renda, a diversificação e melhoria da produção voltada para o autoconsumo e a comercialização (PAA e PNAE), os investimentos nos lotes e em suas residências (Pronaf e PNHR), as mudanças são visíveis no espaço de seus lotes e possibilitam um maior conforto às famílias, sobretudo para as mulheres, que são as que mais trabalham na esfera doméstica.



**Painel Fotográfico 16:**  
Casas reformadas no Assentamento Gleba XV de Novembro, via Programa Nacional de Habitação Rural

Fonte: fotos cedidas pelas participantes da pesquisa.

## 6.4

# Estratégias socioespaciais e empoderamento feminino: a dimensão social

**C**onsidero que a própria criação de grupos coletivos, como as associações estudadas neste trabalho, são estratégias de reprodução socioespaciais, cuja principal característica é propiciar renda no âmbito da economia solidária, estimulando as relações de troca e sororidade entre as mulheres associadas.

Moreira (2012) observa que as formas de organização coletivas são estratégias buscadas pelas famílias de agricultores(as) para amenizar os problemas relacionados à aquisição de insumos químicos e à comercialização. A autora traz a seguinte definição para o termo:

*A associação consiste numa reunião de, no mínimo, duas pessoas, sem fins lucrativos, de caráter social, econômico, político e cultural, sendo o patrimônio formado por uma taxa estabelecida entre os associados. Para a formação de uma cooperativa, no entanto, são necessárias no mínimo 20 pessoas, constituindo assim uma entidade sem fins lucrativos, de caráter econômico, com a possibilidade de se inscrever no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), portanto, sendo cobrados impostos referentes à pessoa jurídica (MOREIRA, 2012, p. 308-09).*

As organizações de agricultore(a)s em coletivos, seja para baratear a aquisição de insumos e maquinários, ou para produzir ou vender em conjunto, enfim, para qualquer finalidade, é algo bastante comum. Os grupos formados especificamente por mulheres têm crescido cada vez mais, elas se organizam coletivamente para participarem de políticas públicas, para produzirem artesanato, para projetos de agroindústrias e beneficiamento produtivo, para cultivo de ervas medicinais, entre outros objetivos.

Uma perspectiva interessante observada nestes tipos de organizações é a da economia solidária. Para a inserção deste conceito, utilizarei as discussões trazidas pelas seguintes autoras: Herk<sup>158</sup> (2011), que estudou relações de gênero nos cargos de gestão de duas organizações de economia solidária da cidade de Uberlândia, Minas Gerais; Costa<sup>159</sup> (2011) que realizou uma pesquisa teórica e documental a respeito das mulheres na economia solidária; e de Bonumá<sup>160</sup> (2015), responsável por um estudo teórico e empírico sobre a participação feminina na economia solidária do Brasil.

*A Economia Solidária, assim concebida, propõe uma nova forma de organizar a produção, as relações de trabalho, as finanças, a comercialização, a distribuição e o consumo, se definindo como alternativa ao mercado capitalista, cuja lógica subordina os interesses dos trabalhadores, dos consumidores e dos cidadãos aos interesses do mercado e ao lucro de poucos. A Economia Solidária é considerada a atividade econômica e produtiva que visa a geração de trabalho e renda de forma associativa, cooperativa e autogestionária, buscando – mais do que o lucro – a*

158 Andréa Costa van Herk, administradora, doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais.

159 Jussara Carneiro Costa, doutora em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), docente da Universidade estadual da Paraíba (UEPB).

160 Helena Bonumá, cientista social formada pela UFRS.



*sustentabilidade, a inclusão social, o desenvolvimento comunitário, o bem-estar e a dignidade humana, e a solidariedade (BONUMÁ, 2015, p. 39-40).*

A economia solidária tem como fundamento a solidariedade na busca pela redução da exclusão social. No Brasil, legalmente, tal conceito implica em produzir, vender ou trocar bens e/ou serviços para garantir a sobrevivência de uma pessoa ou de uma família. Assim, prevalecem o bem comum, as formas coletivas de autogestão, a cooperação, a solidariedade e a preservação ambiental (HERK, 2011).

*A economia solidária, tal como a concebemos hoje, resulta de experiências de auto-organização comunitárias para provimento de suas necessidades e de alternativas associativas para geração de trabalho e renda, que ao longo da história do capitalismo aparecem de diferentes formas, em diversos lugares (BONUMÁ, 2015, p. 36).*

Segundo o levantamento realizado por Herk (2011), de acordo com o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), os empreendimentos solidários caracterizam-se por serem associações, cooperativas, grupos, bancos comunitários ou redes de cooperação; que podem realizar operações de produção, comércio, serviços, crédito, consumo e trocas; e preveem a solidariedade, autogestão, cooperação, justiça e sustentabilidade.

Aqui trago uma observação pertinente sobre a AMA. Como a padaria é um empreendimento comercial, é comum que os clientes (em sua maioria moradores do assentamento) comprem itens “fiado”, ou seja, para serem pagos oportunamente, e as associadas vendem, mesmo sob o risco de não serem pagas. Mas o que me chamou mais atenção, é que elas também emprestam dinheiro para a comunidade do assentamento:

*A gente vende a fiado, não vou dizer que nunca levamos calote, mas a maioria paga. Às vezes também, o pessoal do assentamento vem aqui pedir as coisas emprestadas, dinheiro. Eu preciso de 10 reais, 15 reais, até tal dia eu pago. Ou pede comida, aí a gente arruma um pacote de açúcar, um óleo, às vezes um sabão, a gente não tem pra vender, a gente não sabe nem o preço, né? Então, a gente fala pega emprestado, a hora que você comprar você traz. **Às vezes a pessoa está apurada, vem e pega um dinheirinho nosso e traz de volta.** Então, eu acho que a padaria beneficia a comunidade toda, porque você vem aqui e compra um pãozinho, a gente até empresta as coisas, as pessoas vêm e emprestam (Begônia, associada à AMA, 28/03/2018).*

Historicamente, a economia solidária teve início na fase industrial capitalista, quando trabalhadores(as) rurais e operários(as), sobrevivendo em contextos de exploração e precariedade passaram a se organizar com base em ideias cooperativistas. Essa fase é denominada por economistas como cooperativismo revolucionário do século XIX. Na década de 1970, pós-guerra, na França, houve grande movimentação social na busca por iniciativas de auxílio mútuo, e o papel feminino nessa conjuntura foi muito importante, já que eram as mulheres que levavam conhecimento educacional ao povo, auxílio as/aos menos favorecidos(as), cuidados de saúde, higiene e organizavam formas coletivas de trabalho (HERK, 2011).

Esse fato, da maior inserção de mulheres nestes tipos de iniciativas, se repete em muitos países, já que elas “têm uma característica interessante de primarem pela organização coletiva como forma de potencializar a geração de trabalho e renda, no intuito de buscar certa liberdade e independência econômica em relação aos homens (HERK, 2011, p. 57). No Brasil, a economia solidária surge no início do século XX, por influência de imigrantes europeus (HERK, 2011). Mas, o primeiro empreendimento reco-

nhecido como economia solidária data de 1885, no Nordeste do país. Trata-se de uma comunidade quilombola que hoje é constituída por um grupo de mulheres jovens dedicadas ao artesanato. Além de comunidades quilombolas, as aldeias indígenas e ligas camponesas no Brasil possuem acúmulo de experiências com trabalho autogestionário (BONUMÁ, 2015).

Costa (2011) e Bonumá (2015) realizaram um levantamento das características de empreendimentos de economia solidária no Brasil, e verificaram que quanto menor o empreendimento, maior o número de mulheres engajadas no projeto. A participação delas é majoritária nos projetos com menos de 10 associados(as), enquanto os homens têm participação predominante nos grupos com mais de vinte integrantes. Ou seja, a participação feminina é maior em empreendimentos informais e menores, e os homens são maioria em cooperativas e projetos formais.

Outra informação significativa apontada pela pesquisa de Bonumá (2015) é a de que em empreendimentos de economia solidária dos espaços urbanos, há uma participação mais equilibrada entre homens e mulheres, já nos espaços rurais, a presença feminina é predominante (BONUMÁ, 2015). Isso coloca os projetos de economia solidária como estratégias socioespaciais importantes para as famílias rurais e, sobretudo, para a emancipação da trabalhadora rural. Articular um projeto assim não é fácil, conforme expus nos capítulos anteriores, muitas mulheres, em ambos os casos pesquisados, na AMA e na OMUS, acabaram desistindo de continuar participando do projeto, a persistência e coesão são características importantes e identificadas nos dois casos.

Bonumá (2015) explana que as atividades vinculadas nesses projetos solidários envolvendo mulheres são, em sua maioria, ligadas, na seguinte ordem, ao: artesanato, confecção, alimentação, agroecologia, reciclagem, pesca e prestação de serviços. Esta informação corrobora a reflexão de que as mulheres adentram na economia solidária a partir das funções que ocupam na divisão sexual do trabalho, são as atividades nas quais possuem mais experiência e conhecimento. Isso também reverbera na possibilidade das mulheres articularem os trabalhos dos grupos coletivos com as responsabilidades do trabalho familiar e doméstico por elas desempenhados.

No Brasil, as iniciativas de economia solidária cresceram após a adoção da política neoliberal, nos anos 1990. Esse movimento indicava uma forma de resistência e busca por sobrevivência diante da crise e do desemprego (COSTA, 2011). Nos anos 2000, tais empreendimentos seguiram crescendo sobretudo com a criação de políticas públicas de fomento à economia solidária propostas por governos populares, como o PT (BONUMÁ, 2015).

Bonumá (2015) descreve que os dez principais princípios da economia solidária são: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social e cuidado com o meio ambiente. Considero que tais princípios estão presentes em projetos e ações da AMA e da OMUS, por meio de um saber fazer. Estas mulheres têm assumido o protagonismo de suas vidas e dinamizado a economia local, além de trabalharem de forma coletiva e integrada, buscando cursos e técnicas de aprendizagem para o aprimoramento. A questão ambiental também perpassa pelas associações, observei em campo, sobretudo no que diz respeito à preocupação com o desperdício, inclusive, nas padarias, elas aproveitam as frutas dos seus próprios lotes para produzirem as polpas dos sucos que são comercializados.



Herk (2011) explica que a pessoa gestora tem uma grande responsabilidade dentro da economia solidária, pois deve articular o grupo política e economicamente para garantir a tríade: capital, trabalho e cooperação. Essa característica de liderança e articulação também foi algo constatado na pesquisa. As lideranças das associações são mulheres bastante ativas e corajosas, que se engajam na melhoria da própria associação, mas também de toda a comunidade do assentamento, tornando-se, assim, referências locais.

As mulheres enfrentam dificuldades em virtude da necessidade de conciliarem as atividades desenvolvidas nas associações e as que desempenham no grupo familiar, tendendo a se sobrecarregarem (COSTA, 2011). O trabalho das mulheres dentro dos lotes já é bastante exaustivo, acrescido das atividades que envolvem as associações, torna-se ainda mais desgastante. Elas preparam o alimento, limpam a casa, cuidam das crianças e dos idosos, lavam roupas, enfim, suas atividades se desdobram em rotinas duplas e até triplas (FRANCISCO, 2011).

Verifiquei, que as participantes da pesquisa, realizam revezamentos nas escalas de trabalho, para impedir que o excesso recaia sobre apenas algumas associadas, compartilhando de modo igualitário as demandas e horários destinados à realização das atividades, isso indica, a meu ver, um elevado nível de consciência e sororidade umas com as outras.

Segundo Almeida (2016), o excesso de mão de obra feminina doméstica, com salários irrisórios, estimulou a exploração de mercados de trabalho femininos desprotegidos e marginalizados. Neste sentido, concordo com Costa (2011), quando ela afirma que a economia convencional, enquanto um campo de saber, ao optar por se ocupar apenas da dimensão mercantil da riqueza e recusar a se envolver nas relações familiares, sob a justificativa de respeito à vida privada, acaba por contribuir para o aprofundamento das desigualdades de gênero.

Considero a organização de grupos coletivos, como as associações, baseadas nos preceitos de economia solidária, é uma estratégia de cunho social pelo fato de contribuir para a criação de espaços de discussão, reflexão, decisões coletivas, direito à fala, posicionamentos de cobrança às autoridades políticas locais, além da questão do apoio mútuo e afetividade. A dimensão da afetividade e do apoio entre as mulheres das duas associações revelam-se nos seguintes trechos de depoimentos:

*Então, eu acho muito bom assim, a gente tem amizade, a gente ocupa a cabeça bastante, não fica só no sítio, porque é cansativo ficar num lugar só, né? Tem novas amizades, tem todas nós, né? Eu com a Azaleia, e a Amarílis, já está com mais de 10 anos, que começamos aqui, a gente se apoia em tudo (Begônia, associada à AMA, 28/03/2018).*

*Eu mesma acho muito bom ter essa associação, quando eu estou lá eu estou com meu coração todo aberto trabalhando. Porque eu toda vida fui da lida, eu gosto de trabalhar, eu gosto de me movimentar, eu não gosto de ficar parada, não. E lá é as mulheres são unidas, é tudo juntas, dando risada uma pra outra, conversando tudo direitinho e quando tem uma reunião cada uma que dá a sua palavra, se for certa fica, se não for, não dá certo, né? Mas é tudo unida e eu me sinto bem quando eu estou lá, trabalhando (Lavanda, associada à OMUS, 25/04/2018).*

Penso que ao longo dos anos de trabalho coletivo, e de mudanças geradas no âmbito político, com a criação de políticas públicas específicas para as famílias assentadas, algumas associadas passaram a ter uma conscientização maior sobre a tríade que atravessa suas vidas: gênero, raça e classe; e têm clareza do que o seu trabalho representa para o assentamento e para o município, indicando um elevado nível de empoderamento.

Rosana é uma cidade barrageira, muito preconceituosa. Eu já te disse, tinha mercado que a gente não entrava. Os cespianos que mandavam e tinha uns guardas, e o assentado era um cachorro. **Eles viam um preto e pensava que era ladrão, e mulher, então?** Depois que o Lula foi eleito, que a coisa começou a melhorar para o assentado, porque a gente andava de carroça. Hoje o assentado anda de caminhonete, de carro, antes não tinha isso. Hoje todo mundo tem a sua casa, antes era um barraco. Então, eu acho que ele deu estabilidade para o assentado e deu o nome para o assentado, com esses programas. [...] Hoje se eu vou num lugar e o guarda me fala que eu não posso entrar porque eu sou assentada, eu chamo a polícia, porque se a mulher daquele mais alto lá pega um carrinho, nós pegamos também! Se ela passa o cartão, nós passamos também! Não importa a quantidade de dinheiro que ela tem, que nós também temos o nosso, nós passamos. Ela dá o cheque, nós damos um também, ela paga à vista, nós também! Hoje se tirar os assentados de Primavera, Primavera acaba. **A cidade da barragem quem segura Primavera são os assentados** (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).

Antes a gente sofria mais, hoje existe lei, tem Maria da Penha e outras, na minha época não tinha nada disso. Mesmo a lei não sendo muito cumprida, ela favorece. Eu me lembro que em 2006, 2007 fomos fazer uma ocupação para conseguir um financiamento, e nós entramos em confronto com a polícia. **E um policial me chamou de nega macaca. E nós demos queixa, foi terrível!** Eu fiz boletim de ocorrência, alguns saíram feridos foram para o hospital, outros jogaram chinelo nas costas dos policiais, “Se levar um, leva todos”, falaram. **Se fosse hoje gente teria até entrado na justiça, porque antes a gente nem sabia desse negócio de preconceito, nós tínhamos muita raiva, era muita discriminação. Sem contar a discriminação que nós passávamos no assentamento mesmo por ser mulher, e não poder participar das coisas. Aí, a gente conseguiu criar um grupo que era só de mulher. Aqui dentro só entra saia, nada de homem. Nós éramos feministas!** Não queríamos que os homens fossem nas nossas reuniões, porque quando criaram a deles, no começo, eles proibiam a gente de participar. Alguns chegavam até a gente querendo participar da OMUS, aí eu falava: “Aqui é só saia, você vai pôr saia? Não! Então não participa”. **Nós sofremos muito preconceito com isso aí, foi muito difícil. Porque se era pra financiar, fazer alguma coisa, nós, as mulheres trabalhávamos. De dia e de noite. Então, nós tínhamos o direito de trabalhar e ajudar a pagar conta, mas de opinar, não!** (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).

-Teve uma vez no Banco do Brasil, que eu cheguei, peguei a ficha e o homem ficou lá a vida inteira, eu acho que eu fiquei duas horas lá na cadeira e ele não me atendia. Aí eu falei: “Olha não vou ser atendida, não?!” Eu achei que ele estava me deixando pra escanteio, né? Eu reclamei e ele “Ah é o sistema....” deu uma desculpa lá, mas não foi isso, não.

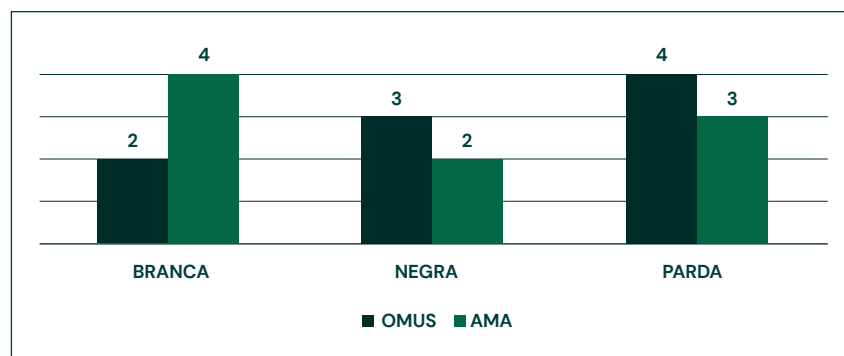
-E o que a você acha que aconteceu?

-Eu achei que foi por eu ser uma assentada velha, e estar desse meu jeito, simples. **Ele foi passando o povo chique e me deixando pra trás. Mas eu reclamei, falei assim que queria falar com o gerente e ele: “Não, não, não já vou atender a senhora, já!”** Aí deu tudo certo (Violeta, associada à OMUS, 26/04/2018).

Olha, eu já sofri preconceito pelas pessoas da cidade. Isso era mais no começo. **Os bancos, as lojas onde você ia, a gente nem falava que a gente morava aqui, porque muitos deles até fechavam a porta na nossa cara, minha filha. Aqui mesmo no assentamento dois (setor II), teve uma turma que foi em Araraquara aí falaram que era assentado. Teve muita loja que abaixou as portas** (Azaleia, associada à AMA, 26/03/2018).

Os trechos indicam, no meu entendimento, a importante contribuição da dimensão social na vida destas mulheres, que é doar-lhes de uma consciência sobre as interseccionalidade que lhes atravessam, questionarem autoridades, comerciantes, ou quaisquer outras pessoas que lhes ofendam e as destratem pela sua condição de gênero, raça e classe, ou ainda, por todas estas características reunidas.

No que tange às questões raciais e étnicas, observamos pelos trechos das entrevistas que esse aspecto é mencionado com maior frequência pelas integrantes da OMUS. Isso se deve pelo fato de que nesta associação há um número maior de mulheres que se autodeclararam negras e pardas (gráfico 1).



**Gráfico 1:** Identificação racial das mulheres entrevistadas na AMA (Associação de Mulheres Assentadas) Monte Alegre VI e OMUS (Organização das Mulheres Unidas) Gleba XV de Novembro

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: trabalho de campo, 2018.

A questão temporal comparece em suas falas como marcação deste transitar de realidades, além do acesso às políticas públicas, propostas em um governo que possuía um caráter social. Essas oportunidades, mediadas pelo trabalho na associação, dotaram as mulheres de reconhecimento, rendimentos e autoestima. Tanto que elas sabem que a cidade “barrageira” que desprezava assentados, pretos, pobres, migrantes, braçais, hoje depende delas(es).

Ainda no âmbito social, é necessário pontuar observações sobre enfrentamento às formas de violência que recaem sobre as mulheres rurais. Os relatos sobre as violências vividas pelas agricultoras estiveram presentes em ambas as associações e foram registrados tanto por profissionais externos quanto pelas associadas.

Ao longo das mudanças que o espaço rural tem vivido, muitas impulsionadas pelas ações, reivindicações e manifestações das próprias mulheres, elas conquistaram, além do reconhecimento como agricultoras, do direito à sindicalização, da garantia de sua autonomia produtiva e financeira; a capacidade de identificarem e denunciarem as diversas formas de violência que vivenciam dentro de suas famílias (MAIA *et al*, 2018).

Scott, Rodrigues<sup>161</sup> e Saraiva<sup>162</sup> (2010) afirmam que as mulheres sofrem múltiplas violências no espaço rural, e que há inúmeros casos de violência doméstica e intrafamiliar, porém os casos passam despercebidos em virtude de toda uma cultura própria destes espaços, somada ao isolamento e distância de unidades de delegacias. O documentário “Sozinhas”, produzido por Ingrid Bastos, em 2018, disponível na plataforma *YouTube*, ilustra esta situação.

161 Ana Cláudia Rodrigues, antropóloga, docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

162 Jeiza Saraiva, antropóloga, doutoranda em Antropologia pela UFPE.

A participação de mulheres em movimentos sociais e associações, ao possibilitarem a elas empoderar-se, lhes dão maior conscientização para identificarem os tipos de violências e buscarem ajuda para o enfrentamento, fazendo com que os gritos por socorro nesses espaços não sigam sendo historicamente abafados (SCOTT, RODRIGUES E SARAIVA, 2010).

É comum que os casos de violência contra a mulher narrados envolvam o alcoolismo. A mistura de abuso de álcool com o machismo é uma combinação potencial para a ocorrência de agressões. Do ponto de vista das posturas de mediadores(as) que prestam serviços nos assentamentos, considero importante o fato de eles demonstrarem consciência sobre o fato, e mais do que isso, compreenderem que a violência contra a mulher não envolve apenas agressões físicas. Nas falas a seguir podemos perceber que este tema ainda é velado, já que é algo restrito à esfera doméstica da intimidade, e que a falta de oportunidades para as mulheres também se apresenta como uma das razões que perpetuam esta condição:

*Tem violência doméstica, sim. Tem mulher que não consegue sair da casa, porque não pode voltar para a casa dos pais, às vezes está com filho, são aquelas mesmas histórias que a gente ouve. Às vezes prefere ficar por ali, porque tem algo para comer, sei lá. **Tem ameaças, tem de tudo** (Técnico agrícola do Itesp de Rosana, 24/04/2018).*

*Olha, quem vê pensa que vivemos num paraíso, mas esse paraíso é camuflado. Tanto no assentamento quanto em Primavera e Rosana há essa questão da violência, há vulnerabilidade só que muitas vezes é escondido, as pessoas não tomam conhecimento. No assentamento, às vezes até pela falta de condições da mulher dar aquele salto, tentar uma vida diferente, ela se submete a continuar nessa relação, seja com o marido, com o companheiro, mas se submete a viver ali; e não denuncia. [...] **A violência não é somente física, tem a psicológica, tortura.** Eu trabalhei no município enquanto conselheira tutelar, e era constantemente acionada nos finais de semana, daí chegava lá, sempre era a mesma família, os mesmos problemas. O senhor trabalhava muito só que em contrapartida ele bebia muito, daí ele agredia. Ele fazia rapadura, melado e agredia os filhos até com as cumbucas, com as panelas. Quando a esposa tentava intervir pra não deixar, ele também agredia, muitas vezes vinha ela e os filhos, pra o hospital com a cabeça rachada, sabe? Então, assim geralmente as agressões do assentamento são em função do álcool, na maior parte dos casos. **Violência ainda tem bastante, quando eu falo pra você que a mulher se sujeita, não só a do assentamento, mas também da área urbana, se sujeita a alguns tipos de violência ou de submissão, é pela falta de oportunidade realmente, elas acham que não são capazes. Os maridos frisam isso, né? “Você não pode”, e as mulheres acabam internalizando essa questão de “Eu não posso”, “Eu não sou capaz”. São poucas que conseguem realmente a carta de alforria, né? “Vou tentar um mundo novo, vou tentar um recomeço” Infelizmente são poucas.** (Assistente social de Rosana, 24/04/2018).*

*Olha, aqui já teve muita violência contra a mulher, muita mesmo. Já teve uma mulher que foi assassinada, foi abusada lá no setor três, isso faz uns 20 anos. **E assim, mulher que sofre violência doméstica têm várias, só que não têm coragem de denunciar, mas tem algumas que os maridos já foram presos** (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

*Às vezes tem casais que brigam e caem na “paulada”. **Acontece muito isso na minha casa. É um “pega pega”.** Meu pai trabalha arrancando mandioca, como diarista, mas ele bebe muito, sabe? Aí, ele discute com a minha mãe e acabam brigando. [...] Minha mãe já denunciou, a polícia vinha, dava uma surra nele no meio das estradas aí; daí soltavam ele e ele vinha pra casa. **Minha mãe já mandou ele embora umas quinhentas vezes, já!** (Bromélia, 14 anos, jovem do Assentamento Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

Em uma das entrevistas, com uma das associadas da AMA, estávamos na cozinha da agricultora, em sua casa, quando ela fez revelações sobre a violência física sofrida com um ex-marido, no momento seu neto adolescente estava presente e ouviu com indignação o relato da avó:

*Violência eu já sofri de todo tipo, minha filha. **Tem gente que fala, que acha que mulher não é igual aos homens, né? Pra fazer as coisas do pesado. A gente escuta muitas coisas, mas eu nem levo em conta, sabe? Nem levo porque nem compensa. Meu finado marido falava muito isso, era ignorante, não gostava que eu trabalhasse fora, me batia. Eu era faxineira em casa de família, ele contava as horas certas pra eu chegar em casa, sempre às 17:30. E se eu atrasasse, ele me batia. Até que um dia eu cheguei em casa muito tarde, porque a filha dele me pediu pra ir com ela no centro. Pior coisa que eu fiz, ele me xingou daqueles palavrões, sabe? Os mais horríveis que tinham. Eu falei que eu não estava na rua à toa, foi aí que ele veio me bater mais, eu peguei um facão e disse: “Vem pra você ver!”. Então, ele se enfiou no quarto e não saiu. Olha, ele me batia até grávida. Uma vez me deu um empurrão que eu caí sentada em cima do fogão, não sei como eu não perdi a minha filha. Eu não falava nada para ninguém, sofria muito** (Azaléia, associada à AMA, 26/03/2018).*

O relato de Azaléia demonstra que ela possui clareza sobre os tipos de violência contra a mulher, ela fala de uma violência simbólica, de duvidarem de sua capacidade com comentários depreciativos, apenas por ser mulher, e ofensas com xingamentos, além das agressões físicas. Outra associada da AMA, mais jovem, revelou sofrer violência, não bastassem as agressões, ela ainda foi vítima de uma tentativa de homicídio.

*Eu me separei do meu primeiro marido por causa de violência. Ele bebia e começou a partir pra agressão. **Mas a primeira vez que ele me agrediu eu saí fora. Eu falei: “Não, isso não é pra mim.” Na primeira vez eu já me separei, ele tentou me matar. Por duas vezes ele tentou. Na primeira vez ele me catou pelo pescoço, aí eu consegui me salvar [...]** não sei como um tijolo veio parar na minha mão, não sei de onde eu tirei força que eu rachei a cabeça dele. **Fiz o boletim de ocorrência e saí de casa. Só que aí, pra eu não perder o meu direito, os outros falavam que se eu sáisse eu ia perder tudo. Então, voltei pra casa. Não deu um mês que eu voltei e aconteceu de novo. Aí ele pegou uma faca e um dos meus filhos entrou no meio. Aí, foi a gota d’água! Catei meus quatro filhos e fui embora. Mas foi uma coisa assim, sabe, eu saí sem nada. Não trouxe nada. Só a roupa do corpo e as crianças. A casa que nós tínhamos era no fundo da casa da minha sogra. Fui pra casa da minha mãe, depois fiquei um tempo na casa da minha irmã. [...]** Eu registrei boletim de ocorrência, só que daí não era como hoje, que na hora você já faz o corpo de delito. Eu fui fazer o boletim de ocorrência, marcaram o dia e eu fui trabalhar. Aí, ele sumiu com aquele papel, e eu não pude fazer corpo de delito. Então, não teve como dar procedência (Ciclame, associada à AMA, 27/03/2018).*

A violência contra as mulheres agricultoras se manifesta de diversas formas, desde ofensas, proibições, restrição patrimonial até as agressões físicas e em situações mais extremas, feminicídios. Os casos de violência, apesar de conterem semelhanças, possuem singularidades, cada caso é único. Mas, podemos afirmar que dotar as mulheres de uma renda monetária própria, somada a uma conscientização de gênero, é um caminho que pode ajudar na redução de mulheres que permaneçam em tais situações. Como discuto no próximo tópico, a obtenção de uma renda própria, é essencial para a efetivação da autonomia feminina, sobretudo, das mulheres que vivem nos espaços rurais.

## 6.5

### Estratégias socioespaciais e empoderamento feminino: a dimensão econômica

**A**s estratégias de reprodução socioespaciais identificadas entre os grupos estudados são: o associativismo, a criação de horta, pomar e de animais para autoconsumo e para venda; a aposentadoria; o uso de financiamentos para crédito rural, como o Pronaf; o Bolsa Família; a realização de cursos de capacitação, a participação em feiras, as políticas públicas de comercialização, como o PAA, PNAE e PPAIS<sup>163</sup>; a realização de lanches para eventos sociais; a panificação (com a produção de pães, bolos, biscoitos, panetones, salgados e doces); a fabricação artesanal de alimentos (queijos, compotas) e de artesanatos (bordados, crochês, bonecos). Apesar destas atividades se entrecruzarem com outros eixos, como a educação e cultura, acredito que todas elas têm como finalidade a inserção econômica das assentadas, seja aprimorando seus conhecimentos sobre as atividades desenvolvidas, seja através da comercialização, ou envolvendo diretamente a transferência de recursos.

As estratégias não são estritamente econômicas. Sant’Ana (2003) explica que é comum nas análises sobre as estratégias econômicas, as pesquisas considerarem em demasia as variáveis técnicas, combinadas à outras que pontuam a avaliação e bem-estar das famílias, porém, ressalta que isso implica na desconsideração de aspectos qualitativos que são de igual relevância para a compreensão de como as famílias se orientam pelas estratégias adotadas. Nem todas as escolhas pautam-se em aspectos técnicos e científicos, ou ainda puramente econômicos, algumas projetam relações simbólicas e afetivas.

Como adverte Almeida (2016), a desvalorização do trabalho doméstico consiste em um dos esquemas do capital de uma economia global dialeticamente vinculada ao localismo das relações trabalhistas, de modo que a organização, a produção e a reprodução do espaço se tornaram mediatizadas pela premissa masculina ou feminina. E o pertencimento a uma ou outra, direciona o espaço a ser ocupado, em todos os âmbitos: político, de relações e econômico.



**Fotos 17 e 18:**  
Preparação de lanche pela AMA e pela OMUS para eventos sociais

Fonte: Cedidas pelas participantes da pesquisa, 2018 e 2019.

Ambas as associações recebem encomendas de fabricação de *coffee break*<sup>164</sup> para eventos. A AMA faz este tipo de atividade com maior frequência, devido à parceria que possui com a UNIARA, UFSCAR e UNESP.

<sup>163</sup> O Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) consiste em um canal de comercialização para a agricultura familiar paulista. Foi criado pelo Governo do Estado em 2011. Por meio dele, no mínimo 30% das verbas estaduais destinadas à compra de alimentos devem ser utilizadas para adquirir produtos oriundos da agricultura familiar.

<sup>164</sup> Expressão em inglês utilizada para designar lanches rápidos nos intervalos de eventos científicos ou reuniões empresariais, nos quais são oferecidos ao público: cafés, sucos, bolos, pães, lanches, salgados, biscoitos, doces etc.



Outra estratégia econômica mais comum aos dois grupos de assentadas e bastante relacionada ao trabalho das mulheres é a produção para autoconsumo. Segundo Silva (2015), o autoconsumo, além de propiciar a economia com despesas, evitando que a família tenha que comprar alimentos, consiste também num instrumento de sociabilização em comunidades rurais, uma vez que permite as trocas entre as famílias que residem num mesmo bairro ou assentamento rural, resultando em “vínculos morais e afetivos”.

Almeida (2016) traz considerações pertinentes sobre a relevância do autoconsumo e a relação com as mulheres. Segundo a autora, o quintal é o espaço considerado feminino, é nele que se reproduzem os saberes e as práticas de conhecimento de plantas, criação de animais e o cultivo de alimentos. O quintal é um bem cultural para quem o cria e mantém. Como estas áreas são extensões do espaço da casa, em muitos casos tornam-se a primeira opção de viabilizar atividades de renda para as mulheres.

*O quintal, para aqueles que circulam pelo meio rural, é o espaço dos saberes. É nele que a mulher, sobretudo, reproduz seus conhecimentos com as plantas, sejam plantas medicinais ou alimentos. Conhecimentos adquiridos historicamente, passados por gerações, de mãe para filha, de avó para neta. É, portanto, espaço cultural, simbólico e de segurança alimentar (ALMEIDA, 2016, p. 148).*

No que se refere às políticas públicas, o programa que está presente nos dois contextos é a transferência de renda por meio do Bolsa Família. Programa que somado às demais iniciativas da família, ajuda a diminuir as vulnerabilidades. O Programa Bolsa Família foi criado em 2004, inserido no rol de políticas do Programa Fome Zero (PFZ) e consiste em uma política de transferência de renda para famílias cuja renda *per capita* mensal é inferior a R\$ 77,00. Tem como principal objetivo a redução da vulnerabilidade de famílias em situação de extrema pobreza. O cartão para recebimento do recurso é disponibilizado para a mulher, que deve seguir uma série de condicionalidades quanto à saúde, à alimentação e a educação dos filhos (SILVA, 2014).

Observamos que há uma preponderância maior de uso do Bolsa Família entre as associadas da OMUS, que pode ser explicada pela vulnerabilidade atribuída por sua situação geográfica. De modo geral, as assentadas de ambas as associações que utilizaram o Bolsa Família afirmaram que é um bom programa, que as ajudou em situações bastante difíceis, de modo a possibilitar a compra de uniforme e material escolar para os filhos, alimentos, gás de cozinha. Atualmente apenas duas associadas são beneficiárias, pois são as únicas que ainda têm filhos em fase escolar.

***-O Bolsa Família me ajudava, comprava as coisas para as crianças, ajudava bastante. O que necessitava eu comprava. Aquele tempo eu não trabalhava, não tinha renda nenhuma. Hoje eu trabalho na padaria, faço meus artesanatos. Mas naquele tempo eu não trabalhava com nada, então me ajudava bastante.***

*-Qual tipo de artesanato você faz?*

*- Trabalho com pintura, pinto fraldas. Trabalho com costura, também. Às vezes, quando tem alguma encomenda faço roupa, vestidinho pra criança, bonecos, bichos de pelúcia. Faço bastante coisa, é diversificado o meu serviço.*

*- E você começou a fazer isso sozinha ou fez algum curso?*

- Não eu faço sozinha, eu aprendo mais na internet<sup>165</sup>, vídeos essas coisas, aí eu vou fazendo (Prímula, associada à OMUS, 25/05/2018).



O bolsa família me ajudava tanto, comprava gás, comprava café. Na época eram 60 reais, mas me ajudava tanto, eu morria de alegria no dia que eu recebia. Eu recebi por uns meses e depois cortaram (Margarida, liderança associada à OMUS).

**Painel Fotográfico 17:**  
Artesanatos produzidos pela associada da OMUS

Organização: Larissa Araújo  
Coutinho de Paula  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Eu usava o Bolsa Família para os meus filhos, né? Vamos supor, mês que vem eu estou necessitando de comida em casa. Eles não estão precisando de sapato, eles não estão precisando de caderno. Esse mês eles não estão precisando de nada. Já comprei a camiseta da escola. Aí, o que eu fazia? Olhava tudo que eu já tinha comprado pra eles. Aí eu falava assim, esse mês eu vou fazer uma despensa pra casa com esse dinheiro. Comprava arroz, feijão, óleo, ainda precisava completar com o meu pagamento, porque eu trabalhava esse tempo, né? Às vezes nem dava pra fazer uma despensa boa dentro de casa. E também assim ó, se você vai fazer uma prestação de uma coisa pra ele, que eu tinha aquele monte de criança, tinha que comprar calçado. Às vezes eu comprava calçado pra eles tudo, e pagava por mês. **Ia lá, pegava aquele dinheiro do bolsa família e pagava as prestações nas lojas** (Azaléia, associada à AMA, 26/03/2018).

Eu avalio assim, pra mim é uma excelente coisa, porque assim, é uma ajuda que vem a mais, né? Porque só o que eu ganho, o que o meu marido e o meu filho tiram, que nem, agora eles tão trabalhando registrado, porque antigamente não estavam. **Então, o dinheiro que supria nossas necessidades dentro de casa era esse dinheiro.** Era a única renda que tinha né? Agora não, que nem esse mês eu vou recadastrar, eu estou achando que eu nem vou pegar mais, porque se for pegar pela renda que meu marido está tirando, vai ter que cortar. **Então se cortar, outras pessoas que precisam mais do que eu vão pegar** (Ciclame, associada à AMA, 27/03/2018).

Destaco a fala de Ciclame que, ao apontar a possibilidade de sua bolsa família ser cortada em virtude do aumento da renda familiar pelo emprego do esposo, reflete que agora esse dinheiro poderá ajudar outra família que está em situação mais vulnerável que a dela. Isso demonstra consciência e solidariedade.

Em relação a comercialização, quem conhece a realidade das famílias que vivem no campo brasileiro sabe que um grande gargalo sempre foi a questão venda dos itens que produzem, essa dificuldade é o que mais as impelia a realizarem negociações com atravessadores<sup>166</sup>, negociar seus produtos por preços extremamente baixos.

<sup>165</sup> Além de Prímula outras assentadas mencionaram o uso da internet para aprenderem artesanato, crochê, costura, pintura, receitas culinárias. Comprendemos que a tecnologia é uma ferramenta importante no estímulo de iniciativas de autonomia de renda para estas mulheres.

<sup>166</sup> Atravessador é o termo usado para designar o comerciante que compra produtos de agricultores(as) para revendê-los. "Nesta operação agrega-se valor nos preços dos produtos, devido ao trabalho de logística do atravessador e/ou especulação, o que faz com que o preço dos itens seja maior para o consumidor final e/ou a remuneração do produtor menor" (VIEIRA; JARDIM, 2017, p. 2).

*A comercialização envolve uma rede de relações complexa, o que torna difícil hierarquizar seus problemas, pois os seus resultados podem sofrer influência das políticas macroeconômicas e setoriais; da distância dos mercados e das condições do sistema viário; da presença mais ou menos marcante de intermediários oligopsonicos; da possibilidade ou não de armazenamento; da qualidade e quantidade dos produtos; da legislação fiscal e sanitária; do grau de dispersão dos produtores; da maior ou menor eficiência das formas coletivas de venda dos produtos (grupos, associações e cooperativas) (SANT'ANA, 2003, p. 144).*

As oportunidades de aproximação entre a família de agricultores(as) de seus/suas consumidores(as) é uma alternativa interessante, pois elimina o intermediário. Existe uma grande variedade de mecanismos de comercialização: a venda direta dos(as) agricultores(as) aos/as consumidores(as) a do alimento *in natura* ou processado nas feiras; ou diretamente nos domicílios, a venda porta a porta; a venda às pequenas agroindústrias; venda direta aos supermercados, restaurantes; venda em varejo ou venda para consignação à Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) (SANT'ANA, 2003).

*A situação de precariedade da comercialização refere-se a vários aspectos, tanto por depender de grande esforço do grupo familiar e muitas vezes ter um caráter incerto; como também em termos de infraestrutura e organização logística. Embora essas ações sejam funcionais e eficientes (são capazes de elevar a renda da família), poderiam com um pouco de recurso adicional e informações adequadas desenvolver mais o potencial existente (SANT'ANA, 2003, p. 147).*

As vendas diretas, em feiras, propiciam um preço mais elevado às famílias, além de possibilitar a ampliação da rede de consumidores(as) com base em valores como fidelidade e confiança. As feiras são um exemplo disso. As feiras enquadram-se nos circuitos curtos de comercialização, no qual a venda é realizada de forma direta, entre agricultores e consumidores.

As feiras permitem que as famílias assentadas diversifiquem seus cultivos e gerem mais renda monetária por meio da comercialização local. Ao ampliarem a oferta de produtos, diminuem a dependência de um único item, obtendo maior inserção econômica. A diversidade de cultivos auxilia também no controle de pragas, além de oferecer um melhor autoconsumo para as famílias (KURANAGA, 2006).

Somente a AMA participa de feiras. Em Araraquara, as feiras são uma prática bastante comum. Organizadas pela gestão pública, diversas feiras acontecem no município, em pontos e horários diferentes da cidade. Há inclusive feiras temáticas, como as de produtos orgânicos. A maioria das famílias que participam como feirantes são de agricultores(as) assentados(as).

De acordo com Vieira (2017) a primeira lei municipal (nº 244) de regulamentação para feiras livres de Araraquara data de 1953 e previa a comercialização de alimentos, utensílios culinários e artigos de abastecimento doméstico, proibindo a revenda de mercadorias. Em 1954, uma nova lei (nº 350) específica para itens alimentícios de primeira necessidade, como laticínios, hortaliças, frutas, pescados, aves e ovos, responsabilizava a prefeitura pela fiscalização desses produtos. Em 1977 outra lei (2.281) passou a autorizar a revenda de produtos, somente alimentos, sob o pagamento de tributos e renovação de licenças anuais.

Nesta fase, a prefeitura autorizava a realização de uma feira para cada dia da semana, exceto às segundas-feiras. No ano posterior, 1978, a lei 2.406 ampliou o rol de produtos,

incluindo artigos manufaturados de uso pessoal e doméstico, além de autorizar a realização de mais de uma feira por dia sob algumas condições. Atualmente Araraquara conta com mais de 40 feiras livres e agricultores(as).

Um projeto de destaque da prefeitura de Araraquara é o “Direto do Campo”. Kuranaga (2006), que estudou esse programa verificou que as famílias assentadas utilizavam o espaço das feiras para criar relações de amizade e cooperação, trocando sementes e fazendo pequenos serviços uns para os outros. Segundo o autor, as primeiras políticas públicas municipais para escoamento da produção das famílias de pequenos agricultores ocorreram na primeira e segunda gestão do PT, em 2001 e 2008. A prefeitura criou cargos na Coordenadoria de Atividades Agroindustriais e na Gestão de Segurança Alimentar.

Segundo Vieira<sup>167</sup> (2017), o “Direto do Campo” foi inspirado em um programa chamado “Direto da Roça”, criado em 1998, em Belo Horizonte, Minas Gerais e na “Feira do Terminal” de Campinas, interior de São Paulo. O Direto do Campo articula uma feira aos sábados em uma praça central de Araraquara e durante a semana no terminal urbano de ônibus, visando o atendimento aos/as moradores(as) de bairros periféricos. A prefeitura se encarrega de fornecer aos feirantes as barracas e o transporte. Esse programa, que atualmente é denominado como “Negócio do Campo” integra as seguintes ações: a Feira Noturna da Agricultura Familiar, que ocorre às quintas-feiras; a Feira da Agricultura Familiar realizada aos sábados de manhã em uma praça central; as Feiras Diárias do Terminal de Integração; e as Feiras das Padarias, que acontecem em frente a estes estabelecimentos comerciais, nas terças, quartas, quintas e domingos. Além das feiras que estão no bojo da política mencionada, ocorrem ainda, as feiras livres tradicionais (com a presença de atravessadores), uma feira em um condomínio habitacional e a feira de produtores em transição para a agroecologia organizada pela UNIARA (VIEIRA, 2017).

Kuranaga (2006) compara as decisões das prefeituras de Motuca e de Araraquara em relação a comercialização de famílias assentadas. A gestão municipal de Motuca criou uma portaria por meio do ITESP, permitindo vínculos produtivos com uma usina local e isso gerou um grande impacto nos assentamentos, reduzindo visivelmente a produção de cultivos diversificados nos lotes. Numa postura diferente, a prefeitura de Araraquara, passou a incentivar as feiras, demonstrando maior interesse em incluir as famílias de assentamentos na agenda política, estimulando uma forma de desenvolvimento divergente do agronegócio.

A pesquisa de Vieira (2017) debruçou-se sobre a Feira Noturna, esta é uma feira que as mulheres da AMA participam. A maioria dos(as) feirantes desta feira são assentados(as) rurais. A Feira Noturna é gerida pela Coordenadoria Executiva da Agricultura em parceria com as Secretarias de Ciências, Turismo e Desenvolvimento Sustentável e ocorre na plataforma da antiga estação ferroviária de Araraquara. Segundo a autora, são comercializados nesta feira três tipos de produtos: hortifruti, artesanato e alimentação. Para que possam participar, as famílias de pequenos(as) agricultore(as) devem comprovar sua categorização por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os feirantes não pagam aluguel, pois o espaço é cedido pela prefeitura e as barracas, balanças e uniformes foram doados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A autora (2017) verificou que a maioria dos(as) feirantes é constituída de mulheres, o que confirma a importância desse meio de comercialização como mecanismo para valorização do trabalho feminino.

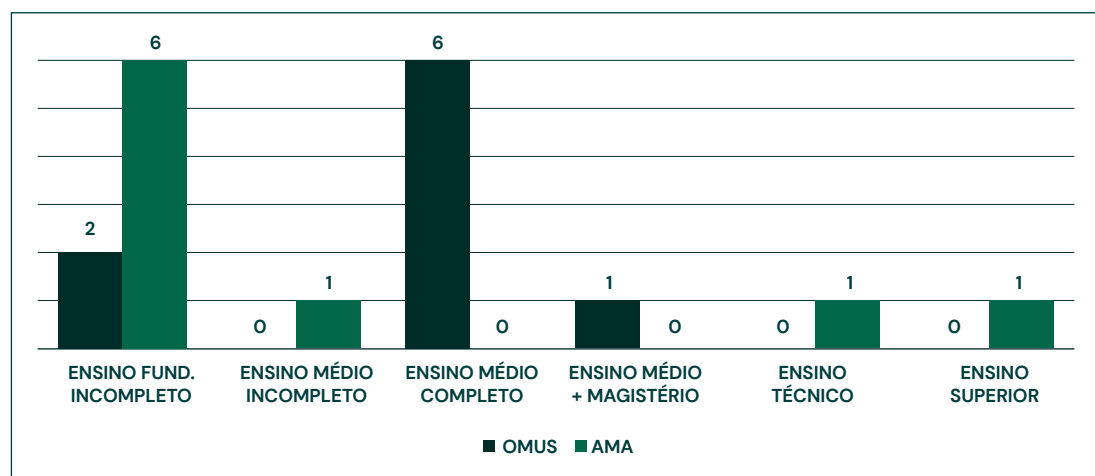
---

167 Camila Benjamim Vieira, mestranda em Ciências Sociais, doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSC).

Para Vieira (2017), a feira é uma estratégia que permite a identificação das famílias de agricultores(as) e apesar de muitas destas pessoas possuírem baixo nível de escolaridade, na ocasião das feiras elas mobilizam o capital cultural, do conhecimento do manejo agrícola e o capital social, pelas redes de trabalho.

No que se refere aos níveis de escolaridade das participantes da pesquisa, de acordo com o gráfico 2, é possível observar que as mulheres da OMUS têm, em geral um nível mais elevado de escolaridade. Acredito que tal constatação ocorre em decorrência de alguns fatores, um deles é a existência de uma escola que oferece ensino regular completo no Assentamento Gleba XV de Novembro além de Educação de Jovens e Adultos (EJA), já a escola do Monte Alegre possui apenas o Ensino Fundamental.

Desde a pesquisa de mestrado, tenho constatado que a maioria das agricultoras de assentamentos do Pontal do Paranapanema fazem supletivo, retomando os estudos após uma determinada idade, esse fato também é característico entre as associadas da OMU. Também pude observar que o nível de estudo entre as jovens de ambos os assentamentos é maior na Gleba XV de Novembro, apesar de as moças do Monte Alegre viverem em uma situação geográfica com maior presença de universidades e instituições de ensino. Creio que isso indique a capacidade destas mulheres e jovens no sentido de transporem as barreiras de seu cotidiano e mais, de reconfigurarem a situação geográfica em que vivem.



As feiras apresentam simbologias para todos os segmentos envolvidos: para as famílias de feirantes, além de ser o local de venda da sua produção, é também ponto de encontro, de compartilhamento de experiências e angustias; para os(as) consumidores(as) é local de compra de alimentos de qualidade; e para a prefeitura é um instrumento para mediar diferentes necessidades, pois ao fomentar as feiras não está apenas ajudando os(as) assentado(as), mas contribuindo com a segurança alimentar do município (VIEIRA, 2017).

Paschoalino (2019) estudou a feira “Da Roça para a Mesa”. É uma feira agroecológica organizada pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da UNIARA. A feira, que antes ocorria no pátio da universidade, passou a ser realizada na Praça da Fonte Luminosa, num central bairro da cidade. As associadas da AMA participaram desta feira por algum tempo, mas infelizmente deixaram de fazê-lo porque além de não obterem muitos rendimentos nas vendas, apresentam algumas in-

**Gráfico 2:** Níveis de escolaridade das mulheres da AMA (Associação de Mulheres Assentadas) Monte Alegre VI e OMUS (Organização das Mulheres Unidas) Gleba XV de Novembro

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

compatibilidades com as exigências da produção orgânica. Curiosamente, há outro grupo de mulheres que comercializam nesta feira, trata-se da Associação das Mulheres Camponesas em Ação (AMCA), um coletivo de 14 agricultoras do Assentamento Bela Vista. Estas mulheres vendem pães e geleias de frutas e têm como inspiração a trajetória das mulheres da AMA (PASCHOALINO, 2019).

As mulheres da AMA comentam sempre com satisfação o fato de comercializarem seus produtos nas feiras municipais. O envolvimento delas nesses espaços foi mencionado pela funcionária do ITESP como algo significativo para o desenvolvimento delas, pois a prática da comercialização nas feiras, além da vantagem econômica, lhes dotou de habilidades de comunicação e interação social.

*Elas participam principalmente das feiras noturnas, aqui em Araraquara, em Matão, e a do terminal de integração. Elas trabalham juntas na padaria, e trazem os produtos que fazem lá para vender na feira (Analista de Desenvolvimento Agrário do Itesp de Araraquara, 26/03/2018).*

Infelizmente, as assentadas da Gleba XV de Novembro não participam de feiras, pois esse canal de comercialização é uma opção para as mesmas. Segundo o técnico do ITESP, a prefeitura já tentou realizar projetos desse tipo, mas a população local não consumia e os comerciantes locais (proprietários de supermercados, quitandas etc.) ao saberem da organização das feiras, faziam promoções com preços muito baixos, ficando difícil competir.



**Foto 19:** Associadas da AMA e funcionários(as) da prefeitura na feira noturna de Araraquara

Fonte: Foto cedida pelas participantes da pesquisa.

Mas a OMUS, ao contrário da AMA, tem intensa participação em políticas públicas de comercialização, os chamados canais de compras institucionalizadas. Bezerra e Schneider (2012) afirmam que as políticas públicas de compras institucionais da agricultura familiar consistem em estímulos aos circuitos locais de produção e circuitos curtos de consumo, além de possibilitarem a articulação entre as práticas de consumo condizentes com as realidades regionais, valorizando a cultura alimentar.

Os programas como o PAA e PNAE promovem a reconexão entre as famílias de agricultores e os consumidores, opondo-se ao modo hegemônico imposto pelo mercado agropecuário, que privilegia a intervenção do atravessador. Tais políticas também incentivam a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos (BEZERRA<sup>168</sup>; SCHNEIDER, 2012).

O PAA foi instituído pela lei 10.696 (02 de fevereiro de 2003), e prevê a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com isenção de licitação pública; articulando-os com às demandas locais de segurança alimentar, através da doação destes alimentos a hospitais, asilos, abrigos públicos, projetos sociais locais e famílias cadastradas no Cad Único (MIELITZ, 2013).

168 Islandia Bezerra, nutricionista, doutora em Ciências Sociais, docente da Universidade Federal de Alagoas, (UFAL).





**Painel Fotográfico 18:**  
Produtos  
comercializados pela  
OMUS via PAA

Elaboração: Larissa Araújo  
Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo,  
2018.

O PNAE também é um programa de apoio à comercialização de pequenos(as) agricultores(as) e tem como objetivo propiciar a alimentação saudável aos alunos de escolas públicas. Essa política foi criada em 1955, quando era conhecida como Campanha de Merenda Escolar, desde então o programa passou por várias alterações, até que em 2009 (através da lei nº 11.947), tornou-se obrigatório que, pelo menos, 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos por pequenos(as) agricultores(as) (BEZERRA; SCHNEIDER, 2012).

As associadas da OMUS participaram de algumas chamadas do PNAE, mas o programa de maior participação é o PAA. Em relação ao PPAIS, houve algumas participações pontuais, mas de acordo com o técnico do Itesp de Rosana, as mulheres da OMUS não participam desta política devido à distância dos presídios, dificultando e encarecendo as entregas da produção. Tanto o PAA, quanto o PNAE vêm sofrendo progressivos cortes orçamentários. Todavia, o PAA ainda é política pública mais importante para as mulheres da OMUS:

*O PAA começou na Gleba XV com elas (OMUS). Foi através da associação delas que teve o primeiro PAA. Há mais de 10 anos, começou com elas. O PAA só funciona através de associação e a primeira associação que é bem atuante, e mantém escritório, receita federal, tudo certo, é a associação da dona Margarida. Elas ainda participam, pouca verba que veio, só dez mulheres, e o programa agora, exige que tenha só mulheres na associação para participar. Se você enviar um projeto só com mulheres é automaticamente aprovado na Conab pelo governo federal. Tanto que a gente estava com quase 1 milhão de reais de projetos de doação simultânea só da associação delas, e as mulheres mais com as hortas. Nos projetos, os homens mexiam mais com pecuária leiteira (Técnico Agrícola do Itesp de Rosana 24/04/2018).*

O PAA é a única política que todas as mulheres da OMUS participavam na ocasião da pesquisa de campo. As associadas da OMUS elencaram muitas vantagens advindas da participação no programa, como o caso de Gardênia, que pôde contribuir com os estudos da filha:

*Olha, para mim essas políticas de compras são muito boas. Não só pra mim, como eu acho que pra todos aqui. Porque é um meio de complementar o nosso salário, então isso resolveu muito a nossa vida, porque a gente pode fazer muitas coisas que a gente não podia. Até mesmo para os filhos, igual a minha filha estudou, fez faculdade e a gente ajudava no que podia. Coisa que se não tivesse esse recurso a gente não poderia fazer (Gardênia, associada à AMA, 25/04/2018).*

Outra estratégia importante na composição da renda monetária diz respeito à aposentadoria. A aposentadoria rural é um direito importante para as famílias rurais, pois possibilita a permanência e reprodução das mesmas no campo (SILVA, 2015). Moreira (2012) relata que, além do direito previdenciário ter consistido numa realidade tardia para as agricultoras, sendo efetivado somente em 1991; para o acessarem, elas devem comprovar que são trabalhadoras rurais, algo difícil já que, por séculos, têm seu trabalho invisibilizado e, portanto, não documentado.

Brumer (2002) alega que a inclusão das trabalhadoras rurais foi bastante tardia em relação a outras categorias de trabalhadores(as). Essa conquista foi resultado de muitas mobilizações por parte dessas mulheres e de movimentos sociais. A princípio, é necessário registrar que o modelo previdenciário urbano não pôde ser aplicado para os(as) trabalhadores(as) rurais porque são contextos diferentes, uma vez que as famílias rurais não possuem rendimentos regulares, algumas não têm nenhuma renda monetária e sobrevivem apenas do autoconsumo.

*Se a inclusão dos trabalhadores rurais foi tardia em relação a outras categorias profissionais, a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é invisível, sendo geralmente declarado como ‘ajuda’ às tarefas executadas pelos homens e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção. Assim, no início consideradas como ‘dependentes’, seja dos pais ou dos maridos, passam paulatinamente a serem vistas como ‘autônomas’, portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social (BRUMER, 2002, p. 52-3).*

Somente na década de 1960 são registradas as primeiras iniciativas para inclusão dos trabalhadores rurais na previdência. O Estatuto do Trabalhador Rural (2 de março de 1963) oficializou os sindicatos rurais, tornando obrigatório o pagamento de salário-mínimo para esses trabalhadores, além de criar um fundo para assistência e previdência deste segmento. Mas a lei não previu os recursos financeiros e administrativos para isso, impedindo a concretização do projeto (BRUMER, 2002).

A inserção feminina nos sindicatos rurais também foi algo de difícil efetivação. Schmitz<sup>169</sup>; Fernandes<sup>170</sup> e Santos<sup>171</sup> (2012), ao estudarem a participação de agricultoras no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, Paraná, comprovaram que pelo contexto de supervalorização do trabalho masculino e do patriarcado, os homens também se tornaram os representantes de suas famílias nos órgãos representativos. Assim, as agricultoras somente iniciaram a participação no Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão através de cargos sem valor político e foram galgando cargos de forma gradual, até chegarem à direção. As agricultoras se inseriram no sindicato em ocupações de organização e limpeza e, ao longo dos anos, passaram a participar mais ativamente, inclusive realizando cursos de formação, e deste modo foram gradualmente conquistando cargos importantes neste espaço.

169 Aline Motter Schmitz, licenciada em Geografia, doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNOESTE), campus de Francisco Beltrão, Paraná.

170 Patrícia Aparecida Fernandes, licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNOESTE), campus de Francisco Beltrão, Paraná.

171 Roseli Alves dos Santos, geógrafa, docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNOESTE), campus de Francisco Beltrão, Paraná.

Em 1971 foi criado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL) visando à extensão dos benefícios de aposentadoria e de saúde aos agricultores. A política cobria a aposentadoria de trabalhadores por invalidez e por idade (acima de 70 anos), no valor de  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo, e incluía pensão equivalente a 70% do valor da aposentadoria. As mulheres só eram beneficiadas caso fossem chefes de família ou assalariadas rurais (BRUMER, 2002).

Segundo Brumer (2002), somente após a Constituição Federal, em 1988, e com a criação de leis específicas em 1991, a aposentadoria se tornou direito universal para todos os(as) idosos(as) e inválidos(as), homens e mulheres do setor rural, com as devidas comprovações. Cônjuges que trabalhavam em regime de economia familiar (situação que abrange grande parte das agricultoras), sem empregos permanentes, também seriam incluídos(as).

As trabalhadoras rurais poderiam, a partir de então, darem entrada na aposentadoria aos 55 anos de idade, independente de seus esposos serem aposentados. Houve redução da idade mínima estipulada para os homens, para 60 anos; e tanto homens, quanto mulheres passariam a receber pensão por falecimento de seu cônjuge segurado. Além disso, em 1996, foi criada uma lei para amparo assistencial de um (1) salário mínimo para idosos com 67 anos ou mais e pessoas portadoras de deficiência física sem a necessidade de contribuição prévia. Isso gerou uma repercussão muito positiva para a população rural (BRUMER, 2002).

Na fase da Constituinte a proposta de lei previa também o direito ao salário-maternidade para as trabalhadoras rurais, porém foi vetada pelo Presidente Fernando Collor de Mello em 1990. Em 1994, após pressões e manifestações das agricultoras junto aos parlamentares, este direito foi conquistado. Assim, as agricultoras, ao se tornarem mães, passam a receber um salário-mínimo mensal pelo período de quatro meses (BRUMER, 2002).

Brumer (2002) pontua o aspecto simbólico do direito à aposentadoria pelas trabalhadoras rurais, são mulheres que nunca haviam recebido remuneração pelo trabalho de toda uma vida, e que passaram a ter um cartão com seus próprios nomes recebendo um salário regularmente; tornando-se provedoras de um dos poucos recursos monetários que adentram na economia da família. As mulheres, ao contrário dos homens, dificilmente utilizam o recurso para si próprias, antes de atenderem gastos pessoais, elas procuram responder às necessidades de melhoria de vida da família. Isso fundamenta ainda mais a relevância da aposentadoria na reprodução socioespacial das famílias.

A aposentadoria é um recurso presente nas duas associações. A maioria das assentadas aposentadas obteve o direito por meio da aposentadoria rural e elas afirmaram que utilizam o dinheiro para despesas básicas, tais como comprar alimentos, pagar gastos de energia elétrica, medicamentos etc. Muitas assentadas fizeram queixas sobre o valor da aposentadoria, alegando que se constitui num recurso importante, mas por ser um valor baixo<sup>172</sup>, não permite o gasto com outras coisas além de medicamentos e alimentação básica. Isso fica evidente na fala de Lavanda (associada à OMUS, 25/04/2018): “Minha aposentadoria? É só para remédio, minha filha. Agora mesmo, meu marido pegou a receita no posto e comprou um colírio para mim, desse tamaninho, acho que não tem nem dez gotas, custou duzentos e tantos”.

Outro direito que se constitui enquanto estratégia é a possibilidade de acessar financiamentos. O programa mais utilizado é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Pronaf foi criado em 1996, durante o segundo ano da pri-

172 Em 2018 o valor consistia em 998,00 reais.

meira gestão de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável ao oferecer crédito para projetos individuais ou coletivos, que geram renda às famílias de pequeno(as) agricultores(as).

Hespanhol (2009), ao explicar o processo de criação do Pronaf, afirma que somente a partir da década de 1990 é que as famílias de pequeno(as) agricultores(as) foram inseridas no bojo das políticas públicas. Isso ocorreu após mudanças em termos de concepção, estruturação e implementação de programas públicos para o espaço rural. Essa política de financiamento rural prevê, sobretudo, crédito para custeio e investimento.

A criação do Pronaf é considerada um marco na agricultura brasileira porque após a sua implementação, outras políticas públicas destinadas aos pequenos(as) agricultore(as) foram criadas (GRISA<sup>173</sup> E SCHNEIDER, 2015). Vale mencionar que, em meados dos anos 1990, houve o acirramento de conflitos fundiários, com desfechos sangrentos, como o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. O contexto de tensão e pressão social interferiram para a adoção dessas políticas pelo governo federal brasileiro. Foi um período no qual as famílias rurais foram reconhecidas enquanto categoria social, culminando inclusive na Lei da Agricultura Familiar, de 2006. Houve a criação de órgãos públicos que fomentaram tais mudanças, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente extinto e rebaixado a condição de uma secretaria, sob o domínio do MAPA, ministério que sempre esteve ligado aos interesses do agronegócio.

No bojo do programa há outras sublinhas de financiamento, como o Pronaf-Mulher, por exemplo. Porém, observo desde a pesquisa do mestrado, que infelizmente, o número de mulheres que acessaram essa política pública no estado de São Paulo é quase nulo, muitas sequer sabem da sua existência; e isso se repetiu na pesquisa para a tese. A linha de custeio e investimentos é a mais acessada pelas participantes da pesquisa. Considero pertinente a avaliação de uma associada à AMA sobre o uso desse programa, na qual ela declara que, embora o crédito seja importante, é necessário estar articulado com mecanismos para o escoamento da produção:

*Olha, nós usamos o Pronaf e foi bom, mas para te falar verdade eu acho que tem políticas que deveriam dar certo, tem umas que dão certo, outras não dão certo. Então, acho que deveria ter melhorias em cima disso daí, porque no momento que você vai no Pronaf a pessoa vai lá e pega aquele dinheirinho, ela vai investir. Aí, você vem prepara toda a sua terra, toda sua produção, e vem o atravessador; desvaloriza a sua produção, você não consegue se encaixar no mercado, entendeu? Tem muitas barreiras, tipo assim, eu produzo maracujá, vou lá pego o Pronaf, uso todos esses investimentos, mas eu não tenho uma política limpa para eu colocar meu produto no mercado, sempre vai ter aquele atravessador; precisa acabar com o atravessador (Gérbera, associada à AMA, 29/03/2018).*

As associadas acessaram o Pronaf pela Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) familiar, ou seja, foram financiamentos no âmbito da família, específicos para assentadas(os) da Reforma Agrária. Entre as utilizações do investimento, na maioria dos casos, as famílias optam pela aquisição de gado ou para infraestrutura relacionada às horticulturas.

Ainda sobre o âmbito econômico, gostaria de registrar uma história que me sensibilizou. Uma das associadas da OMUS sonhava em ter sua carteira de habilitação, mas por dificuldades econômicas, sempre postergava esse desejo. Desde que ela se tornou uma associada,

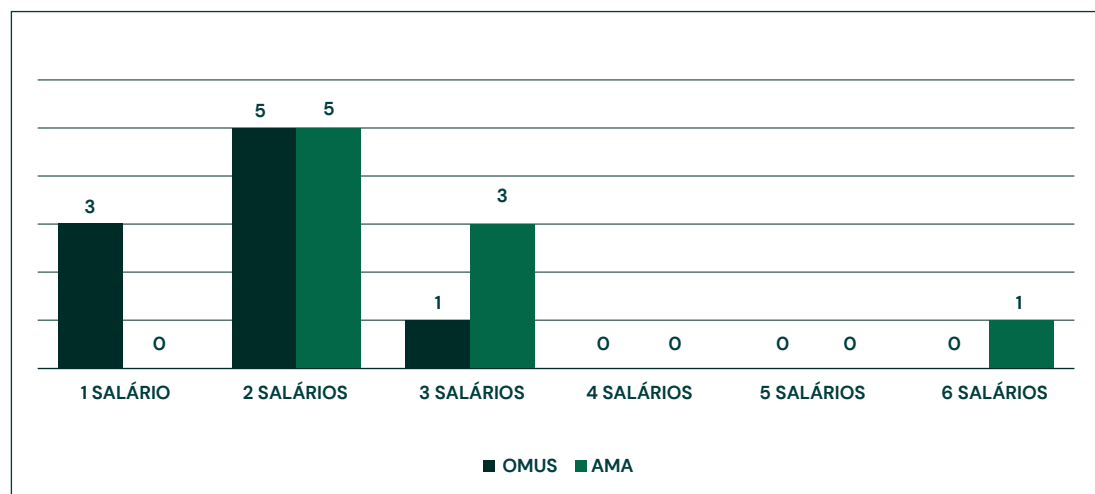
173 Catia Grisa, agrônoma, doutora em Ciências Sociais, docente da URGs.

passou a reservar uma parte do dinheiro obtido com os trabalhos da associação para pagar os serviços de uma autoescola, conseguindo assim realizar um sonho pessoal:

*a minha maior alegria foi ter tirado a minha carta! O meu marido brincava falando que eu não ia conseguir: “Mais de 50 anos tirando carta”, falou que ia ter que comprar a carta, acha?! Mas deu certo, eu consegui! Eu tinha essa vontade sabe? Eu via os outros dirigirem, assim e eu morria de vontade de ter um carro, dirigir também, era o meu sonho. Depois, compramos um carro. Eu dirijo por aqui perto, não vou pra Prudente. Só eu quem dirijo, o meu marido não tem carta, porque ele não tem estudo, sabe? Mas ele vai de lado comigo no carro e olha pra eu passar. Quando tem as entregas do PAA eu que vou levar, chego toda feliz! (Mag-nólia, associada à OMUS, 24/04/2018).*

É por meio deste conjunto de diferentes estratégias socioespaciais combinadas que as associadas conseguem manter uma renda própria, contribuindo para a permanência de suas famílias nos assentamentos. Em praticamente todas as situações observadas em campo, são as mulheres que possuem o maior salário dentro do núcleo familiar. A maioria delas decide por priorizar o uso de seu dinheiro para o bem-estar da própria família, entretanto, não significa que elas o não utilizem em benefício de si mesmas, na compra de determinados itens ou na realização de um projeto pessoal.

O gráfico 3 exibe os rendimentos em salários-mínimos informados pelas participantes de cada associação:



Os dados do gráfico permitem analisar que a maioria das famílias possui renda mensal de até 2 salários-mínimos e que os menores rendimentos, de até 1 salário-mínimo ocorrem com mais frequência entre as associadas da OMUS. Uma das entrevistadas informou ter um rendimento de 6 salários-mínimos, porém trata-se de um caso muito específico da família de uma associada da AMA, cujo esposo tem um trabalho externo que lhe garante um salário mais elevado.

Acredito que sob o prisma econômico, os efeitos da situação geográfica têm maior sobrepeso. Araraquara, é um município que reúne muitas vantagens de localização, investimentos e gestão pública. A proximidade de canais de comercialização e instituições parceiras; a presença de empresas, tais como a Cutrale (uma das maiores processadoras de laranja do mundo) e a Lupo (uma das maio-

**Gráfico 3:**  
Rendimento mensal em salários-mínimos de associadas da AMA (Associação de Mulheres Assentadas) Monte Alegre VI e OMUS (Organização das Mulheres Unidas) Gleba XV de Novembro

Elaboração: Larissa Araújo Coutinho de Paula.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.

res empresas do setor têxtil brasileiro) apenas para citar os exemplos mais expressivos, propiciam uma maior arrecadação de impostos municipais, e isso, somado a uma diretriz de governo local que investe em ações de apoio para as famílias assentadas, resulta no maior rendimento das atividades comerciais praticadas pelas associadas. Situação bastante diferente das mulheres da OMUS, em Rosana; que vivem em um município que apresenta uma configuração espacial e administração pública local diferentes, tornando-as mais dependentes de políticas públicas de âmbito governamental e federal.

## 6.6

### Estratégias socioespaciais e empoderamento feminino: a dimensão cultural

Segundo Sant’Ana (2003), até a década de 1970, os estudos sobre as estratégias das famílias rurais pautavam-se em abordagens sob a ótica do capital, considerando-as como ferramentas para a reprodução da força de trabalho. A partir da década de 1980, é que se passou a mirar com mais atenção a dimensão cultural e simbólica deste tema. Com a adoção desta perspectiva, as estratégias deixaram de referir-se somente à reprodução da força de trabalho, adotando a visão do cotidiano, do modo de vida das pessoas.

Com a organização coletiva, as mulheres rurais alcançam diferentes espaços, de modo a terem que mudar algumas estratégias de reprodução da força de trabalho. Se antes produziam individualmente, em nível doméstico, numa menor escala, passam então, a partir dos grupos, a ganharem forças, ampliando a produção e exigindo das autoridades locais apoio aos seus projetos (MAIA *et al.*, 2018). Foi assim com a AMA e a OMUS, as associadas começaram a produzir os pães em seus lotes, quase individualmente, e passaram a somar esforços, ganhar reconhecimento, tendo suas demandas contempladas, após intensa luta e cobranças junto às prefeituras e ao ITESP.

As mulheres articuladas em projetos coletivos, ao interagirem com diversos mediadores(as) e circularem por espaços de contextos diferenciados, têm de realizar tramites com o poder local, fazerem negociações, cobrarem por suas demandas, e assim, aprendem práticas importantes, como formas de comunicação em espaços públicos, modos de se expor, falar, fazer avaliações; habilidades pouco usuais em um cotidiano restrito à esfera doméstica e aos silenciamentos (MEDEIROS<sup>174</sup>; PAULILO, 2013; SILIPRANDI<sup>175</sup>, 2013).

As estratégias socioespaciais de cunho cultural, envolvem, a meu ver, questões de diversas ordens. Diante das informações produzidas em campo reconheço como estratégias de cunho cultural: a realização de cursos de capacitação e aprimoramento de atividades já realizadas pelas associadas, como cursos de panificação ou de carne suína (embutidos); o conhecimento de ervas medicinais; a elaboração de receitas diferenciadas (vegadas); a

174 Leonilde Servolo de Medeiros, socióloga, docente do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da UFRJ.

175 Emma Siliprandi, agrônoma, doutora em Desenvolvimento Sustentável, docente da Universidade Internacional de Andalucia, Espanha.



participação em eventos culturais e científicos, inclusive como palestrantes; premiações de empresas e instituições públicas; viagens e o retorno aos estudos.

Todas as atividades listadas também se articulam com a perspectiva espacial, social e econômica, embora repercutam mais na visibilidade e reconhecimento social das associadas e, consequentemente, elevam a autoestima delas, além de ampliarem seus conhecimentos e visões de mundo. Tais estratégias vinculam-se mais diretamente com a esfera simbólica.

Uma questão que perpassa o âmbito cultural é a própria divisão do trabalho no núcleo familiar. Francisco (2011) adverte que a sobrevivência das famílias rurais não se dá apenas pela obtenção de renda, mas também pela organização dos próprios membros nas estratégias desenvolvidas. Essa condição nos remete ao âmbito cultural. Sabemos que o patriarcado e machismo são fortes nestes espaços rurais, de modo que os homens pouco se responsabilizam pelas tarefas domésticas, mas isso, ainda que lentamente, tem mudado.

As organizações coletivas em assentamentos rurais podem desenvolver suas atividades em interação com mediadores(as) de diferentes natureza e escala (movimentos sociais, institutos de pesquisa, organizações não governamentais) (WEZ JÚNIOR, 2015). A partir da dimensão cultural das estratégias, podemos perceber a significativa ampliação de capacidades destas mulheres, o estabelecimento de redes e ligações com setores de administração pública, com os mercados e a sociedade civil.

Na pesquisa realizada por Maia *et al* (2018) sobre organizações coletivas de assentadas no entorno de Andradina, São Paulo, os(as) autores(as) observaram pontos relevantes sobre a questão cultural. As mulheres estudadas, no Assentamento Pendengo, formaram grupos para capacitação por meio de cursos diversos (artesanato, pintura, fabricação de queijo, doce de leite e pães caseiros) em busca de adquirir conhecimentos que lhes propiciassem renda. Nessa dinâmica, os cursos tornaram-se espaços importantes para a troca de experiências sobre as condições de saúde, educação e meio ambiente no assentamento. Além do conhecimento, essas formações promoveram uma articulação interna, a partir da qual as mulheres organizaram eventos como quermesses e bingos para angariar recursos e consolidarem a associação criada neste processo.

Segundo Wez Júnior (2015), essas interações em cursos, encontros técnicos, capacitações e palestras ampliam as capacidades individuais e coletivas:

*A expansão das capacidades significa ampliar as possibilidades de os indivíduos ou grupos se tornarem atores e agirem segundo suas concepções. As capacidades habilitam as pessoas para serem agentes de mudanças, transformando os ativos e as oportunidades em meios de reprodução econômica e social que impliquem uma melhoria de sua qualidade de vida, de acordo com critérios das próprias pessoas (WEZ JÚNIOR, 2015, p. 403).*

Salvaro; Stevam e Felipe (2014) ao estudarem a participação feminina em cooperativas rurais virtuais no sul de Santa Catarina, apontam que a visibilidade social e reconhecimento laboral das agricultoras perpassam essas formas de organização coletiva, a profissionalização das agricultoras e, assim, ressignificam saberes, afazeres, jornadas de trabalho e divisão de tarefas nas propriedades/lotês, antes desvalorizados.

A articulação com o trabalho coletivo, em busca de reconhecimento de direitos, redistribuição de renda também propicia às agricultoras, além de visibilidade, novas subjetividades, pois a partir do trabalho associativo, essas mulheres não são mais apenas donas de casa, ou

mesmo agricultoras, são comerciantes, associadas, gestoras de um empreendimento, integrando um projeto coletivo (SALVARO; STEVAM; FELIPE, 2014).

Alguns homens se sentem ameaçados quando percebem que suas companheiras passam a desempenhar atividades produtivas de maior êxito, conseguindo autonomia econômica, se a renda obtida se sobressai entre o núcleo familiar, o incômodo gerado pode ser ainda maior. Observei que esta é uma realidade presente na vida as associadas, quando uma participante me revelou que seu esposo se sentia desconfortável pelo fato de seu salário ser maior do que o dele:

*-Às vezes meu marido fala umas coisas: “que eu ganho mais que ele na associação”, que isso não é certo.*

*-Como assim? Ele reclama pelo fato de você ganhar mais do que ele?*

*-É, isso aí! Ele se sente ofendido, sabe? Inferior, né?*

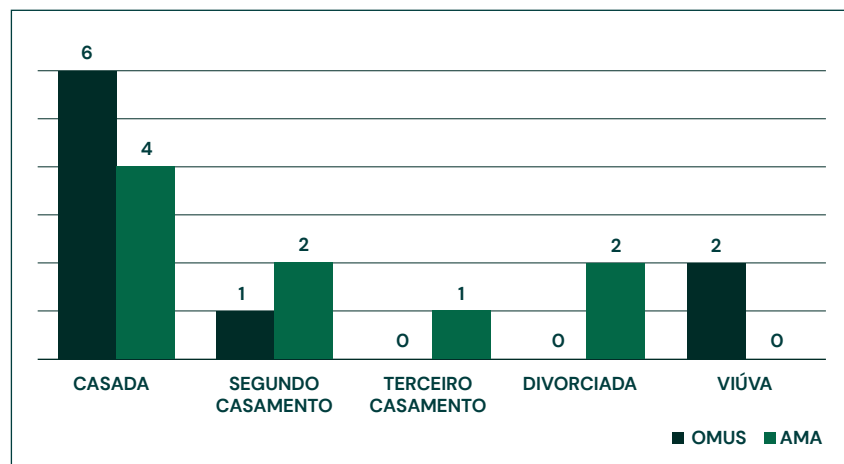
*-Que triste. E o que você pensa sobre isso?*

*-Ah! Eu falo pra ele que isso aqui foi batalhado, que a gente lutou pra conseguir. Foi uma luta grande. Não foi fácil, não. Então, quando eu cheguei, o meu seguro-desemprego foi acabando tudo. Eu ficava preocupada, aí a gente correu atrás pra arrumar isso daqui (a padaria), pra poder ajudar com o salário do sítio, porque agora tudo que a gente planta a gente vende, mas no começo não era assim, não. Perdia as coisas. Você não conseguia vender então a gente passava dificuldade.*

*-Então você acha que não necessariamente o homem tem que sustentar a casa?*

*- Bobagem! Nada a ver! Claro que não! Assim como pode ser ele, eu também que eu posso trabalhar e precisar. Uma precisa do outro! (Begônia, associada à AMA, 28/03/2018).*

Para Medeiros e Paulilo (2013) mesmo sob a oposição encontrada no núcleo familiar, a participação de mulheres em grupos produtivos pode propiciar um interessante rearranjo da divisão do trabalho, surgindo instigadoras reconfigurações de poder no interior da família. Neste sentido, é necessário registrar que a maioria das participantes da pesquisa são casadas, mas há casos pontuais de mulheres divorciadas e viúvas nas duas associações, como mostra o gráfico 4.



**Gráfico 4:** Estado civil de mulheres da AMA (Associação de Mulheres Assentadas) Monte Alegre VI e OMUS (Organização das Mulheres Unidas) Gleba XV de Novembro

Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Compreendo as críticas feitas por setores feministas, quando alegam que a maioria dos projetos para angariar recursos destinados às agricultoras geralmente estão alinhados às atividades tradicionalmente atribuídas a elas, tarefas do âmbito doméstico, do cuidar. Isso se refere, por exemplo, à panificação, cultivo de hortas, criação de animais de pequeno porte, também aos serviços como restaurante, hospedagem, e produção de artesanatos. Reconheço tais críticas, mas a obtenção de renda pessoal é de extrema relevância para a autonomia da agricultora, ainda que parte do dinheiro obtido por ela seja incluído das despesas familiares. Em relação a isto, cabe explorarmos um diálogo com a analista de desenvolvimento agrário do Itesp de Araraquara sobre os tipos de cursos ofertados às famílias assentadas:

*-Eu achei curioso você falar sobre os cursos. Você acha que tem uma distinção na participação desses cursos? Por exemplo, você disse que tem uns que são mais para produção animal, e outros são mais voltados para trabalhos manuais. Você acha que há uma diferença de sexo, de idade entre os participantes?*

*-Eu acho que não. É uma participação geral.*

*-Por exemplo, o de compotas? Vai mais mulheres?*

*-Ah, sim! Vai mais mulheres, mas tem também homens que participam, da produção de pães, de compotas. O curso de carne suína, eles gostam muito de participar, também.*

*-E além desse, tem mais algum curso que eles participam mais?*

*-Sim, por exemplo, a parte de horticultura, que é uma área forte aqui, por conta das feiras, as próprias políticas públicas de compra desses alimentos, tem curso de poda de limão agora, então aí, a participação maior é dos homens.*

*-Ah é? Que interessante, por que horta sempre foi uma coisa mais das mulheres, né?*

*-É, mas agora a família toda se envolve, porque virou uma área grande (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara 26/03/2018).*

Esse trecho evidencia que há um direcionamento dos cursos oferecidos de acordo com o gênero dos(as) assentados(as). É algo comum, observado nas leituras e em outras realidades empíricas. Mas há uma informação que merece destaque, quando a funcionária diz que a produção das hortas foi assumida por toda a família, com interesse grande dos homens, porque se tornou algo rentável, graças aos programas de compras institucionais. No caso, ela fez uma colocação considerando todo o assentamento, já que as associadas da AMA não participam destas políticas. Essa situação não ocorre com a OMUS, pois as mulheres mantêm a liderança da produção de hortas, acredito que isso prevaleça porque, além do interesse e intenso trabalho das associadas, há uma resolução no PAA<sup>176</sup> cujos projetos com maior número de integrantes mulheres têm mais chances de aprovação.

As atividades oferecidas pelos cursos são de fato ocupações que exploram uma condição peculiar de ser mulher rural, todavia, não enxergo nisto uma reprodução do machismo, pelo contrário. É necessário que a mulher alcance um nível de empoderamento para que se conscientize da desvalorização de seu trabalho. E que também tenha o entendimento de

176 Resolução nº 44/11, de agosto de 2011, estipulava um maior incentivo à participação feminina no programa, priorizando a inclusão de mulheres na seleção e execução de propostas, ao exigir que, no mínimo, 30% das pessoas integrantes dos projetos propostos fossem mulheres (BRASIL, 2011).

que ela tem capacidades plenas para fazer o que quiser, desde cuidar da casa e da família, fazer bolos para vende-los, ou até trabalhar com atividades aleatórias, inseridas ou não na lógica doméstica e agropecuária. E ainda que esta última opção seja a sua preferência, para conquistar estes projetos mais pessoais, ela precisará de recursos financeiros próprios.

A mulher rural depende de uma renda monetária pessoal para alcançar um nível de autonomia, ainda que seja modesta. Reconheço a existência de mulheres que embora exerçam algum tipo de atividade rentável, infelizmente não têm uma relação de gênero mais igualitária em seu núcleo familiar. Mas, ao longo dos anos nos quais tenho pesquisado as relações de gênero no espaço rural, percebo que a renda própria é um fator determinante para o processo de emancipação feminina, e ademais, no caso da pesquisa de doutorado, isso expande, propiciando benefícios à toda a família, permitindo a permanência de seus/suas integrantes nos assentamentos.

Ainda no que tange às assimetrias de poder, é possível verificar como isso tem se estabelecido em termos de divisão de trabalho:

*- E como vocês dividem as tarefas aqui, tem coisas que só você faz ou coisas que só o seu esposo faz?*

*- Aqui quem é responsável pelo gado, tudo, é ele, né? Ele retira o leite. Eu praticamente fico mais dentro de casa, saio pra vender as coisas, faço queijo e aí cuido da parte de banco, compro as coisas do sítio, corro atrás das coisas. É isso aí eu que faço (Hortênsia, associada à AMA, 28/03/2018).*

*- E aqui na casa vocês dividem as tarefas ou é mais você quem faz?*

*- Nós dividimos, ele faz também.*

*- O que ele faz?*

*- Ele lava a louça, faz comida.*

*- Que maravilha! Tem uns que não tiram o copo da mesa.*

*- Eu cheguei aqui hoje e o almoço estava pronto, foi só esquentar o feijão. A única coisa que o meu marido fazia era botar o feijão no fogo. Quem tinha que fazer o almoço era eu. Agora ele faz tudo, porque esse negócio da padaria nós saímos muito tarde, você viu, né? (Azaleia, associada à AMA, 26/03/2018)*

*- Como vocês dividem as atividades aqui, quem faz o que?*

*- Todo mundo faz um pouco de tudo, eu, meu esposo, meu neto. Limpeza, comida.*

*- Que legal! O seu neto também colabora?*

*- Sim, aqui todo mundo faz de tudo. O menino de quatorze anos faz tudo, também (Kalan-chôe, associada à OMUS, 26/03/2018).*

*- Os meus filhos fazem tudo. Eu sou viúva, eles me ajudam muito. Eu ensinei tudo para eles não dependerem de ninguém. Quando eu estou doente, ou preciso demorar na padaria, não preciso me preocupar, porque eles se viram. Ensinei eles desde pequenos a arrumar a casa e fazer comida (Cravina, associada à AMA, 26/03/2018).*

Os relatos acima permitem inferir que as alterações na divisão de funções entre os(as) integrantes da família é um processo que depende de cada contexto, mas em geral, é possível observar que há uma mudança em curso, uma redistribuição do trabalho doméstico. A primeira fala, de Hortênsia, revela que ainda persiste uma divisão de tarefas, mas apesar do esposo lidar com a criação de animais, é ela quem administra o dinheiro, é ela quem sai de casa e transita na esfera pública para comercializar os produtos, fazer compras, resolver pendências bancárias.

No segundo caso, a fala de Azaleia indica que houve uma mudança na divisão a partir do momento em que ela passou a trabalhar na padaria, quando seu esposo começou a realizar as tarefas domésticas. É notório que ele as faz sob uma condição de obrigatoriedade, já que diante da longa jornada de Azaleia com os trabalhos na associação, ela chega em casa muito tarde e ele não depender dela para se alimentar. Isso demonstra que a participação das mulheres em projetos coletivos pode implicar numa reorganização da dinâmica doméstica e das relações de gênero.

O terceiro e quarto caso, envolvendo Kalanchoe e Cravina, mostram um fato muito interessante apontando para uma preocupação com a educação de rapazes capazes de executarem as atividades domésticas, cozinhar, limpar, dentre outros afazeres. Tal fato contribui para a desnaturalização da vinculação feminina com o trabalho reprodutivo, indicando que estes são trabalhos essenciais para a vida em sociedade e todas as pessoas, independentemente de seu gênero. Creio que esse é um passo importante para a educação de rapazes mais engajados com a luta por relações de gênero mais igualitárias.

Em termos de igualdade na tomada de decisões, também há mudanças, embora sejam mais sutis:

*- De que forma que vocês decidem as coisas? Quando precisa comprar um móvel pra casa, ou mexer na estrutura, na produção, criação do gado, de algo assim, no lote, que envolva investimento que envolva dinheiro, como é que vocês decidem?*

*- Ele que decide, mas assim **quando é financiamento, por exemplo, essas coisas, ele vem falar comigo, porque aí precisa de mim, né? Aí, eu tenho que assinar** (Lavanda, associada à OMUS, 25/04/2018).*

*-O lote está no nome seu nome?*

*-Sempre foi tudo em meu nome, lote, DAP, porque como o falecido bebia, sempre me colocava na frente das coisas, ele não queria ter trabalho.*

*-Ah, que coisa. Mas pelo menos tem o lado positivo de as coisas estarem em seu nome, né?*

*-É bom nada! É ruim!*

*-Por quê?*

*-Porque tem que ser o homem!*

*-Mas por você acha isso?*

*-Porque tem que ser o homem, porque assim, tem dia que não tem jeito de você ir e você tem*

*que ir, o homem é mais assim, é o homem! O homem sempre tem que dar a ordem dele, porque ele é homem, então é ele quem tem que correr atrás das coisas* (Camélia, associada à AMA, 27/03/2018).

No primeiro relato é evidente que há uma imposição do esposo sobre o que deve ser decidido, sem consultar a esposa, apenas solicitando a assinatura dela. Entretanto, Lavanda tem consciência de que, apesar de não ser consultada sobre a decisão dos financiamentos, ele depende da assinatura dela, do contrário não conseguiria os recursos do Pronaf. Quanto a Camélia, mesmo tendo o seu nome como titular do lote e em outras responsabilidades, ela demonstra um descontentamento com tal condição, cuja qual ela não gostaria de estar, já que em sua visão isso é “coisa de homem”. Camélia tem 65 anos e Lavanda 60, há pouca diferença de idade entre elas, porém nota-se que Camélia apresenta uma perspectiva mais conservadora e machista. Isso demonstra que as mudanças nas relações de gênero destes espaços transitam entre paradoxos, de acordo com as experiências pessoais e trajetórias de cada participante. As mudanças não acontecem do mesmo modo e nem ao mesmo tempo para todas as mulheres.

A relação com diferentes agentes e escalas é destacada por todas as associadas como algo positivo, por uma série de razões: a convivência com diferentes pessoas; o encontro do grupo associado como possibilidade de distração e relaxamento; a elevação da autoestima; e o reconhecimento social:

*Pra mim o que a associação tem de mais positivo é que a gente tem um lugar pra ir. A cabeça da gente é outra coisa, a gente lida com as pessoas, a gente faz muitas reuniões, eventos, coffee break, a gente vai nos eventos que tem da agricultura familiar, em outras cidades, no Estado inteiro, né? Já fomos vender pães e bolo de milho, o que mais rendeu foi o de milho, fizeram um fila enorme na nossa barraca, foi tão legal!* (Begônia, associada à AMA, 28/03/2018).

*Acho que o que nós mais melhoramos foi a independência, né? A gente adquire em saber falar, “Eu posso, eu vou”. O povo respeita, até os próprios homens, tem um homem aqui que tem uma associação, ele falou assim: “Eu não contava que essa associação da OMUS ia seguir não, mas vocês estão firmes”, eu respondi: “É nos trancos e barrancos a gente vai seguindo”. A gente ganhou assim, um respeito, antes não havia isso* (Violeta, associada à OMUS, 26/04/2018).

*Todas essas atividades que elas fazem, de sair para outros lugares, de trabalhar, elas mudaram muito. Hoje elas são mulheres diferentes, sabe? Assim de empoderamento mesmo, de vida, de direitos e posição enquanto mulher, é exatamente assim que eu vejo nelas a mudança. Tem umas que nunca saíram do lote e com essa participação de ir pra cidade, para feira, houve uma mudança, enquanto pessoas, mesmo. Acho que é isso, assim, quando a mulher tem a sua renda, ela tem mais poder de decisão, em casa, tudo, por mais que esse dinheiro seja dividido ou usado na própria casa. Eu vejo dessa forma a mudança delas. Eu acho que especialmente duas lá. A gente via que elas ficavam muito em casa, tudo, e hoje eu até fiquei sabendo que uma delas foi fazer uma viagem, foi ver o filho dela que mora no Sul. Ele mora há pouco tempo lá, ela foi de avião* (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP do Itesp de Araraquara, 26/03/2018).

A relação com os(as) intermediadores(as) pode ser impulsionadora, como vimos em muitos exemplos, mas nem sempre é positiva. Algo recorrente na maioria das entrevistas com as associadas da OMUS é a insatisfação das mulheres com o técnico agropecuário, funcionário do Itesp, responsável pela assistência técnica a elas. Por muitos anos as associadas tinham um técnico com o qual trabalhavam, cuja relação era muito amigável e frutífera, porém,



houve uma troca, e elas não têm uma boa relação com o atual técnico. Elas disseram que já procuraram o Itesp para expor a situação, mas nada foi feito. A animosidade é tão grande que elas dispensaram a assistência técnica enquanto a instituição não disponibilizar outro profissional para atendê-las. As acusações são graves, elas mencionam atitudes machistas e racistas por parte do técnico. Esse fato aponta o quão relevante é a formação de profissionais de assistência técnica e de extensão rural com um viés mais humanitário e integrador, para que reconheçam a existência de diferentes sujeitos que compõe o campo brasileiro.

Em relação ao reconhecimento social mencionado pelas participantes, gostaria de destacar dois momentos especiais para estes grupos de agricultoras. A premiação da Consul conquistada pela AMA, e a homenagem à Margarida, líder da OMUS, pela Câmara Municipal de Vereadores(as) de Rosana.

A Prefeitura Municipal de Araraquara conta com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, uma subdivisão que sempre esteve envolvida na articulação de projetos com a AMA, facilitando a inclusão da associação em eventos e canais de comercialização. Segundo a presidenta da AMA, muitos desses projetos estão ligados aos editais de economia solidária. Em meados de 2014, após o último assalto na padaria, a funcionária desta secretaria se inscreveu em um edital de Premiação da Consul para Grupos de Mulheres, e elas foram selecionadas, foram aprovadas em todas as etapas, ganhando a premiação. Foi uma alegria imensa para elas, pois ganharam novos equipamentos de cozinha, uma viagem para um workshop e cerimônia de premiação para a liderança e uma acompanhante. Este evento além de contribuir para elevar a autoestima das mulheres, trouxe visibilidade nacional às mesmas.



**Foto 20:**  
Integrantes da AMA  
recebem Prêmio Consul

Fonte: Foto cedida pelas  
participantes da pesquisa.

Outro momento que merece ser destacado é a homenagem que Margarida recebeu. Liderança da OMUS e pessoa admirada por muitos(as) assentados(as) da Gleba XV de Novembro e por vários segmentos do Pontal do Paranapanema, ela recebeu uma premiação organizada pela Câmara de Vereadores(as) do Município de Rosana, em 2018.



**Foto 21:**  
Margarida e outras  
mulheres recebem  
homenagem na Câmara  
de Vereadores do  
município de Rosana

Fonte: Cedida pelas  
participantes da pesquisa.

O reconhecimento destes grupos de assentadas é uma conquista obtida após anos de intenso trabalho, dedicação, união e persistência. Conforme colocado, pensar as diferentes dimensões a que as estratégias adquirem na vida destas mulheres nos remete e uma multiplicidade de eixos que se concatenam. Por isso as estratégias mencionadas não podem ser categorizadas apenas como social, econômica ou cultural, elas se atravessam e isso contribui significativamente para o fortalecimento destes grupos e possibilitam à estas mulheres alterarem a sua própria situação geográfica.

## 6.7

# Estratégias de reprodução, relações de gênero e a produção de novas espacialidades a partir do trabalho feminino

**A** credito que a identificação, o agrupamento e as discussões expostas no capítulo anterior, confirmam para o(a) leitor(a) a ideia apresentada no início da tese, de que as estratégias socioespaciais são indissociáveis, elas apresentam uma forte correspondência, por isso é difícil classificá-las apenas como sendo de âmbito espacial, social, cultural ou econômico. Mas para além desta mutualidade, é possível afirmar duas considerações: a dimensão espacial está sobreposta sobre toda as demais e a partir das estratégias socioespaciais, as associadas conseguem mudar a situação geográfica dos assentamentos.

Os elementos mais recorrentes na pesquisa são gênero, estratégias de reprodução e espaço. A literatura nos mostra que todos possuem uma semelhança: são construções sociais que permanecem em devir, não estão finalizadas ou fechadas, devido ao seu caráter de fluidez, encontram-se em permanente mudança.

As mulheres rurais, conforme demonstrado, necessitaram conquistar o reconhecimento de sua posição e identidade como agricultoras para que então pudessem ter legitimados seus direitos pelo Estado (categoria profissional, sindicalização, previdência, licença-maternidade, financiamento, canais de comercialização etc). Somente a partir de uma incessante luta, que é contínua, foram reconhecidas enquanto pessoas dignas de direitos. Isso reflete a teorização de Butler (2000) sobre o processo de ações coletivas na construção de uma determinada inteligibilidade cultural.

Quando estas agricultoras se reúnem e decidem organizar um trabalho coletivo, elas passam por processos educativos e conscientizadores, que potencializam características que já estavam presentes nelas: a irmandade, a coragem, a autoconfiança. Mas não só isto. As organizações de agricultoras, mediadas pelas estratégias socioespaciais produzem fissuras, instabilidades no modo como as normas reguladoras de gênero estão estabelecidas no espaço rural. Isso significa que as características femininas ou masculinas, até então naturalizadas, são tensionadas e, portanto, apresentam possibilidades de superação.

Butler (2000, p. 118) que afirma que o gênero se manifesta como uma interpretação cultural do sexo, de modo que pode ser performado, ela explica que:

*Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e contido, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma.*

Por mais que o espaço rural ainda mantenha características masculinizadas com a supervalorização do trabalho do homem em detrimento das atividades femininas, existem fis-

suras que estão colocando as mulheres e o seu trabalho em evidência. Algumas mudanças ocorrem de modo mais lento e sutil, mas estão em processo e devem ser valorizadas. Estas fissuras provocam a desestabilização do sujeito sexuado generizado no campo, permitindo contínuas construções e desconstruções sobre o que é ser mulher ou homem rural e possibilitando o enfraquecimento das dicotomias que têm ao longo dos anos relegado a trabalhadora rural à categoria de uma ajudante invisibilizada.

O caráter de fluidez e performatividade apontado por Butler (2000) explica que ser mulher, ou ser homem é algo que está em permanente mudança, não é fixo, pois não se limita apenas pelo sexo, mas pela performatividade. Ao realizarem as tarefas domésticas, aquelas consideradas “femininas”, as agricultoras projetam as normas historicamente constituídas do que é ser mulher rural. Isso ocorre pela repetição de comportamentos que regulam as normas de gênero.

Mas o trabalho associativo e o engajamento em diferentes estratégias socioespaciais, conforme demonstrado, promove um rearranjo das atividades no seio da família. As tarefas são redistribuídas, e alguns homens passam a realizar o trabalho doméstico reprodutivo, executando uma função que não lhes foi designada historicamente. É possível visualizar nesses eventos, a operacionalização do conceito de espaço paradoxal.

Com isso, acredito que embora exista uma rígida norma que regula os corpos e as funções de homens e mulheres nos assentamentos estudados, através do trabalho nas associações, envolvendo diferentes estratégias adotadas pelas agricultoras, estas mulheres têm encontrado instabilidades que permitem a desconstrução de hierarquias e regulações de gênero, alterando normas preestabelecidas e as desigualdades na valoração dos trabalhos por elas desempenhados, subvertendo a concepção de que a mulher rural apenas ajuda, e, conseqüentemente, não tem o seu trabalho reconhecido.

A dinâmica das relações de gênero é visivelmente alterada porque nestes casos, as relações de poder sofrem oscilações. Toda pessoa é produto das relações de poder, exerce o poder, porém, o poder de outrem também é exercido sobre ela, e as formas de exercício de poder são instáveis, podem sofrer contestações, rupturas, modificações. O exercício do poder é múltiplo, as relações de poder não se apresentam de forma linear, mas como feixes que se interligam, como uma rede que perpassa vários âmbitos, gerando novas formas de poder. Nessa dinâmica, o sujeito se constitui através de elementos subjetivos e imposições externas, e se há poder, também há resistência e reação (FOUCAULT, 2008).

Foi a partir da visão foucaultiana de poder ([1979] 2008), que Rose (1993) produziu sua teoria sobre o espaço paradoxal. Compartilhando da ideia de que o poder não está restrito ao domínio do Estado e nem as demais estruturas hegemônicas, a autora argumenta que as relações de poder se dão pelo movimento inverso e permanente entre complementariedade e contrariedade. O poder transita num jogo entre os(as) que estão no centro (*insiders*) e os(as) que estão na margem (*outsiders*), assim há uma subversão que permite àqueles(as) que se encontram sob controle e submissão de empoderarem-se e reverterem essas relações assimétricas.

A meu ver é um dos principais efeitos que as estratégias de reprodução assumidas pelas mulheres provocam nos assentamentos estudados. As mulheres que eram até então, tidas como submissas, dependentes, incapazes e silenciadas, usam suas forças e passam a produzir coletivamente (em diversas frentes), impulsionam a renda familiar, conquistam respeito e reconhecimento, criam fissuras que lhes possibilitam reverter a condição de su-

balternidade. Por outro lado, os homens diante desse contexto, ao realizarem as atividades domésticas e de cuidados, experimentam o outro lado da conjuntura, e têm a oportunidade de refletirem sobre as desigualdades de gênero, e o quão desvalorizadas são as tarefas essenciais para a produção e reprodução das famílias rurais.

Curiosamente, as estratégias assim como o espaço, e as relações de gênero, são fluídas, passam por constantes re(construções) e adequações, não se encontram acabadas e engessadas:

*As estratégias estão fundamentadas em um habitus, mas também envolvem projetos, e estes estão em permanente construção, em constante adaptação às condições e possibilidades do campo e ao próprio habitus e experiências dos sujeitos. As estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluídas e não estruturas rígidas, pré-concebidas (SANT'ANA, 2003, p. 43).*

É interessante que as atividades de economia solidária criam espaços intermediários entre o âmbito privado/doméstico e a esfera pública, entre a esfera reprodutiva e produtiva; podendo então, se constituírem num mecanismo de contribuição para a superação de dicotomias e das assimetrias de gênero. Logo, a combinação de diferentes estratégias que reverberam no contexto social, cultural e econômico configuram para as agricultoras novas práticas espaciais, criando outra espacialidade relacional, o que as permitem alterar a situação geográfica em que vivem. Temos sujeitos e espaços que são re(construídos) incessantemente.

O conceito de situação geográfica contém etimologicamente, sítio e ação. O sítio é a materialidade, condicionada pela ação. A situação é a síntese sempre provisória e aberta. Isso permite à abordagem metodológica do espaço geográfico pelo conceito de situação geográfica, analisar o uso do território por diversos e desiguais agentes (CATAIA; RIBEIRO, 2015).

Assim, é possível inferir que as estratégias socioespaciais não são apenas condicionadas pela situação geográfica, mas podem alterá-la, pois remetem a novas conexões, de diferentes escalas; como também manifestam novas práticas, relações e sujeitos. Todos estes componentes produzem uma nova espacialidade, a partir do trabalho individual e coletivo das mulheres.

As mulheres da AMA produziram novas espacialidades a partir da relação com os ciclistas, isso alterou os itens produzidos por elas, ao acrescentarem no cardápio, alimentos veganos, por exemplo. O crescimento da visibilidade do grupo as fez serem reconhecidas no estado e no país, com a inclusão em roteiros turísticos e a conquista de prêmios. No Pontal, as associadas da OMUS, apesar de toda as adversidades, rompem o isolamento espacial ao criarem vínculos de cooperação com uma empresa de capital chinês, que lhes doou equipamentos e forneceu cursos de capacitação. Em ambos os casos, estas mulheres representam a resistência aos acordos com determinados setores do agronegócio, que cerceiam os assentamentos, homogeneizando as paisagens e as atividades.

Apesar de uma lógica patriarcal e heteronormativa, as relações de gênero, ao estarem imbricadas nas relações sociais, organizam e controlam, porém, também resistem e reinventam o espaço (FRANCO GARCÍA, 2017).

Outro aspecto importante é a relação destas mulheres com as jovens dos assentamentos. A aproximação entre as gerações é uma condição pertinente para o planejamento do futuro

destes lugares. Na situação de frustrações e impossibilidades da realização de seus sonhos, muitas jovens têm deixado o assentamento, para estudar e trabalhar. O futuro destas jovens já é uma preocupação para as mulheres, até mesmo porque se as mesmas estão envelhecendo e as jovens migrando, haverá continuidade da AMA e da OMUS?

No próximo tópico apresento os resultados obtidos a partir dos grupos focais com as jovens de ambos os assentamentos. Acredito que infelizmente ainda não é possível visualizar estratégias de dimensão geracional entre estes grupos, porque de fato não há o estabelecimento de projetos que vinculem mulheres e jovens, e penso que este é um desafio que se coloca para as associadas. Apesar das diferenças de idade, estas mulheres são fonte de inspiração para as novas gerações dos assentamentos.

## 6.8

### Juventudes emergentes: o desafiante elo entre gerações para as mulheres da AMA e OMUS

Um dos eixos aglutinadores de estratégias das famílias rurais envolve a sucessão geracional e uma das minhas inquietações durante a pesquisa, pairou sobre a relação das associadas com as jovens dos assentamentos, de modo a verificar se havia algum projeto ou extensão de atividades direcionadas às gerações mais novas.

Este interesse tinha como base dois pontos. O primeiro é que as mulheres da AMA e OMUS apresentam idade avançada, a maioria delas são idosas ou estão próximas da terceira idade. E sabe-se que ao longo do tempo, a saúde torna-se mais debilitada, o que pode impossibilitá-las de continuar os projetos de realizados. Foi possível apreender por meio das entrevistas junto às associadas e aos grupos focais realizados com as jovens que, infelizmente, não há um projeto que estabeleça um elo geracional entre as associadas e as jovens.

Destarte, o intuito com este subitem é expor os diálogos com as jovens, por meio dos grupos focais, que permitiram identificar os sonhos, as expectativas, as experiências e angústias dessa geração. Ademais, nas entrevistas realizadas com as associadas foi possível identificar que, embora não haja um projeto em vigor para integrar as jovens, o futuro destas representa um motivo de preocupação para as assentadas.

Carneiro (1998; 2007) advertiu que ocorre uma saída massiva de mulheres do campo, devido às questões intrafamiliares, como as desigualdades pautadas nas relações de gênero, na qual as moças são mais incentivadas a prosseguirem com os estudos e a buscarem oportunidades de trabalho fora do assentamento, por mais que se identifiquem e gostem de alguns elementos da vida no campo.

Aguiar e Strapassolas (2010) compreendem que é necessário a criação de projetos intra e intergeracionais na família e na comunidade rural, que possibilitem aos jovens, moças e rapazes, assumirem o protagonismo de ações em prol do espaço em que vivem. Atividades

de extensão e projetos de organizações não governamentais podem ajudar neste sentido (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010). Primeiro, temos que assimilar que gênero e juventude são duas categorias que perpassam os eixos de sexo e idade. Estes dois termos relacionais implicam relações de hierarquias e reciprocidades horizontais (SCOTT, 2010).

Segundo Sant’Ana (2003), o trabalho assalariado não-agrícola, apesar de infelizmente estar muitas vezes ligado a uma situação de renda insuficiente e de pobreza, pode significar uma opção para os(as) jovens que não querem se submeter ao trabalho árduo na lavoura ou à autoridade do pai. Mas isto, por vezes, é usado como impedimento para a transmissão de herança da terra às jovens. Já que há o costume de transferir a posse da terra para os(as) filhos(as) que contribuíram para a construção de patrimônio e que efetivamente trabalharam com a agricultura. Na verdade, isso apenas encobre a discriminação de gênero, pois o trabalho deles(as) é frequentemente direcionado, desde a infância, de acordo com o gênero.

Sant’Ana (2003) menciona que as mudanças culturais relacionadas aos filhos geralmente são intermediadas pelas mães. São ações que envolvem uma maior concessão de autonomia aos(as) jovens, seja em termos de decisão ou de uso da terra. Um exemplo foi o conjunto de situações nas quais algumas associadas têm incentivado os rapazes (filhos e netos) a fazerem desde crianças as tarefas domésticas.

Há em curso, principalmente em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, um processo de grande saída de jovens dos espaços rurais, sobretudo de garotas, indicando um êxodo rural seletivo, que direciona às cidades, sobremaneira a população feminina, configurando assim, a masculinização de áreas rurais (ANJOS; CALDAS<sup>177</sup>; COSTA<sup>178</sup>, 2006).

Os(as) jovens são agentes importantes na transmissão do patrimônio fundiário. A ampliação da propriedade e a herança são estratégias de base, e é uma questão cada vez mais relevante, uma vez que as populações dos espaços rurais estão envelhecendo, além de concentrar um número maior de homens do que mulheres, com a migração seletiva das jovens. Segundo Moreira (2012, p. 282): “O espaço rural está se tornando cada vez mais envelhecido e masculinizado, em face da falta de perspectiva de permanência dos filhos na agricultura e da inserção das mulheres em serviços domésticos e gerais.” Sobre essa questão do envelhecimento, uma das jovens participantes disse o seguinte:

*Bem, aqui no assentamento, o que a gente observa é que estão ficando os pais e o avós e é isso, mesmo, porque os filhos não querem dar continuidade. Está havendo um envelhecimento grande. Tinham lotes que antigamente produziam muito leite, hoje não produz mais, porque os jovens foram embora e ficaram só os pais e os pais não têm saúde, né? Pra você produzir um bom leite tem que ter um bom pasto. E pra ter um bom pasto você tem que manejar o pasto, isso gera muita dificuldade, né? Ficando só os mais velhos, eles não têm condições. A própria atividade de tirar o leite, exige muita saúde, mesmo. Acaba com a coluna do agricultor (Bromélia, jovem assentada da Gleba XV de Novembro).*

Para Silva (2015), os problemas de sucessão hereditária podem causar o comprometimento da reprodução social das famílias de agricultores(as). Devido ao machismo, a transição leva mais em conta a capacidade e a disposição para o trabalho desempenhado pela figura paterna do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas para o desenvolvimen-

177 Nádya Velleda Caldas, socióloga, doutora em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

178 Maria Regina Caetano Costa, socióloga, doutora em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).



to das atividades da família. Então, apesar de a transmissão da posse da terra estar baseada na consanguinidade, o fato é que o direito a herança não ocorre de modo igualitário entre os filhos e filhas. A ideia que paira tais decisões é o fato de que a jovem, ao se casar, agregará seu patrimônio ao da família do esposo, e assim, ao invés de ampliar os bens, acaba por fragmentá-los.

*Através do processo de herança da terra muitos agricultores encontraram estratégias para a continuidade da propriedade familiar e conseqüentemente da sua própria reprodução. Percebe-se que na maioria dos casos a mulher torna-se excluída desse processo, o que também se caracteriza em uma estratégia de reprodução do grupo, já que a terra da mulher passa a ser incorporada à terra do irmão e assim evita-se a fragmentação da propriedade (SOUZA, 2002, p. 26).*

Aguiar e Stropasolas (2010) explicam que a qualificação do trabalho agropecuário como “pegado”, “sofrido” e “sujo” integra um conjunto de desestímulos para a permanência da juventude no espaço rural e isto se choca com o ideário de feminilidade socialmente construído, de “delicadeza”, “fragilidade” da mulher. Percebi nos grupos focais que algumas jovens têm sim uma ideia de que o trabalho agropecuário é árduo e exaustivo, porém em momento algum elas o relacionaram com os padrões reguladores de gênero.

Muitas vezes o tamanho da propriedade rural e as condições financeiras da família, não permitem que todos(as) os(as) filhos(as) permaneçam no local, já que a divisão da terra costuma ser realizada até um ponto limite que não comprometa a redução da unidade familiar, assim, resta aos(as) filhos(as) não contemplados(as), migrarem para as cidades (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

Quando as expectativas lançadas pelos(as) jovens não encontram respaldo nas condições do espaço rural, elas são projetadas para o espaço urbano, que no ideário dos jovens apresenta maiores oportunidades para as suas realizações pessoal, profissional e financeira, de modo a terem uma renda, acesso à educação de nível médio e superior (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010). As jovens que participaram dos grupos focais demonstram senso crítico e bom senso, ao pontuarem os aspectos positivos e negativos de viverem nos assentamentos:

*Eu adoro morar aqui porque é muito sossegado, mas eu só estou morando aqui porque eu não trabalho, senão já tinha procurado algo melhor para mim, não tem como ficar num lugar vegetando, né? (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Eu mesma gosto de morar aqui porque é um lugar bonito, sossegado, tudo mais. Mas quando eu terminar meus estudos eu quero ir pra fora porque aqui você não encontra nada de legal pra você fazer (Iberis, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Aqui dá pra fazer uma hortinha, tem algumas vantagens que dá para empurrar com a barriga. Dá para criar um franguinho, né? Plantar uma coisinha. Já é uma vantagem. Mas, é só aquilo ali, se você quiser crescer um pouco mais aqui não dá. Mas também, viver na cidade, pagar aluguel, é difícil, por isso tem alguns que vão para a cidade, mas acabam voltando depois (Dália, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

*A gente fica um pouco estressado também, pelo menos eu. Eu já sou uma jovem idosa, tem hora que me estressa um pouco o barulho, eu gosto de vir para cá (assentamento) pra ficar na tranquilidade, mas assim, em termos de lazer, é óbvio que lá (cidade) é bem melhor. Se você está na sua casa e quer ir a uma sorveteria tem, se você quer ir no mercado comprar alguma coisa tem, aqui não (Jasmim, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

Para as jovens rurais, a educação se constituiu num mecanismo de reconstrução das relações de gênero, pois pode proporcionar a autonomia feminina, permitindo a elas o direito de escolha e a liberdade (STADTLER<sup>179</sup>; SILVA, 2010). É importante frisar que nos grupos focais, todas as participantes, de ambos os assentamentos, se referiram aos estudos como algo relevante, que merecia atenção. Elas reconhecem que a educação para as mulheres do campo é um direito arduamente conquistado. E sabem disso, porque suas avós e mães não tiveram a mesma oportunidade:

*Minha avó não foi pra escola, minha mãe também não estudou. Ela estudou só até a quarta série do fundamental. A gente teve como estudar porque construíram essa escola aqui porque se não tivesse construído, eu não sei como seria, se a gente teria condições de ir para cidade para ficar estudando. Se teria um ônibus para levar (Alfazema, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

Alfazema encontra-se numa situação diferenciada. Dentre as participantes dos grupos focais, ela é a única cuja vida não se adequa à noção de juventude, nem pela faixa etária e nem pelo contexto vivido. Ela tem 32 anos de idade, engravidou precocemente, teve que deixar a escola e hoje é mãe de cinco filhos. Mas quando soube da pesquisa, prontamente se ofereceu para participar e ajudou convidando jovens e adolescentes para o diálogo:

*O meu erro foi namorar cedo. Ai eu casei, parei de estudar porque cuidar de filho e estudar não dava certo. Eu penso em voltar agora, mas voltar com filhos pequenos, é difícil. Eu tenho vontade, eu tentei voltar, mas não deu certo por causa das crianças. Eles estudavam e tinham as tarefas deles, às vezes meu marido não estava em casa, ficava difícil (Alfazema, assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

No Assentamento Gleba XV de Novembro também constatee essa relação, de valorização dos estudos, baseada na trajetória de suas antepassadas:

*A minha mãe, ela não pôde estudar, ela estudou só até a quarta série, que era proporcionado na época. E eles paravam e era aquilo dali, iam pra roça, era o que tinha. Minha mãe mesmo foi terminar o ensino médio depois de casada. E eu vejo muitas mulheres que também era assim, não tinha mais perspectiva que isso, não (Cravina, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018)*

Stadtler e Silva (2010) apontam a importância da escola no sentido de ser uma instituição conscientizadora sobre direitos, discriminações, gênero e violência, evidenciando relações de violência simbólica e material que as mulheres de comunidades rurais vivenciam. Mas, além disso, é na escola, que as jovens se despertam para a condição enquanto assentadas, de sua classe, ainda que indiretamente. E isso ocorre porque ali entram em contato com o diferente, observam realidades contrastantes e sofrem preconceito:

*Eles (cidadinos) acham que por a gente morar aqui, não temos as mesmas regalias que eles, mas a gente tem. Internet, uma boa casa, uma boa TV. **As mesmas coisas que eles têm, a gente tem, só o lugar que é diferente.** [...] “Olha os sem-terra, os pé vermelho, os pé rachado.” Eu já fiz muitos amigos meus virem no sítio para ver a casa que a gente morava. Até hoje, falou em sem-terra e falou em assentamento, eles acham que a gente mora em barracinho. Não em uma casa normal, de tijolo (Alfazema, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

*Esse preconceito tinha até quando eu fazia faculdade: “Aí a turma da Gleba” não que a gente fosse maltratado. Mas tinha essa diferença, meio que eles subestimavam a gente, eu não dava bola. Mas que isso existe, existe (Alisso, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

No que tange às áreas disponíveis para lazer em bairros rurais e assentamentos, as jovens são as mais prejudicadas. Os rapazes além de terem mais acesso às formas variadas de lazer, possuem maior autonomia para sair à procura de diversão. As moças têm sua circulação fora da comunidade rural mais limitada. A escola assume uma função importante neste sentido, pois se constitui num espaço de lazer para as jovens, onde encontram suas amizades, praticam esportes, interagem sob diferentes formas de sociabilidade (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

Essa diferença na permissão ao lazer para rapazes e moças foi bastante ilustrativa em uma das falas:

*Na casa da minha mãe, minha mãe deixa meu irmão ir aonde ele quiser, se eu peço **ela não deixa porque eu sou mulher**. Ele sai com os amigos dele, né? Que são meus amigos, também, estudam na minha sala. **Aí eu peço pra ir junto e ela fala que não porque eu vou ficar falada**. É desse jeito. Eu tenho 15 anos e meu irmão 16, vai fazer 17 (Prímula, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

A questão do lazer foi um ponto bastante comentado no grupo focal. No Monte Alegre as jovens disseram que sentem falta de estabelecimentos comerciais no assentamento, como lanchonetes, onde possam frequentar como uma forma de lazer. Isso também é observado na Gleba XV de Novembro: “Sinto falta de diversão, não tem um shopping não tem festa, uma pizzaria, uma sorveteria, uma lanchonete, uma pracinha pra gente conversar.” (Helicônia, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Aguiar e Strapasolas (2010) argumentam que as jovens por mais que estejam inseridas nas atividades agropecuárias da família, não têm direito ao lazer, não possuem renda fixa, nem mesmo uma porção própria da terra. Quando estão solteiras, devem atender as determinações paternas e, ao se casarem, são subordinadas a autoridade do esposo. Assim, suas vidas são marcadas pela falta de liberdade e insatisfação. Esta situação não é unânime, mas é algo real, expresso em diversos lugares sob maior ou menor incidência.

As jovens demonstram o entendimento da assimetria das relações de gênero, pois vivenciam isso em seus cotidianos. Tal constatação foi mais intensa no grupo do Assentamento Gleba XV de Novembro:

*Minha mãe fala que quando trabalhava na roça, que ela trabalhava desde pequena, as mulheres ganhavam a metade que os homens ganham. Até hoje aqui na Gleba, a mulher tem uma diferença de uns 10 reais na diária (Miosótis, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Quando a minha mãe trabalhava no algodão aqui, ela ganhava menos que os homens (Calian-dra, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Sempre tem essa diferença. Sempre eles. É a mulher sempre que tem que cuidar do serviço de casa, cozinhar, lavar, limpar. Meu irmão até faz os serviços de casa, assim, lavar uma louca, recolher a roupa do varal, mas só se a gente pedir (Prímula, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Meu pai não faz nada, não! Quando a gente viaja e volta para casa, a casa está toda suja,*

*imunda mesmo! Nem parece que a gente limpou (Helicônia, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Na minha casa todo mundo trabalha um pouco. Meu pai também ajuda a gente bastante. Ele cozinha, lava a área, limpa a casa (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

Apenas uma fala indica que há compartilhamento de tarefas, nas demais é explícita a sobrecarga de atividades domésticas sobre as mulheres, bem como a desvalorização de seu trabalho pela renumeração desigual.

Os projetos dos(as) jovens frequentemente envolvem a necessidade de uma parcela da propriedade, ou ainda sua capacitação e formação para a promoção de uma atividade produtiva. Ou seja, além do consentimento dos pais, precisam de um conjunto de fatores materiais e imateriais para tal realização (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010). Acrescento que além disso, os(as) jovens assentados(as) precisam de incentivos do setor público, que pode subsidiar infraestruturas, oferecer capacitação, mas infelizmente estão relegados(as) ao abandono, e as jovens de ambos os assentamentos demonstraram plena ciência disto:

*A maioria chega no primeiro colegial, já quer ir embora, tem pouco jovem no assentamento. Eu acho que é a única solução no caso para vencer na vida. Porque aqui não tem como, se a gente for ficar aqui, vamos viver só disso que a gente sempre viveu. E se a gente tem possibilidade de crescer, tem que sair daqui, aqui estamos abandonados à própria sorte (Cravina, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Quando os pais têm condições de investir nos filhos aqui dentro, aí fica fácil para o filho não ter que sair daqui. Dá um jeitinho de pagar a faculdade ou compra um lote para o filho. Alguns têm essa condição, tem alguns pais que a gente conhece, são poucos, que consegue comprar um sítio pra os filhos para eles criarem o gadinho deles. Terem alguma rendinha, né? Mas quem não tem isso, não tem o que fazer; **não tem nenhuma política pública para a gente** (Berdana, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

*Tem que gerar mais emprego pra juventude, né? Porque mesmo que gere emprego em Primavera, tem que ir pra lá gastar combustível ou ir morar lá. Se gerasse emprego dentro dos assentamentos pra ajudar os próprios lotes, acho que seria uma oportunidade (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Tem que investir mais na agricultura, mas para os jovens, né? **Porque tudo que sai de programa é para os donos dos lotes que são os nossos pais.** Mas nós jovens, poderia ter alguma coisa, também. Talvez disponibilizem uma DAP para gente, tomara que dê certo (Alfazema, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

*Sabe, que tenho vontade de trabalhar no lote, mas com o meu pai não posso. No lote, na verdade, meu pai não faz nada. Assim, o lote que eu moro é do meu avô, ele passou para o nome da minha mãe, para quando ele fechar o olho ficar para a gente. Aí, já tem um gado lá que é do meu avô, e não tem espaço lá para a gente comprar mais gado, ou fazer uma horta, ter uma renda só nossa com a terra (Bromélia, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

O sentimento de abandono para elas não se dá somente para o segmento juvenil, mas também para todo(as) que vivem no assentamento, como bem pontuou uma jovem a respeito da segurança nos espaços rurais:

*Eles acham que por a gente estar num lugar desses, que a gente não precisa de um policiamento. Que nem, aqui já tiveram roubos e a gente não pôde fazer nada. Já roubaram a escola três vezes, já roubaram a padaria das mulheres. As autoridades acham que não precisamos de cuidado, de alguém para vigiar as nossas coisas (Berdana, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

De modo geral, pude observar que as migrações têm dois fatores estimulantes: conclusão de estudos e procura por trabalho, mesmo que, em algumas situações, o emprego alcançado seja de baixa remuneração, como empacotador(a) de supermercado, jovem aprendiz, vendedor(a), por exemplo. Aqueles(as) que saem com alguma formação, técnica ou universitária, geralmente têm mais chances de conquistarem empregos com melhores salários e condições de trabalho.

*No caso ainda hoje, o colegial estuda na cidade, o colegial pega o ônibus às cinco horas da manhã. É bem mais cansativo, se tivesse aqui seria mais fácil. Aqui só tem o ensino fundamental, tem que sair de todo jeito para fazer ensino médio, faculdade (Alfazema jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

*Muitas vezes a pessoa abandona o pai, a mãe e vai morar com parentes para estudar, trabalhar na cidade, essas coisas. Porque é impossível aqui! (Primula, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*O pessoal sai para fazer os dois, né? Estudar e trabalhar! Tem pessoas que moram aqui, e só vem fim de semana pra casa dos pais. Daí eles estuda, trabalha e só vem de fim de semana (Dália, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

*Precisava ter um emprego para a gente não precisar sair para fora. Uma fábrica, uma coisa que os jovens não precisassem ir pra fora. Eu acho que as pessoas que saíram daqui não escolheram sair daqui, saíram por obrigação, para poder arrumar um bom emprego. Mas no pensamento deles eles gostariam de ficar aqui mesmo (Caliandra, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

A fala de Caliandra é um exemplo de como a desvalorização do rural está presente entre a juventude do assentamento, mesmo que isso não seja consciente. Quando ela afirma que poderia existir uma fábrica para empregá-las, remetendo a ocupação de um trabalho urbano.

Na Gleba XV de Novembro, embora haja escola que contemple o ensino médio, o fator de busca por emprego leva a juventude a deixar o assentamento. Há jovens com cursos técnicos, em enfermagem e agronegócio, com graduação em pedagogia, porém não conseguem emprego nos municípios próximos:

*Eu sou formada em curso técnico de enfermagem, mas não tem oportunidade. É muito concorrido aqui (Miosótis, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Aqui não tem serviço, se a gente for fazer uma faculdade, dependendo do lugar é muito longe. Não é toda faculdade da região que tem o curso que a gente quer fazer. Tudo aqui para trabalhar tem que ser concursado e é muito difícil, muito concorrido (Helicônia, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Eu quero arranjar um emprego e ir embora, mas queria que fosse um emprego aqui em Primavera, que eu ficasse próxima da minha família, dos meus amigos. Que não precisasse ir muito longe,*

*sei lá, em Presidente Prudente. Queria que tivesse um emprego aqui perto, mas é meio complicado (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Eu quero fazer Psicologia. Não tem aqui. Vou ter que fazer vestibular em Nova Andradina (MS). Como é período integral, se eu passar meu pai terá que me sustentar lá, pagar aluguel, essas coisas. E se eu quiser continuar morando aqui até posso tentar fazer o curso porque de Nova Andradina (MS) dá para voltar, mas de Prudente não tem como, porque é mais longe (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

A fala acima expressa que a situação geográfica é uma condição que influencia também as decisões que essas jovens fazem ao planejarem seus futuros. Presidente Prudente está a mais de duas horas de distância de Rosana, sendo mais viável para esta estudante ingressar numa faculdade do Mato Grosso do Sul, estado que faz divisa com o município do assentamento, permitindo a ela, diante da impossibilidade financeira de morar fora, ir e voltar da faculdade para o assentamento todos os dias.

A razão da sucessão geracional implicar na desigualdade de gênero tem como uma das causas o fato de que as jovens não são preparadas, nem estimuladas, para desenvolverem ou despertarem interesse pelas atividades agropecuárias, já que desde tenra idade o rapaz é o filho que é inserido na produção e gestão da propriedade, enquanto cabe às moças o auxílio nas tarefas domésticas (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

A juventude rural, assim, como a urbana é multidimensional, portanto, o problema da migração só pode ser reduzido ou solucionado caso ações multidimensionais e integradas sejam executadas, desde a infraestrutura e acesso à terra, a construção de melhores estradas, investimentos em projetos produtivos, a estruturação do comércio, além de respostas às demandas por renda, educação, saúde, lazer e cultura (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

É comum estudos sobre a juventude rural que apontem para o sentimento de ambivalência, no sentido de quererem ficar em virtude da conhecida paz, relações horizontais, qualidade de vida, bucolismo. Acredito que essa visão reforça as dicotomias, além de não atentar para a ocorrência de fatos negativos que estão presentes também no rural, como o uso de drogas, a violência, a prostituição de adolescentes, a criminalidade.

Há um encontro de aspectos rurais e urbanos, como a palavra usada por Massey (2008), há coetaneidade de tais espaços, propiciado por um conjunto de processos, como a intensa modernização agrícola, a informatização das formas de produção e de comunicação, a crescente cientificidade usada em atividades agrícolas, a inserção da agricultura na globalização (SANTOS, 2002). Esses processos, apesar de não se estabelecerem com a mesma intensidade em todos os lugares, exercem influências constantes sobre eles.

A juventude rural está hoje vivendo estas fronteiras com mais intensidade, isso altera as experiências e percepções da população rural, que apresenta suas próprias peculiaridades nas interações geracionais. As jovens participantes têm compreensão sobre as mudanças que a modernidade efetuou no espaço rural. Me chamou a atenção, as observações que fizeram no sentido de utilizarem a internet, o computador ou o celular; e também sobre a progressiva redução do número de filhos(as) por família no espaço rural. Rossini (1993) já havia destacado que as famílias rurais tinham grande quantidade de filhos(as), que posteriormente se tornariam mão de obra para o trabalho árduo das lavouras, hoje percebe-se que isso ocorre em menor proporção.



As jovens que participaram do focal vivenciam uma mobilidade maior do que seus pais, e muito maior do que seus avós, por exemplo. Houve uma evolução técnica dos meios de transportes, asfaltamento de estradas rurais, ampliação do uso de motocicletas, isso ampliou a mobilidade física destes(as) jovens. Por outro lado, há ainda a mobilidade virtual, por meio do intenso uso de celulares e computadores que possibilitam o saltar escalas para estas jovens, conhecendo e interagindo com outras pessoas em pontos diversos do país e do mundo.

É o processo de estreitamento das distâncias, conforme Carneiro (2007, p. 57):

*Essa situação de estreitamento das distâncias, do estar, ao mesmo tempo no “lugar”, na localidade, ou na sede do distrito, e estar sofrendo os efeitos das dinâmicas de “fora”, na localidade, de escala nacional ou global, certamente não afeta apenas a percepção sobre o mundo, mas também afeta a maneira como as populações rurais, de pequenos agricultores, por exemplo, pensam e organizam suas próprias vidas.*

Isso nos coloca, mais uma vez, na condição de pensarmos a necessidade de ampliar a interpretação dos lugares como fechados, isolados, finalizados, no caso discutido aqui, os espaços rurais. A citação de Carneiro (2007) dialoga com a visão de Massey (2000), para quem o lugar é resultado da mescla distinta de todas as relações práticas, intercâmbios, que se entrelaçam dentro deste nó, num sentido global de lugar. O lugar como sentido global é composto pela intersecção de correntes e interações. Relações socioespaciais que se entrecruzam, e a meu ver, as jovens são essenciais nesta modalidade do lugar, suas práticas e vivências espaciais extrapolam com maior aptidão as fronteiras entre estes espaços.

Entendo que a juventude não está circunscrita apenas a uma delimitação de idade mínima e máxima, nem ao contexto escolar ou de lazer. Há uma pluralidade das formas de ser jovem. Neste sentido, concordo com a abordagem defendida por Dayrell (2016), para quem a juventude é simultaneamente uma condição social e uma representação. Há uma característica geral que concerne os jovens, moças e rapazes, enquanto indivíduos em uma determinada faixa etária passando por transformações, físicas e psicológicas. Porém, em cada sociedade, este grupo irá se representar de formas variadas, de acordo com o contexto, por isso fala-se em juventudes plurais.

As jovens com as quais dialoguei vivem no espaço rural, porém não devemos delimitá-las apenas por esta característica. Essas jovens têm gostos culturais diferenciados, praticam atividades físicas diferentes umas das outras, professam sua fé em distintos credos, frequentam pontos diversos no próprio assentamento e na cidade, ademais elas possuem sonhos e desejos específicos que não estão necessariamente vinculados ao que o senso comum imagina para uma jovem do campo.

Curiosamente, no caso do Assentamento Monte Alegre, tive a oportunidade de permanecer na padaria das mulheres da AMA até o anoitecer durante vários dias. E verifiquei que, além dos ciclistas que fazem paradas para o lanche, a Padoka é um ponto de encontro e lazer de jovens do assentamento. Em grupos, eles sentam-se às mesas, comem bolos e salgados, bebem sucos e refrigerantes e passam algumas horas conversando, alguns trazem cartas e demais jogos com os quais se entretêm. E assim permanecem até a padaria ser fechada. Mas, a quantidade de moças era reduzida nestas observações, via com maior intensidade os rapazes, não as moças. Isso permite inferir que mesmo nos limites territoriais do assentamento, as jovens têm o seu transitar restringido e controlado.

Algumas das questões inseridas no roteiro de entrevistas semiestruturadas referiam-se à juventude. Em Rosana, a assistente social descreveu alguns projetos municipais de atendimento à adolescentes e jovens, segundo ela, os projetos para esse público também são destinados à população assentada. Há o Programa Ação Jovem, no qual os adolescentes recebem mensalmente um valor de 80 reais e devem participar de reuniões e atividades propostas. Há também o Projeto Guri (ensino de música) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que realiza oficinas socioeducativas, segundo ela todas estas atividades visam aos dois públicos de jovens, da cidade e dos assentamentos.

Em relação a eventos culturais, a entrevistada afirmou:

*Olha, não tem nada assim específico, né? Às vezes tem algum torneio, alguma festa, mas não tem assim nada específico, principalmente os jovens da XV de Novembro, eles têm menos acesso aos serviços que os do Nova Pontal, devido a questão de logística e transporte. Vou pegar um exemplo pra você. Nós temos uma adolescente hoje que ela é aprendiz, ela começou a trabalhar agora. Essa menina sai de casa por volta de cinco horas da manhã. Ela vinha frequentar o projeto de manhã, o serviço, à tarde ela ia pra escola saía por volta de seis horas, chegava em casa sete horas, ela ia pra casa dormir. Ela fez isso durante 11 anos, para hoje pra ter a oportunidade de um primeiro emprego, e está morando na casa de uma tia, porque senão ela não conseguiria (Assistente social de Rosana, 24/04/2018).*

Esse trecho expressa as dificuldades que os(as) jovens assentados(as) enfrentam cotidianamente para darem prosseguimento aos seus projetos de vida. Gardênia, integrante da OMUS, revelou que quando as mulheres conseguiram o *kit* para a padaria também ganharam um “*kit* cinema”, que segundo ela, veio com uma tela e vários filmes, mas que nunca foi utilizado como cinema. O material foi destinado à escola do assentamento, que atende até o Ensino Médio. E quando as associadas solicitam emprestado há muita burocracia e elas acabam desistindo. Ela lamenta o fato de que este *kit* deveria ter sido utilizado para todos(a) os(a) jovens do assentamento, para o lazer dos(as) mesmos(as) e não ficar restrito à escola.

É unânime a opinião de que o assentamento não possui projetos e atividades que despertem o interesse destes(as) jovens, o que, segundo elas, está deixando o assentamento com o perfil cada vez mais idoso, já que a maioria dos(as) filhos(as) opta por migrar. A maioria das associadas afirmou que tem interesse que seus/suas filhos(as) permaneçam no assentamento, trabalhando com a agricultura, apenas uma delas disse não nutrir este desejo, devido as condições difíceis de vida e trabalho no campo.

Tulipa acredita que uma alternativa para a juventude da Gleba XV são os cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera):

*É muito bom o que eles fazem com os jovens, incentiva eles a fazerem faculdade, a fazerem um curso, adquirir conhecimento que depois eles possam exercer na comunidade do assentamento. É um incentivo do governo federal, que eles envolvem com o Pronera, fazem faculdade e vêm trabalhar no campo (Tulipa, associada à OMUS, 24/04/2018).*

O Pronera trata-se de uma política vinculada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento do espaço rural. O programa tem como público alvo jovens e adultos(as) de assentamentos reconhecidos pelo Incra, quilombolas, trabalhadores(as) acampados(as) e beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Esta política abrange todos os níveis de educação. Há cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde alfabetização até o Ensino Fundamental e Médio, cursos de graduação e de pós-graduação (especialização e mestrado). O programa capacita educadores(as) para atuarem nos assentamentos rurais. A proposta da política é interessante e tem gerado resultados positivos em vários cantos do país, apesar disso, dentre as jovens que participaram do grupo focal no Assentamento Gleba XV de Novembro, nenhuma participava do programa.

Em 20 de fevereiro de 2020, o governo federal publicou o decreto nº 20.252 que reorganizava a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enfraquecendo programas que beneficiavam assentados(as) rurais e quilombolas. Um dos efeitos foi a extinção da coordenação responsável pela Educação do Campo, inviabilizando a continuidade do PRONERA (SUL 21; 2020). Há um projeto de Decreto Legislativo (PDL) 64/20, criado por deputados do PT que pretende anular tal determinação. Até o momento de escrita da tese, o projeto tramitava na Câmara dos Deputados (C MARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Além do Pronera outra política pública para ensino de nível superior comentada por uma das participantes foi o Programa Universidade para Todos (ProUni). Tal programa, vinculado ao Ministério da Educação oferece bolsas de estudo integrais ou parciais (50%) em instituições particulares. Estudantes que desejam pleitear as bolsas integrais devem comprovar renda bruta mensal por pessoa de até 1,5 salário-mínimo. E para as bolsas parciais a exigência é de até 3 salários-mínimos por pessoa. Além de realizarem o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) mais recente obtendo ao menos 450 pontos de média das notas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020). Uma das associadas da AMA, relatou que seus filhos conseguiram cursar a graduação através de bolsas deste programa:

*O meu filho mais velho fez Propaganda e Marketing e o caçula está estudando Biomedicina. Mas é tudo com bolsa, sabe? Pelo Prouni, porque eu não tenho condições de pagar. Eles são muito esforçados. O mais velho sofreu muito para se formar. Ele ainda não conseguiu trabalho na área que ele estudou, está trabalhando na Santa Casa de Araraquara, mas ele continua procurando trabalho na área de formação dele (Cravina, associada à AMA, 26/03/2018).*

A preocupação com o público jovem do Assentamento Monte Alegre é recorrente para as associadas da AMA, também. De acordo com a analista de desenvolvimento agrário do Itesp de Araraquara, há em trâmite, uma alteração de lei que poderá ajudar os(as) jovens a terem autonomia financeira:

*-Então, a questão dos jovens é um problema. A maioria não consegue ficar trabalhando com os pais ali. Pela própria estrutura aqui, não tem uma DAP própria. Está sendo feita uma mudança com a Lei 4.857 agora, que é a do assentamento, que tá sendo justamente pra conseguir que os filhos deem continuidade no trabalho, no assentamento.*

*-Então, a maioria acaba nem morando lá? Ou moram, mas trabalham na cidade?*

*- Trabalham na cidade.*

*- E são trabalhos de que tipo? Fazem graduação? Ou curso técnico?*

*- Sim, tem um deles que é funcionário da Prefeitura Municipal de Araraquara, passou num concurso, fez técnico em agropecuária e passou num concurso da prefeitura. São exemplos bem pontuais, né? Mas tem. Tem um que é advogado, trabalha lá com o pessoal do próprio assentamento.*

- *Que legal ele trabalhar com o próprio pessoal do assentamento.*

- *Sim, sim! Eu acho que tem uma enfermeira, também. Ela trabalha no postinho (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara, 26/03/2018).*

A DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) é um documento que certifica a condição de agricultor(a) familiar, sendo utilizada para acessar políticas públicas como o Pronaf e o PAA. É comum que os(as) filhos(as) se casem e vivam como agregados(as) no lote dos pais, porém ficam impossibilitados(as) de se inscreverem nos programas citados por causa da DAP, que é unitária para a família, geralmente associada ao(a) titular do lote.

Outro projeto foi mencionado pela analista de desenvolvimento social do Itesp, o Jovem Agricultor do Futuro, que oferece uma espécie de capacitação direcionada aos(as) jovens rurais, entre os 14 e 17 anos de idade. É um curso de 11 meses, envolvendo uma parceria entre a escola, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Itesp e a Prefeitura Municipal. De acordo com ela, o curso já é realizado em Motuca, e pretendem trazê-lo para Araraquara. Há aulas teóricas, práticas e ao término o estudante precisa desenvolver um projeto sobre algum tema relacionado à agropecuária.

Uma das associadas comentou sobre a situação de sua filha:

*Aqui é muito complicado para a juventude. Que nem a minha filha mesmo, ela terminou o terceiro ano e quer fazer uma faculdade. Ela é muito inteligente, mas é mais difícil, não tem como correr para outro lugar estando aqui, não temos carro. Então, pra sair daqui todo dia é um sacrifício. Você viu como o nosso lote fica longe? Tem que andar muito a pé porque não tem o transporte correto. Então é mais difícil. Ai ela terminou e está lá em casa, está parada porque não tem perspectiva. O assentamento está ficando vazio, sabe? Você já deve ter percebido. Muitos jovens quando pega seus 17, 18 anos não querem mais ficar aqui. Eles pegam a idade quando se formam e vão embora. Aqui tem poucos jovens que terminaram os estudos e ainda estão aqui. **A maioria vai tudo embora mesmo, vai pra cidade, vai fazer faculdade, vai morar fora** (Ciclame, associada à AMA, 27/03/2018).*

Amarílis, liderança da AMA, comentou que um de seus sonhos é desenvolver um projeto na Padoka com as jovens, algo que infelizmente ainda não foi possível:

*O meu sonho mesmo é quando as coisas estiverem melhores, sobrando mais recursos, porque nesses dez anos a padoka está de pé, mas não está sendo fácil, a gente se vira, né? Se nos próximos anos a gente conseguir ampliar mais o comércio da padaria, se a gente conseguir isso eu quero abrir para as jovens, vagas aqui na Padoka para as moças do assentamento (Amarílis, liderança associada à AMA, 28/03/2018).*

A oportunidade de dialogar com a professora da escola do Assentamento Monte Alegre foi importante para a obtenção de informações sobre a juventude. Uma observação pertinente feita por ela diz respeito ao método de ensino da escola. Segundo a professora, a escola do assentamento segue o Serviço Social da Indústria (SESI), ela afirmou que a escola está passando por uma mudança, adaptando uma metodologia mais articulada com os assentamentos:

*Será melhor para a escola uma nova metodologia, porque o sistema SESI é voltado pra operários, para a indústria. É totalmente diferente do rural. E a gente não queria. A gente lutou muito para não aceitar o SESI. Só que fomos forçados, né? Mas a gente queria desvincular indústria*

*de produção rural. Porque, principalmente isso aqui não é indústria, nem agronegócio, a gente quer conservar a base da instituição dos assentamentos. Que é a agricultura familiar e o autoconsumo, abastecer os mercados mais próximos. Agora se a gente chega aqui e aplica um SESI sabe qual é o perigo? É o produtor rural deixar de plantar arroz, mandioca e partir para a usina. Esse é o perigo, aumentar o agronegócio! Que não vai ser bom para ninguém! Nosso futuro será a fome! Por isso que eu disse que aqui tem de ter um curso técnico, profissionalizante, direcionado para a terra. E tem, agronomia, ciência da terra, análise de solo, ligado com a terra para eles não se distanciarem (Professora da Escola de Ensino Fundamental do Monte Alegre, 29/03/2018).*

*É muito triste. Os jovens, eles não têm saída, é isso que eu vejo aqui. Se ficar o bicho come se correr o bicho pega. Eles não têm saída, não. Eles vão terminando o ano, vão para o Ensino Médio, mas também é uma realidade muito triste, porque a maioria chega em casa às 01:00 da manhã. Meu Deus, quem que quer estudar nesse sufoco? Eles acabam desistindo. Então eles não têm perspectiva. É muito triste. E há dezesseis anos, eu venho teimando, que esses alunos não deveriam fazer o ensino médio. Eles deveriam fazer um curso técnico, voltado para as questões do campo, com valor de ensino médio. Aqui nós conseguimos implementar o projeto de escola integral. Fazia falta escola integral, exatamente para mostrar para as crianças o outro lado da vida, que não era só esse mundinho aqui. E só as nossas matérias eram pouco pra elas verem o outro lado (Professora da Escola de Ensino Fundamental do Monte Alegre, 29/03/2018).*

*- Quando você fala desse outro lado, o que vocês fazem pra mostrar isso?*

*- Elas vão pra cidade, vão em eventos, participam de eventos, fazem arte, fazem dança. É, nosso integral aqui é chique! Elas fazem arte, fazem dança, tem oficinas. Em artes, em pintura, fazem esporte, desde pequenininhos. Fazem uma série de oficinas que só estão fazendo eles crescerem. **Para eles conhecerem o mundo ainda crianças, diferente de como foi com as mulheres da associação, que só mais velhas tiveram essa oportunidade.***

*- Você vê que existe neles um desejo de permanecerem? Apesar dos problemas?*

*- Olha eu vou falar uma coisa pra você. Existe, só que você não consegue detectar porque eles são jovens que não sonham. Eles não têm o conhecimento de lá fora pra sonhar. Eles ficam aqui no mundinho. O único lugar deles é vir na escola. Então veja bem, os professores vão, abrem os olhos, mas eles olham para o pai e a mãe e eles não veem saída. Para o pai deixar tudo que ele conseguiu aqui não pode. E eles têm um pouco de medo de ir pra cidade sozinhos, porque eles se habituariam ao mundinho. Então o que falta aqui? **Falta a criação de outros espaços, que contemplem outras vivências. O circo, vem o circo aqui, você vai ver, é vivência urbana. Mas eles ficam aqui porque não têm como ir à cidade. Eles têm que conhecer esse tipo de coisa pra poderem sonhar (Professora da Escola de Ensino Fundamental do Monte Alegre, 29/03/2018).***

O relato da professora reforça o que foi revelado pelas jovens sobre o preconceito sofrido nas escolas da cidade, ocasionando, algumas vezes, na desistência dos estudos infelizmente. Na reunião do Orçamento Participativo que participei, foi levantada a proposta de reforma e ampliação da escola do assentamento, visando implantar o ensino médio para que os jovens assentados possam concluir os estudos no assentamento, mas infelizmente não foram contemplados.

*-E você percebe alguma diferença no sentido de rapazes e moças? Alguma diferença dessas decisões de sair ou de ficar, no modo de se comportar, existe diferença?*

- *Existe, assim, já vem das famílias. Se a gente não cuidar aqui, os meninos têm aquele comportamento machista contra as meninas. Aqui é triste para as moças, não existe incentivo para elas estudarem, se formarem. Existe um incentivo para a menina casar a partir dos quinze anos. O casamento aqui é precoce. E a maternidade também é precoce. Olha, é muito triste, nossos jovens não têm saída.*

- *Triste mesmo. E você conhece outros assentamentos que também são assim?*

- *Não, eu conheço o Bela Vista, é um assentamento do lado oposto a esse da cidade, mas lá as famílias são mais politizadas, são mais desenvolvidas e as meninas lá, estudam mais. Os meninos também.*

-*É. Que pena ser assim, muito triste.*

- ***É a formação deles, né? essa história da mulher ser inferior já devia ter sido superada há muito tempo. Essa coisa de a mulher não estudar, ter que casar. Já devia ter sido superada há muito tempo. Só que, é atraso de vida, estão atrasados mais de 50 anos. Teria que sair desse mundinho, viver outras realidades, pra abrir. E aqui nós temos outro problema, que eu considero problema grave, é o evangelismo. A maioria é evangélica. E a religião bitola. Talvez nem seja tanto as famílias. É a religião. Alguns espertos abocanharam e estão fazendo a sua feira aqui. Vão bitolando mentes. É isso que eu vejo. Falo das famílias porque as famílias permitem, né? É mais fácil para eles entregar na mão do pastor do que eu assumir seus filhos. E aí, eu considero todos infelizes. É de chorar (Professora da Escola de Ensino Fundamental do Monte Alegre).***

A lucidez desta professora de 76 anos de idade me fez refletir sobre muitas questões, além do machismo, da juventude negada à estas moças e rapazes, a necessidade de um sistema de ensino alinhado aos(as) jovens do campo, e a influência da religião, este é um fator que não considere quando elaborei os roteiros de entrevistas e os grupos focais. Esta professora, conforme registrado no quarto capítulo, foi uma das pessoas que se engajaram na luta das mulheres da AMA, contribuindo de diversas formas. Ela assegurou que acompanhou um crescimento do grupo e desenvolvimento de capacidades das associadas, que passaram a conhecer o mundo, segundo ela, já adultas, não desejando que o mesmo ocorra aos seus/suas estudantes.

Retomo os grupos focais com as jovens para explicar como se dá o interesse pelo trabalho das associações de mulheres, AMA e OMUS, em que proporção isso ocorre, e se pretendem algum dia participarem destes grupos. É certo que elas enxergam essas mulheres, que em casos pontuais, são suas avós e mães, com grande admiração e respeito, porém assumir este trabalho, é algo mais complexo. Tudo depende do contexto multidimensional dessas jovens, há quem queira aprender panificação, há quem deseje criar um grupo produtivo para outras atividades, como corte e costura. E há também aquelas que não se identificam com nenhum trabalho que possa ser desenvolvido neste espaço, apesar de considerarem sua importância, têm interesses em profissões diversas.

De acordo com as jovens da AMA:

*Se elas abrissem e ampliassem pra ter mais oportunidade de emprego não só para gente como pra todos que precisam, seria bom, porque teria como trabalhar aqui no decorrer do dia e estudar à noite (Dália, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

*Uma coisa que eu penso também, elas são mulheres com um perfil de idade avançado. Não estou querendo rogar praga, Deus me livre, quero que elas vivam muitos anos, mas isso é uma conse-*



*quência da vida. Quem vai ficar pra continuar a história delas? Temos que começar a participar (Alfazema, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).*

Já na OMUS, as jovens aprofundaram o diálogo sobre o futuro da associação:

*Elas tentam gerar emprego para elas e para o assentamento, também. Elas dão a cara para bater porque elas correm atrás, né? No começo eram mais mulheres, só que foram desistindo. Várias mulheres foram desistindo. As que ficaram foram elas, que conseguem um desenvolvimento para o assentamento. **Tudo é elas que correm atrás. Elas não lutam só por elas, elas lutam pelo direito das outras mulheres aqui** (Miosótis, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Eu sinto muito orgulho dessa associação, elas sempre lutaram para ter as coisas. Aqui a gente tem aquele programa PAA da CONAB, né? Elas que foram atrás. Essa DAP. O projeto das casas para reformar, também. Elas vão atrás de tudo (Cravina, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Elas são muito determinadas. Se elas souberem que está precisando de algo elas fazem reunião, fazem abaixo assinado. **Elas lutam também pelo assentamento** (Prímula, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Eu admiro muito o trabalho delas, mas sinceramente, eu não me interessou. Porque não é minha área, eu me formei para trabalhar na parte educacional e eu quero investir nisso. Investir na parte rural não é o que eu quero pra mim. **É muita luta, pra elas conseguirem alguma coisa tem que fazer greve em banco, apanhando de polícia, fechando a pista. Porque as coisas aqui nesse lugar só vão na brutalidade. Não tem um político que vem e toma as dores do povo. Eles vêm de quatro em quatro anos prometem as coisas e somem. Elas fazem de tudo para desenvolver aqui dentro, né? Até apanham de polícia e ninguém dá valor** (Alisso, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

*Eu tenho interesse em participar da OMUS, eu só não sei fazer pão. Mas elas também não sabem, mas foram atrás de curso, o ITESP ofereceu curso para elas, o SEBRAE. **Elas são muito esforçadas. Elas dão muita lição para as jovens.** Se os jovens não fazer igual elas fizeram, não vai ter nada não, porque tem que correr atrás das coisas. Tipo para as jovens, seria bom algum curso de costura, né? Costura seria bom. Eu gosto. Montar, colocar umas máquinas para a gente costurar, vir alguém aqui dar os cursos de costura (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).*

Pensar sobre gênero na dinâmica dos espaços rurais não é fácil e quando consideramos a transversalidade etária é ainda mais complicado. Em um mundo em que as informações circulam ao “toque dos dedos”, as jovens vivenciam o conhecido dilema do “ficar ou partir”. Algumas situações são parecidas com a de suas mães e avós, há resquícios, isso é inegável, mas também é inquestionável que há uma mudança em curso.

---

# Considerações finais



Ilustração: Andréa Tolaini

**Para onde vão os trens, meu pai?  
Para Mahal, Tamí, para Camirí, espaços no  
mapa, e depois o pai ria: também para lugar  
algum meu filho, tu podes ir e ainda que se  
mova o trem, tu não te moves de ti.**

Hilda Hilst

**D**iscutir as relações de gênero na Geografia ainda é um exercício difícil, permeado por preconceitos e invalidações. E quando este olhar sobre o espaço rural, local impregnado de tradições conservadoras e machistas, esse desafio torna-se mais complexo. Tudo isso tem se agravado na atual conjuntura política, que insiste em desqualificar o conhecimento, os(as) cientistas, os(as) professoras(es) e estudantes de universidades públicas. Além de extinguir ministérios e órgãos que se dedicavam aos interesses das famílias de pequenos(as) agricultores(as) e reduzir drasticamente os recursos das políticas públicas destinadas a este público.

Àqueles(as) que desconsideram as consequências das relações de gênero sobre as análises espaciais, negando sua relevância e contribuições, continuam perpetuando a existência de uma ciência descomprometida com a realidade, herdeira de uma perspectiva preconceituosa, machista, racista e heteronormativa. Há outras formas de vivenciar e produzir o espaço que não se consolidam pela visão hegemônica: mulheres, negros(as), indígenas, pessoas com deficiências físicas, idosos(as) crianças, homossexuais, transexuais. E se a Geografia não se comprometer a explicar as diferentes formas de apropriação destes sujeitos pelo espaço, qual outra ciência o fará?

A Geografia Feminista não se limita àqueles(as) que estudam relações generificadas no espaço, vai, além disso, pois envolve uma postura científica e uma conduta de vida comprometida com a construção progressiva de uma sociedade mais igualitária entre homens e mulheres; e entre pessoas de diferentes raças/etnias e classes. E embora tenha um peso significativo de pesquisadoras(es) do hemisfério Norte, não se restringe à eles(as), há Geografias Feministas sendo tecidas no Sul, sob diversos contextos.

Este processo de pesquisa e identificação temática, ao longo dos anos, me proporcionou tensionamentos e a desconstrução de certezas. Longe de resignarem-se, as mulheres que participaram da pesquisa travam lutas diárias que afirmam a importância do trabalho desempenhado por suas mãos, rompendo gradualmente com as dicotomias e invisibilidades, por meio de estratégias, às vezes sutis, mas cotidianas e ininterruptas.

Todos os objetivos propostos no projeto foram alcançados com a pesquisa, a identificação das estratégias socioespaciais realizadas pelas participantes da pesquisa, constatando que tais atividades propiciam o fortalecimento das mesmas diante das estruturas de opressão. Também considero relevante o levantamento do processo de formação dos assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro, considerando a versão destas mulheres, contribuindo para o registro de sua contribuição na luta pela terra.

A preocupação metodológica da tese, no sentido de aprofundar as leituras sobre a teoria e a aplicação dos procedimentos metodológicos elegidos, bem como a exposição das alterações e rearticulações que a realidade empírica me enveredou, foi algo relevante porque a todo o momento me propiciava uma autocrítica, pensar as limitações e possíveis contribuições da produção deste conhecimento, que é situado e posicionado, considerando a minha trajetória e também a relação estabelecida com as agricultoras que participaram da pesquisa e também construíam esta tese.

Foi necessário delimitar a questão metodológica, pois compreender o universo das mulheres rurais requer um prisma diferenciado. Seus enfrentamentos, seus desígnios, seus dilemas são inerentes à sua condição. Embora compartilhem semelhanças de opressão e desafios com as mulheres urbanas, possuem peculiaridades. Muitas vezes, suas ambições podem ser interpretadas pelo senso comum como algo trivial, como adquirir itens básicos,

desde panelas até um batom, obter a carteira de habilitação, retornar à escola e concluir os estudos; acontece que no espaço-tempo de vida destas mulheres muitos direitos lhes foram e continuam sendo negados.

Cada participante da pesquisa possui a sua própria identidade, que é atravessada por diferentes eixos além do gênero e classe, a raça/etnia, os níveis de escolaridade, a filiação política, a religião, a condição marital, a maternidade, a origem migratória; todas essas características influenciam diretamente nas relações com as demais integrantes das associações e na preferência ou rejeição por determinadas estratégias de reprodução socioespaciais.

Apesar de características diversas e contextos espaciais diferenciados, essas assentadas se assemelham por constituírem um grupo preterido pelos formuladores de políticas públicas de assentamentos: são majoritariamente, antigas trabalhadoras volantes da cana-de-açúcar e laranja, atingidas por barragens. E, a despeito disso, provaram que são capazes de cravarem raízes e recriarem um modo de vida próprio de famílias camponesas.

A situação geográfica dos assentamentos é outro fator que orienta a escolha e inserção de estratégias socioespaciais, todavia, não é algo determinante, pois as ações destas mulheres lhes permitem reconfigurar a própria situação geográfica.

O Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana, área limítrofe do estado de São Paulo, é um município pequeno, e muito distante de centros comerciais, o que dificulta o escoamento da produção das associadas, por isso a principal fonte de renda do grupo são políticas públicas de âmbito estadual e federal, sobretudo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Já o Assentamento Monte Alegre apresenta uma característica que o favorece, a amenidades naturais, atraindo públicos diversos a visitarem o assentamento, além de estar próximo do município de Araraquara, o que possibilita a venda dos produtos na área urbana, possui uma rede de rodovias que a interliga com cidades de grande potencial comercial, possibilitando ainda parcerias entre as associadas com universidades como a UNIARA, UNESP e UFSCAR.

A questão política também reverbera nos assentamentos e nos grupos de mulheres. Apesar de ambas as associações contarem com apoio das prefeituras municipais para a construção dos estabelecimentos em que estão instaladas as padarias, ao longo do tempo, o poder público municipal de Rosana foi desamparando a associação. Prova disto é que quando realizei a pesquisa de campo, a padaria estava inoperante em virtude de problemas de infraestrutura, como eletricidade e telhado, e por mais que as associadas buscassem amparo, não obtinham respostas para as suas demandas e somente conseguiram solucionar os problemas a partir dos recursos obtidos com os trabalhos coletivos.

A prefeitura de Araraquara, por sua vez, possui Orçamento Participativo e as secretarias ligadas ao desenvolvimento social que trabalham diretamente com a AMA, facilitam o acesso aos cursos profissionalizantes, projetos de comercialização e premiações. A presença ou a ausência do interesse público pelo segmento assentado é um elemento importante. O município de Rosana, além de não contar com a administração pública de um partido com tendência mais social, está inserido num conjunto de relações coronelistas, algo comum no Pontal do Paranapanema.

Os fatores mencionados podem ser considerados indutores ou facilitadores, porém, não são determinantes para o êxito do trabalho destas mulheres, longe disto. Há outros elementos imprescindíveis: o esforço e persistência, a coragem e a irmandade. A persistência e a perseverança destas mulheres são a engrenagem que impulsionam seus movimentos e crescimento. É o que as mantém firmes em seus objetivos, mesmo em meio a tantas adversidades.

A condução de uma liderança combativa com capacidade articuladora e que dispõe do respeito, apoio e reconhecimento das demais associadas, garante uma maior coesão interna e legitimidade externa ao grupo, que depende da consonância e da validação pública para realizar seus projetos. São princípios essenciais para uma economia solidária e autogestória, como têm desempenhado.

As associações não geram benefícios apenas para as mulheres que as integram, mas para todo o assentamento, pois foi a partir das ações e reivindicações destas mulheres, que as famílias assentadas tiveram suas demandas coletivas atendidas, como a construção de creches, escolas e unidades de atendimento à saúde. Ou seja, os efeitos do trabalho das mulheres repercutem espacialmente em todo o assentamento. Acrescento o fato de que as assentadas utilizam itens de seus próprios quintais para a produção de sucos, polpas, doces e compotas, às vezes compram itens de lotes vizinhos, logo, além de aplicarem princípios sustentáveis, dinamizam a economia local. Ademais, a existência e o fortalecimento de grupos associativos de agricultoras(es), ao propiciarem diferentes fontes de renda para as famílias inseridas em territórios de conflitos com o agronegócio, as afastam de estabelecerem contratos que as levam ao cultivo da cana de açúcar e de eucalipto, bem como a criação de frangos, de modo a resistirem à homogeneização e aos monocultivos nos assentamentos.

Identifico que as assentadas da AMA e OMUS realizam um conjunto diversificado e combinado de estratégias de reprodução socioespaciais que são realizadas individualmente e coletivamente: o cultivo de hortas e pomares, além da criação de animais de pequeno porte, que se constituem em alimentos para o autoconsumo, em ingredientes utilizados nos produtos elaborados nas padarias ou que são comercializados em feiras-livre e programas de compras institucionais (PAA e PNAE); o uso da aposentadoria rural e de recursos provenientes de políticas de transferência de renda (Bolsa Família); recursos para investimentos via financiamentos (Pronaf); a panificação (pães, bolos, doces, salgados); a produção de queijos e a preparação de lanches para eventos nas universidades (*coffee break*); a realização de cursos de capacitação profissional e aperfeiçoamento; e o artesanato (bordados, crochês, pinturas, bonecos).

Estas estratégias refletem consequências em todos os âmbitos da vida destas mulheres, já que, por meio delas, as associadas obtêm sua própria fonte de renda, se conscientizam dos problemas que envolvem a condição de ser mulher no campo e desenvolvem novas habilidades. Esse empoderamento tem diferentes naturezas: espaciais, sociais, econômicas e culturais. Uma estratégia pode por si só envolver mais de uma vertente de crescimento pessoal e coletivo.

Por meio das estratégias socioespaciais percebo que as mulheres vivenciam múltiplas realidades que, em maior ou menor proporção, provocam transformações em suas vidas. Elas obtêm por meio do convívio coletivo; na relação com intermediários(as) e ao assumirem cargos em conselhos municipais, sindicatos e demais instâncias representativas; na troca de experiências entre si, de diálogos e ideias; uma maior aptidão na realização de atividades cotidianas; na organização e planejamento; na comunicação; uma maior conscientização para as desigualdades de gênero, o poder de emancipação, reconhecendo coerções para as quais antes não se atentavam e procurando formas de combater-las, denunciá-las.



Elas passam a compreender com maior nitidez as opressões que transpõem suas vidas, como mulheres (gênero), assentadas (classe) e negras (raça/etnia); deixam de ser condescendentes com situações de violências simbólicas e físicas, denunciando e abandonando os agressores. Não permitem mais serem silenciadas.

A obtenção de sua própria renda, mesmo que seja utilizada em benefício de toda a família, nos casos estudados, propicia às mulheres uma maior autonomia e poder de decisão. Mas não só isso. Elas oportunizam uma reconfiguração da dinâmica familiar na divisão das funções e atividades entre as mulheres e homens, tensionando as normas de gênero estipuladas nestes espaços e atenuando as dicotomias provenientes destas relações. Acredito que por meio das estratégias socioespaciais, que são fluidas e permitem a adaptação, as associadas encontram fissuras que lhes possibilitam transgredir silenciamentos, invisibilidades e o regulamento entre os gêneros no espaço rural, confirmando assim, a hipótese levantada no início da pesquisa.

É certo que o empoderamento não é um processo linear, tampouco atinge todas as mulheres da mesma forma, com a mesma intensidade e ao mesmo tempo. É um mecanismo contínuo e que depende das experiências pessoais de cada mulher. Por isso há paradoxos, existem mulheres bastante engajadas e envolvidas num processo de emancipação e feminismo e outras, em menor incidência, que ainda resguardam traços de uma perspectiva conservadora e patriarcal. Mas isso é normal e compreensível. Esse é um processo difícil, por vezes longo e doloroso e cada mulher possui sua singularidade neste percurso.

Ainda que estejam fortalecidas e conscientes de suas condições, estas mulheres não estão isentas de sofrerem preconceitos e machismos, principalmente no âmbito institucional, quando buscam empréstimos em bancos, ou assistência técnica em órgãos competentes. Elas relataram fatos que evidenciam essas situações, porém, é importante, que agora, reconheçam quando ocorre e sabem quais decisões tomar. Por isso é fundamental que haja uma capacitação séria com os(as) intermediadores(as), de modo que os(as) sensibilizem para as questões de gênero, colaborando então, para a construção de um espaço rural menos desigual, onde haja oportunidades para todas as pessoas que o integram.

Novos desafios se colocam diante dessas mulheres, talvez o mais urgente seja, a meu ver, a relação com as jovens. Pensar, planejar e executar projetos que agreguem as novas gerações, numa troca de experiências e aprendizados, que transmita a estas moças a força, a sabedoria, o companheirismo e a obstinação que lhes serviram de fundamento durante todo esse tempo. Mostrando a elas que há formas de vencer as contrariedades e que há outras possibilidades além de casamento e maternidade precoces.

Essas mulheres, cada uma a seu modo, me ensinaram que, apesar das dores, do sofrimento, das negligências e discriminações, com bastante trabalho, coalização e enfrentamento é possível realizar sonhos. A doação de um *kit* de panificação reuniu muitos interessadas, que aos poucos foram desanimando e abandonando o trabalho coletivo, mas as que se mantiveram com um propósito firme são na atualidade exemplos de luta e superação que inspiram outras associações de agricultoras no estado de São Paulo.

Elas não se mantiveram estagnadas em meio às dificuldades, e nem conformadas pelas imposições e machismo de seus parceiros. Ocuparam fazendas por uma porção de terra, ocuparam um lote e banco, pleitearam recursos públicos para a construção de suas padarias. E hoje possuem um espaço criado por mulheres e para mulheres. E embora, tenham sofrido tanto, mantiveram o afeto, a singeleza e a perseverança. É por esta razão que identifiquei

cada uma delas com nomes de flores. São flores que resistiram às intempéries, conservando suas essências, belezas e fragrâncias. Como flores, elas persistiram, trabalhando e vivendo na/da terra.

O encerramento desta pesquisa não finda o envolvimento e interesse pelo tema e pela causa. Ao contrário, é também uma possibilidade de seguir o caminho, com novos projetos e oportunidades de interação e aprendizado. Espero que este trabalho e as reflexões levantadas propiciem contribuições àquelas(es) que se interessam e militam pelos assuntos tratados. E ainda que nos próximos tempos, eu transite por outros espaços, acredito que as vivências que esta pesquisa me proporcionou, não se moverão, mas persistirão em mim. Este não é um término, mas um recomeço.

---

# Bibliografia

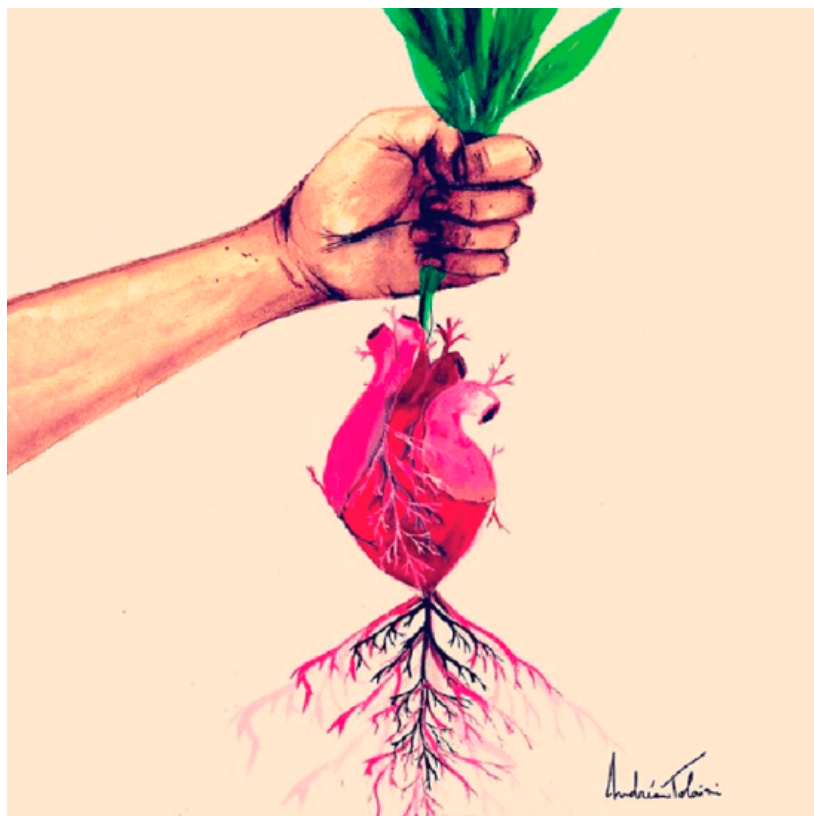


Ilustração: Andréa Tolaini

ACSELRAD, Henri. Sobre os usos sociais da cartografia. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, 2009.

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição Especial, p. 261-295, 2016.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; Otávio M. ROCHA-LE O. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p. 51-68, 2006.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Mulheres Rurais – a descoberta e conquista da cidadania pela valorização dos quintais. *Revista Geonordeste*, v. 27, p. 138-161, 2016.

ALMEIDA, Olivia Alves de. **A Reforma Agrária sob a Ótica de Mulheres Assentadas**: a história da Gleba XV de Novembro a partir da trajetória da OMUS – Organização das Mulheres Unidas. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2016.

ALMEIDA, Olivia Alves; RAMIRO, Patrícia Alves. Mulheres unidas na luta contínua pela terra: uma das histórias da Gleba XV de Novembro. In: VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016, Natal-RN. Anais do VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016.

ANDRÉ, Isabel Margarida. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra**, Lisboa, v. 25, n. 50, p. 331-348, 1990.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nadia Velleda; COSTA, Maria Regina Caetano. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Fortaleza, 2006.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Estratégias familiares de trabalhadores rurais em núcleos de reforma agrária. **Informações Econômicas**, v. 22, p. 17-21, 1993.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Produção e reprodução nos assentamentos de trabalhadores rurais: O caso da família Pereira. In: **Workshop O desenvolvimento de uma outra agricultura**: acesso a terra e a meios de produção: a questão da fome e a integração social, 1995, Curitiba. O desenvolvimento de uma outra agricultura: acesso à terra e a meios de produção, a questão da fome e a integração social. Curitiba: UFPR, 1995. v. 1. p. 197-2015.

ARANHA, Patrícia. Geografias Femininas: papel do gênero na geografia brasileira. **Jornal da USP**, São Paulo, set. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/geografia-feminina-papel-do-genero-na-geografia-brasileira/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ARO, Daniele Torres. **Mulheres Assentadas**: da invisibilidade ao protagonismo. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2012.

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. Grupo Focal–Metodologia Qualitativa: um ensaio teórico. **Cogitare Enfermagem** (UFPR), v. 9, p. 9–14, 2004.

BELLACOSA, Julia Marques. Os desafios da reprodução camponesa frente à expansão dos agrocultivos, o assentamento Monte Alegre: Araraquara–SP. **Revista NERA** (UNESP), v. 22, p. 55–81, 2013.

BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p. 25–50, 2006.

BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Homens e Mulheres nos assentamentos rurais: violência e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas** (São Paulo), São Paulo, v. 20/21, p. 121–147, 1998.

BARONE, Luís Antonio. **Conflito e Cooperação**: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara. 2002.

BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Resistências e acomodações: as tensões sociais presentes na constituição dos assentamentos rurais da região de Araraquara/SP. In: Anais do XLV **Congresso da SOBER Conhecimento para Agricultura do Futuro?** GP: Reforma Agrária e outras políticas de redução da pobreza. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Livro 1: Fatos e Mitos**. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. [edição francesa, 1949].

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Livro 2: A Experiência Vivida**. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. [edição francesa, 1949].

BEZERRA, Islandia; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 14, p. 1–20, 2012.

BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. O Protagonismo dos Grupos Subalternos do Campo: entre a resistência e a subordinação. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. O protagonismo das mulheres em Ar: uma experiência de coletivização. In: **Fazendo Gênero 9. Diáspora, diversidades e deslocamento, 2010**, Santa Catarina. Fazendo Gênero 9. Diáspora, diversidades e deslocamento. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

BONUMÁ, Helena. **As Mulheres e a Economia Solidária**: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n° 105, p. 3–12, 1994.



- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, 2006.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Trad. KÜHNER, M. H. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.
- BOWLBY, Sophie. Geografia feminista em Gran Bretaña: una década de cambio. **Documents D'Análisi Geogràfica**, v. 14, p. 15–29, 1989.
- BRASIL DE FATO**, 22 de Março de 2019. Coordenadora regional do MAB, Dilma Ferreira Silva é assassinada em Tucuruí (PA). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/22/coordenadora-regional-do-mab-em-tucuruí-pa-dilma-ferreira-silva-e-assassinada/>
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011**. Fomenta acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. Diário Oficial da União. 17 ago. 2011; (158): Seção I, p. 92.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 7, p. 50–81, 2002.
- BUARQUE, Cristina Maria. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. (IN) MIRANDA, C.; COSTA, C. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero**. V. 2. Brasília: IICA, 2005.
- BUENO, Sinesio Ferraz. Da teoria crítica ao pós-estruturalismo: breves apontamentos para uma possível confrontação entre Adorno e Deleuze. **Educar em Revista** (Impresso), v. 1, p. 149–161, 2015.
- BUTLER, Judith. **Corpos que Pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Sujeito & História, 2017.
- BUTTO, Andrea.; LEITE, R. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil**: avanços recentes e desafios. 2011. Disponível em: <http://www.aslaru.org>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- CAMPOI, Antonio Marcos. **Sistemas de Produção e Estratégias de Vida para Permanência na Terra**: um estudo no Projeto de Assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2005.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agro-negócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C.; SANTOS, S.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo Rural e Política**. Campus, Rio de Janeiro, Campus, p. 95–118, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CASTRO, E. G. (Org.); CARNEIRO, M. J. (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARVALHO, Francisco de Sales Vieira de. **Processo Discriminatório de Terras: o caso do Pontal do Paranapanema (SP)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Florianópolis. 2004.

CATAIA, Márcio Antonio; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em geografia. **Revista da Anpege**, v. 11, p. 1, 2015.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Programa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e Lugar: Elos da Produção da Existência. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Lívia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279–303.

CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985. [1925 edição russa].

COLOGNESE, Silvio Antonio.; MÉLO, José Luis Bico de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **RBSE**, v. 24, 738–753, dez. 2009.

CORRÊA, Mariza. Do Feminismo aos Estudos de Gênero: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu** (16), p. 115–136, 2001.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, 9–35, jun. 2005.

COSTA, Jussara Carneiro. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! **Sociedade e Cultura** (Online), v. 14, p. 19–27, 2011.

CRUZ NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: **Anais... Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, XIII, Ouro Preto, 04 a 08 de novembro, de 2002.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el Feminismo: Uma perspectiva desde America Latina y Caribe. **Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista**, realizado en Buenos Aires en junio de 2009.

CURY, Márcia Carolina de Oliveira. Sindicatos e Cordões Industriais: uma reflexão em torno do histórico da organização operária chilena e da sua mobilização revolucionária. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, p. 221–247, 2013.

DAYRELL, Tarcisio Juarez. Juventude: que fase da vida é essa? **Revista Educação Pública: ensino médio**, v. 1, p. 43–45, 2016

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, vol. 12, N. 1/2004.

DEMO, Pedro. Dialética, Conhecimento, Democracia. **Revista de Educação Ética**, CEE, Rio de Janeiro, v. 1, n.1- março, p. 39-47, 2002.

DEMO, Pedro. Pesquisa Social. **Serviço Social & Realidade**, v. 17, p. 11-37, 2008.

DUVAL, Henrique Carmona. **Bens Materiais e Simbólicos**: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; BUSARELLO, Carla Spillere. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. **Interações** (Campo Grande), v. 16, p. 289-299, 2015.

FARIA, Nalu. Exclusão e Mulheres na América Latina. In: TERRIBILI, Alessandra; FARIA, Nalu; COELHO, Sônia (Orgs). **Feminismo e Luta das Mulheres**: análises e debates. Sempre Viva Organização Feminista, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Revolución em Punto Cero**: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Traficante de sueños. Mapa. Madrid, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. Elefante, 2017.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos da luta pela terra. **Associação Brasileira de Reforma Agrária** – ABRA, v. 29, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema – SP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, p. 239-254, 2001.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; GOMES, Thauana Paiva de Souza. Mulheres assentadas na região central do Estado de São Paulo: trabalho, cooperação e expressões de protagonismos. **Retratos de Assentamentos**, v. 15, p. 209-263, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 25ª edª. Rio de Janeiro: Graal. 2008. [verão francesa, 1979].

FRANCISCO, Maria Luiza Oliveira de. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, p. 27-36, 2011.

FRANCO GARCÍA, María. Feminismos, sujeitos políticos e territórios. In: **Gênero e Sexualidade: intersecções necessárias à produção de conhecimentos**. ROSA, Katemari Diogo da.; CAETANO, Marcio; CASTRO, Paula Almeida de. (Orgs). Editora Realize, 2017.

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GASPARI, Luciane Cristina de. **Estratégias Familiares e Sustentabilidade Econômica em Assentamento Rural**. 2010. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras. 2010.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GARCÍA RAMÓN, Maria Dolores. Las diferencias que crea el lugar: una mirada crítica a la hegemonía angloamericana en geografía”. **Documents d’Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 58, v. 2, p. 307-319. 2012.

GARCÍA RAMÓN, Maria Dolores. ¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?: hacia una geografía del género. **SEMATA**, Ciências Sociais e Humanidades, Rioja, v. 20, p. 25-51, 2008.

GARCÍA RAMÓN, Maria Dolores. Género, espacio y entorno: ¿hacia una renovación conceptual de la geografía? Una introducción. **Documents d’Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 14, p. 7-13. 1989.

GARCÍA RAMÓN, Maria Dolores. El Análisis de Género y la Geografía: reflexiones em torno a um livro reciente. **Documents d’Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 6, v. 2, p. 133-143. 1985.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. **As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar**: um estudo no Assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP. 2010. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras. 2010.

GAVIOLI, Felipe Rosafa; COSTA, Manoel Baltasar Baptista. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 49, p. 449-472, 2011.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. Multifuncionalidade da agricultura e território: notas a partir de um estudo no assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP. **Campo-Território**, v. 06, p. 218-248, 2011.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIKOVATE, Flávio. **O mal, o bem e mais além**: egoístas, generosos e justos. MG Editores, São Paulo, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2007.

GOMES, Thauana Paiva de Souza; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. De associações às redes de sociabilidade: análise de resultados de pesquisa em assentamentos de reforma agrária. **Retratos de Assentamentos**, v. 14, p. 175-196, 2011.

GOMES, Thauana Paiva de Souza; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; AMARAL, Daniel Tadeu Do; GÊMERO, César Giordano; ARO, Daniele Torres; FLORES, Ana Flávia; Silva, Silvani; LANDMANN, Oscar Frederico Accioly. Assentamentos da região central do estado de São Paulo sob uma perspectiva analítica a partir de indicadores sociais: apresentação de resultados da pesquisa contratual INCRA/UNIARA N°100000/2010. In: **V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, 2012, Araraquara.

GONÇALVES, Renata Cristina. **"Vamos acampar?" A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 110--130, 2015.

HALL, Michael. M. **História Oral: os riscos da inocência**. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura. **Revista Educação e Realidade**. Vol.22, No.2, jul-dez. 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e Pensamento Feminista: contribuições históricas e debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Revista Mediações** (UEL), v. 20, p. 97-128, 2015.

HERK, Andréa Costa van. **Gênero e Economia Solidária: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do terceiro setor**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão de Negócios, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Estrutura produtiva agropecuária e acesso ao PRO-NAF na raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul. In: **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2009.

HIRATA, Helena Sumiko. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 17-18, p. 139-156, 2001.

HIRATA, Helena Sumiko; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos revistos à luz da categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, p. 39-50, 2008.

HILST, Hilda. **Tu não te moves de ti**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. UBUNTU: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. **OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE** (UFPB), v. 12, p. 434, 2018.

IBARRA GARCÍA, María Verónica; ESCAMILLA HERRERA, Irma. La geografía feminista, de género y de la sexualidad en México, un saber en crecimiento. In: (Org.). **Geografía feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, 2016, p. 209-238.

- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Assentamento Gleba XV de Novembro**. 2015.
- INTERAÇÕES, REVISTA. Trajetória de Rosa Ester Rossini – pesquisadora e membro do Conselho Editorial da **Revista Interações**. v-19, 2015.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1983.
- JUSTINO, Danielly Oliveira; DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; CARNEIRO, Ana Carolina. Análise nutricional dos produtos de panificação no assentamento Monte Alegre. In: **VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais: Por que a reforma agrária continua atual e necessária?** 2014, Araraquara.
- KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p. 25-50, 2006.
- KAUR, Rupí. **O que o sol faz com as flores**. São Paulo: Planeta. 2018.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto E. W. MAAS: Rio de Janeiro, 1998. [1889 edição original].
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- KIND, Luciana. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, 10(15), 124-136. Acesso em 02 de julho, 2014.
- KURANAGA, Alcir Antonio. **Feiras do Produtor**: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara. 2006. Dissertação. (Mestrado Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2005.
- LAN, Diana. Los estudios de género en la geografía argentina. In: IBARRA GARCÍA, María Verónica; ESCAMILLA HERRERA, Irma (coord.). **Geografía feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, 2016.
- LEÓN TRUJILLO, Magdalena. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In: LEÓN, Magdalena (comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Colômbia: TM Editores U.N. Facultad de Ciencias Humanas, 1997.
- LEÓN, TRUJILLO, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá, 2013, 14 p. Disponível em: <<https://mujeresforjadorasdedesarrollo.files.wordpress.com/2013/11/mlec3b3nversic3b3n-final-nov-10-2013.pdf>>
- LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, 871-887, set/dez. 2010.
- LORDE, AUDRE. **The first cities**, Amazon, 1968.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



LUCAS, Cássio de Borba; SILVA, Alexandre Rocha da. Kristeva e Butler: significância, performatividade e produção como parâmetros para uma semiótica crítica. **Galáxia** (SÃO PAULO. ONLINE), p. 89-100, 2019.

MAIA, Ana Heloísa; SANT'ANA, Antônio Lázaro; SILVA, Flaviana Cavalcanti da; ZARATIM, Ana Paula Pinheiro. Participação das mulheres a partir da formação de grupos produtivos em assentamentos rurais da microrregião de Andradina/SP. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, p. 294-310, 2018.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. In: **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1 n 84, p. 105-136, 2006.

MARTÍNEZ, Clara Murguialday. **Empoderamiento de las Mujeres**: conceptualización y estrategias. 2006.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2008.

MATA, Inocência. Estudos Pós-Coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. In: Dossiê Diálogos do Sul. **Civitas**, Porto Alegre, 2014.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. **Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema – SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2007.

MCDOWELL, Linda. **Género, identidade y lugar**: un estudio de las geografías feministas. Ediciones Cátedra. Madrid, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. Introdução: Formas de organização e representação política das mulheres do campo. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamento político**. Ied.Niterói: Alternativa, 2013.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4a. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MEJÍA, Rafael Ignacio Estrada. El cuerpo como territorio de la guerra: efectos micro políticos del conflicto armado en Colombia. **Revista História Oral**, v. 18, p. 35-61, 2015.

MENESES, Ramiro Délío Borges de. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. **Universitas Philosophica**, Bogotá, Colômbia, 2013.

MENEZES, Elisangela Ferreira.; GAMA, Andrea Nogueira. A busca pela visibilidade: a marcha das margaridas e a trajetória de conquistas para mulheres rurais. In: **V NEER**– As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia, 2013, CUIABÁ.

MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: Grossi, Mauro Eduardo del.; Kroeff, Denise Reif (Org.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Ied.Brasília: Brasil, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DELANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs). **Geografias Feministas e das Sexualidades: encontros e diferenças**. Todapalavra, 2016. [1982, original].

MOREIRA, Erika Vanessa. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do sul-SP**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2012.

NABOZNY, Almir. **Uma discussão sobre gênero e acesso ao espaço urbano: O paradoxo da participação política cívica e da participação no Estado**. Revista de História Regional, v. 11, p. 07–28, 2007.

NABOZNY, Almir. Espaço e as redes de interdependência na produção da invisibilidade da exploração sexual comercial infanto-juvenil feminina. In: Joseli Maria Silva. (Org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TodaPalavra Editora, 2009, v. 1, p. 151–173.

NELSON, Lise. La geografía feminista anglosajona: reflexiones hacia una geografía global. In: IBARRA GARCÍA, María Verónica; ESCAMILLA HERRERA, Irma (coord.). **Geografías feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, p. 21–53, 2016.

NOBRE, Miriam. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. . In: TERRIBILI, Alessandra; FARIA, Nalu; COELHO, Sônia (Orgs). **Feminismo e Luta das Mulheres: análises e debates**. Sempre Viva Organização Feminista, 2005.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**. [online]. 2008, v.16, n.2, p.305–332.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: Paulo de Salles Oliveira. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. 1 ed. São Paulo: Hucitec / UNESP, 1998, v. 1, p. 17–26.

ORTIZ, Ana Guitart; GARCÍA RAMÓN, María Dolores. Nuevas tendencias en la geografía de género en España: una revisión de investigaciones publicadas en el último decenio. In: IBARRA GARCÍA, María Verónica; ESCAMILLA HERRERA, Irma (coord.). **Geografía feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, 2016.

OTA, Maria Eduarda. A dicotomia público/privado revisitada: uma crítica feminista às teorias morais. **Intuíto** (Porto Alegre), v. 6, p. 145–160, 2013.

PASCHOALINO, Augusto. **Na contramão da lógica do agronegócio: uma feira de perspectiva agroecológica em Araraquara – SP**. 2019. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2019.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. v. 5, n. 28, p. 64–70, jan./fev. SBPC: Rio de Janeiro, 1987.

PEDRO, Vania Cristina dos Santos; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Estratégias de reprodução social dos produtores rurais da Microbacia do Córrego 1º de Maio/Timburi no Município de Presidente Prudente – SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, p. 60–77, 2013.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Paz e Terra. São Paulo, 2010.

PICCININ, Andréia; PARIZOTTO, Ana Patrícia Alves Vieira. Mulheres Agricultoras Contemporâneas: Uma Questão de Gênero. **Pesquisa em Psicologia – Anais Eletrônicos**, v. 1, p. 123–130, 2015.

PRATES, Lisie Alende *et al.* A utilização da técnica de grupo focal: um estudo com mulheres quilombolas. **Cadernos de Saúde Pública** (Online), v. 31, p. 2483–2492, 2015.

PRECIADO, Paul B. **Manifiesto contra-sexual**, Madrid, Opera Prima, 2004.

PUYANA, Yolanda. Los estudios de mujer y género em la Universidad Nacional de Colombia. In: ARANGO, Luz Gabriela; PUYANA, Yolanda (Orgs). **Gênero, mujeres y saberes em América Latina: entre el movimiento social, la academia y el Estado**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Revista Labrys Estudos Feministas**, v.3, 1–12, jan/jul. 2003.

RATTS, Alex; COSTA, Benhur Pinós da; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; SILVA, Maria das Graças Silva; VELEDA DA SILVA, Susana. Geografia e Diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racia- lidades. **Revista da ANPEGE**, v. 12, p. 223–238, 2016.

REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos. A tradução dos Seminários de Jacques Lacan. **Trabalhos em Linguística Aplicada** (UNICAMP), v. 50.2, p. 393–411, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. A questão agrária: possibilidades de emancipação no assenta- mento mais antigo do estado de São Paulo, “A Gleba XV de novembro”. **Saber Acadêmico**, v. 1, p. 75–85, 2015.

RIO, Gisela Aquino Pires do. Trabalho de campo na (re) construção da pesquisa geográfica: refle- xões sobre um tradicional instrumento de investigação. **Revista GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense, 2011.

RODRÍGUEZ MOYA, Juana Maria. Mujer y Geografía en México. **Anales de Geografía de la Universi- dad Complutense**, Madrid, n. 12, p. 165–174, 1992.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.23, 1993.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Katálisis** (Impresso), v. 13, p. 260-269, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (16), p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), Florianópolis, v. 12, n.1, p. 321-330, 2004.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 22, p. 51-70, 2014.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Impresso), v. 34, p. 390-405, 2014.

SANT'ANA, Antonio Lázaro. **Raízes na Terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SANTOS, Arlei Rosa dos; SANT'ANA, Raquel Santos. **O Desafio de Geração de Trabalho e Renda: A Experiência da Associação de Mulheres Assentadas (AMA) de Araraquara/SP**. In: V Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, 2012, Araraquara.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SANTOS, Rosselvet José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 11 (21, 22), p. 111 – 125, 1999.

SCHMITZ, Aline Motter; FERNANDES, Patrícia Aparecida; SANTOS Roselí Alves dos. A participação das mulheres agricultoras no Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Francisco Beltrão – PR: uma discussão de gênero na geografia. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2012, Uberlândia – MG. Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCOTT, Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; Saraiva, Jeíza. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

SEEMANN, Jörn. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Lívia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. MOTTA, L. T. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERPA, Angelo Szaniecki Perret. O Trabalho de Campo em Geografia: Uma Abordagem TeóricoMetodológica. In: **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p. 7-24, 2006.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamento político**. 1ed. Niterói: Alternativa, 2013.

SILVA, Berenice Gomes da. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, UNB.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, p. 32-54, 2016.

SILVA, Flaviana Cavalcanti dacaval. SANT'ANA, Antônio Lázaro; MAIA, Ana Heloísa. Grupos de mulheres em assentamentos rurais do território rural Prof. Cory/Andradina: alguns desafios e conquistas. **Revista Científica Rural**, v. 20, p. 32-49, 2018.

Silva, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Vidas ininteligíveis e práticas indizíveis: travestis brasileiras negociando as posições entre criminalização e vitimização da organização das redes de prostituição. **GEO UERJ** (2007), v. 2, 2018.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Geografi as feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. 1ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. "Não me Chame de Senhora, eu sou Feminista": Posicionalidade e Reflexibilidade na Podução Geográfica de Doreen Massey. **Geographia** (UFF), v. 19, p. 11-20, 2017.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs.). **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**, 2014.

SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio José. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. In: Joseli Maria Silva; Marcio Jose Ornat; Alides Baptista Chimim Junior. (Org.). **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas**. Editora Toda Palavra, Ponta Grossa, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocentrica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. PontaGrossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, 2003.

SILVA, Juniele Martins. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2015.

SILVA, Lana Cláudia Macedo da. Mulher e trabalho no programa bolsa família. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome**, v.1: Introdução e temas transversais – Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. Editora Unesp, São Paulo, 1999.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n.6: p.21-28, jan/jun. 1999.

SILVEIRA, Fátima Rotundo. *et al* Origem e formação do assentamento Gleba XV de Novembro–SP. In: Anais do **IV Encuentro de Geógrafos da América Latina**, 1993, Mérida – Venezuela. p. 171-173.

SOUSA FILHO, A. Por uma teoria construcionista crítica. **Bagoas**, v.1, n. 1, p. 1-34, 2007.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de, SABATINE, Thiago Teixeira. **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Cultura Acadêmica Editora, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, Maria Antonia de. **A Formação da Identidade Coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.



SOUZA, Sergio Pereira de. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio** – SP. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007 – Dissertação (Mestrado em Geografia).

SOUZA, Vanilde Ferreira de. **Agricultura Familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-SP**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola), Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

SOUZA, Vanilde Ferreira; ELIAS, Graziela Ranali; CHAVES, Tathiana de Abreu B.; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. Terra e política em assentamentos rurais de São Paulo. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2004, Cuiabá. CD Rom. Cuiabá: UFMT; Embrapa Florestas, 2004.

SOUZA, Vanilde Ferreira de; FERREIRA, Lucia; RAMIREZ, Gláucia Miranda; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. Processos Evolutivos na ocupação dos espaços nos assentamentos Monte Alegre 1 e Monte Alegre 4, Araraquara, Estado de São Paulo. **Revista de Economia Agrícola** (Impresso), v. 55, p. 5-14, 2008.

SOZINHAS: violência contra as mulheres que vivem no campo. Produzido por Ângela Bastos. [S. l.: s.n.], 4 jul. 2017. 1 vídeo (7 min e 40 seg). Publicado pelo canal Diário Catarinense. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=XEuJ9XT2yX8&ab\\_channel=Di%C3%A1rioCatarinense](https://www.youtube.com/watch?v=XEuJ9XT2yX8&ab_channel=Di%C3%A1rioCatarinense). Acesso em: 20 set. 2018.

STADTLER, Hulda.; Silva, Marcílio. Ações Educativas de uma ONG feminista em zona rural e mudanças no discurso local de jovens. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, Magdalena (Org) **poder y empoderamiento de las mujeres**. Colômbia: TM Editores – U.N. Facultad de Ciencias Humanas, 1997. p. 75-95.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, CFH/UFSC, v. 12, n.1, 2004.

SUERTUEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. **Revista GEOgraphia**. Ano IV, nº 7. Niterói, 2002.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Meu nome é ajuda. a vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na região noroeste do Rio Grande do Sul. **Contexto & Educação**, Ijuí – RS, v. 1, n.1, p. 45-64, 2006.

TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos. **Saberes e Práticas Populares de Saúde: os processos educativos de mulheres camponesas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2012.

TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos. **Processos de educar-se de mulheres do Assentamento Monte Alegre -SP nas ações de cuidado à saúde**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Carlos. São Carlos. 2016.

TELES, Gabriel. Movimento estudantil e lutas sociais na década de 60: a experiência do El Cordobazo argentino (1969). In: **Seminário Nacional Sociologia & Política**, 2019.

- THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- THURLER, Ana Liési. Femicídio. Vida das mulheres imoladas no altar do patriarcado. In: **Anais do 13º Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo o Gênero 11: transformações, conexões e deslocamentos**. Florianópolis, UFSC, 2017.
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e História social. **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 29–62.
- TUAN, Y-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 2013.
- TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, p. 340–375, 2011.
- UMEBINYUO, Ijeoma. **Questions for Ada**. 2015.
- VALLE, Ana María Tepichin. Políticas públicas, mujeres y género. In: VALLE, A. M. T.; TINAT, K.; VELASCO. **Los grandes problemas de México**: VIII Relaciones de Género. Colegio de México DF, 2010. México.
- VEGA MONTIEL, Aimée. Por la visibilidad de las amas de casa: rompiendo la invisibilidad del trabajo doméstico. **Política y Cultura**, Xochimilco, México, n. 28, p. 173–193, 2007.
- VIDA MARIA. [S. l.:s.n.], 1 jul. 2017. (8 min e 35 seg). Produzido por Márcio Ramos. Publicado pelo canal Vida Maria. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG\\_htum4&ab\\_channel=Vida-Maria](https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4&ab_channel=Vida-Maria). Acesso em: 15 mar. 2018.
- VIEIRA, Camila Benjamim. **O Fazer a Feira**: a feira noturna da agricultura familiar de Araraquara–SP como espaço de reprodução social e econômica. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.
- VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e Gênero/Geografia Feminista – O que é isto? In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 23, p. 105–120, 1998.
- VELEDA DA SILVA, Susana Maria; LAN, Diana. Estudios de geografía del género en América Latina: un estado de la cuestión a partir de los casos de Brasil y Argentina. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 49, p. 99–108, 2007.
- VIEIRA, Camila Benjamim; JARDIM, Maria Chaves. O circuito de feiras do produtor de Araraquara: espaços de atendimento às demandas da população. In: **Anais do I Seminário Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial**. Araraquara, 2017.
- WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico–metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa (USP. Impresso)**, São Paulo, v. 32, p. 241–260, 2006.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papyrus, p. 129 – 145. 1998.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas. **Interações** (UCDB), v. 16, p. 395-406, 2015.

YOUNG, Kate. El potencial transformador en las necesidades prácticas: empoderamiento colectivo y el proceso de planificación. In: LEÓN, Magdalena (comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Colômbia: TM Editores – U.N. Facultad de Ciencias Humanas, 1997.

ZARAGOCIN Sofia. La Geopolítica del Útero: hacia una geopolítica feminista decolonial em espacios de muerte lenta. In: CRUZ, D.; BAYON, M. (Orgs.). **Cuerpos, territorios y feminismo**. Quito: AbyaYala y Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2018.

---

## Larissa Araújo Coutinho de Paula

Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia. É doutora (2020), mestra (2015) com período sanduíche na Universidad Autónoma Metropolitana (México), bacharela (2012) e licenciada (2011) em geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Possui Especialização em Ensino de Geografia pela Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Ourinhos e pós-doutorado (2023) pela Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB). Tem se dedicado aos seguintes temas de pesquisa: relações de gênero, interseccionalidade, geografia agrária, mulheres rurais, associações de agricultoras, assentamentos rurais, estratégias de reprodução socioespaciais, políticas públicas e metodologias de pesquisa qualitativa.

---